UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

FACULTADE DE CIENCIAS DA EDUCACIÓN

DEPARTAMENTO DE TEORÍA DA EDUCACIÓN, HISTORIA DA EDUCACIÓN E PEDAGOXÍA SOCIAL

TESIS DOCTORAL

EDUCAÇÃO E CAPITAL SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS COMUNIDADES PISCATÓRIAS DA ILHA DE SANTIAGO (CABO VERDE)

SIMÃO PAULO RODRIGUES VARELA

DIRECTOR:

PROF. DR. MIGUEL A. SANTOS REGO

Santiago de Compostela

Novembro de 2013

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

FACULTADE DE CIENCIAS DA EDUCACIÓN

DEPARTAMENTO DE TEORÍA DA EDUCACIÓN, HISTORIA DA EDUCACIÓN E PEDAGOXÍA SOCIAL

TESIS DOCTORAL

EDUCAÇÃO E CAPITAL SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS COMUNIDADES PISCATÓRIAS DA ILHA DE SANTIAGO (CABO VERDE)

SIMÃO PAULO RODRIGUES VARELA

DIRECTOR:

PROF. DR. MIGUEL A. SANTOS REGO

Santiago de Compostela

Novembro de 2013

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

Dr. Miguel A. Santos Rego
Catedrático de Universidade. Coordinador do GI-Esculca
Facultade de Ciencias da Educación. CampusVida
15782 - Santiago de Compostela (España). Tel. 881813755
Correo electrónico: miguelangel.santos@usc.es
http: www.usc.es/esculca

MIGUEL ANXO SANTOS REGO, Catedrático de Universidade, do Departamento de Teoría da Educación, Historia da Educación e Pedagoxía Social, con sede na Facultade de Ciencias da Educación, da Universidade de Santiago de Compostela, estando en servizo activo e dedicación a tempo completo,

INFORMA E FAI CONSTAR:

QUE a investigación realizada baixo a miña dirección polo Licenciado e Mestrado Don **SIMAO PAULO RODRIGUES VARELA,** e que leva por título **"EDUCAÇAO E CAPITAL SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS COMUNIDADES PISCATÓRIAS DA ILHA DE SANTIAGO (CABO VERDE)** conta cos requisitos esixidos pola lexislación vixente para ser presentada e defendida publicamente diante da correspondente Comisión para a colación do Grao de Doutor en Ciencias da Educación pola Universidade de Santiago de Compostela.

Santiago de Compostela, a 6 de Novembro de 2013

Asdo. Miguel Anxo Santos Rego

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

DEPARTAMENTO DE TEORÍA DA EDUCACIÓN
HISTORIA DA EDUCACIÓN E PEDAGOXÍA SOCIAL
Facultade de Ciencias daEducación. Campus Vida
15782- Santiago de Compostela(España). Tl. 881813755
Correo electrónico:spaulo45@hotmail.com

Tese apresentada ao Departamento de Teoria da Educación, História da Educación e Pedagoxia Social da Universidade de Santiago de Compostela, Espanha, para a obtenção do titulo de Doutor em Ciencias da Educación.

Santiago de Compostela, Novembro de 2013.

Autor: Simão Paulo Rodrigues Varela

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

Dedico este trabalho aos meus pais,
Paulo Varela e Luisa Tavares Rodrigues.

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

AGRADECIMENTOS

A elaboração de qualquer tese de doutoramento, por muito individual que seja, requer o apoio de outras pessoas e instituições. Sendo assim, é com um sentimento de imensa satisfação que escrevo estas palavras de agradecimento à todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho, sobretudo aos responsáveis e funcionários da Direção Geral dos Recursos Marinhos e do Instituto Nacional das Pescas de Cabo Verde, bem como das Delegações do Ministério de Educação, da Agricultura e do Ambiente, das Câmaras Municipais, das ONG e das OSC sedeados nos concelhos onde se realizou este estudo, pela colaboração, e às comunidades piscatórias da Ilha de Santiago que se prontificaram em responder as perguntas dos questionários e facultar informações, o que me permitiu ter o conhecimento da real situação socioeconómica e ambiental das mesmas, e obter dados para trabalhar a parte prática deste estudo.Ainda, um agradecimento especial devo:

- Ao Diretor da minha tese, Prof. Doutor Miguel Angel Santos Rego, pela sábia orientação e disponibilidade demonstradas, pelos ensinamentos e encorajamento que me transmitiu, sobretudo nos momentos mais difíceis da minha investigação;
- À Profª María del Mar Lorenzo Moledo, pelos ensinamentos que me transmitiu e sugestões na montagem deste trabalho;
- Ao Prof. Doutor Wlodzimiers J. Szymaniak, pelo fraternal acompanhamento, eficiência e dedicação na correção da linguagem desta tese, bem como comentários, sugestões, aconselhamento e encorajamento que me deu, a esse respeito.
- Ao ilustre e competente Corpo de Professores que ministraram aulas no Programa de Doutoramento em EDH, nomeadamente aos Profs. Doutores António Vara Coomonte, Rita Gradaìlle, António Caride, Estela Pinto Lamas e António José Medina dos Santos Baptista, pelos conhecimentos que me transmitiram na parte curricular do curso;
- Ao Prof. Doutor Osvaldo Monteiro Borges, pelo apoio que me deu, enquanto especialista em Estatística e Gestão de Informação;
- Ao Prof. Doutor Jorge Manuel Sousa Brito e ao Mestre Luís Filipe Tavares, Reitor, e Administrador Geral da Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, respetivamente, pelo incentivo e facilidades que me concederam durante a investigação;
- Aos meus pais, Paulo Varela e Luisa Tavares Rodrigues, e aos meus filhos, irmãos e irmãs, particularmente ao meu irmão Antonino Rodrigues Varela, pela compreensão e por tudo o que tem feito por mim, sobretudo durante a investigação e a elaboração deste trabalho.

- Ao Sr. Romão da Costa e sua esposa, Sra Suzana Mendes Correia, pelo encorajamento e toda a disponibilidade evidenciada; e
- À Rita Lina da Costa, por ser uma companheira amiga e pelas sugestões de melhoria deste estudo.

À todos, um muito obrigado!

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

RESUMEN

Palabras clave: capital social, comunidades pesqueras, desarrollo sostenible y educación.

Las comunidades de pescadores de la isla de Santiago son los más pobres de Cabo Verde, y las personas que viven allí se han enfrentado problemas socio-económicos, con consecuencias negativas en términos de presión sobre los recursos naturales, el saneamiento y el ejercicio la ciudadanía, que es una de las vías que pueden contribuir a resolver el problema del desarrollo de estas comunidades.

Este trabajo de investigación tiene como objetivo analizar el nivel de educación y el capital social en las comunidades pesqueras de la isla de Santiago de Cabo Verde, resaltar el papel de la educación en la formación y el fortalecimiento del nivel de capital social en estas comunidades y analizar la importancia, desto último, para el desarrollo sostenible de los mismos.

Para este trabajo se utilizó una metodología con un enfoque cuantitativo y de exploratoria. Además del estudio documental, para obtener información sobre la educación, la capital social y el desarrollo, los datos de la práctica del trabajo, se obtuvieron mediante encuesta aplicada a 340 (trescientos cuarenta) personas, a ambos os sexos, de las comunidades pesqueras de la isla de Santiago, elegidos al azar. Los resultados del estudio fueron presentados en base a la estadística descriptiva y hicieron pruebas estadísticas para verificar la dependencia / independencia entre las variables y las hipótesis . Sin embargo, la discusión de los resultados del estudio se realizó teniendo en cuenta el apoyo teórico en este sentido, y contenido en este trabajo.

De análisis y discusión de los resultados del trabajo, se concluye que en las comunidades pesqueras de la isla de Santiago, no existe una correlación directa entre el nivel de educación y el capital social, y siendo este más alto para los encuestados que no saben leer ni escribir y los que no frequentan a los estudios, y el Índice de Capital Social (ICS) de la gente se apoya en la tradición. Sin embargo, la capital de los encuestados en la isla de Santiago es de 0,76 y, por tanto, encima de la media establecida (0.50), y aprovechado para las personas en la vida cotidiana, pero no para proyectar las iniciativas sin efectos inmediatos y, en consecuencia, poco ha contribuido para el desarrollo de estas comunidades.

SUMÁRIO

Palavras-chave: capital social, comunidades piscatórias,desenvolvimento sustentável e educação.

As comunidades piscatórias da ilha de Santiago são as mais pobres de Cabo Verde, e as pessoas que aí vivem têm vindo a deparar-se com problemas socioeconómicos, com reflexos negativos em termos de pressão sobre os recursos naturais, do saneamento do meio e do exercício da cidadania, sendo este uma das vias que poderia contribuir para a resolução da problemática do desenvolvimento dessas comunidades.

O presente trabalho de investigação tem por objetivo analisar o nível da educação e do capital social nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago em Cabo Verde, evidenciar o papel da educação na formação e no reforço do nível de capital social nessas comunidades e analisar a importância, deste último, para o desenvolvimento sustentável das mesmas.

Para a realização deste trabalho foi utilizada uma metodologia com enfoque quantitativo e exploratório. Para além do estudo documental, para a obtenção da informação sobre a educação, o capital social e o desenvolvimento, os dados da parte prática do trabalho foram obtidos por meio de inquérito por questionário aplicado às 340 (trezentas e quarentas) pessoas, de ambos os sexos, das comunidades piscatórias da ilha de Santiago, escolhidas aleatoriamente. Os resultados do estudo foram apresentados com base em estatísticas descritivas e fez-se testes estatísticos para verificar a dependência/ independência entre as variáveis do estudo e as hipóteses. Ainda, a discussão dos resultados de estudo foi feita tendo em consideração o suporte teórico, a esse respeito, e que consta do trabalho.

Da análise e discussão dos resultados do trabalho, conclui-se que, nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago, não há correlação direta entre o nível de educação e o de capital social, sendo este mais elevado para os respondentes que não sabem ler e nem escrever e para os que não estão a frequentar estudos, e o Índice de Capital Social (ICS) das pessoas é suportado pela tradição. Ainda, o capital social dos inquiridos a nível da ilha de Santiago é de 0,76 e, sendo assim, acima da média estabelecida (0,50), e aproveitado pelas pessoas na vida quotidiana, mas não se projeta para as iniciativas sem efeitos imediatos e, em consequência, pouco tem vindo a contribuir para o desenvolvimento dessas comunidades.

ABSTRACT

Key-words: education, fishing communities, social capital and sustainable development.

The fishing communities of Santiago island are the poorest in Cape Verde, and the people who live there have been facing socio-economic problems resulting in negative effects in terms of pressure on natural resources, sanitation and exercising their citizenship as one of the ways that could contribute to the resolution of these communities development problem.

The objective of the present research is to analyse the level of education and the level of social capital in the fishing communities of Santiago island in Cape Verde, to show the role of education in formation and social capital reinforcement level in those communities and to analyse its importance to sustainable development.

The methods used to achieve this work focused on quantitative and exploratory. Besides the documental study in order to access information about education, social capital, and the development, the information for the practical part of this research were obtained from a survey through questionnaire distributed to 340 (three hundred and forty) inquired of both sexes, from the fishing communities of Santiago island, chosen randomly. The results of the survey were presented basing on descriptive statistics, and applied statistics tests in order to verify the dependence / independence among the study variables and the hypothesis. And the survey results discussion took into account the theoretical support, and is there on the research.

From the analysis and discussion of the results, it is concluded that, in the fishing communities of Santiago island, there is no direct correlation between the level of education and the level of social capital, and this one is higher for the respondents that cannot read and write. And for those who are not attending any studies, the Social Capital Rate (SCR) is supported by the tradition. Yet, the social capital of the inquired around Santiago island is 0,76, so, above the established average (0.50) and gained by people in daily life, but does not project to the initiatives without immediate effects and, consequently, little has been contributing for these communities development.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO 16

PARTE PRIMEIRA: EDUCAÇÃO, CAPITAL SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA REALIDADE DE CABO VERDE 22

CAPITULO I: CABO VERDE E O PROBLEMA DO SEU DESENVOLVIMENTO 24

1.1.Enquadramento geral de Cabo Verde e das comunidades piscatórias estudadas 26

1.2. Caraterização demográfica 28

1.3.Evolução da economia cabo-verdiana 30

1.4.Visão e estratégias de desenvolvimento de Cabo Verde 38

1.4.1. Matriz de convergência e cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milénio .. 40

1.4.2. Matriz de fixação das metas dos Objetivos do Desenvolvimento do Milénio por município 41

1.4.3. Fixação das prioridades de investimento público de desenvolvimento por município 42

1.4.4. Políticas públicas e combate a pobreza 44

1.4.4.1. Organizações da sociedade civil e o combate à pobreza 49

1.4.4.2. Estratégias das famílias no combate à pobreza 53

1.5. Resultados do desenvolvimento de Cabo Verde com impacto nos Objetivos do Desenvolvimento do Milénio 56

1.5.1. Situação da família profissional de marítimo pesqueiro 59

1.5.2.Empregabilidade no setor da pesca e situação socioeconómica nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago 63

1.6. Ambiente e desenvolvimento de Cabo Verde 68

1.6.1. Perspetivas históricas 68

1.6.2. Caraterização e categorização das áreas protegidas em Cabo Verde 73

1.6.3. Especificidades ambientais das zonas insulares 80

1.6.4.Biodiversidade e conservação da natureza 81

1.6.5. Situação ambiental em Cabo Verde 84

1.6.6. Cooperação e gestão das áreas protegidas 88

1.6.7. Legislação e políticas ambientais 92

CAPITULO II: A PESCA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL E COMUNITÁRIO EM CABO VERDE 98

2.1. Quadro institucional e legal do setor da pesca em Cabo Verde 100

2.2. Caraterização do setor da pesca 102
2.2.1. Recursos haliêuticos de Cabo Verde 102
2.2.2. Infraestruturas e frotas pesqueiras 104
2.2.3.Análise da evolução da pesca em Cabo Verde 105
2.2.4.Comercialização interna e exportação do pescado 114
2.2.5. Importância económica e social do setor da pesca 115
2.2.5.1. Desembarques e rendimentos 118
2.2.6.Gestão pesqueira em Cabo Verde 120
CAPITULO III: EDUCAÇÃO, CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM CABO VERDE 126
3.1.Educacão em Cabo Verde 128
3.1.1.Educação no período colonial 128
3.1.2. Educação após à Independência de Cabo Verde 139
3.1.2. 1.Educação no período de 1975 à 1985 139
3.1.2.2.Educação no período de 1986 à 1990 145
3.1.2.3. Educação a partir de 1991 149
3.1.2.3.1.Formação dos profissionais do setor das pescas 160
3.2. Capital social e comunidade cívica 165
3.2.1.Conceitos de capital social 165
3.2.2. Paradigmas e propostas de abordagem sobre capital social 166
3.2.3. Formas de capital social 168
3.2.3.1.Capital social como capital humano 169
3.2.3.2.Capital social como nível de participação social 170
3.2.4. Fontes de capital social 173
3.2.5. Níveis de análise do capital social 179
3.2.6. Capital social e redes sociais 186
3.2.7. Produção de capital social 187
3.2.7.1.Produção de capital social na família 187
3.2.7.2.Produção de capital social na escola 189
3.2.7.2.1. O papel da educação 190
3.2.7.2.2. A educação para valores e virtudes cívicos 192
3.2.7.3. Produção de capital social no meio profissional 193
3.2.7.4. Promoção de capital social na comunidade local e global 194

3.2.7.4.1.Promoção da igualdade 194
3.2.7.4.2.Descentralização e participação cívica 195
3.2.7.4.3. Papel dos movimentos sociais 197
3.2.8. Educação e capital social para o desenvolvimento sustentável local e comunitário 198
PARTE SEGUNDA: DIMENSÃO EMPÍRICA DO ESTUDO 206
CAPITULO IV: METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO 206
4.1. Definição do problema de investigação 208
4.2.Desenho da investigação 210
4.3. Objetivos da investigação 212
4.3.1. Objetivos gerais 212
4.3.2. Objetivos específicos 212
4.4. Hipóteses do trabalho 213
4.5. Definição da população-alvo e amostra 214
4.6. Desenho, validação e aplicação dos instrumentos de investigação 217
4.6.1.Desenho dos instrumentos 217
4.6.2.Validacão dos instrumentos 218
4.6.3. Aplicação dos instrumentos 219
4.7.Variáveis consideradas no estudo 219
4.8.Codificação e tratamento dos dados 221
4.9. Análise e discussão dos resultados 224
CAPITULO V: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS 226
5.1. Caraterização dos inquiridos 228
5.2.Capital social das comunidades piscatórias da ilha de Santiago 250
5.2.1. Nível geral do capital social 250
5.2.2. Capital social em função das variáveis do estudo 260
5.2.3. Dimensões do capital social estudado 269
5.2.4. Nível do capital social em função do género a nível da ilha de Santiago e por concelho 282
5.2.5. Nível do capital social em função do grupo etário e das comunidades piscatórias a nível da ilha de Santiago e por concelho 287
5.2.6. Nível do capital social em função das habilitações literárias dos inquiridos a nível da ilha de Santiago e por concelho 294
5.2.7. Nível do capital social em função do tempo de residência a nível da ilha de Santiago e por concelho 302

5.3.Discussão dos pressupostos do estudo 308
CONCLUSÕES GERAIS 318
LIMITAÇÕES DO ESTUDO 327
CONTRIBUIÇÕES DA TESE 328
SUGESTÕES E RECOMENDAÇÕES 329
BIBLIOGRAFIA E LEGISLAÇÃO CONSULTADAS 332
ÍNDICE DOS QUADROS 351
ÍNDICE DAS TABELAS 354
ÍNDICE DOS GRÁFICOS 358
ÍNDICE DOS MAPAS 360
ÍNDICE DAS FOTOGRAFIAS 362
LISTA DAS SIGLAS UTILIZADAS 364
ANEXOS 368

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

INTRODUÇÃO

Em Cabo Verde, apesar dos avanços socioeconómicos conseguidos, as pessoas, sobretudo as das comunidades piscatórias da ilha de Santiago, que se encontram em situações económicas e financeiras precárias, têm vindo a deparar com o problema do desemprego, baixo nível de rendimento, do acesso aos cuidados médicos e medicamentosos, à educação, sobretudo a partir do ensino secundário, inexistência de uma massa crítica que participe de forma ativa e corresponsável no desenvolvimento local e comunitário, e que se quer que seja sustentável.

As atividades económicas da ilha de Santiago estão centradas na agricultura e na pecuária que são essencialmente tradicionais, nas indústrias que, ainda, são incipientes, no comércio, no turismo e na pesca artesanal e, por conseguinte, é de frisar que, do ponto de vista socioeconómico, as pessoas das comunidades piscatórias da ilha de Santiago, são as das mais pobres de Cabo Verde, exercendo sobretudo a pesca, agricultura, a pecuária, os trabalhos de construção civil e venda ambulante, no caso das peixeiras.

Apesar de existir um certo consenso entre os autores e abordagens sobre a relação entre a educação e o capital social e, entre este, e o desenvolvimento local e comunitário, coloca-se a seguinte questão: ***Que relação há entre a educação e o capital social, entre este e o desenvolvimento das comunidades piscatórias da ilha de Santiago?***

A abordagem metodológica adotada para a realização deste trabalho articulou as perspetivas quantitativa e exploratória, com o objetivo de proporcionar um maior conhecimento sobre as questões relacionadas com a educação, o capital social e o desenvolvimento das comunidades piscatórias da ilha de Santiago. Os dados da parte prática deste trabalho foram obtidos através do inquérito por questionário aplicado às 340 (trezentas e quarenta) pessoas membros das comunidades escolhidas para o estudo. Os resultados deste estudo foram apresentados com base em estatísticas descritivas e fez-se testes paramétricos, para verificar a dependência/ independência entre a variável qualitativa género e as demais

variáveis qualitativas, habilitação literária, frequência nos estudos, formação profissional, tempo de residência na comunidade, participação em ações de formação, principal fonte de rendimento, rendimento mensal do agregado familiar, habitação e meio familiar dos inquiridos.

A escolha de um tema para a tese de doutoramento não é uma tarefa fácil e nem decisão ocasional ou momentânea, pelo que exige tempo, investigação, motivação, e depende de vários fatores, nomeadamente a experiência pessoal, académica e profissional do investigador.

É de realçar que há variáveis que influenciam, não só na escolha do tema em *si e per se*, como também no tipo de questionamento e a definição da metodologia e dos instrumentos de investigação mais apropriados para se atingir os objetivos traçados. Assim, é preciso a determinação do tema a ser investigado e o estabelecimento do ponto de vista, a partir do qual será abordado, e nesse caso em concreto, os motivos que justificam a escolha do tema ***" Educação e Capital Social para o Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Piscatórias da Ilha de Santiago (Cabo Verde)"*** para a realização da tese de doutoramento, como requisito para a obtenção do grau de Doutor em Ciências da Educação, pela Universidade de Santiago de Compostela são, entre outros, os seguintes:

- **A motivação pessoal e profissional**

Foi, desde sempre, o interesse pessoal em fazer a investigação sobre a educação, o capital social e o desenvolvimento comunitário em Cabo Verde, com realce para as comunidades piscatórias, por serem as mais pobres, de forma a compreender e explicar as possíveis correlações positivas entre essas variáveis, numa perspetiva da sociologia da educação e do desenvolvimento comunitário. Ainda, enquanto Professor do Ensino Básico Complementar, no concelho de Santa Cruz, no ano letivo de 1993/94, e do Ensino Secundário, de 1996 à 2011, nos concelhos da Praia, de São Miguel e de Santa Cruz, sendo, neste último, Coordenador do Centro da Juventude, e a ministrar aulas na Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, desde de 1997, tive a oportunidade de acompanhar e vivenciar os problemas socioeconómicos das pessoas das comunidades piscatórias, sobretudo na ilha de Santiago, pelo que a realização deste trabalho, permitiu-me aplicar e aprofundar os conhecimentos nessa área.

- **Motivação académica e científica**

As pessoas das comunidades piscatórias da ilha de Santiago, sobretudo os pescadores, as peixeiras, bem com os outros membros da família constituem as camadas mais desfavorecidas e, em certa medida, marginalizadas, e pouco incluídas em projetos "ambiciosos" de desenvolvimento, apesar do discurso oficial sobre *cluster* do mar. Ainda, não há na ilha de Santiago nenhuma formação profissional para pescadores e peixeiras e outras profissões relacionadas com o mar, como por exemplo mecânica naval, conservação e transformação do pescado etc. No entanto, não se deve esquecer que o pescado é a principal fonte de proteína da população.

Há carências de estudos científicos que estabeleçam a relação entre a educação, o capital social e o desenvolvimento das comunidades piscatórias em Cabo Verde e, sendo assim, da ilha de Santiago.

Este estudo foi iniciado com o Trabalho de Investigação Tutelado (TIT) *"Educação e capital social para desenvolvimento sustentável da comunidade piscatória em Cabo Verde"* no âmbito do Programa de Doutoramento Educação e Desenvolvimento Humano (EDH), Perspetivas Teóricas, Históricas e Social, entre a Universidade de Santiago de Compostela/Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, sob a direção do Professor Doutor Miguel Anxo Santos Rego e co-direção do Professor Doutor António José Medina dos Santos Baptista, cuja defesa pública foi em 2008.

Com base no exposto, acredita-se que o tema escolhido é pertinente, atual, é necessário que se realize estudos académicos e científicos de forma a apresentar subsídios para a definição de medidas de políticas e estratégias que contribuam para o desenvolvimento sustentável das comunidades piscatórias da ilha de Santiago.

Para que tenha uma sequência lógica, a tese encontra-se, para além das partes pré-textuais e pós-textuais, da introdução e da conclusão, estruturada em 2 (duas) partes e 5 (cinco) capítulos, a saber:

- ***Parte primeira: educação, capital social e o desenvolvimento sustentável na realidade de Cabo Verde***

No Capitulo I: Cabo Verde e o problema do seu desenvolvimento, fez-se a abordagem sobre enquadramento geral de Cabo Verde**,** caraterização demográfica, evolução da economia cabo-verdiana, visão e estratégias de desenvolvimento de Cabo Verde**.**

Ainda, no Capítulo I, apresentou-se a matriz de convergência e cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milénio, bem como a matriz de fixação das metas por Município, a fixação das prioridades de investimento público de desenvolvimento por Município, as políticas públicas e combate a pobreza, com incidência sobre as Organizações da Sociedade Civil e das famílias no combate à pobreza, os resultados do desenvolvimento desse país com impacto nos Objetivos do Desenvolvimento do Milénio, o ambiente e desenvolvimento, com realce para as perspetivas históricas, a caraterização e categorização das áreas protegidas, as especificidades ambientais das zonas insulares, a biodiversidade e a conservação da natureza, a situação ambiental em Cabo Verde, a cooperação e a gestão das áreas protegidas, a legislação e políticas ambientais;

No Capitulo II: a pesca e o desenvolvimento sustentável local e comunitário em Cabo Verde, apresentou-se o quadro institucional e legal do setor da pesca em Cabo Verde, a caraterização desse setor, os recursos haliêuticos desse país, as infraestruturas e frotas pesqueiras, a análise da evolução da pesca em Cabo Verde, a comercialização interna e exportação do pescado, a importância económica e social do setor da pesca, o desembarques e rendimentos, a gestão pesqueira em Cabo Verde; e

No Capitulo III: educação, capital social e desenvolvimento sustentável em Cabo Verde**,** centrou-se sobre a educação em Cabo Verde no período colonial, e a educação após à Independência de Cabo Verde, nos períodos de 1975 à 1985, de 1986 à 1990 e a partir de 1991, bem como o capital social e comunidade cívica, com ênfase para os conceitos sobre o capital social, os paradigmas e propostas de abordagem sobre capital social, as formas de capital social, capital social como capital humano e nível de participação social, as fontes e a análise de capital social, relacionando este último com as redes sociais, a produção de capital social na família e na escola, com realce para o papel da educação na formação dos valores e virtudes cívicas, a produção de capital social no meio profissional e na comunidade local e global, com ênfase para a promoção da igualdade, a descentralização e participação cívica e o papel dos movimentos sociais e a educação e capital social para o desenvolvimento sustentável local e comunitário.

- ***Parte segunda: dimensão empírica do estudo***

No Capitulo IV: metodologia de investigação definiu-se o problema de investigação, o desenho da investigação, os objetivos gerais e específicos da investigação, as hipóteses do trabalho, a população e a amostra do estudo, o desenho e a validação dos instrumentos de investigação, as variáveis consideradas para a realização deste estudo, a codificação e tratamento dos dados e a análise e discussão dos resultados do estudo; e

No Capitulo V: análise e discussão dos resultados**,** apresentou-se a caraterização dos inquiridos, o capital social das comunidades piscatórias da ilha de Santiago, o nível geral do capital social e em função das variáveis de estudo, as dimensões da capital social estudada, bem como o cruzamento do capital social em função do género, do grupo etário, das habilitações literárias, do tempo de residência dos inquiridos com os respetivos concelhos, a discussão das hipóteses e as considerações finais do trabalho.

A apresentação sobre do Capítulo I, Cabo Verde e o problema do seu desenvolvimento, encontra-se a seguir, e está incluída na primeira parte deste trabalho, cuja abordagem é sobre a educação, capital social e o desenvolvimento sustentável na realidade de Cabo Verde.

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

PARTE PRIMEIRA: EDUCAÇÃO, CAPITAL SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA REALIDADE DE CABO VERDE

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

CAPITULO I: CABO VERDE E O PROBLEMA DO SEU DESENVOLVIMENTO

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

1.1.Enquadramento geral de Cabo Verde e das comunidades piscatórias estudadas

O Arquipélago de Cabo Verde fica situado entre os paralelos 17º 12’ e 14º 48’ de latitude Norte e os meridianos 22º44’ e 25º 22’ de longitude Oeste, a uma distância de, aproximadamente, 500 km da costa ocidental africana, ao largo do Senegal, o que se encontra evidenciado na Mapa 1.



Mapa 1: Localização do Arquipélago de Cabo Verde

Fonte:Turim - Sociedade Turística e Imobiliária, S.A de Cabo Verde (2012)

É de realçar que cerca de 80% da população cabo-verdiana ocupa as zonas costeiras tornando, a mesma, vulnerável a eventuais alterações das condições climáticas e ocorrência

de fenómenos extremos como tempestades, ondas gigantes e inundações (Governo de Cabo Verde, 2012:2).

Cabo Verde, apesar dos progessos a nível da economia e dos índices de desenvovimento alcançados, continua a apresentar vulnerabilidades estruturais, em decorrência, essencialmente, da reduzida dimensão territorial, insularidade, fragilidade dos ecossistemas e escassez de recursos naturais, forte pressão demográfica sobre os recursos, secas prolongadas, localização geográfica à margem das correntes principais do comércio internacional, exiguidade do mercado de trabalho e pobreza (*op. cit*, 2012:8). Assim, tendo em consideração esses aspetos, Cabo Verde depara-se com problemas de desenvolvimento, sobretudo a nível social, económico e ambiental.

A ilha de Santiago é a maior do Arquipélago de Cabo Verde, situada no grupo das ilhas de Sotavento, com uma superfície de 991kms^2, entre os paralelos de 14º 50' e 15º 20'N e os meridianos de 23º 20' e 23º 50'W, e apresenta o comprimento máximo de 54,9 km, entre Ponta Moreia e a Ponta Temerosa, e a largura máxima de 28.8kms, entre a Ponta Coroa e a Ponta Janela (INDP, 2000:7) [Mapas 2].Ainda, é de frisar que, nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago, as vulnerabilidades, sobretudo sócio-económicas são preocupantes, ao ponto de se verificar, em certos casos, situações de exclusão social.



Mapa 2: Ilha de Santiago

Fonte: Nardi Sousa (2012)

1.2. Caraterização demográfica

Em Cabo verde, existia, em 2000, 434.625 habitantes, e entre 1990 e 2000, a densidade populacional passou de 85,7 para 107,1 habitantes/km^2 e a taxa de urbanização de 46 para 54%. Em 2000, e nas ilhas de Santiago, São Vicente, Santo Antão e Fogo concentravam cerca de 90% da população de Cabo Verde. Mais de metade residiam em Santiago (54%) e cerca de ¼ na cidade da Praia, a capital do país (INE[1], 2000:*passim*). Ainda, segundo essa fonte, a partir de 1950, a população cresceu, em média, de 1,5% ao ano, e conheceu períodos de grandes oscilações devido às secas, fomes e epidemias. Entre 1940 e 1950, registou-se uma variação anual negativa (-1,9), e verificaram-se variações anuais positivas, a saber: 2,9% de 1950 a 1960; 3,1% de 1960 à 1970; 1,5% de 1980-1990 e; 2,4% entre 1990-2000. Entretanto, a população cabo-verdiana cresceu, de 1980 à 2010, a um ritmo diferente nos períodos intercensitários, pelo que a taxa de crescimento médio anual que, na década de 1980, foi de 1,5%, aumentou para 2,4% em 1990, decresceu, entre 2000 e 2010, e atingiu um nível de 1,2%.

O Gráfico 1, e que se encontra a seguir, evidencia a evolução da população de Cabo Verde a partir do ano de 1940 à 2010.

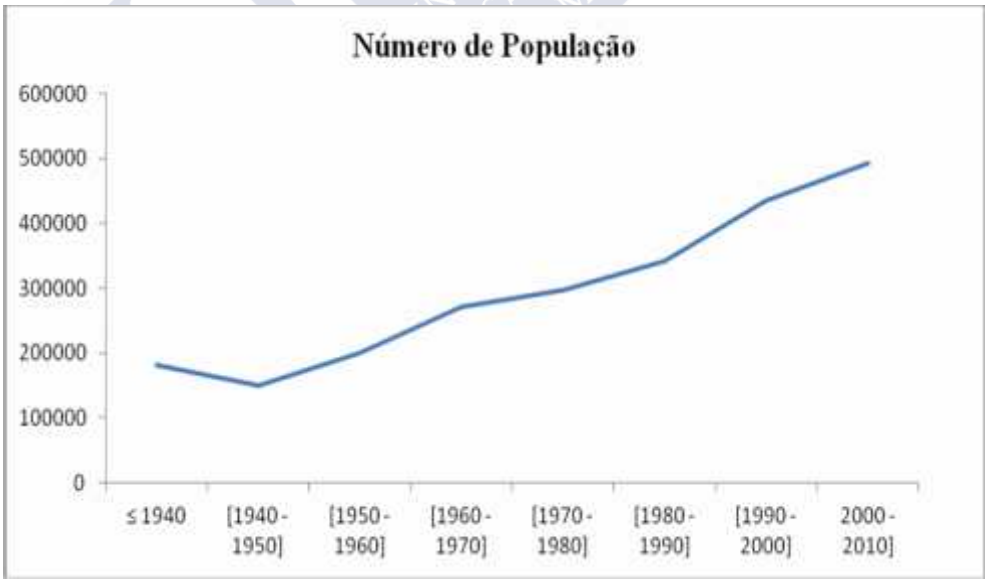


Gráfico 1: Evolução da população de Cabo Verde no periodo de 1940 à 2010

Fonte: Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (2010)

[1] **É a sigla do Instituto Nacional de Estatísticas de Cabo Verde.**

É de frisar que, segundo o Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH) realizado em 2010 pelo INE, a população de Cabo Verde elevou-se a 491.575 habitantes, e a quase totalidade da população recenseada era residente, no momento censitário (96,5%). Ainda, no que diz respeito, os efetivos por género, os resultados mostram que não existe grande diferença entre os homens e as mulheres, com cerca de 50%, para ambos os sexos.No entanto, verificam-se disparidades significativas, a esse respeito, entre os dois meios de residência, com cerca de 62% da população a viver no meio urbano, contra cerca de 38% no meio rural, o que evidencia uma tendência comum nos países de rendimento médio, em resultado da migração da população das áreas rurais para as áreas urbanas (*op. cit*, 2010:*passim*). Assim, segundo essa fonte, em 2000, a população cabo-verdiana, nas áreas urbanas, correspondia a 47,8% da população do país, e em 2010, nos 16 dos 22 concelhos de Cabo Verde, a população rural é proporcionalmente maior do que a urbana. O concelho com maior população e, praticamente, e tida como a mais urbana (97,1%), é o da Praia, com aproximadamente 132 mil pessoas, e quase o dobro da população do segundo concelho mais populoso que é São Vicente com 76 mil habitantes, onde 92,5% da população está na área urbana.Com a exceção desses dois concelhos, quase 62% da população de Cabo Verde reside em zonas rurais.

É de referir que, em 2010, mais de metade da população caboverdiana vive na ilha de Santiago (55,7%)[2], seguida pelas ilhas de São Vicente (15,5%), de Santo Antão (8,9%), do Fogo (7,5%) e do Sal (5,2%). Por outro lado, o restante das ilhas representa menos de 8% da população desse país. O concelho da Praia é o mais povoado, albergando ligeiramente mais de um quarto da população de Cabo Verde (26,9%), e abrange 48% da população da ilha de Santiago. São Vicente e Santa Catarina, são o segundo e o terceiro concelhos mais povoados do país, onde vivem 15,5% e 8,8% da população, respetivamente. Em Santo Antão, o essencial da população da ilha vive nos concelhos de Ribeira Grande (43%) e do Porto Novo (41%), e no Fogo, 60% da população vive no concelho de São Filipe e um quarto (25,7%) reside nos Mosteiros (*idem*, 2010:*passim*)[3].

Das 491.875 pessoas que vivem em Cabo Verde, a população de 0 a 17 anos corresponde a 39% desta população (191.329 crianças e adolescentes), um número considerável em termos proporcionais da população, tendo em vista que outros países de renda

---

[2] **Cerca de 50% das comunidades piscatórias de Cabo Verde, estão na ilha de Santiago**.

[3] **Cfr. Relatório de Recenseamento Geral da População e Habitação realizado, em Cabo Verde, de 16 a 30 de junho de 2010.**

média têm entre 25 e 30% da população nesta faixa etária. A população de crianças é dividida da seguinte maneira: i)70.132 crianças de 0 a 6 anos ii); 85.502 crianças de 7 a 14 e; iii) 35.695 crianças de 15 a 17 anos (*ibid*, 2010:*passim*). Assim, de acordo com essa fonte, Cabo Verde possui uma população jovem, com média de idade de 26,2 anos, sendo a maioria na faixa dos 15 aos 19 anos, e população feminina é praticamente igual à masculina, com 50,5% e 49,5%, respetivamente.

De acordo com o Recenseamento Geral da População e Habitação de Cabo Verde realizado em junho de 2010, residiam-se nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago 30.032[4] pessoas, com idade compreendida dos 15 aos 64 anos (*ibid*, 2010:*passim*). Ainda, ao considerar a taxa de crescimento anual da populaçãode Cabo Verde que é de 1,2%, estima-se que, nessa faixa etária, viviam, em junho de 2011, 30.580[5] pessoas.Ainda, é de acrescentar que as pessoas das comunidades piscatórias em Cabo Verde e, sendo assim, na ilha de Santiago, ao atingirem um certo nível de habilitação literária ou formação académica acabam por abandonar, na maioria das vezes, as suas comunidades de origem, com reflexos negativos no crescimento demográfico e da massa crítica necessária ao processo de desenvolvimento local e comunitário.

1.3.Evolução da economia cabo-verdiana

Desde 1977, Cabo Verde, tem vindo a fazer parte do grupo de "Países Menos Avançados" (PMA) das Nações Unidas, situação essa considerada ser estruturalmente em desvantagem nos seus esforços de desenvolvimento, o que requerem um tratamento diferenciado e, particularmente, favorável da parte da comunidade internacional (Governo de Cabo Verde, 2012:7)[6].

Cabo Verde solicitou, formalmente, em 1999, a sua adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC), e a 23 de julho de 2008, tornou-se no 153.º Estado membro dessa Organização, por se considerar ter cumprido os dois primeiros critérios, dos três que se encontram a seguir, e que são utilizados pela ONU, desde 2003, para o processo de

---

[4] Dados do Recenseamento Geral da População e Habitação realizado pelo Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde em 2010.

[5] Pelo facto de determinadas comunidades piscatórias estarem inseridas em comunidades maiores, como são os casos do Brasil e do Meio de Achada de Santo António no concelho Praia, não é possível determinar, com precisão o número real dos habitantes das comunidades piscatórias da ilha de Santiago, que é inferior ao estimado.

[6] Relatório sobre Cabo Verde no contexto do seu desenvolvimento sustentável elaborado em junho de 2012, e apresentado na conferência RIO+20, no Brasil.

graduação dos países, a saber: i) o critério de nível de rendimento, baseado numa média do rendimento anual bruto por habitante num período de três anos (abaixo de 750 dólares para poder ser acrescentado à lista, acima de 900 dólares para ser chamado a sair); ii) o critério de desenvolvimento do capital humano, assente num índice de capital humano construído com base em indicadores de esperança média de vida, nutrição, saúde, escolarização e alfabetização de adultos e; iii) o critério de vulnerabilidade económica, assente num índice de vulnerabilidade económica (*op. cit*, 2012:7). Assim, de acordo com a fonte em referência, Cabo Verde foi, o primeiro país africano e o terceiro do grupo dos PMA, a conseguir, o que é considerado como sendo o importante marco, pela via negocial.

É de referir que a graduação de Cabo Verde à País de Rendimento Médio Baixo, coloca desafios, pelo facto de, em decorrência da redução de determinadas ajudas, requer maior capacidade de mobilização de recursos financeiros para autofinanciar os projetos de desenvolvimento.

Apesar de Cabo Verde fazer parte do grupo de países com grande vulnerabilidade económica, caraterística comum aos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, o valor do PIB per capita, em 2004, no valor de 1976 USD e o IDH de 0,722 (106ª posição), estiveram na base da saída de Cabo Verde do grupo dos PMA (*idem*, 2012:7).

A fraqueza das exportações de Cabo Verde é evidenciada por uma balança comercial estrutural e fortemente desequilibrada, em que as exportações cobrem apenas 4 a 6% das importações, e os serviços dominam estrutura das exportações, situando-se, em 2003, em cerca de 93% (*ibid*, 2012:7-8). Ainda, de acordo com esta fonte, é de referir que impelidas pelos transportes e, sobretudo os transportes aéreos e pelo turismo, a dinâmica das exportações de serviços contrasta fortemente com a fraqueza das exportações de bens.

Devido a pequenez da base produtiva, a exportação de mercadorias depende de dois produtos que representam cerca de 90% das exportações de bens em 2003, a saber: i) os produtos da pesca, cujas exportações estiveram em declínio, em parte, devido a restrições sanitárias (18% das exportações em 1998 contra 4% em 2003) e; os produtos da indústria fabril de exportação incipiente, nomeadamente de confeções e calçado (85% das exportações em 2003), e que se estabeleceu devido às condições preferenciais oferecidas por facilidades como a *African Growth And Opportunity Act* (AGOA) e o Acordo de Cotonou [Quadros 1 a 8, Anexo 2] (*ibid*, 2012:8).

Os acordo mencionados anteriormente e que se encontram referidos a seguir têm reflexos nas importações exportações de Cabo Verde, apesar dos efeitos das crises económicas e finaceiras internacionais na economia de Cabo Verde.

A integração de Cabo Verde no bloco económico da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, desde 1977, a paridade fixa do Escudo de Cabo Verde face ao Euro a partir de 1999, a assinatura de acordos comerciais específicos, nomeadamente o *African Growth and Opportunity Act* (AGOA) e o acordo de Cotonou (2000), a introdução do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), em janeiro de 2004, e o Acordo de Parceria Especial com a União Europeia em construção, têm contribuido para o desenvolvimento económico desse país (*ibid*, 2012:8).

À data de Independência de Cabo Verde, a 5 de julho de 1975, o PIB per capita de Cabo Verde era de 190 USD tendo aumentado para 903,5 USD em 1990 e alcançado o valor de 1976 USD em 2004. Ainda, na década de noventa, a taxa média de crescimento do PIB situava-se em 6,6%, e um crescimento médio de 5,7%, no periodo 2000-2005, atingindo 10.7% em 2006, sendo que em 2007, o crescimento foi de cerca de 6,7%, fixando-se em torno dos 5-6%, de 2005 à 2010 (*ibid*, 2012:8-9). Assim, esse crescimento económico acima dos 5% permitiu a melhoria da média do nível de vida das pessoas, tendo-se igualmente verificado, nesse período, que a inflação manteve-se sempre abaixo dos 2% por ano, embora, excecionalmente, tenha passado para 4,8%, 4,4% e 6,8%, em 2006, 2007 e 2008, respetivamente.

Em 2008, a estrutura da economia cabo-verdiana diferencia-se pelo predomínio do setor terciário que representava 75,3%, e que absorve 66% do emprego, aproximando-se da estrutura típica das economias desenvolvidas, não obstante as suas profundas limitações estruturais. Ainda, no ano em referência, o setor secundário contribui com 13,6% na formação do PIB e o setor primário com 11,1% (*ibid*, 2012:9).

O setor agrário cabo-verdiano carateriza-se por uma grande vulnerabilidade, tendo em conta a escassez dos recursos naturais, nomeadamente água e solo, associado ao sistema de exploração vigente, essencialmente voltado para uma agricultura de subsistência, e as condições climáticas prevalecentes na zona saheliana, na qual Cabo Verde se insere (*ibid*, 2012:13).

Apesar da sua fragilidade, o setor agrícola, à semelhança dos demais que compõem o setor agrário, foi e continua a ser de extrema importância para Cabo Verde e, sendo assim, com reflexos positivos na subsistência das famílias, e é um importante fator de desenvolvimento económico e social do país, uma vez que não é possível prever, a curto médio prazo, outra forma de ocupação para cerca de 40% da população desse país, que se encontra no meio rural (*ibid*, 2012:13).

Praticada em condições de elevado risco agro-meteorológico e vulnerabilidade, o setor agrícola é pouco produtivo. Assim, dados de 1992 evidenciavam que a agricultura, a silvicultura e a pecuária representavam apenas 9,9% do PIB (*ibid*, 2012:13). Ainda, com base nessa fonte, para o período 2000 a 2007 o peso dos subsetores agricultura, pecuária, silvicultura e pesca, na formação do PIB registaram um abrandamento, tendo-se situado em torno de 8 a 10%.

De 2000 à 2007, a taxa de crescimento anual médio do PIB agrícola foi de 1,2%. Entretanto, as estatísticas setoriais disponíveis, nomeadamente produção agrícola, pecuária e florestas, não fornecem dados completos para a elaboração das contas do setor agrícola nem os indicadores de seguimento e avaliação do impacto das políticas, estratégias, programas e projetos que tem vindo a ser implementados, a partir do ano 2000 (*ibid*, 2012:13-14). Assim, segundo essa fonte, o investimento público no setor, aumentou consideravelmente, situando-se em cerca de 10% do total do Orçamento Geral do Estado (OGE).

O setor hortícola é o que mais tem evoluido, contribuindo assim para o aumento da produção e da produtividade, a mudança gradual na estrutura do setor primário e desempenha um papel económico importante (*ibid*, 2012:14). Assim, de acordo com essa fonte, o grande constrangimento que subsiste nesse subsetor, prende-se com o seguimento da produção hortícola, onde não se implementou um sistema de estatísticas para a horticultura, o que permitiria dar maior visibilidade ao subsetor ao nível das contas nacionais.

As exportações agrícolas que, em 2001 atingiram, 10,9 milhões de escudos cabo-verdianos, atualmenente são, praticamente, nulas, com exceção dos produtos da pesca, cuja exportação, em 2007, foi de 9.815, num montante de 564 mil contos cabo-verdianos e de exportações esporádicas de produtos típicos como é o caso do grogue[7] e licores (*ibid*, 2012:14).

[7] **Trata-se do aguardente de cana de açúcar fabricado em Cabo Verde.**

É de referir que, a absoluta dependência do regime de chuvas, predominantemente, escassas e irregulares, não tem permitido, em Cabo Verde, determinar uma tendência para a agricultura de sequeiro. Assim, as produções variam, anualmente, consoante a quantidade e distribuição pluviométrica, pelo que o milho e o feijão são as principais culturas praticadas, e as variedades utilizadas, praticamente, não têm sofrido variações ao longo dos anos.

O nível de utilização de fertilizantes e pesticidas é relativamente baixo, e as culturas de sequeiro são, com frequência, feitas em terras marginais e em zonas agro-climáticas sem aptidão para o seu cultivo, nomeadamente em zonas áridas e semi-áridas e zonas de pendor muito acentuado, pobres em nutrientes e com fraca capacidade de retenção da água (*ibid*, 2012:14).

As campanhas de plantação de àrvores de fruta associada às técnicas de captação de águas pluviais têm vindo a contribuir, sobretudo nas zonas altas, para o aumento da produção. Contudo, a não existência de um cadastro frutícola atualizado aliada ao insuficiente conhecimento do número de plantas fixadas e as respetivas taxas de sobrevivência não tem permitido quantificar corretamente o volume da produção frutícola (*ibid*, 2012:15).

A partir de 2004, com a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Agrícola de Cabo Verde designado de PEDA 2005-2015, passou-se a ter uma referência setorial orientada pelas estratégias de desenvolvimento definidas no Programa do Governo e nos Documentos Estrátégicos de Crescimento Económico e Redução da Pobreza (DECRP), pelo facto do PEDA ser um documento federador que integra as politicas, estratégias e as medidas visando o desenvolvimento rural e pescas, numa perspetiva de preservação e conservação dos recursos naturais, luta contra a pobreza e insegurança alimentar (*ibid*, 2012:15).

Para a implementação do PEDA foi desenvolvido, em Cabo Verde, o Programa Nacional de Investimento Agrícola (2011-2015) do qual se realça o subprograma melhoria e gestão de água, prevendo assim a mobilização de aproximadamente de 6,8 milhões de metros cúbicos de água subterrânea, superficial e dessalinizada para a rega. Ainda, a mobilização de água para agricultura será complementada com ações de promoção da micro-irrigação, modernização das técnicas e tecnologia de produção agrícola, nomeadamente a hidroponia e o cultivo em estufas (*ibid*, 2012:15).

Em Cabo Verde, há que se fazer muito, sobretudo a formação dos técnicos e dos agricultores e a mobilização de mais meios financeiros para a aquisisção de equipamentos.

É de salientar que, em Cabo Verde, a preponderância do setor terciário decorre, sobretudo da fraca expressão do setor primário, em decorrência das limitações estruturais da agricultura e da escassez de outros recursos naturais (*ibid*, 2012:9). No entanto, de acordo com essa fonte, a pesca, que possui algum potencial, encontra-se numa fase embrionária de desenvolvimento do seu potencial, apesar de avultados recursos financeiros mobilizados para o efeito, o que, sobretudo na ilha de Santiago, é evidente na carência de infraestruturas e frotas pesqueiras, bem como na predominância da pescaria artesanal, e pescadores deparam-se com limitações nas capturas, com reflexos negativos nos rendimentos e na capacidade económica para a aquisição dos bens e serviços essenciais ao bem-estar social.

A pesca, embora não apresente, quantitativamente, valor expressivo para o Produto Interno Bruto (PIB) de Cabo Verde, é um setor económico imediatamente explorável e vem sendo eleito como setor estratégico para o desenvolvimento económico do país, participando assim de forma significativa, no total das exportações de mercadorias, e contribui para combate ao desemprego, que aflige principalmente os mais jovens e os de baixo nível de educação, bem como a fome e a subnutrição do povo cabo-verdiano, quebrando o círculo vicioso da pobreza (António Baptista *et al*., 2008:3).

O desenvolvimento adequado do turismo é uma das premissas para se atingir um desenvolvimento que se preconiza sustentável[8], e tem vindo a ser desenvolvidas iniciativas para a planificação das interve nções nesse setor pelo que, para além da constituição das Zonas de Desenvolvimento Turístico Integral (ZDTI) e das Zonas de Reserva e Proteção Turística através do Decreto-Legislativo n.º 2/93, em 2010, Cabo Verde dispõe de um Plano Estratégico do Turismo, com o objetivo de orientar as ações dos diversos atores do sistema (Governo de Cabo Verde, 2012:16). Ainda, é de referir que, de acordo com essa fonte, existem, em Cabo Verde, 25 ZDTI, o que representa, aproximadamente 5,3% do território nacional.

No Plano Estratégico do Turismo de Cabo Verde, encontram-se definidos 4 (quatro) princípios fundamentais para o desenvolvimento desse setor, a saber: i) um turismo sustentável e de alto valor acrescentado, com o envolvimento das comunidades locais no processo

[8] **A forma como tem vindo a ser desenvolvido o turismo em Cabo Verde, só pode contribuir para um desenvolvimento sustentável a nível socioeconómico, uma vez que, na prática, há pouca preocupação com as questões ambientais.**

produtivo e nos seus benefícios;ii) um turismo que maximize os efeitos multiplicadores, em termos de geração de rendimento, emprego e inclusão social; iii) um turismo que aumente o nível de competitividade de Cabo Verde, através da aposta na qualidade dos serviços prestados e;iv) um turismo que promova Cabo Verde no mercado internacional como destino diversificado e de qualidade (*op. cit*, 2012:16-17). Contudo, esses princípios não estão, efetivamente, traduzidos na prática.

É de referir que, no Plano Estratégico do Turismo em Cabo Verde, estão estabelecidos os seguintes objetivos específicos: i) atingir um fluxo anual de 500.000 turistas até 2013; ii) aumentar o emprego direto gerado pelo turismo, na ordem dos 60%, até 2013; incrementar a participação do turismo no PIB em 2013, via crescente interiorização e democratização das receitas do turismo e; iii) aumentar substancialmente os benefícios do turismo para a população (*idem*, 2012:17). No entanto, sobretudo este último objetivo estabelecido, nesse plano, ainda não está efetivado, o que requer, para esse efeito, medidas de políticas e estratégias

A Fotografia 1 ilustra as potencialidades turísticas da Baia do Inferno, e que precisam de ser aproveitadas enquanto produto turístico natural.



Fotografia 1: Potencialidades turísticas da Baia do Inferno

Fonte:Wlodzimierz J. Szymaniak (2012)

Em relação às zonas litorais e, particularmente, as comunidades piscatórias da ilha de Santiago, o que a semelhança da zona da Baía de Inferno situada na costa sudoeste da ilha em referência, entre a ponta dos Geneanes e o Ilhéu dos Alcatrazes, precisam de ser melhor conhecidas, uma vez que possuem várias potencialidades para o turismo ativo (Jorge Sousa Brito e Wlodzimierz J. Szymaniak, 2012:69-70). Ainda, para esses autores, é razoável sugerir o desenvolvimento do turismo rural, mas conjugado com as atividades marítimas e náuticas, nomeadamente passeios de barco para a observação da natureza (por exemplo a observação de golfinhos e de tartarugas), caça submarina e pesca desportiva devidamente regulamentadas [Fotografia 2].



Fotografia 2: Condições ideais para o o turismo rural em Achada Leite

Fonte:Wlodzimierz J. Szymaniak (2012)

Em Cabo Verde e, sendo assim, na ilha de Santiago, a atratividade da zona para mergulho com garrafa é evidente, mas esta atividade exige uma preparação específica e o seguimento das normas muito rigorosas. No entanto, não são implementadas as medidas de políticas e estratégias que permitam a realização, por parte, sobretudo das pessoas dessas comunidades, investimentos em turismo desportivo, o que poderia contribuir para o aumento e a diversificação de emprego e a redução da pobreza.

1.4.Visão e estratégias de desenvolvimento de Cabo Verde

De acordo com a ONU (2005:1), " os Objetivos de desenvolvimento do Milénio (ODM), estabelecem para o mundo metas quantificadas e prazos para atacar a extrema pobreza em suas múltiplas dimensões, ao mesmo tempo que promovem a igualdade de género, a educação e a sustentabilidade ambiental".

Em qualquer país é preciso que se defina visão e estratégias adequadas de desenvolvimento. Assim, em Cabo Verde, como visão estratégica de desenvolvimento perspetiva-se no longo prazo, o seguinte: i) um país aberto ao exterior, com uma economia de serviços competitiva, sustentada por recursos humanos altamente qualificados; ii) Um desenvolvimento que abraça cada uma das ilhas, com sentido estético e ambiental e; iii) Uma sociedade democrática, aberta e respeitadora dos direitos humanos[9]"(ANMCV, 2010:20). Entretanto, a esse respeito, há muito trabalho a ser feito, nomeadamente realização de investimentos, a implementação de medidas de políticas e estratégias adequadas no campo económico e ambiental, implementação, a fiscalização do cumprimento da legislação sobre o meio ambiente e os direitos humanos.

Em Cabo Verde, a luta contra a pobreza é tida como um objetivo maior, pelo que é preciso assegurar um crescimento económico forte, sustentado e durável, com taxa de desemprego a níveis aceitáveis e num quadro de estabilidade macroeconómica compatível com a solidariedade social a nível nacional e num processo equilibrado no plano ambiental (*op. cit.*, 2010:20). Contudo, face sobretudo aos efeitos da crise económica e financeira internacional na economia cabo-verdiana, esse objetivo é cada vez mais difícil de se concretizar, pelo menos a curto prazo.

É de frisar que, decorrente das estratégias e políticas de desenvolvimento e da sua situação de um país pequeno, insular e economicamente vulnerável, Cabo Verde, assumiu o compromisso de realizar os ODM, integrando-os no quadro estratégico de desenvolvimento, desde as Grandes Opções do Plano, Estratégias de Transformação de Cabo Verde, Documento Estratégico de Crescimento e de redução da pobreza, tendo definido, a longo prazo, a seguinte visão de desenvolvimento: i) a boa Governação; ii) capacidade empreendedora, a competitividade, o crescimento e alargamento da base produtiva; iii) desenvolvimento dos recursos humanos; iv) desenvolvimento social, luta contra a pobreza e o reforço da coesão

[9] Em Cabo Verde, há com frequência, desrespeitos pelos direitos humanos, como são os casos dos direitos laborais que são violados, inclusive pelo Estado, bem como à educação, ao emprego, à habitação condígna, entre outros, não são cumpridos, por quem de direito, sobretudo em relação às comunidades piscatórias da ilha de Santiago.

social e; v) desenvolvimento das infraestruturas (*idem*, 2010:20). Assim, essa visão de desenvolvimento de Cabo Verde está condicionada sobretudo às políticas e estratégias de desenvolvimento que têm vindo a ser implementadas, e os efeitos da crise económica e financeira na economia desse país.

Com base na visão acima apresentada, foram fixados 7 (sete) eixos principais da estratégia de desenvolvimento de Cabo Verde, a saber: i) manutenção de equilíbrios macroeconómicos, promoção da competitividade da economia e da confiança dos investidores privados e a credibilidade externa, e consolidação da convertibilidade da moeda nacional; ii) continuação das privatizações das empresas e apoio ao pluralismo económico; iii) modernização do setor privado, promoção das exportações e o desenvolvimento de parcerias a favor dos investimentos externos; iv) desenvolvimento de serviços essenciais à produção, nomeadamente água, saneamento e energia, através do desenvolvimento das infraestruturas afins; v) valorização de recursos humanos a todos os níveis; vi) reforma de Administração e reforço da descentralização e; vii) apoio ao desenvolvimento do turismo (*ibid*, 2010:20-21). No entanto, esses eixos estratégicos de desenvolvimento de Cabo Verde, não estão concretizados, na sua plenitude, com destaque para a modernização do setor privado, a promoção das exportações e o desenvolvimento de parcerias a favor dos investimentos externos, bem como a reforma de administração pública e o reforço da descentralização, o que a par dos outros constrangimentos já referidos anteriormente, condicionam o crescimento económico e, sendo assim, a redução da pobreza.

A agenda política para o desenvolvimento de Cabo Verde deve assentar-se sobre um crescimento suportado largamente pelo setor privado e por uma inserção dinâmica da economia global na base do aproveitamento da posição geo-económica desse país em matéria de comércio externo e de serviços turísticos, bem como das transferências privadas (*ibid*, 2010:21). Entretanto, a carga fiscal tributária sobre o setor privado tem vindo a aumentar, o que pode condicionar a agenda política desse país, a esse respeito.

Apesar de, em termos de políticas e estratégias, Cabo Verde pretende alcançar os objetivos de desenvolvimento do milénio até 2015, e os dados estatísticos apontarem nesse sentido, a verdade é que a realidade sócioeconómica nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago é preocupante, e verifica-se a degradação das condições de vida, sobretudo das pessoas de baixa renda, em decorrência do aumento do desemprego, do baixo rendimento e da perda do valor real da moeda.

1.4.1. Matriz de convergência e cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milénio

Em Cabo Verde, com base no diagnóstico, na compatibilização dos objetivos, nas metas, nos indicadores e nas estatísticas municipais disponíveis, fixou-se um quadro de municipalização dos ODM nos Municípios, e foram escolhidos oito objetivos, dez metas e vinte e cinco indicadores (ANMCV, 2010:33). Assim, com base nessa fonte, em termos globais, os objetivos, as metas e os indicadores do ODM de 2000 à 2015, já tinha atingido, por esse país, em 2007, quatro dos oito ODM, nomeadamente os 2, 4 e 5. Entretanto, os dados existentes não são suficientes para avaliar a evolução em relação a três dos quatro últimos objetivos, pelo que já deveria ter atingido o objetivo sobre a luta contra o VIH/Sida. Ainda, verificou-se a progressão do índice de desenvolvimento humano, passando de 0,59 em 1985 para 0,74 em 2005. Entretanto, tendo em consideração a atual conjuntura económica e financeira a nível internacional e em Cabo Verde, com sinais evidentes do agravamento da situação socioeconómicas das famílias cabo-verdianas, sobretudo as do meio rural e das comunidades piscatórias, há que reavaliar a respeito da evolução do cumprimento, ou não, dos ODM acima mencionados.

De acordo com a fonte *op. cit.* (2010:33), é de frisar que o objetivo da redução da pobreza deverá ser atingido em 2015, uma vez que os dados oficiais referem a uma redução da pobreza de 10%, entre 2002 e 2008, passando de 36 para 26 % da população. Assim, a segunda estratégia de luta contra a pobreza propõe desenvolver programas de 2008 para 2011.

O Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD), o Banco Mundial (BM) e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) das Nações Unidas implementaram o programa de redução da pobreza baseado sobre o microcrédito às populações rurais.

Em maio de 2008, aprovou-se, em Cabo Verde, o Documento Estratégico de Crescimento e Redução da Pobreza II (DECRP II), para orientar, até 2011, os programas de desenvolvimento sobre bases semelhantes ao DECRPI (*idem*, 2010:34), e resta saber o real impacto desse programa na promoção das atividades geradoras de rendimento, na criação de empregos, bem como no rendimento familiar e, consequentemente, na melhoria das condições de vida, sobretudo das famílias beneficiadas.

Apesar do crescimento económico verificado de 2000 à 2010, de acordo com as estatísticas do QUIBB 2007, 26.6 % da população era pobre em 2007.No entanto, esse crescimento é maior nas zonas urbanas do que nas zonas rurais, sendo estas últimas detinham 63 % dos pobres, em 2001, e 72 %, em 2007 (*ibid*, 2010:34).Assim, em Cabo Verde, as assimentrias verificadas em termos de desenvolvimento, entre as áreas urbanas e rurais, devem-se, em parte, a forma como são implementadas as plóticas públicas, sobretudo os investimentos para a criação da riqueza, sendo as zonas rurais e piscatórias são as menos beneficiadas, a esse respeito, com todas as consequências daí adveninetes a nível sócio-económico e ambiental.

1.4.2. Matriz de fixação das metas dos Objetivos do Desenvolvimento do Milénio por município

Para além da situação abordada na análise da situação em 2007, serviu-se de base à elaboração da Matriz II, a Matriz de fixação das metas nacionais para os ODM do Relatório da Direção Geral de Planeamento de Cabo Verde (DGP-CV). Ainda, com base nos dados existentes, dos investimentos realizados pelo Governo de Cabo Verde e pelos municípios cabo-verdianos, e tendo em consideração os indicadores por cada meta procedeu-se a fixação, das mesmas, por municípios para uma convergência dos ODM nos municípios cabo-verdianos em 2015 (ANMCV, 2010:66). Assim, em conformidade com essa fonte, Cabo Verde, enquanto país de desenvolvimento médio, deve ambicionar mais do que os ODM, fixando metas que lhe permite progredir para patamares mais elevados de desenvolvimento nos próximos 10 anos. Entretanto, tendo em consideração o agravamento da situação socioeconómica que tem vindo a verificar, há que se reavaliar os ganhos alcançados, de forma a se ter o real conhecimento sobre o grau de cumprimento e/ou retrocesso a respeito dos ODM.

É de realçar que perspetiva para 2012 era de nivelamento dos municípios para a convergência, baseado sobretudo na aceleração de investimentos nos municípios de avanço lento e em vias de atingir, sobretudo os municípios rurais e com algum isolamento (*op. cit*., 2010:67), o que devido, em parte, aos efeitos das crises económicas e financeiras internacionais sobre a economia cabo-verdiana, com reflexos negativos nas finanças locais, realizou-se, em Cabo Verde, menos investimentos por parte do Poder Local e, sendo assim, acaba por alterar a matriz de fixação das metas dos Objetivos do Desenvolvimento do Milénio por Município.

Na elaboração das propostas das metas partiu-se dos seguintes pressupostos: i) considera o ano 2007 como base e as metas a evolução para os níveis fixados anteriormente por cada indicador; ii) ritmo de realização a nível global de 2001 a 2007, caminho percorrido e o que falta para realização dos ODM em 2015; iii) ações tendentes aos resultados para atingir os indicadores; iv) avaliação da evolução de cada indicador e dos fatores determinantes; v) as ações em cursos e em *pipeline* com condições de implementação reunidas e de impacto direto na evolução dos indicadores dos ODM e; vi) capacidade de absorção dos municípios e das estruturas governamentais de apoio, enquadramento e promoção do desenvolvimento municipal (*idem*, 2010:67).

Cabo Verde, em decorrência dos constrangimentos, sobretudo financeiros, o que agravado pela crise económica e financeira internacional, com a consequente diminuição da capacidade de mobilização de recursos, sobretudo financeiros, o que condiciona a implementação da matriz de fixação das metas dos Objetivos do Desenvolvimento do Milénio por Município (ODM), conforme o estabelecido inicialmente e, sendo assim, a resolução dos problemas sócio-económicos e ambientais do país e das comunidades piscatórias da ilha de Santiago.

1.4.3. Fixação das prioridades de investimento público de desenvolvimento por município

De acordo com ANMCV (2010:68), para a fixação das prioridades, levou-se em consideração as perspetivas de cada município e dos planos de desenvolvimento económico e sociais existentes dos documentos de programa dos Planos Diretores Municipais existentes, e elencou-se, de forma geral, as principais aspirações dos municípios a médio prazo, a saber:

- Ordenamento físico e planeamento do desenvolvimento económico e social;
- Habitação condigna para todos e promoção de políticas de inclusão social;
- Desenvolvimento de infraestruturas de produção e de promoção económica;
- Emprego e formação profissional particularmente dos jovens e promoção do empreendedorismo;
- Resolução de problemas ainda existentes a nível de abastecimento de energia, água e saneamento do meio;
- Implementação do plano Municipal de igualdade e equidade do género;

- Desenvolvimento da cooperação descentralizada para a mobilização de recursos; e
- Desencravamento das localidades, transportes escolares e desenvolvimento de acessibilidades a fatores de criação de riquezas.

Tendo em consideração o que foi acima, as realizações feitas, a situação económica e financeira de Cabo Verde, as dificuldades na mobilização dos recursos, tanto pelo Governo Central, como pelos municípios cabo-verdianos, é de realçar que, as prioridades de investimento público de desenvolvimento por município, não são, e nem serão, concretizadas, pelo menos a curto prazo, de forma a alcançar os ODM, até 2015, conforme o previsto.

Conforme a fonte *op. cit.* (2010:68-69), a respeito do cumprimento dos ODM, há que, em termos específicos, redefinir a política de alocação dos recursos aos municípios, fomentar unidades de produção e criar mecanismos/programas de captação de financiamentos externos, capacitar os quadros municipais e dirigentes das ONG, introduzir de forma progressiva as energias alternativas, as chamadas energias limpas, criar um Plano Municipal de formação profissional, de forma a aumentar a capacidade da oferta formativa e de emprego em todos os municípios, introduzir medidas diferenciadas para a gestão e distribuição de água para o consumo humano e para agricultura, fazer o saneamento do meio numa perspetiva de ilha, bem como desenvolver campanhas de sensibilização, informação e formação dirigidas aos agricultores, sobre o uso de novas tecnologias, criar um Comité Municipal de Proteção Civil em todos os municípios, apostar na melhoria dos acessos as zonas agrícolas e pesqueiras consideradas importantes, apostar nas parcerias públicas-privadas, diversificar a economia rural e modernizar o setor primário a nível de escoamento, organização e produção, agro-indústria, qualidade e certificação e empreendedorismo.

Em Cabo Verde deve-se, ainda, fomentar o turismo interno com vista a aumentar atratividade dos municípios, reforçar a empregabilidade e auto-empregabilidade das pessoas de modo produtivo e que provenha o sustento aos modos de vida, procurar parcerias na cooperação intermunicipal e fomentar uma rede proteção social, garantir a integridade e qualidade do ensino.

É de frisar que, em decorrência dos efeitos das crises económicas e financeiras internacionais na economia e a redução das Ajudas Públicas ao Desenvolvimento (APD), tem-se deparado, em Cabo Verde, cada vez mais dificuldade na mobilização de recursos, quer interno, quer junto dos parceiros externos tradicionais, para a concretização das prioridades de investimento público de desenvolvimento fixadas, a nível de cada município.

1.4.4. Políticas públicas e combate a pobreza

A pobreza em Cabo Verde é estrutural, e agravada por fenómenos conjunturais como as secas, a estagnação e/ou a recessão económica, bem a situação laboral, sendo esta, muitas vezes, precária (Governo de Cabo Verde, 2012:9).

Os estudos realizados em 1993, com base no Inquérito às Despesas das Famílias de 1988/89 evidenciam que em Cabo Verde, pobreza constituía um fenómeno expressivo, sendo que, a nível nacional, 30% da população era pobre e destes, 14% era considerada muito pobre (*op. cit*, 2012:9-10). Ainda, de acordo com esse estudo, é de frisar que a repartição geográfico-espacial apontava que as ilhas do Barlavento (Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boavista), com exceção de Santa Luzia que é uma ilha desabitada, apresentavam os maiores índices em termos relativos, tanto a nível dos considerados pobres, como dos muito pobres, com 36% e 18% respetivamente, enquanto as ilhas do Sotavento (Santiago, Maio, Fogo e Brava) tinham 26,6% dos pobres e 11,6% dos muito pobres, e Brava, Santo Antão e São Nicolau, eram as ilhas com pessoas mais pobres e muito pobres.Ainda, com base nos estudos acima referidos e confirmados em 1997, mostraram que a pobreza atingia sobretudo as mulheres, nomeadamente as mães solteiras chefes de família, os analfabetos e as famílias com agregado familiar elevado, que as unidades familiares chefiadas por desempregados e inativos apresentavam os mais elevados números sejam de pobres e de muito pobres, ligando assim o fenômeno da pobreza quer à falta de instrução/escolarização, como também à desigualdade nas relações género.

Em 2001, a população em situação de pobreza representava 36,7% da população total de Cabo Verde, e registou-se a redução da pobreza entre 2001 e 2007 (*idem*, 2012:10). Assim, conforme essa fonte em 2007, a população que vivia em situação de pobreza diminuiu-se para 26,6%, e constatou-se que existia, em Cabo Verde, quase 118 mil pessoas vivendo em condições de pobreza, onde 72% viviam no meio rural, 56% eram mulheres, sendo33% contra 21% das famílias chefiadas por homens, e 95% não tinham instrução formal ou apenas o ensino básico, e existia uma variação acentuada dos níveis de pobreza entre os concelhos, situação idêntica à da cidade de México apresentada por Óscar Lewis (1961:12), que diz o seguinte,

> ***en* México *los rasgos económicos más característicos de la cultura de la pobreza incluyen la lucha constante por la vida, periodos de desocupación y de subocupación, bajos salarios, una diversidad de ocupaciones no calificadas, trabajo infantil, ausencia de ahorros, una escasez crónica de dinero en efectivo, ausencia de reservas alimenticias en casa, el sistema de hacer compras frecuentes de pequeñas cantidades de productos alimenticios muchas veces al día a medida que se necesitan* (…).**

Essas caraterísticas de cultura da probreza, encontram-se evidentes nas comunidades piscatórias da ilha de Santigo, em particular, e de Cabo Verde, no geral.

Para o autor *op. cit* (1961:13-14),

> ***algunas de las características sociales y psicológicas, en México incluyen el vivir incómodos y apretados, falta de vida privada, sentido gregario, una alta incidencia de alcoholismo, el recurso frecuente a la violencia al zanjar dificultades, uso frecuente de la violencia física en la formación de los niños, temprana iniciación en la vida sexual, uniones libres o matrimonios no legalizados, una incidencia relativamente alta de abandono de madres e hijos, una tendencia hacia las familias centradas en la madre y un conocimiento mucho más amplio de los parientes maternales, predominio de la familia nuclear, una fuerte predisposición al autoritarismo y una gran insistencia en la solidaridad familiar, ideal que raras veces se alcanza.*** **Ainda, de acordo com esse autor, nessa cidade,** ***otros rasgos incluyen una fuerte orientación hacia el tiempo presente con relativamente poca capacidad de posponer sus deseos y de planear para el futuro, un sentimiento de resignación y de fatalismo basado en las realidades de la difícil situación de su vida, una creencia en la superioridad masculina que alcanza su cristalización en el machismo, o sea el culto de la masculinidad, un correspondiente complejo de mártires entre las mujeres y, finalmente, una gran tolerancia hacia la patología psicológica de todas clases.***

As caraterísticas sociais e psicológicas acima apresentadas, constituem-se, em rigor,numa radiografia das comunidades piscatórias da ilha de Santiago e das outras ilhas de Cabo Verde.

É de realçar que o Governo de Cabo Verde preocupa-se, em certa medida, no combate à pobreza, e tem definido e implementado as estratégias de crescimento socioeconómico e de desenvolvimento, tendo em consideração que a política de combate à pobreza faz parte integrante das políticas públicas a nível global e, sendo assim, indissociável das opções estratégicas que são tomadas a esse nível (Proença, 2009:34).

Em Cabo Verde, o combate à pobreza tem sido um dos grandes desafios , pelo que, para esse efeito, desde os finais da década de noventa, foi concebido e implementado o Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza (PNLP) (Governo de Cabo Verde, 2012:10). Para combater, especificamente, a pobreza no meio rural em Cabo Verde, tem vindo a executar o PNLP no Meio Rural, e tem-se verificado um défice de ações integradas de combate à pobreza no meio urbano subsequente ao término em 2006 do projeto "Promoção dos Grupos Sociais Desfavorecidos.

Entre 1989 e 2007 os dados sobre a evolução da incidência da pobreza indica uma tendência para o cumprimento, por parte de Cabo Verde, do Objetivo I de Desenvolvimento do Milénio: i) reduzir a pobreza extrema e a insegurança alimentar e; ii) reduzir para metade a proporção da população que vive na pobreza extrema entre 1990 e 2015 (*op. cit*, 2012:11).

As políticas públicas, tanto podem contribuir para a luta contra a exclusão social como ser uma das causas de afirmação dessa mesma exclusão. Assim, pode gerar-se exclusão, ao se: i) criar comunidades sem dotá-las de serviços públicos; ii) estabelecer critérios diferenciais, em espaços urbanos, para o acesso aos vários níveis de educação; iii) favorecer, através dos investimentos públicos determinadas zonas em detrimento de outras; iv) permitir que a falta de coordenação origine dificuldades permanentes para grupos sociais como os deficientes motores (Proença, 2009:33). Assim, com base nessas causas de afirmação de exclusão social, é de afirmar que, em Cabo Verde e, particularmente, nas comunidades piscatórias, as políticas públicas implementadas, a esse respeito, têm vindo a contribuir para o reforço desse fenómeno, uma vez que, praticamente, não se realizam, nessas comunidades, investimentos em infraestruturas, equipamentos sociais, bem como atividades geradoras de rendimentos, com todas as consequências daí advenientes, sobretudo a nível económico e sociofamiliar.

O conceito de política de redução da pobreza adotado pelo Governo de Cabo Verde é abrangente e inclui, tanto as políticas de caráter macroeconómico, nomeadamente orçamental, monetária e cambial, de gestão pública e da boa governação, como as medidas de natureza setorial e microeconómica, visando a camada mais pobre da população (*op. cit*., 2009:33). Entretanto, é de referir que as políticas e as estratégias de redução da pobreza, não têm vindo a se traduzir, em certa medida, na prática, uma vez, sobretudo nos meios rurais e nas comunidades piscatórias, há sinais evidentes de pobreza.

A arquitetura da Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (ECRP) está centrada num conjunto de políticas nucleares, ou focais, tendo por base os eixos estratégicos de natureza programáticas, incidindo-se : i) política de crescimento e de estabilidade macroeconómica; ii) política de descentralização; iii) política de emprego, com integração progressiva das FAIMO; iv) política de desenvolvimento do setor agrícola; v) política de maximização dos efeitos induzidos pelos setores produtivos com maior efeito multiplicador e; vi) política de redistribuição e de proteção social (*idem*, 2009:33). Essas políticas não estão, em certa medida, a ser implementadas, e tem vindo a verifica-se a deterioração da redistribuição de rendimento e de proteção.

É de referir que os eixos estratégicos configuram as várias modalidades de intervenção dos poderes públicos, através de programas e de medidas de reforma, organizados nos seguintes eixos, a saber: i) promover a boa governação, reforçando a sua eficácia e garantindo a sua equidade; ii) promover a competitividade para favorecer o crescimento económico e a criação de empregos; iii) desenvolver e valorizar o capital humano; iv) melhorar e desenvolver as infraestruturas básicas, promover o ordenamento do território e salvaguardar o ambiente e; v) melhorar o sistema de proteção social, reforçar sua eficácia e garantir a sua sustentabilidade (*ibid*, 2009:33). No entanto, com exceção da melhoria e do desenvolvimento das infraestruturas básicas, é de realçar que a promoção do ordenamento do território não tem sido, em certa medida, levada em consideração, em termos de ações concretas, que não seja a produção da legislação e de outros instrumentos, a esse respeito. Ainda, em relação ao sistema de proteção social tem sido o contrário do acima referido, sendo que os segurados cada vez mais penalizados, inclusive em termos de direitos já adquiridos.

Em Cabo Verde, a estratégia de redução da pobreza, deve ser, efetivamente, perspetivada a vários níveis, a saber: i) a nível macro; ii) a nível setorial, através da introdução de uma abordagem programática e; iii) a nível micro, com a implementação de medidas específicas para favorecer a parte da população mais vulnerável em termos socioeconómicos. (*ibid*, 2009:34). Entretanto, não há uma articulação e coordenação entre níveis, condicionando assim, a prossecução de um dos maiores objetivos de Cabo Verde, que a melhoria das condições de vida das populações, sobretudo das que vivem no meio rural e nas comunidades piscatórias, cujas dificuldades a nível socioeconómico são maiores.

O Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLP) que tem vindo a ser implementado a partir 2000, encontra-se integrado no Plano Nacional de Desenvolvimento 1997-2000 e no de 2002-2005, tendo como subprogramas: i) a integração dos pobres na economia; ii) a melhoria do acesso social dos pobres e; iii) a mobilização social, iv) o reforço da capacidade institucional (*ibid*, 2009:34), e em termos práticos, esses subprogramas não foram implementados, de acordo com o estabelecido, sobretudo no concernente a integração dos pobres na economia e a melhoria do acesso social dos pobres.

O PNLP define como metas a atingir, as seguintes: i) a redução da taxa da pobreza; ii) a erradicação da pobreza absoluta, iii) a elevação do rendimento médio das camadas que vivem abaixo do limiar da pobreza; iv) a melhoria da capacidade produtiva dos pobres; v) a melhoria das infraestruturas económicas e sociais das comunidades pobres e a reconversão das Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-Obra (FAIMO), destinadas sobretudo às mulheres chefes de família, aos trabalhadores das FAIMO, aos desempregados, com realce para jovens desempregados e aos grupos vulneráveis, nomeadamente os idosos, os portadores de deficiências, as crianças abandonadas e os inválidos (*ibid*, 2009:35). Essas metas não foram atingidas, em decorrência de medidas de políticas e estratégias inadequadas, o que tem contribuído, em certos casos, para a aplicação dos recursos financeiros mobilizados para fins não, inicialmente, propostos.

As políticas públicas implementadas em Cabo Verde não têm vindo a contribuir para, conforme o estabelecido, o combate a pobreza, o que segundo Elaine Rossetti Behring e Ivanete Boschetti (2008:62), com base em alguns dos elementos do liberalismo ajuda a compreender a reduzida intervenção estatal na forma de políticas sociais, a saber: i) o bem-estar individual maximiza o bem-estar coletivo. Para os liberais, cada indivíduo deve buscar o seu bem-estar para si e sua família (…), e não cabe ao Estado garantir bens e serviços públicos para todos, e esse princípio funda em outro – a liberdade em detrimento da igualdade; ii) naturalização da miséria, pelo que esta é considerada como natural e insolúvel, uma vez que decorre da imperfetibilidade humana, pelo que a miséria é compreendida como resultado da moral humana e não como resultado de acesso desigual à riqueza socialmente produzida e; iii) predomínio da lei da necessidade, e entende-se que as necessidades humanas básicas não devem ser totalmente satisfeitas, visto que a sua manutenção permite controlar a miséria.

Em Cabo Verde, o Estado não consegue garantir políticas sociais visto que os auxílios sociais contribuem para reproduzir a miséria, desestimular o interesse pelo trabalho e geram acomodação, o que poderia ser um risco para a sociedade de mercado e; v) a política social deve ser um paliativo, tendo em consideração que a miséria é insolúvel e alguns indivíduos, nomeadamente as crianças, os idosos e os deficientes, não têm condições de competir no mercado de trabalho, ao Estado cabe apenas assegurar assistência mínima a esses segmentos, como um paliativo, e a pobreza deve ser minorada pela caridade pública.

Em Cabo Verde e, sendo assim, nas comunidades piscatórias, as políticas públicas implementadas não têm vindo a contribuir, como era de esperar, para redução da pobreza, e as famílias têm vindo a deparar-se com dificuldades na aquisição de bens e serviços indispensáveis ao bem estar social.

1.4.4.1. Organizações da sociedade civil e o combate à pobreza

Em Cabo Verde, nos documentos governamentais de orientação da Política de Luta contra a Pobreza, as ONG e as OSC são consideradas como agentes importantes da política de descentralização (Proença, 2009:36). Entretanto, sobretudo as Organizações da Sociedade Civil (OSC) são politizadas, desvirtuando assim os propósitos para os quais foram criados, o que condiciona a consolidação da democracia.

De acordo com Raichelis (1998) *apud* Elaine Rossetti Behring e Ivanete Boschetti (2008:181), "a consolidação da democracia passa por uma insistente vontade política para a construção de uma esfera pública nacional, consistente e visível, tendo assim transparência dos discursos e ações dos que toma decisões e para os implicados nessas mesmas decisões".

Em Cabo Verde, foi elaborada e executada a estratégia de parceria entre as entidades públicas, entre o Poder Central, os Municípios e as OSC, com o objetivo de reforçar a participação da sociedade civil no processo de descentralização. Assim, essa estratégia foi implementada através dos seguintes instrumentos jurídico-financeiros: i) a Lei que define o estatuto das Organizações não-governamentais de desenvolvimento (ONGD); ii) Fundo Nacional de Apoio a Projetos das ONGD e OSC; iii) Regulamento do Registo das ONGD; iv) contabilidade e registo dos ativos das ONGD e OSC; iv) aprovação de uma nova lei que defina as atribuições e competências dos municípios em domínios como a saúde, a educação, o ambiente e o ordenamento do território (Proença, 2009:36).

As medidas de políticas preconizadas e as estratégias de parcerias entre as entidades pelo Governo de Cabo Verde, não estão traduzidas na prática, conforme o estabelecido, ao ponto de se verificar desentendimentos, tendo base, quase sempre, motivações políticas, criando assim constrangimentos de várias ordens, sobretudo às OSC na concretização dos objetivos preconizados e, sendo assim, no combate a pobreza, com realce para as comunidades piscatórias na ilha de Santiago.

O objetivo da implementação da estratégia acima referida é o da descentralização de novas competências e recursos para os municípios, tendo em consideração o princípio da subsidiariedade.

É de acrescentar que respeito, outros diplomas foram produzidos, nomeadamente a Lei da Cooperação Descentralizada e a revisão e aprovação da Lei de Finanças Locais (*op. cit*, 2009:36). Assim, apesar da criação do quadro legal bem como a definição de estratégias, em Cabo Verde, o Poder Local tem vindo a deparar com dificuldade de recursos financeiros e não só, o tem condicionado a execução dos respetivos planos de atividades e, sendo assim, a resolução dos problemas socioeconómicos a nível local e comunitário.

Para Raichelis (1998) *apud* Elaine Rossetti Behring e Ivanete Boschetti (2008:181), "a consolidação da democracia passa, ainda, por controlo social, com a participação da sociedade civil organizada na arbitragem dos interesses em jogo e acompanhamento das decisões segundo critérios pautados", o que não tem acontecido, em Cabo Verde, em relação na definição das medidas de políticas, estratégias e programas de combate a pobreza.

É de frisar que, em Cabo Verde, existe legislação sobre o Estatuto geral das associações, a Lei 28/III/87 de 31 de dezembro que revogou diplomas anteriores à independência, bem como sobre questões mais detalhadas como os benefícios fiscais às instituições não-governamentais reconhecidas pelo Estado consagrados na Lei n.º106/IV/94 de 5 de setembro (Proença, 2009:36).

Em Cabo Verde, a grande desproporção entre os recursos existentes e a população, em constante crescimento, associada à prevalência de uma taxa de pobreza ainda significativa, assolando mais de um quarto da população, têm reflexos numa elevada pressão sobre os escassos recursos naturais acelerando, ainda mais, o processo de degradação ambiental que, por sua vez, provoca novos problemas ecológicos e sociais, tanto no espaço urbano como no rural (Governo de Cabo Verde, 2012:12-13).

A repeito das estratégias de implementação de vários programas e projetos de desenvolvimento, as organizações são parceiras incontornáveis e têm vindo igualmente a apoiar os agentes públicos de desenvolvimento na realização de um trabalho permanente de comunicação, informação e sensibilização, apelando para a consciencialização do coletivo do país para a necessidade da preservação ambiental.

As Organizações da Sociedade Civil (OSC), precisam de ser empoderadas e dotadas de meios humanos, materiais e financeiros que as permitam a materialização dos seus objetivos a nível social, económico e ambiental, contribuindo assim para a melhorias das condições de vida e a inclusão social das pessoas desfavorecidas, com realce para as das comunidades piscatórias da ilha de Santiago (*op. cit*, 2012:13).

As Organizações Não-Governamentais e Associações Comunitárias de Desenvolvimento desempenham um papel importante, quer na implementação do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza (PNLP), quer em particular no meio rural, quer na implementação de vários projetos, nomeadamente no domínio agrícola, das pescas, em áreas sócio educativas, entre outras, contribuindo sobremaneira para a edificação não só de uma maior e melhor consciência em matéria de proteção ambiental, como também na melhoria das condições de existência das diferentes comunidades em que se inserem (*idem*, 2012:13). A esse respeito, devido a politização e/ou asfixia dessas organizações, a par dos limitados recursos humanos, materiais e financeiros, a mesmas, não têm vindo a contribuir, como era de esperar, para a redução da pobreza e a preservação do meio ambiente, servindo assim, em determinadas situações, como tentáculos, ou extensão dos partidos políticos em Cabo Verde.

Não há um grande divórcio entre a estratégia da PNLP e a das ONG, o que justifica os esforços envidados para se preparar o programa de Luta Contra a Pobreza, com a participação dos atores, das ONG e das OSC na sua conceção e elaboração, e essas organizações privilegiam a participação dos pobres no processo da sua autopromoção, de forma responsável e engajada e, sendo assim, preocupam-se com a promoção de parcerias com as organizações de base a na luta contra a pobreza nos meios rurais (Proença, 2009:37), o que requer maior envolvimento e uma articulação entre essas organizações e os poderes públicos, bem como a participação efetiva dos pobres em todos os processos, desde a conceção, elaboração, execução e avaliação desses programas.

É de referir que tem sido a preocupação das ONG cabo-verdianas em assegurar a ocupação dos beneficiários, tanto no meio urbano como no rural, nomeadamente através do autoemprego, da dinamização das atividades geradoras de rendimento, e associada a essa preocupação, encontra-se a necessidade sobretudo da formação profissional, bem como outras ações de formação para qualificação das pessoas (*op. cit*., 2009:38).

No que tange a essas ações de formação, deve ser feita uma discriminação positiva em relação as comunidades piscatórias, como forma de preparar as pessoas para um melhor desempenho, das mesmas, nas suas atividades e funções, bem como um melhor enquadramento no mercado de trabalho e uma melhor integração social.

A criação de associações de desenvolvimento comunitário é uma das estratégias das populações para se aproveitar as oportunidades de financiamento de ações de luta contra a pobreza oferecidas quer interna, quer externamente (*idem*, 2009:32). Ainda, de acordo com este autor, através dessas organizações, as comunidades rurais conseguem obter os apoios para realização dos trabalhos de interesse comunitário e de alguma envergadura, nomeadamente obras ligadas à engenharia rural, de proteção e conservação de solos, de correção torrencial e algumas infraestruturas comunitárias financiadas geralmente pelo Governo de Cabo Verde ou pelas autarquias, no quadro dos chamados contrato-programas. Entretanto, as Organizações da Sociedade Civil (OSC), das comunidades piscatórias da ilha de Santiago, pouco têm feito para a melhoria das condições de vida das respetivas populações.

Em Cabo Verde, os contrato-programas baseiam-se na contratação de grupos ou comunidades organizadas para a realização, mediante condições preestabelecidas, de obras que normalmente eram executadas pelo Governo Central, ou pelas Câmaras Municipais (*ibid*, 2009:32). No entanto, os grupos ou comunidades organizadas, ao se funcionarem, em certos casos, como poderes paralelos às Câmaras Municipais, acabam por não se constituir em parceiros de desenvolvimento local e comunitário, mas sim em adversários, acabando assim por funcionar de acordo com as orientações políticas partidárias, e nem sempre os financiamentos são aplicados de acordo com os fins inicialmente propostos.

As associações, apesar dos constrangimentos enfrentados, têm vindo a arrecadar recursos para assegurar o seu funcionamento, bem como a criação de postos de trabalho.

Em Cabo Verde, as Organizações da Sociedade Civil (OSC) são, ainda, as promotoras do crédito na forma de microcrédito, como resposta ao pouco acesso, por parte das famílias com menos recursos, à banca tradicional, constituindo assim numa política social de combate à desigualdade e à exclusão (*ibid*, 2009:33).

Face a atual conjuntura económica e financeira internacional e em Cabo Verde, e tendo em consideração os limitados recursos disponíveis, bem como os objetivos que estão na base da criação sobretudo das OSC, é preciso que se implemente políticas públicas que permitam essas organizações desempenhem as suas funções enquanto parceiros que efetivamente contribuam para a melhoria das condições de vidas das pessoas.

1.4.4.2. Estratégias das famílias no combate à pobreza

Para contornar a falta de recursos, os cabo-verdianos em situação de pobreza têm vindo a recorrer-se, de entre outras, das seguintes estratégias: " i) a emigração; ii) ao mercado informal; iii) as remessas das famílias do exterior e; iv) a criação de associações de desenvolvimento comunitário" (Proença, 2009:29). Entretanto, é preciso que se procure alternativa, o que pode passar pela economia solidária e empreendedorismo, nomeadamente as pequenas e médias empresas, com realce para o turismo rural e de habitação.

É de frisar que, com as dificuldades que começaram a ser levantadas pelos países de destino, a emigração começou a orientar-se, para movimentos migratórios internos em direção aos centros urbanos, o que contribuiu para decréscimo da população rural ao longo da década de 90 e que se encontram evidentes nos resultados censitários de Cabo Verde (*op. cit*, 2009:29). Ainda, de acordo com o autor *idem* (2009:30), implementou-se em Cabo Verde um processo de reforma do quadro e da organização das atividades das Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-Obra, nos finais da década de 90, com o objetivos de:

- Fazer a integração dos beneficiários das Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-obra (FAIMO[10]) no mercado do trabalho regular ou numa forma de emprego independente, o que, ainda, não tem verificado;
- Reforçar o papel da sociedade civil, essencialmente as associações camponesas e as organizações não-governamentais, na identificação, seleção e execução dos projetos. Entretanto, o maior envolvimento dos atores de base devia melhorar a qualidade dos projetos de infraestruturas e a sua incidência sobre as populações envolvidas;
- Conceber, gerir e acompanhar as atividades, cujas capacidades foram reforçadas. Essa estrutura compreende a Comissão Nacional de Luta contra a Pobreza, os Ministérios

[10] **Em Cabo Verde, as FAIMO não podiam servir como exemplo de produtividade, mas sim um paliativo ao desemprego.**

das Finanças e da Agricultura, os municípios, as associações camponesas e as organizações não-governamentais. Entretanto, há necessidade de se aplicar os recursos mobilizados de forma que contribuam, efetivamente, para a melhoria das condições de vidas da pessoas, com realce para as comunidades piscatórias em Cabo Verde e, sendo assim, nas da ilha de Santiago;

- Atribuir ao setor privado um papel mais importante na conceção e, sobretudo, na chamada a si das atividades das Frentes de Alta Intesidade de Mão-de-Obra. No entanto, o setor privado, face aos efeitos negativos da crise económica e financeira, bem como os encargos fiscais, não têm conseguido desempenhar esse papel.

É de destacar que, em Cabo Verde, o setor informal assume um papel importante no emprego, e um dos traços marcante deste setor é a ausência de contratação formal de trabalho. Nos centros urbanos, esse setor compõe-se de pequenas empresas privadas, de caráter familiar, essencialmente no setor dos serviços, e empregando pessoal pouco qualificado (*ibid*, 2009:31). Ainda, para este autor, o setor informal no comércio, hotelaria e restauração reflete o desenvolvimento dessas atividades, durante os anos 90, e considerava-se que se tenha havido um fenómeno de transferência do emprego formal nestes setores.

Em Cabo Verde, em 1997, nos cinco centros urbanos, nomeadamente na cidade do Mindelo (ilha de São Vicente), na cidade da Praia e na atual cidade de Assomada (ilha de Santiago), na atual cidade dos Espargos (ilha do Sal) e na cidade de São Filipe (ilha do Fogo), fez-se uma descrição aprofundada do setor informal em Cabo Verde, e ficou a saber que: i) 95% das empresas do setor informal empregam menos de 5 pessoas, contra 58% do setor formal; ii) o comércio é a atividade económica dominante, com cerca de 56% do total das todas empresas que existiam, seguido da restauração e da hotelaria com cerca de 19% e; iii) o nível de educação dos empresários do setor informal é baixo, sendo que 86% não têm mais do que a educação primária, e são relativamente jovens, 63% tendo menos de 45 anos (*ibid*, 2009:31).

Com base no estudo supramencionado, as empresas do setor informal têm, na sua maior parte, uma forte conotação familiar: i) ¾ das pessoas do setor informal, ou são independentes ou são membros da família; ii) cerca de metade dos ocupados nesse setor é remunerada como independente, 28% recebem um salário fixo, 3% são pagos à peça ou à hora e 15% que são membros da família, não são remunerados e; iii) uma grande proporção dos empresários do setor informal (42%) trabalhava no setor público antes da criação das suas empresas ou combinavam um emprego público com uma atividade no setor informal (*ibid*, 2009:31).

Em Cabo Verde e, sendo assim, na ilha de Santiago, os pescadores e as peixeiras dependem, sobretudo da pesca e da comercialização do pescado, que são cada vez mais difíceis, devido a diminuição dos recursos marinhos, o que requer a prática dessa atividade no alto mar, das limitações em termos de embarcações e outros equipamentos para esse efeito. Ainda, a maioria dos pescadores e peixeiras não estão abrangidos pelos serviços de segurança social estabelecidos pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) de Cabo Verde e nem pagam o Imposto Único sobre o Rendimento (IUR), nem têm seguro qualquer.

O estudo acima referido evidencia-se que, em Cabo Verde, as mulheres estão sobre representadas, particularmente no comércio. A legislação do trabalho não se aplica, de acordo com o estipulado e as diretrizes da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e, sendo assim, há direitos dos trabalhadores consagrados e não respeitados, os salários são muito variáveis, e apenas ¼ dos trabalhadores beneficiavam de salário fixo (*ibid*, 2009:31).

A pecuária de subsistência assume um papel significativo na economia rural, constituindo, tradicionalmente, um fator de segurança relativamente às secas. Nas zonas urbanas, o desenvolvimento da atividade informal, constitui-se a principal saída para muitas famílias, o que se pode constatar pelo crescimento significativo da economia informal (*ibid*, 2009:31). Ainda, para este autor, no setor informal, as mulheres desempenham um papel de relevo, o que explica a melhoria da incidência da pobreza feminina da década de 90, e após os anos 80, as remessas de emigrantes aumentaram significativamente, e passaram de 13% para 19% do PIB, entre 1988 e 1996. Assim, é importante distinguir entre as remessas que são usadas para financiar o consumo e as que são investidas, aproveitando as condições mais favoráveis aos depósitos bancários de emigrantes relativamente aos depósitos dos residentes. Essa poupança é transformada, pelo sistema bancário, em investimentos, sobretudo no setor da construção.

As remessas dos emigrantes podem, ainda, assumir a forma de envio de mercadorias do exterior para as famílias que as vendam no mercado em Cabo Verde. Entretanto, não se conhece os dados sobre as transferências fora do sistema bancário (*ibid, 2009.32)*. Entretanto, como diz Abad (2008: 718) *apud* Santos Rego e Lorenzo Moledo (2012: 63), emigración y desarrollo non son variables cuyo juego produzca efectos de suma siempre positiva, sobretudo no contexto da crise económica e financeira internacional.

Tendo em consideração os problemas que os mais desfavorecidos social e economicamente têm vindo a enfrentar, é preciso que sejam implementadas medidas de políticas e estratégias que permitam as famílias obter alternativas e, sendo assim, aumentar o rendimento para a aquisição de bens e serviços indispensáveis a satisfação das suas necessidades**.**

1.5. Resultados do desenvolvimento de Cabo Verde com impacto nos Objetivos do Desenvolvimento do Milénio

Em Cabo Verde, a situação, a nível global, é marcada pela crise económica e financeira atual, tendo o Fundo Monetário Internacional revisto em baixa o cenário de crescimento mundial aponta para uma taxa de crescimento de 2,2% em 2009, 0,8 p.p. abaixo da anterior previsão, quando as principais economias mundiais se encontram já à beira da recessão técnica (ANMCV, 2010:21). Assim, segundo esta fonte, a nível nacional, as informações da conjuntura económica apontam para um menor ritmo de crescimento da atividade económica, a avaliar pelo comportamento dos indicadores de curto prazo, nomeadamente qualitativos, resultantes dos inquéritos de conjuntura do Instituto Nacional de Estatística, e quantitativos da procura interna, calculados pelo Banco de Cabo Verde.

É de realçar que o crescimento no setor do turismo tem vindo a contribuir para os resultados económicos alcançados em Cabo Verde, constituinfo assim na principal fonte de divisas, apesar de apresentar tendência de abrandamento (*op. cit.*, 2010:*passim*).

Em Cabo Verde, apenas 10 % das terras do país são aráveis, a agricultura é de baixa produtividade e o investimento nesse setor é modesto. No entanto, verifica-se melhoria insignificante nos rendimentos, em decorrência da irrigação gota-a-gota e a densificação de acessos aos mercados. Apesar da chuva abundante em 2009, a contribuição da agricultura para o PIB situa-se a volta dos 10% em 2009, a mesma que em 2008 (*idem*, 2010:22).

É de frisar que, em Cabo Verde, a pesca, apesar de pouco desenvolvida, contribui com 5% na formação do PIB, apesar de constituir um dos raros recursos naturais com grande potencial económico, responsável por 10% das exportações, para além da sua importância na melhoria da dieta alimentar cabo-verdiana e, sendo assim, para a segurança alimentar (*ibid,* 2010:22).

De acordo com Baptista *et al.* (2008:2), a pesca sempre teve grande importância socioeconómica para as comunidades costeiras de Cabo Verde e, sendo assim, para as comunidades piscatórias da ilha de Santiago, uma vez que que oferece meios de subsistência e possibilidades de emprego, devido à vocação marítima do povo cabo-verdiano.Ainda, segundo esse autor, o pescado aparece como componente importante na alimentação da população, tendo papel decisivo na questão da segurança alimentar do povo cabo-verdiano, por ser fonte de proteína animal de baixo custo para a população e por sua relativa abundância nos mares de Cabo Verde. Ainda, é de realçar que, a ilha de Santiago, por ser o maior mercado de Cabo Verde, tem mais oportunidades para a venda do pescado, bem como dos outros produtos.

O crescimento do PIB real de Cabo Verde, em 2009, situa-se, em 5% e o investimento privado em 7%, contra 14% em 2008. Entretanto, o consumo global também poderá acusar um abrandamento (ANMCV, 2010:22-22).

O Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2010 prevê um aumento de 15,2 % de despesas que deverá atingir os 33 % do PIB. A previsão para o crescimento das despesas de investimentos é de 28,4 %, graças ao programa de investimento público desenvolvido. As despesas correntes devem também crescer em 3,8 % do PIB, e as receitas públicas devem manter ao mesmo nível de 2009, 28,2 % do PIB. Assim, o total dos compromissos dos parceiros multilaterais e bilaterais deve atingir em 2009, os cerca de 15 % do PIB (*op. cit.*, 2010:23-24).

Em Cabo Verde, o défice orçamental, em 2009, situa-se a volta dos 3,5% do PIB, e o reforço da administração fiscal tem permitido uma grande melhoria na cobrança de impostos. As taxas do Imposto Único sobre o Rendimento (IUR) para as empresas e particulares passam de 30 para 25% em 2010. O imposto sobre as pequenas empresas passa de 20% para 15 % (*idem*, 2010:24). No entanto, é de referir que, na ilha de Santiago, os pescadores e as peixeiras não têm empresas constituídas.

A passagem de País Menos Avançado (PMA) para País de Desenvolvimento Médio (PDM) representa um desafio para Cabo Verde, na medida em que contribui para uma diminuição progressiva da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD).

É de frisar que Cabo Verde preenche apenas dois dos três critérios fixados para alteração do seu estatuto, nomeadamente o rendimento *per capita* e o desenvolvimento humano, e não consegue preencher o critério de vulnerabilidade económica devido, sobretudo à sua forte dependência das importações e das dificuldades ambientais e da insularidade (*ibid*, 2010:25).

A curto prazo, Cabo Verde tem garantido a ajuda orçamental, e a sua qualificação ao País de Desenvolvimento Médio (PDM) abre perspetivas, e tendo em consideração as caraterísticas da economia cabo-verdiana pode aceder a outros financiamentos (*ibid,* 2010:25). Assim, com base nesta fonte, Cabo Verde deve mobilizar a ajuda externa para financiar os investimentos públicos, sobretudo a nível dos municípios pobres, para diminuir as assimetrias e aumentar as receitas internas, pelo que é preciso que se melhore a disciplina orçamental eliminando as despesas públicas e custos de funcionamento supérfluos e melhorar a capacidade de cobrança de impostos. Ainda, é de realçar que, em conformidade com essa fonte, a taxa de inflação situava-se, em 2009, a 1.0 %, contra 6.8 % em 2008, e a previsão para 2010 é de 3%. Entretanto, o sistema financeiro de Cabo Verde é, relativamente resistente, face à crise internacional, devido as suas limitadas interações com os mercados de capitais internacionais.

Tendo em consideração os efeitos da crise económica e financeira internacional na economia cabo-verdiana, a redução das Ajudas Públicas ao Desenvolvimento por parte dos parceiros tradicionais de Cabo Verde, a redefinição das políticas públicas, é necessário que se reavalie os resultados do desenvolvimento de país e, consequentemente o impacto deste no concernente ao grau de cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milénio.

De acordo com o relatório de progesso de execução de desenvolvimento do milénio elaborado em 2009, em Cabo Verde foram executadas várias ações e investimentos, nomeadamente nas infraestruturas e nos transportes, na economia, no ambiente, na educação, na juventude e na área da proteção social, segurança e saúde (MF[11], 2009:5). Assim, de acordo com esta fonte, para facilitar e permitir uma melhoria significativa das condições de vida dos mais desfavorecidos do país, o acesso duradoiro a um sistema de abastecimento de água potável, foram feitas várias ligações domiciliárias de água em todos os concelhos do país com financiamento público e privado, e foi retomado o projeto de abastecimento de água no interior de Santiago onde o indicador de origem de água através da rede pública era de 35,2%, o mais baixo do país cuja média situa-se em 42,9% em 2008.

[11] **É a sigla do Ministério das Finanças e do Planeamentode Cabo Verde.**

De 2000 à 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Cabo Verde passou de 0,500 para 0,534. Em comparação com a média dos países da África subsaariana, Cabo Verde tem tido sempre um dos melhores desempenhos no IDH, e essa melhoria acompanha o progresso que esse país tem atingido a vários níveis, nomeadamente na alfabetização, na garantia do acesso aos cuidados primários de saúde e no aumento da esperança de vida da população (INE, 2010:*passim*). Entretanto, o mesmo não se pode afirmar em relação às comunidades piscatórias da ilha de Santiago, em que se verifica o agravamento das condições de vida das famílias, sobretudo a nível de educação, alimentação e acesso aos cuidados de saúde.

1.5.1. Situação da família profissional de marítimo pesqueiro

A classificação da família marítima pesqueira é qualificada por um conjunto de atividades económico-produtivas do setor marítimo, compreendendo as operações de pesca artesanal, semi-industrial e industrial, os trabalhos de convés em barcos de pesca, de manuseamento das capturas a bordo, de construção e manutenção de artes e engenhos de pesca e de observação das atividades e controle das capturas a bordo (Lux-Development (2013:6). Ainda, de acordo com esta fonte, a atividade da pesca compreende a apanha de produtos de águas marítimas (peixes, crustáceos, plantas, algas entre outros produtos), aquacultura e afins em regime controlado.

Para Alcides Varela *et al.* (2011: *passim*), em Cabo Verde, não há uma definição padrão de comunidades piscatorias, pelo que, as mesmas, podem ser entendidas como sendo comunidades onde as pessoas se dedicam, sobretudo a pesca e as atividades conexas.

Em Cabo Verde, a atividade pesqueira tem uma grande tradição em todas as ilhas, e é uma fonte importante de emprego e, em algumas ilhas, uma das principais bases produtivas e eixo de desenvolvimento, e é normalmente dividida em artesanal, semi-industrial e industrial, baseado no tamanho da embarcação e a potência do motor, pelo que segundo Lux-Development (2013:18-19):

- A pesca artesanal é predominada pela pesca à linha de mão para tunídeos e demersais, existindo também redes de cerco, de emalhar e de praia para pequenos pelágicos;
- A pesca semi- industrial é com rede de cerco e vara para pequenos pelágicos e tunídeos; a industrial com vara, redes e covos é dirigido a tunídeos, pequenos pelágicos e lagosta;

- É feita praticamente durante todo o ano, mas conhece um período de alta entre maio e novembro, momento no qual os ventos são menos fortes, e quando certas espécies de tunídeos são mais abundantes; e
- Os ventos fortes, ligados com a *bruma seca* acontecem entre os meses de dezembro e abril que impossibilitam saídas frequentes nestes meses do ano.

A pesca em Cabo Verde assume um caráter familiar onde a propriedade de embarcações e outros fatores de produção, a atividade da pesca, a venda são feitas pelos membros da família, principalmente na pesca artesanal e parcialmente na pesca industrial. Este facto, demonstra uma certa interação nas formas de pesca e no modo de trabalhar, por vezes dando a atividade da pesca um caráter muito informal e de subsistência (*op. cit.*, 2013:19). Assim, apesar neste setor coabitar vários constrangimentos, esforços tem sido feitos para melhorá-lo, nomeadamente na criação de infraestruturas e melhoramento da capacidade da sua gestão, frota em vias de renovação, aumentar a capacidade de captura, maior aposta na qualificação dos recursos humanos, aumento do nível organizacional das comunidades, existência de infraestrutura certificada para exportar (*idem*, 2013:19)..

O Gráfico 2 evidencia a evolução do número de pescadores em Cabo Verde.

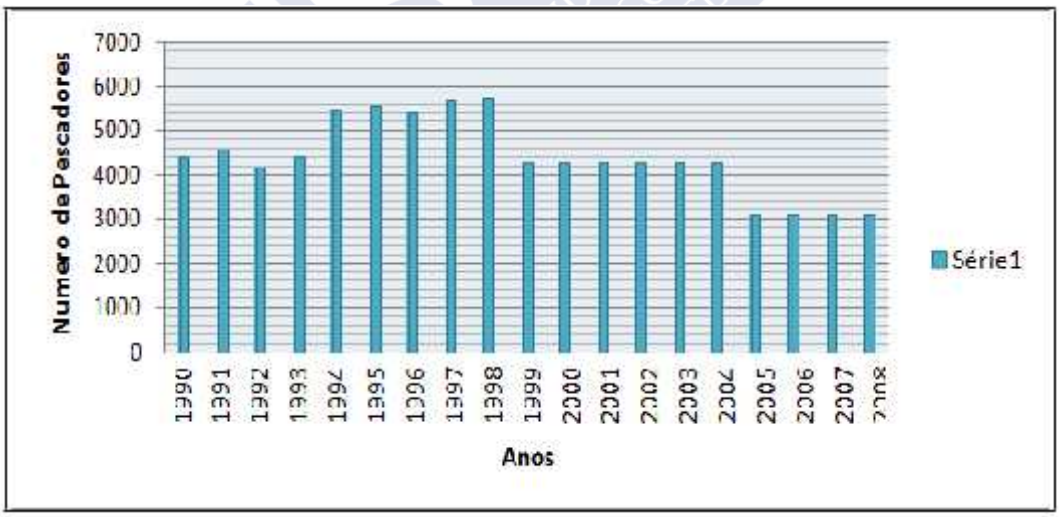


Gráfico 2:Evolução do número de pescadores

Fonte: Lux-Development (2013).

Em Cabo Verde, regista-se a diminuição de pescadores[12] (incluindo o pescador a tempo inteiro e parcial), o que se encontra evidente no Gráfico 2

Com base no Gráfico 2, de 1990 até 1998 o número dos pescadores tendia a aumentar gradualmente tendo atingido os seus máximos entre 1994 a 1998, acima dos cinco mil pescadores, e de 1999 a 2004, regista-se diminuição e uma aparente estabilização, situando-se em cerca de 4.283 pescadores, e a mesma tendência, se verifica de 2005 que à 2008, cujo o número de pescadores aproxima-se os 3180 (*ibid*, 2013:19). Ainda, segundo esta fonte, no que refere ao subsetor da pesca industrial e semi-industrial, a ausência de dados nos Boletins Estatísticos do Instituto Nacional do Desenvolvimento das Pescas de Cabo Verde não permitem uma análise do número de empregos nesse subsetor por serem incompletos, o que se torna difícil pronunciar-se sobre a tendência geral.

A atividade da pesca vem prestando uma modesta contribuição na formação do PIB inferior a 2% sendo a maioria proveniente da pesca artesanal. Embora o seu papel social e económico tem sido mais importante do que o refletido por este indicador, contribuindo para o emprego equilíbrio da balança de pagamentos e a segurança alimentar (INDP, 2010, Lux-Development, 2013:6).

O rendimento nas pescas é, normalmente, baixo e as famílias numerosas em média entre os 5-7 membros têm de ser sustentadas, tornando as poupanças difíceis. Observa-se uma divisão de tarefas em que o homem se dedica à pesca e a mulher se dedica à comercialização do pescado. O exercício de outra atividade alternativa, nem sempre é suficientemente para auxiliar no rendimento, pois quando acontece é exercida normalmente dentro da mesma profissão ou executam trabalhos que não exigem nenhuma qualificação específica. Facto este que coloca os profissionais do setor das pescas, entre os trabalhadores com maior propensão para serem pobres (INE, 2004 *upud* Lux-Development, 2013:10). Assim, torna-se necessário adotar uma estratégia que garanta o desenvolvimento do setor, o que requer a modernização das infraestruturas produtivas pela introdução de novas tecnologias, novos tipos de embarcações mais rápidas, mais aptas para o mar e mais seguras e o reforço da capacidade técnica e profissional dos operadores, adequação das modalidades de concessão de crédito, promoção da gestão sustentável dos recursos, entre outros (MF[13], 2004 *upud* Lux-Development, 2013:11).

---

[12] **Em Cabo Verde, não há dados mais atualizados sobre a evolução do número de pescadores, pelo que não foi possível apresentá-los neste estudo, apesar de esforços a esse respeito.**

[13] **É a sigla do Ministério das Finanças de Cabo Verde.**

É de referir que, na pesca artesanal, a repartição do rendimento obedece os seguintes critérios: i) **Botes** - retiradas as despesas (combustível, materiais de pesca e isco), o remanescente é repartido em partes iguais, remunerando a embarcação, o motor, a rede e a cada membro da tripulação; ii) **Barcos de 11 m** - retiradas as despesas, o remanescente é repartido em duas partes iguais, sendo 50% destinado a embarcação e os restantes 50% repartidos em partes iguais aos tripulantes (marinheiros). Esta forma de procedimento é uma prática que se observa em quase todo o arquipélago a nível da pesca artesanal, e não dista muito da prática da subregião africana (DIPA) nesta matéria (INDP, 2000:12).Ainda, de acordo com esta fonte, o rendimento proveniente das capturas é destinado a reposição dos materiais de pesca, manutenção familiar, e uma parte para algum "grogue", pelo que, o alcoolismo nas comunidades piscatórias, atinge níveis muito elevado, chegando alguns pescadores a caírem na miséria total, prejudicando as suas atividades, e pondo em risco a saúde e a própria vida.

O estabelecimento de um sistema de crédito funcional poderá permitir aos operadores o acesso às inovações e assegurará a continuidade da atratividade desejável do setor da pesca, o que poderá aumentar as suas vantagens comparativas e competitivas em relação aos demais setores primários (Helena Semedo, 1999:10-11).[14]

É de destacar que, na ilha de Santiago só alguns pescadores tripulantes das embarcações de 11m se encontram inscritos nos Seguros e na Previdência Social (INDP, 2000:18), situação que ainda se mantém. Ainda, de acordo com esta fonte, todos os ditos pescadores artesanais de embarcações de boca aberta não se encontram inscritos, o que se deve aos vários fatores, nomeadamente a falta de informação sobre a importância dos Seguros e da Previdência Social para a vida de um pescador, por um lado, e por outro a falta de apoio em serem minimamente organizados para o efeito.

Em Cabo Verde e, sendo assim, a situação da família profissional de marítimo pesqueiro, podia ser melhor, se tivessem sido implementado medidas de políticas e estratégias adequadas que permitem elevar os seus níveis de educação e formação, bem como facilidades no acesso ao crédito e taxas de juro favoráveis para a realização de investimentos, sobretudo no setor da pesca e no turismo.

---

[14] **Refere-se ao discurso proferido por Dra Helena Semedo, enquanto Ministra do Turismo, Transportes e Mar, no seminário sobre "coordenação e definição das linhas estratégias para o alargamento do projeto FOPESCA" em Cabo Verde, realizado, nos dias 10 e 11 de fevereiro de 1999, no concelho de São Filipe, ilha do Fogo.**

1.5.2.Empregabilidade no setor da pesca e situação socioeconómica nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago

A estrutura profissional do setor é bastante diferenciada em relação aos outros setores. De acordo com regulamento de funções e categorias de marítimos, compreende as categorias inseridas nos setores de convés, de máquinas e de radiocomunicações. No setor de convés compreende convés de comércio e convés de pesca. Assim sendo, a estrutura profissional da família marítimo pesqueira, os empregos concentram-se no convés de pescas (Lux-Development, 2013:11).

No Quadro 1 estão discriminados os escalões e as categorias do convés de pesca

Quadro 1: Os escalões e as categorias do convés de pesca

Escalão	Categoria
Oficiais	Capitão Pescador
	Piloto Pescador
Mestrança	Mestre do Largo Pescador
	Mestre Costeiro Pescador
	Contramestre Pescador
	Arrais de Pesca
Marinhagem	Marinheiro Pescador
	Pescador

Fonte: Lux-Development (2013).

De acordo com a fonte *op. cit.* (2013:11), no tocante ao acesso as categorias e funções, começando pela base, ou seja, no escalão de marinhagem, que inclui as seguintes categorias:

- "**Pescador**: nessa categoria o indivíduo deve ser habilitado com o curso de iniciação adequado, e compete a este de executar as tarefas inerentes à captura, preparação e armazenagem do pescado e efetuar serviços de conservação, beneficiação e limpeza dos navios e das artes e instrumentos de pesca; e

- **Marinheiro pescador:** deve possuir o curso de qualificação para marinheiro pescador, e compete-lhe executar as tarefas próprias ao serviço de convés nas embarcações de pesca, bem como as relacionadas com o pescado e com a conservação e manutenção das artes e instrumentos de pesca"

Com base na fonte *idem* (2013:11-12), no escalão de mestrança, incluem-se as seguintes categorias:

- **Arrais de pesca:** é dado por duas formas, primeiro, a partir do momento que o marinheiro pescador tenha dois anos de embarque em embarcações de pesca costeira ou local, ou através do curso de arrais de pesca e com cinco anos de embarque. Compete aos profissionais dessa categoria, exercer as funções de comando de embarcações de pesca local de qualquer tonelagem ou de pesca costeira de Tonelagem de Arqueação Bruta (TAB)[15] não superior a 35, limitando a operar na área de jurisdição da capitania do porto ou delegação marítima onde está inscrito;
- **Contramestre pescador:** o profissional de arrais de pesca, habilitado com escolaridade obrigatória e curso de contramestre pescador e com dois anos de embarque em embarcações de pesca ou ainda, o marinheiro pescador habilitado com o curso de contramestre pescador e com três anos de embarque em embarcações de pesca. O contramestre pescador tem as funções de chefe de quarto de navegação de embarcações de pesca costeira e do largo de qualquer tonelagem ou de mestre de embarcações costeiras de TAB não superior a 100, desde que opere nas áreas definidas pelo Regulamento das Capitanias para a navegação costeira;
- **Mestre costeiro**: o profissional habilitado com o curso de mestre costeiro com um ano de embarque exerce as funções de mestre de embarcações de pesca de TAB não superior a 250, desde que opere nas áreas definidas pelo Regulamento das Capitanias para a navegação costeira; e
- **Mestre do largo pescador:** é o mestre costeiro habilitado com o curso de mestre do largo pescador com dois anos de embarque em embarcações de pesca e pode desempenhar as funções de mestre de embarcações de pesca de TAB não superior a 700 podendo operar sem limites de área, de mestre de embarcações de navegação costeira de qualquer tonelagem e de mestre de embarcações locais de qualquer tonelagem.

[15] É o volume total interior de uma embarcação expressoexpresso em toneladas de arqueação em m^3. Assim, 100 pés cúbicos = 2,83 m^3.

Segundo a fonte *ibid* (2013:12), no escalão dos oficiais, as categorias são:

- **Piloto pescador:** é o mestre do largo habilitado com o curso de qualificação para piloto pescador com dois anos de embarque nesta categoria pode ser o imediato ou piloto em embarcações qualquer que seja a tonelagem ou comandante de embarcações de TAB não superior a 1000; e
- **Capitão pescador:** é o oficial de pilotagem de categoria não inferior a piloto de 2.ª classe e deve ser habilitado com o curso de especialização para capitão pescador, com dois anos de embarque em qualquer tipo de embarcação ou com um ano de embarque em embarcações de pesca do largo. Ainda, é atribuída ao piloto pescador que, além dos requisitos acima, possua como habilitações literárias o 12.º ano de escolaridade. Nessa categoria, o pescador pode executar o comando de embarcações de pesca de qualquer tonelagem.

De acordo com o diagnóstico sobre o mercado de emprego em Cabo Verde, de forma geral, a evolução do emprego é caraterizada por importantes desajustes, tem vindo a traduzir-se na criação insuficiente de empregos, taxas de desemprego jovem agravadas, derivada pela saída precoce do sistema formal do ensino, pelas assimetrias regionais, pelo baixo nível de habilitação profissional da população ativa e por situações de falta de expetativa de uma parte importante de inativos considerados, no conceito operacional de emprego, como desencorajados (MQE[16], 2008 *apud* Lux-Development, 2013:12)

Em Cabo Verde, o setor das pescas não foge a regra, uma vez que os profissionais da área são caraterizados pelo baixo nível de habilitação académica e, na maioria das vezes, não ultrapassando o 6º ano de escolaridades e pelo baixo nível de habilitação profissional (Lux-Development, 2013:12).

De acordo com o inquérito ao emprego realizado em 2008 pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional de Cabo Verde (IEFP-CV), a pesca, conjuntamente com a agricultura aparecem como os setores com uma maior taxa de empregabilidade, embora a grande parte dos trabalhadores do setor não são remunerados, e segundo dados do Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE-CV), a pesca emprega cerca de 2,1% da população total e 5,2% da população ativa (MQE[17], 2008 *apud op. cit*, 2013:6).

[16] **É a sigla do Ministério de Qualificação e Emprego de Cabo Verde.**

[17] **É a sigla do Ministério da Qualificação e Emprego de Cabo Verde de Cabo Verde.**

Os dados do Recenseamento da Pesca Artesanal e Industrial, realizado pela Divisão Estatística do Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas (INDP) em 2005, evidencia que, em Cabo Verde, existia cerca de 3948 pescadores que dedicam exclusivo a pesca, sendo que a pesca artesanal absorve a maior parte com cerca de 3108, e os restantes estão inseridos nas atividades da pesca industrial e semi-industrial (INDP, 2005 *apud* Lux-Development, 2013:13).

O Quadros 2 apresenta os dados sobre o número de botes e pescadores e taxa motorização na pesca artesanal e no Quadro 3 estão os dados relativos ao número de embarcações e de pescadores na pesca semi-industrial e industrial

Quadro 2: Número de botes e pescadores e taxa motorização na pesca artesanal

Ilhas	Total de botes	Taxa Motorização	Total de pescadores
Santo Antão	101	80%	303
São Vicente	87	98%	261
São Nicolau	64	78%	192
Sal	119	89%	357
Boavista	56	84%	168
Maio	53	92%	159
Santiago	361	57%	1083
Fogo	106	61%	318
Brava	89	87%	267
Total	1036	74%	3108

Fonte: INDP (2005)

Quadro 3: Número de embarcações e de pescadores na pesca semi-industrial e industrial

Ilhas	**Total de embarcação**	**Total de pescadores**
Santo Antão	3	36
São Vicente	17	204
São Nicolau	3	36
Sal	9	108
Santiago	38	456
Total	70	840

Fonte: INDP (2005)

É de realçar que, em Cabo Verde, há apenas dados sobre o número de pescadores, e não contempla os tratadores, as vendedoras de pescado, e os empregos indiretos, nomeadamente os carpinteiros, os mecânicos, visto que, por um lado não existem informações estatísticas suficiente que permitam fazer análise e, por outro, não pertencem a família profissional em estudo (Lux-Development, 2013:13)

Na pesca artesanal, em termos de efetivos, a ilha de Santiago detêm maior número de pescadores (456) [Quadro 3],bem como de embarcações (botes boca aberta), embora tenha a menor taxa motorização (57%), contra 98%, na ilha de São Vicente. No entanto, na Ilha do Maio, a taxa motorização é elevada, apesar de ter apenas 159 pescadores em 2005 [Quadros 2 e 3].

Em Cabo Verde, há fraca adesão dos jovens a pesca, e deve-se, em parte, pelas dificuldades cada vez maiores, nomeadamente embarcações de tamanho reduzido que não permite pescar em zonas distantes, os fracos rendimentos em decorrência da falta de mercados atrativos, o fraco poder de compra da população local, a reduzida oferta formativa, a falta de meios adequados para se conseguir capturas desejadas (*op. cit*., 2013:13).

É de frisar que, no setor das pescas, o fenómeno do emprego, é de caráter sazonal, pelo facto de as variações de atividade da pesca estarem dependentes das pescarias, e nas comunidades onde estão inseridas oferecem poucas alternativas, e as pessoas, geralmente, procuram outras ocupações, principalmente na agricultura, na pecuária, na construção civil e na extração de inertes, com reflexos negativos a nível socioeconómico e ambiental [Fotografia 3].



Fotografia 3: Quotidiano nas comunidades piscatórias de Moia-Moia

Fonte: Roman Chelmowski (2008)

Do ponto de vista social, a grande maioria dos pescadores artesanais encontram-se na camada mais carenciada da ilha de Santiago, e a nível habitacional, de uma forma geral, os operadores de pesca com família constituída, possuem casa própria que, geralmente, comportava um quarto, um corredor e uma sala para um agregado de mais ou menos 6 pessoas em média e, muitas vezes sem o mínimo de conforto, não tinham água canalizada, casas de banho, fossas séticas, energia elétrica e telefone (INDP, 2000:8). Entretanto, apesar de alguma melhoria nas condições de habitabilidades, ainda, essas moradias precisam de melhorias, sobretudo em termos de conforto.

No 2.2.5. do capítulo 2, referente a importância económica e social do setor da pesca serão retomados os aspetos sobre a empregabilidade no sector no setor da pesca/situação socioeconómica nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago.

1.6. Ambiente e desenvolvimento de Cabo Verde

1.6.1. Perspetivas históricas

A história tem evidenciado que o processo de desenvolvimento económico e a garantia do bem estar global das sociedades humanas estiveram sempre assente numa dependência direta entre o homem e o ambiente, e com uma utilização desenfreada e irresponsável dos recursos naturais (MAA[18], 1999:*passim*). Ainda, de acordo com essa fonte, a exploração destes recursos nas proporções exageradas e descontroladas têm vindo a colocar em perigo sua existência, e esta constatação surgiu da tomada de consciência de que a revolução industrial e o consequente desenvolvimento tecnológico, apesar dos benefícios que trouxeram para a humanidade, provocaram uma série de consequências desastrosas como o êxodo rural, a crescente urbanização, a poluição dos solos, da água e do ar, o esgotamento de importantes recursos naturais, bem como a degradação da biodiversidade terrestre e marinha.

As iniciativas para a criação de áreas protegidas vêm de longa data, e têm vindo a verificar várias ações, algunas inclusive, são antigas, nomeadamente a proteção de determinados animais, peixes e áreas florestadas, ordenadas pelo imperador indiano Ashoka, em 252 a.C., e as reservas especiais para protecção e caça dos rinocerontes, criadas pelo imperador Babar, no século XV (Mourão 2010:17). Na Europa Medieval, a palavra "parque" remetia a um local determinado onde os animais viviam sob a responsabilidade do rei e no

[18] É a sigla do então Ministério do Ambiente e Agricultura de Cabo Verde.

Perú, "a civilização Inca impôs limites físicos e sazonais à caça de certas espécies (*op. cit*, 2010:17).

Apesar dessas enunciações, é apenas no século XIX que surgiu de facto a primeira área natural protegida do mundo, com o objetivo de resguardar a natureza, cujo uso seria controlado pelo poder público, e o marco desse novo conceito foi a criação, em 1872 do Parque Nacional de *Yellowstone*[19], nos Estados Unidos de América, após a realização de estudos e discussões sobre a importância da conservação do ambiente e o desenvolvimento económico. Assim, com o surgimento do primeiro Parque, vários países começaram a adotar a prática de criação de espaços protegidos, procurando a preservação e a conservação dessas áreas (Medeiros, 2007: 67-88).

Após a Segunda Guerra Mundial, com a necessidade urgente e imperiosa de conter a destruição acelerada dos recursos naturais do planeta, criou-se, em 1948, fundação da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) (Gomes, 2007:2).

É de referir que a consciencialização ecológica iniciou-se nos anos 60, em decorrência do aumento da contaminação do ambiente natural, o que afetava os alimentos e a saúde humana, pelo que começou-se a sensibilizar a Comunidade Internacional para o grave problema ambiental que se vivia na altura. Em 1968, as questões ambientais ganharam dimensão política, e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) realizou-se a primeira Conferência Intergovernamental sobre o Meio Ambiente Humano em 1972, em Estocolmo (*op. cit*, 2007:2). Ainda, de acordo com esta fonte, foi criado o programa " o Homem e a Biosfera", cujo objetivo é proteger os sítios designados como reservas da biosfera, o que resultou da adoção da *Convenção Ramsar*[20], em 1971, e da Convenção Mundial sobre a Proteção do Património Cultural e Natural, em 1972, dando mais consistência à conservação da natureza. Em 1972, realizou-se, em Estocolmo, a Conferência Global Sobre Meio Ambiente Humano, cujo lema foi " Uma Só Terra", o que deu lugar à criação do Programa das Nações Unidas para o Ambiente, com o objetivo de coordenar as ações internacionais de proteção do ambiente sustentável.

Em 1980, foi apresentado, ao mundo, o documento histórico, a Estratégia Mundial de Conservação e, em 1982, foi realizada a Convenção sobre o Direito do Mar para a

---

[19] **É o parque nacional mais antigo do mundo, e localiza-se nos estados de *Wyoming*, Montana e Idaho, nos Estados Unidos de América . Foi inaugurado a 1 de Março de 1872 e cobre uma área de 8980 km², estando a maior parte dele no condado de *Park*, no noroeste do *Wyoming*. O parque é famoso por, entre outras atrações, suas fontes termais e por sua variedade de vida selvagem, na qual incluem-se ursos *marrons*, lobos, bisontes, alces, e outros animais.**

[20] **Convenção sobre zonas húmidas de importância internacional, especialmente como habitat de aves aquáticas.**

Conservação do Meio Marinho, que veio a fornecer uma estrutura legal para a cooperação ambiental marinha (MAA, 2006:5).

Face às preocupações sobre o crescente impacto da atividade humana sobre os recursos naturais, levou a Organização das Nações Unidas (ONU), em 1983, a criar a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, para discutir e propor meios de acordar os dois objetivos, a saber: i) desenvolvimento económico e; ii) conservação ambiental (*op. cit*, 1999:*passim*).

Em 1992, reuniram-se, no Rio de Janeiro, mais de 170 países numa Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento designada por Rio-92, ECO-92 ou Cimeira de Terra, no esforço de conseguir soluções para harmonizar a conservação com o desenvolvimento, donde resultou a Declaração de Princípios, a Agenda 21 e as Convenções sobre a Biodiversidade, a Mudanças Climáticas e a Desertificação, marcando assim a transição a um novo sistema ambiental internacional (*idem*, 2006:5).

A segunda conferência das partes relativas à Convenção sobre a Biodiversidade (CBD) realizou-se, em Jacarta, em 1995, com o intuito de implementar medidas de conservação e promoção do uso sustentável da diversidade biológica, de modo a atenuar as diversas ameaças existentes (Gomes, 2007:4).

Com o objetivo de avaliar o grau de conquista dos acordos firmados na Conferência do Rio, nomeadamente a implementação da Agenda 21 e a declaração de princípios, realizou-se, em 2002, em Joanesburgo (África do Sul), a Conferência sobre o Desenvolvimento Sustentável onde foram criados a Declaração de Joanesburgo e o respetivo Plano de Implementação. Ainda, nessa conferência, recomendou-se desenvolver e facilitar o uso de diversas aproximações e instrumentos, incluindo ecossistemas, eliminação das práticas de pescas destrutivas[21], estabelecer áreas marinhas protegidas (AMP) baseadas em leis internacionais e informações científicas, incluindo redes representativas até 2012 (Vierros, 2007 *apud op. cit*, 2007:4). Entretanto, em Cabo Verde, continua-se a praticar a pesca destrutiva, colocando em risco os recursos marinhos.

As mudanças na relação sociedade-natureza implicaram o avanço das ações antrópicas no ambiente alterando as caraterísticas físicas, químicas e biológicas do meio. O desafio atual é assegurar que parte considerável da natureza seja protegida, e uma das alternativas para a preservação da biodiversidade e conservação dos recursos ambientais, é a criação e implementação de áreas protegidas (Mourão, 2010:17).

[21] **Será retomado em 2.2.6. do Cap. II, a respeito da Gestão pesqueira em Cabo Verde.**

De 20 ao 22 junho de 2012, decorreu no Brasil, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável denominado de Rio +20, assinalando assim o 20º Aniversário da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizado, nesse país, em 1992. O objetivo dessa Conferência foi o de garantir um compromisso político renovado para o desenvolvimento sustentável, analisar o progresso e as lacunas na implementação dos resultados das cimeiras sobre o desenvolvimento sustentável e enfrentar os desafios emergentes, com incidência sobre dois temas a saber: i) a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e; ii) a erradicação da pobreza e do quadro institucional para o desenvolvimento sustentável (PNUA[22], 2012:*passim).* Entretanto, em Cabo Verde, apesar dos acordos internacionais, da criação do quadro legal, bem como dos outros instrumentos, ainda não se conseguiu materializar o compromisso político que fosse assumido a respeito da sustentabilidade do desenvolvimento.

É de referir que a interação de uma série de fatores físicos, biológicos, sociais e económicos carateriza o estado do ambiente em qualquer país. Assim, o avanço da desertificação na zona do Sahel, a escassez de recursos hídricos e a natureza insular oceânica são condicionantes ambientais próprios que predeterminam a natureza, a cultura e a economia da sociedade cabo-verdiana (MAA, 1999:*passim*).

Em Cabo Verde, o isolamento contribuiu significativamente para a fraca diversidade e abundância de recursos e, sendo assim, a exploração intensiva, dos mesmos. A natureza insular de Cabo Verde, aliado às ações nefastas de fatores climáticos e antrópicos, têm vindo a contribuir para a degradação dos seus recursos, e essa situação exige a implementação de medidas que garantam uma gestão sustentável dos recursos naturais desse país (*op. cit*, 1999:*passim).*

Com o objetivo de gerir racionalmente os seus fracos recursos genéticos ameaçados de esgotamento, Cabo Verde assinou, em 1992, a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB). Entretanto, essas ações desenvolvidas após a assinatura dessa convenção revelaram-se insuficientes para a conservação da diversidade biológica, face ao fraco envolvimento dos vários utilizadores locais e comunitários, nomeadamente os pescadores, os agricultores, os criadores de gado e os exploradores de lenha, dos recursos biológicos e à deficiente coordenação entre as instituições estatais (*idem*, 1999:*passim*).

[22] É a sigla do Programa das Nações Unidas para o Ambiente.

Em 29 de março de 1995, Cabo Verde ratificou a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), comprometendo-se perante a Comunidade Internacional a promover a implementação dos objetivos e princípios que constam desse documento. Assim, a (CDB) estabelece a necessidade e obrigação das diferentes partes na elaboração das estratégias e dos planos de ações visando a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica e sua consequente integração nos planos setoriais, constituindo assim o Plano Nacional de Desenvolvimento (*ibid*, 1999:*passim*).

Com vista à preservação do valioso património natural, foram declaradas, em Cabo Verde, 47 sítios compreendendo tanto áreas marinhas/costeiras protegidas como terrestres, e vários projetos de conservação dos mesmos têm sido implementados (*ibid*, 1999:*passim*).

Os recursos biológicos existentes, em Cabo Verde, têm vindo a contribuir para a sobrevivência do *Homem* cabo-verdiano e, para além da importância socioeconómica, os recursos faunísticos e florísticos desse país detêm valores que fazem parte do património mundial, pelo que a conservação, dos mesmos, nos seus ecossistemas de origem, não só expressa o compromisso da geração atual para com as gerações vindouras, como também contribui para a valorização ética do povo cabo-verdiano. Assim, a importância socioeconómica, ecológica e científica e o estado de degradação dos endemismos já identificados nos ecossistemas marinhos e terrestres, tem vindo a suscitar a atenção das autoridades cabo-verdianas e da Comunidade Científica Internacional (*ibid*, 1999:*passim*).

É de realçar que, em Cabo Verde, tem vindo a ser criadas as condições para o estabelecimento e/ou consolidação de um sistema das Áreas Protegidas (AP), e na Estratégia e no Plano de Ação Nacional da Biodiversidade (1999) estão definidos os habitats prioritários para conservação, e que são representativos do património, em matéria de biodiversidade desse país, servindo assim de base para o estabelecimento legal da Rede Nacional de Áreas Protegidas, em 2003 (PNUD[23], 2010:8).

A não existência, em Cabo Verde, de uma gestão eficaz dos recursos marinhos e terrestres, com a consequente degradação dos mesmos, a criação e efetivação de outras áreas a serem protegidas (AP) podem contribuir para a conservação dos recursos naturais e culturais.

[23] É a sigla do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

1.6.2. Caraterização e categorização das áreas protegidas em Cabo Verde

As áreas protegidas (AP) surgiram da necessidade de demarcar áreas com o pressuposto geral de salvaguardar a natureza e, em particular, proteger as paisagens e áreas com especial interesse do ponto de vista ecológico, científico, recreativo, turístico e cultural, contribuindo para a definição e adoção de estratégias globais, nacionais, regionais e locais de conservação, recorrendo a um sistema flexível de gestão numa perspetiva de longo prazo[24].

Apesar de todas as áreas protegidas irem de encontro às propostas acima referidas, na prática, as finalidades precisas para as quais as AP são geridas diferem largamente. E, essas áreas podem ser utilizadas para a investigação científica, à proteção contra a utilização selvagem, à preservação das espécies e à diversidade genética, à manutenção de serviços ambientais, à proteção de caraterísticas específicas naturais e culturais, ao turismo e à recreação, à educação, ao uso sustentável dos recursos dos ecossistemas naturais e à manutenção dos atributos culturais e tradicionais. Ainda, é de referir que a criação de uma AP difere muito, consoante os locais onde se pretende inseri-la, uma vez que, a motivação varia conforme as necessidades específicas desse mesmo local. Porém, a conservação da biodiversidade é sempre um objetivo primordial comum a todas as áreas protegidas, independentemente de qual tenha sido o propósito da sua criação.

Tendo em consideração o elevado número de categorias de áreas protegidas utilizadas pelos diferentes países para designar cada tipo de área, em 1992, a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), no IV Congresso de Parque Nacionais e Áreas Protegidas realizado em Caracas (Venezuela) instituíam-se diretrizes e definiram-se as categorias universais das áreas protegidas, de forma participativa e com a colaboração de pesquisadores, planeadores e gestores de áreas naturais protegidas de todo o mundo, incluindo discussões e revisões antes da sua conclusão (Estima, 2008:8).

O sistema de categorias de áreas protegidas estabelecido pela UICN tem como objetivo proporcionar uma base para a comparação internacional dessas áreas, concebida de forma que se possa aplicar em todos os países, mas com as devidas adaptações às caraterísticas nacionais e locais, viabilizando assim uma gestão sustentável e eficaz (*op. cit*, 2008:9). Assim, de acordo com esta fonte estabeleceram-se as seguintes categorias de áreas protegidas:

- **Categoria Ia – Reserva Natural Estrita**, e uma área terrestre e/ou marinha que possui ecossistemas representativos e de caráter notável, caraterísticas geológicas ou

[24] Vide Decreto-Lei n.º03/2003, de 24 fevereiro, que estabelece o regime jurídico de áreas protegidas em Cabo Verde, p. 5.

fisiológicas e/ou espécies, disponível principalmente para pesquisa científica e/ou monitorização ambiental;

- **Categoria Ib – Área de Vida Selvagem**, é uma Área Protegida (AP) estabelecida para fins essencialmente relacionados com a proteção da natureza em bruto/selvagem. É uma vasta área terrestre e/ou marítima, pouco ou nada modificada, que retêm as suas influências e caraterísticas naturais, na qual não existe habitação permanente ou significativa, e que é protegida e gerida de forma a preservar as suas condições e caraterísticas naturais;

- **Categoria I – Parque Nacional,** é uma área natural terrestre e/ou marítima, designada para proteger a integridade ecológica de um ou mais ecossistemas para as gerações presentes e futuras; impedir a exploração e ocupação prejudicial e desfavorável aos objetivos e motivos que levaram a classificação da área; e fornecer um local que sirva de visita, dando oportunidades aos níveis espiritual, científico, educacional e recreativo, de forma ambiental e culturalmente compatível;

- **Categoria III – Monumento Natural**, é uma Área Protegida (AP) vocacionada para a proteção de aspetos naturais específicos de uma região, e os seus valores de biodiversidade e de *habitat* associados. É uma área que contém uma ou mais qualidades especificas naturais e/ou culturais de caraterísticas excecionais e únicas, pela sua raridade;

- **Categoria IV - Área de Gestão de Habitat/Espécies**, é uma Área Protegida (AP) gerida principalmente para propósitos de conservação, através de intervenções de caráter de gestão. E, é uma área terrestre e/ou marítima sujeita a uma intervenção ativa para fins de gestão, de forma a assegurar a manutenção dos *habitats* e/ou para alcançar os requisitos específicos das varias espécies;

- **Categoria V - Paisagens Terrestres/Marinhas Protegidas** é uma Área Protegida (AP) criada e gerida especialmente para a conservação da paisagem terrestre e/ou marinha, assim como para recreação. E, é uma área terrestre, dotada de costa ou área marinha, na qual a interação das pessoas e da natureza, ao longo do tempo, tenha produzido uma área de caráter distinto, com altos valores estéticos, ecológicos/ou culturais e, muitas vezes, com elevada diversidade biológica. Assim, proteger a integridade dessas

interações tradicionais, é vital para a proteção, a manutenção e a evolução da área em causa; e

- **Categoria VI – Área Protegida para Proteção de Recursos**, é uma Área Protegida (AP) que tem como objetivo principal, o uso sustentável dos ecossistemas naturais. Área que contêm predominantemente sistemas naturais não modificados, e que é gerida de forma a assegurar a proteção e manutenção da diversidade biológica a longo prazo, enquanto fornece um fluxo sustentável de produtos e serviços naturais de forma a satisfazer as necessidades da comunidade.

No que diz respeito a categorização das Áreas Protegidas (AP), segundo os dados de 2003, a nível mundial, 67% do total das AP existentes encontram-se categorizadas segundo a UICN, cobrindo, em área, cerca de 81% do total das AP existentes (Abreu, 2011:16). A Categoria III, juntamente com a Categoria IV, reúnem a maior percentagem de AP, ou seja, cerca de 47% de total, o que se deve ao facto das AP correspondentes a estas categorias serem maioritariamente áreas pequenas, especialmente as da categoria III. Por outro lado, existem regiões que têm um número elevado de áreas protegidas, as quais foram atribuídas a categoria IV, como o Sul Asiático (44.5% do total de AP), a Europa (39%) e o Norte da Eurásia (29.6%). Contrariamente, as categorias Ia, Ib, II, V e VI juntas, apenas compreendem 20% do total de AP. No entanto, se for considerada a extensão, e não o número de área protegida (AP), as categorias II e VI passam a ser as mais relevantes, contendo 47% do território ocupado (Abreu, 2011) [Quadro 4].

Quadro 4: Número e extensão de áreas protegidas de acordo com o IUCN

Categoria	N.º de Locais	Áreas cobertas (km²)
Ia	4.731	1.033.888
Ib	1.302	1.015.512
II	3.881	4.413.142
III	19.833	275.432
IV	2.641	3.022.515
V	6.555	1.056.008
VI	4.123	4.377.091
Sem categoria	34.036	3.569.820
Total	**102.102**	**18.763.407**

Fonte: Abreu (2011)

Conforme o programa da UICN, de 2005 à 2008, relativo às AP na Europa, existem cerca de 100.000 AP a nível mundial e 134.156 e, segundo o *World Heritage and Protected Areas*, em 2008, dessas AP, mais de 42.000 se localizam em território europeu, cobrindo 4.15% da superfície terrestre e 2.71% da superfície marítima e, das 42.000 AP, 23.000 são terrestres, criadas entre 2000 a 2010, aquando do surgimento de cerca de 10.000 AP que se juntaram às 13.000 existentes. Ainda, foi, nesse período, que se verificou aumento de 2.67% para 4.86% de cobertura terrestre de AP, que se traduz numa passagem de 65x10³ hectares para 119 x10³ hectares (*op. cit*, 2011:23). A estrutura da rede de áreas protegidas (AP) /áreas marinhas protegidas (AMP) de Cabo Verde por bioma e categoria encontram-se no Quadro 2, e Anexo 6, Quadros 1 e 2, Redes Nacionais Iniciais das Áreas Protegidas de Cabo Verde, referentes as ilhas de Barlavento e de Sotavento, respetivamente.

É de referir que a legislação cabo-verdiana não estabelece a correspondência entre as categorias nacionais e as Áreas Protegidas (AP) da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), o que constitui uma lacuna na legislação. Ainda, em Cabo Verde, no quadro da Convenção de Ramsar[25], apenas três sítios foram classificados como zonas húmidas de importância internacional, nomeadamente, o Curral Velho e a Lagoa de Rabil (ilha da Boa Vista), a Lagoa de Pedra Badejo (no concelho de Santa Cruz, ilha de Santiago). Destes, apenas o primeiro tem uma categoria nacional correspondente, a Paisagem Protegida de Curral Velho na Ilha da Boavista, apesar de existir o potencial para o estabelecimento de outros sítios de Ramsar, mas isso exigiria um envolvimento mais ativo na implementação dessa Convenção. Para além dos sítios Ramsar, nenhuma outra categoria internacional de AP é adotada em Cabo Verde (PNUD, 2010:9), de acordo com o Quadro 2, referente a estrutura da rede de áreas protegidas (AP) /áreas marinhas protegidas (AMP) de Cabo Verde, por bioma e categoria.

Em Cabo Verde, a Lei nº 86/IV/93 de 26 de junho de 1993, que define as Bases da Política do Ambiente, no seu artigo 29, prevê a criação de uma rede de áreas protegidas (AP), e focaliza as áreas terrestres, águas interiores e marítimas e outras caraterísticas naturais distintas que devem ser objeto de designação, preservação e de conservação, devido ao seu valor estético, raridade, relevância científica, cultural e social e sua contribuição para o equilíbrio biológico e estabilidade ecológica das paisagens. Ainda, a proteção de áreas naturais,

[25]A Convenção sobre Zonas Húmidas constitui um tratado inter-governamental adoptado em 2 de fevereiro de 1971 na cidade iraniana de Ramsar. Por esse motivo, esta Convenção é geralmente conhecida como "Convenção de Ramsar" e representa o primeiro dos tratados globais sobre conservação. Entrou em vigor em 1975 e conta atualmente com 150 países contratantes em todos os continentes. Atualmente, foram designados pelas Partes contratantes cerca de 1.600 sítios de importância internacional, cobrindo cerca de 134 milhões de hectares de zonas húmidas.

paisagens, sítios, monumentos e espécies protegidas está descrita no Decreto-lei n.º 14/97, de 1 de julho de 1997, onde os critérios para a seleção das AP foram primeiramente definidos por lei.

O Decreto-Lei n.º 3/2003, de 24 de fevereiro, estabelece o Regime Jurídico das Áreas Protegidas de Cabo Verde, criando assim, a tipologia de AP, dando-lhes conteúdo jurídico, configurando uma rede nacional da AP como um sistema aberto e determinando o regime de proteção, o que permitiu resolver a concorrência com outros regimes setoriais, criar os instrumentos de gestão necessários, entre outros, constituindo ainda, um valioso instrumento capaz de compatibilizar diferentes interesses em presença, como a conservação da biodiversidade, os aspetos geológicos e geomorfológicos, a proteção de valores culturais e estéticos e a satisfação das necessidades básicas do Homem cabo-verdiano.

É de realçar que, em Cabo Verde, o total de áreas protegidas designadas por Lei abrange 72.156 hectares de paisagem, incluindo exclusivamente paisagens terrestres e zonas costeiras, o que representa15% da superfície terrestre do país e 13.460 hectares de paisagem marinha, o que corresponde à 18,7% do total dessas áreas estabelecidas pela Lei (MAA, 2003:*passim*).Ainda, de acordo com essa fonte, em função dos bens e valores a proteger, e com o objetivo de regular os níveis de proteção e usos compatíveis no território, no sistema de áreas protegidas (AP) de Cabo Verde, estão previstas, de acordo com a legislação que o regula, seis seguintes categorias:

Categoria I - Reservas Naturais, são espaços naturais de dimensão variável de especial interesse ecológico e científico, submetidos a um regime de proteção especial e cuja gestão tem por objetivo salvaguardar e recuperar os valores que motivaram a sua declaração. São num total de quinze (15) reservas naturais classificados em três (3) categorias[26]:

1. **Reserva Natural Integral** é a reserva cujo objeto do projeto da proteção é a totalidade do ecossistema, com todos os seus componentes, assim como a preservação da ocupação humana alheia a fins científicos ou, eventualmente, educativos;

2. **Reserva Natural Parcial** é aquela cujo objeto da proteção é um recurso natural concreto, quer seja uma espécie, um conjunto delas ou um determinado habitat. E, nessa reserva são permitidos os usos que sejam compatíveis com a finalidade da proteção; e

[26] **Cfr**. **Decreto-Lei n.º03/2003, de 24 fevereiro, que estabelece o regime jurídico de áreas protegidas de Cabo Verde.**

3. **Reserva Natural Temporal** é o sítio de dimensão reduzida, que se estabelece por um período limitado de tempo para permitir a recuperação do recurso ou de sistemas ecológicos pontuais, sob um regime de proteção transitório.

- **Categoria II - Parques Nacionais** são espaços naturais que apresentam um ou vários ecossistemas, geralmente transformados ou não pela exploração e ocupação humana, onde as espécies vegetais e animais, as zonas geomorfológicas e os habitats se evidenciem pelo seu interesse especial do ponto de vista científico, socioeconómico, educativo e recreativo ou, onde exista uma paisagem de notável valor estético e em Cabo Verde não existem, ainda, lugares com essa denominação. Entretanto, apesar da consagração legislativa desse tipo de parques, ainda não foi classificado, em Cabo Verde, nenhum sítio como sendo parque nacional.

- **Categoria III - Parques Naturais** são espaços amplos que contêm sistemas predominantemente naturais como habitat, espécies ou mostras significativas da biodiversidade de Cabo Verde, como são os casos de Moroços, da Cova/Ribeira Paúl/Torre da Cruzinha e do Tope de Coroa (ilha de Santo Antão), do Monte Verde (ilha de São Vicente), da ilha de Santa Luzia, das Serra da Malagueta e do Pico de Antónia (ilha de Santiago).

- **Categoria IV - Monumentos Naturais** são espaços naturais de dimensão moderada, que contêm um ou mais elementos naturais ou culturais de valor excecional pela sua raridade, singularidade, interesse científico, função ecológica ou cultural, e que são protegidos para perpetuar as referidas caraterísticas eliminando qualquer ação ou atividade que os altere, como são os casos do Monte Santo António e Ilhéu de Sal-Rei (ilha da Boa Vista) e Morrinho do Açúcar (ilha do Sal).

- **Categoria V - Paisagens Protegidas** são zonas terrestres ou litorais onde a ação integrada do homem e da natureza tenham configurado uma paisagem estética ou valor cultural que merecem conservação, centrando-se a proteção na manutenção e restauração dos rasgos estéticos e culturais que as definem, nomeadamente as Salinas de Santa Maria e de Pedra Lume e Cagarral (ilha do Sal), Pombas (ilha de Santo Antão) e as Salinas de Porto Inglês (ilha do Maio).

- **Categoria VI - Sítios de interesse científico** são lugares naturais, geralmente assinalados e de dimensão reduzida, que contm elementos naturais de interesse científico, amostras ou populações animais e/ou vegetais ameaçadas de extinção ou que merecem medidas especificas de conservação temporal. Entretanto, não há, em Cabo Verde, sítios designados.

É de frisar que, em Cabo Verde, as categorias predominantes são os Parques Naturais e as Reservas Naturais, cobrindo cerca de 75% da área da rede global de áreas protegidas (AP) , conforme os dados do Quadro 5 que se encontra a seguir e dos Quadros 9, 10 e 11 e 13 do Anexo 3.

Quadro 5: Estrutura da rede de áreas protegidas (AP) /áreas marinhas protegidas (AMP) de Cabo Verde por bioma e categoria

Categorias de AP nacionais em cada bioma	N° de sítios	Área de paisagem (ha)	Área de paisagem marinha (ha)	% da rede de AP/AMP
Sítios exclusivamente terrestres (AP)	20	30.048	-	42%
Sítios costeiros marinhos (AMP)	27	28.649	13.460	58%
Total de AP e AMP	47	58.696	13.460	100%

Fonte: Ministério do Ambiente de Cabo Verde(2010).

A Rede Nacional de Área Protegida em Cabo Verde pode ser dividida em subconjuntos terrestre e marinho/costeiro, com relação ao bioma a que pretendem oferecer proteção. O subconjunto terrestre compreende 20 sítios que foram legalmente estabelecidos em 2003, totalizando 30.048 hectares, o que corresponde a 7,5% da superfície terrestre do país. As áreas protegidas **(**AP) terrestres estão distribuídas por oito ilhas, sendo a maior delas o Parque Natural de Chã das Caldeiras na ilha do Fogo, com 8.469 hectares, incluindo a cratera do vulcão da ilha, que ainda se encontra ativa. De todos as AP terrestres, apenas dois sítios estão

efetivamente operacionalizados[27], o Parque Natural de Serra Malagueta na ilha de Santiago com 1.200 hectares e de Monte Gordo na ilha de São Nicolau com 2.500 hectares (PNUD, 2010:9).

Em Cabo Verde, há mais sítios costeiros marinhos do que terrestres, e faltam muitos desses sítios por identificar, sobretudo nas zonas litorais da ilha de Santiago, de forma a serem categorizadas e protegidas.

1.6.3. Especificidades ambientais das zonas insulares

As regiões insulares possuem um conjunto de caraterísticas específicas, que as enquadram na categoria de ecossistemas frágeis. O isolamento a que se encontram sujeitas essas regiões determina a limitação de recursos naturais e económicos, tornando-as muito vulneráveis ecológica e economicamente. Essas regiões são, ainda, muito susceptíveis a desastres ambientais e naturais, nomeadamente o aumento do nível do mar e mudanças climáticas e, a biodiversidade é das mais ameaçadas no mundo (ONU, 1992:*passim*) [28].

Os países arquipelágicos, como é o caso de Cabo Verde, apresentam um elevado[29] número de espécies endémicas específicas, importantes no contexto da diversidade biológica global e elevadas taxas de extinção. As espécies indígenas, sobretudo as endémicas, encontram-se mais vulneráveis por terem evoluído na ausência de predadores e não desenvolveram mecanismos de defesa, por se encontrarem numa área restrita, em pequenos números e populações, e por terem evoluído ao longo dos anos, num ambiente muito específico ao qual se encontram bem adaptadas. Assim, a sobrevivência das espécies depende da capacidade das mesmas de se adaptarem a um novo ambiente. Porém, por serem espécies especialistas e não generalistas, têm dificuldade em se adaptarem a novos ambientes e, por serem únicas, uma vez extintas num determinado local, elevam o nível de perda ao contexto mundial (Lima, 2008:43).

É de realçar que as ilhas são sistemas extremamente sensíveis a qualquer intervenção externa. Ainda, "o limitado espaço disponível nas regiões insulares leva a grande interdependência entre os seus componentes naturais, de modo que, qualquer impacto negativo

---

[27]Em Cabo Verde, as áreas protegidas contam com planos de gestão, infraestruturas, pessoal (embora não seja em numero suficiente, e com a qualificação desejada), sistemas de vigilância e algum nível de monitorização ecológica.

[28]Cfr. *United Nations Conference on Environment & Development* (UNEP), no âmbito da Agenda 21, Rio de Janeiro, Baril.

[29] Devido a impossibilidade, por parte dessas espécies, de se mudarem de lugar.

sobre um dos seus elementos é fácil e, rapidamente, sentido em toda a ilha (WTO, 2004:87)[30]. Ainda, a diversidade biológica insular é a herança de uma história evolutiva única e, portanto, é particularmente frágil e vulnerável. Essa fragilidade e vulnerabilidade são, em Cabo Verde, acentuadas em decorrência do clima seco do país e pela variabilidade climática pré-existente (PNUD, 2010:14)[31]. Este processo é agravado pelos impactos graduais das alterações climáticas, aliados à mudança de *habitat*, a sobre exploração das mesmas e, em particular, às espécies invasoras[32]. Entretanto, há que se conhecer melhor as especificidades ambientais de Cabo Verde e, sendo assim, das zonas litorais, tanto pela comunidade académica e científica, bem como pela população local, de forma a preservá-las.

1.6.4.Biodiversidade e conservação da natureza

Cabo Verde possui um nível bastante considerável de biodiversidade, expressa nas suas mais diversas formas genética, específica, taxinómica, ecológica e funcional. A biodiversidade caboverdiana é composta por variadíssimas espécies tanto da fauna e flora terrestre passando para os recursos marinhos. A flora cabo-verdiana é rica em espécies endémicas, apesar de um grande número, das mesmas, se encontram ameaçadas de extinção. E, há, em Cabo Verde, Há várias endémicas[33], que não se encontram em nenhuma outra parte do mundo. Porém, a biodiversidade caboverdiana quando comparado com a de outros arquipélagos da Macaronésia é relativamente pobre (MAA, 1999:*passim*).

É de referir que, se por um lado é imprescindível a preservação da biodiversidade no planeta terra, por outro, há necessidades humanas que, em certos casos, perigam a sua manutenção, justificam a necessidade da conservação da natureza, enquanto tarefa do Homem, visto que a sua qualidade de vida depende, em certa medida, do estado de conservação dos ecossistemas (*op. cit*, 1999:*passim).*

As alterações e variabilidade climáticas, as catástrofes naturais, a proliferação de espécies exóticas invasoras, a sobre exploração de recursos naturais, o crescimento acelerado da atividade turística, a poluição e gestão de resíduos, constituem-se as principais ameaças ao

---

[30]Cfr. World Tourism Organization (WTO) - *Making Tourism Work for Small Island Developing States*, Madrid (Espanha).

[31]Cfr.Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – Programa Estratégico do Fundo Global para o Ambiente (GEF) para a África Ocidental – SPWA, Sub-componente Biodiversidade – Consolidação do Sistema de áreas protegidas de Cabo Verde, Praia.

[32]*Millennium Ecosystem Assessment "Ecosystems and Human Well-being: General Synthesis". Synthesis. Island Press, Washington, DC. 2005 p.26.*

[33] Estima-se que há, em Cabo Verde, cerca de 90 espécies endémicas.

desenvolvimento sustentável, à conservação da natureza e à manutenção da biodiversidade em pequenas ilhas (IUCN, 2012:*passim*)[34], o que é extensivo a Cabo Verde.

A perceção do estado de degradação dos recursos biológicos pelo Governo está refletida na Lei de Bases do Ambiente que contempla a "preservação da fauna e flora de Cabo Verde", e pela publicação de diversos Decretos Regulamentares. Não obstante as medidas acima mencionadas, a degradação da biodiversidade caboverdiana contínua de forma acelerada (MAAP[35],2004:63).

A conservação e valorização da biodiversidade através da conservação *in situ,* sobretudo em espaços naturais protegidos deviam constituir-se num dos eixos prioritários da política do ambiente de Cabo Verde para o setor do ambiente, consubstanciando no segundo Plano de Ação Nacional para o Ambiente, aprovado pela Resolução n.º 14/2005, de 25 de abril, na Estratégia Nacional e Plano de Ação da Biodiversidade e na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica, ratificado por Cabo Verde em março de 2005[36].

A conservação e a gestão ambiental são preocupações que tem vindo a ser apresentadas pelos sucessivos Governos de Cabo Verde e materializadas pelos vários Planos Nacionais de Desenvolvimento, com base nos programas e ações de reflorestação e luta contra a desertificação e o impacto das secas, do levantamento dos recursos do solo, do subsolo e do mar, do estudo de espécies de flora e de fauna marítima e terrestre e de proteção de espécies em risco, da conservação e aproveitamento dos recursos naturais identificados e, da conservação do litoral e proteção das ilhas (*op. cit*, 2004:228)[37].

Em Cabo Verde, apesar dos esforços no combate à erosão, através de ações de florestação e conservação de solo e água, da utilização das técnicas, como as estruturas mecânicas - terraços, muretes, banquetas, diques e estruturas biológicas -, com o objetivo a combater a erosão e a desertificação, deparam-se com problemas, a esse respeito, nomeadamente a falta de meios humanos qualificados, materiais e financeiros, aliada à má gestão e o défice na articulação entre as diversas instituições, e entre estas e as Organizações da Sociedade Civil (OSC) (*idem*, 2003:18)[38].

A conservação da natureza rege-se pelos princípios de ação pública, consignados na Lei de Bases da Política do Ambiente, aprovada pela Lei 86/IV/93, de 26 de julho. A criação e a

---

[34]É a sigla da *International Union for Conservation of Nature* (IUCN).
[35] É a sigla do então Ministério de Ambiente, Agricultura e Pesca de Cabo Verde.

[36]Cfr. Boletim Oficial, I Série, nº 48, de 8 de dezembro de 2008.
[37]Cfr. Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas (MAAP) - Perfil Ambiental de Cabo Verde, Praia, 2004b p.228.
[38] Referente ao Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Cabo Verde.

gestão de espaços protegidos em Cabo Verde, reconhecidas como uma ferramenta indispensável para a conservação da natureza, estão previstas no Decreto-Lei nº3/2003, de 24 de fevereiro, que visa implementar medidas que garantam uma gestão sustentável dos recursos naturais, e que veio preencher uma grande lacuna na legislação ambiental caboverdiana[39].E, em termos de ações de conservação da natureza, o projeto "Áreas Protegidas" representa o maior esforço empreendido até ao momento em Cabo Verde.

Em Cabo Verde, a conservação da natureza contempla as Zonas Húmidas ou *Sítios Ramsar*, de acordo com o estabelecido na Convenção de Ramsar, com vista ao reforço de medidas, tendentes a minimizar as pressões das capturas de peixes comerciais e tartarugas, da extração de areias e da deposição de sedimentos e resíduos, nas zonas litorais, como resultado das atividades realizadas no interior das ilhas.

É de referir que, em Cabo Verde, a conservação da natureza tem esquecido a sua vertente geológica, pelo que devem ser desenvolvidas ações que visem uma gestão integrada e equilibrada dos recursos naturais, envolvendo a bio e a geoconservação e promover um modelo de gestão apropriado, com integração dos aspetos geológicos, evitando a ocupação de zonas costeiras que alberguem um elevado número de habitantes (Pereira, 2005:87). Assim, a catalogação, preservação e valorização do património geológico pode contribuir para o desenvolvimento e utilização racional dos recursos naturais, promovendo a investigação e a educação no domínio ambiental, bem como as atividades recreativas e turísticas.

É de frisar que, Cabo Verde é um país ecologicamente frágil, de fracos recursos naturais e vulnerável aos fenómenos naturais. As ações nefastas de fatores climáticos e antrópicos vêm contribuindo, ao longo dos tempos, para a degradação dos recursos naturais. Esta situação exige a adoção de medidas que garantam uma gestão sustentável de recursos naturais de todo o território nacional. E, essas medidas passam, necessariamente, pela identificação das atividades que põem em risco o equilíbrio ambiental e pela inventariação de recursos naturais mais vulneráveis à ação antrópica. Essas ações conduzem à adoção de medidas que visam controlar a implementação de atividades económicas de modo a garantir um desenvolvimento sustentável do país.

Para que as ações acima referidas sejam implementadas, os diversos atores, designadamente o Conselho dos Ministros para o Ambiente, a Direção Geral do Ambiente, o Instituto Nacional da Meteorologia e Geofísica, o Instituto Nacional de Gestão de Recursos

[39]Cfr . Decreto-Lei n.º03/2003, de 24 fevereiro, que estabelece o regime jurídico de áreas protegidas de Cabo Verde.

Hídricos, o Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário, as Câmaras Municipais, as Organizações Não Governamentais (ONG), o setor privado e empresarial, e todos os intervenientes no processo ambiental, têm de estar em perfeita sintonia, o que presume um investimento a nível de formação e informação, de implementação de um plano de ordenamento e gestão do território e de todos os seus recursos, a delimitação de áreas prioritárias de intervenção e, sobretudo na capacitação técnica e institucional.

1.6.5. Situação ambiental em Cabo Verde

Em Cabo Verde, os períodos cíclicos de secas alternadas com cheias têm sido as principais causas de perdas económicas, degradação ambiental e problemas socioeconómicos[40].Ainda, o clima é subtropical seco com temperaturas médias que variam entre 20 e 26°C, dependendo das condições oceânicas e atingindo a humidades valores abaixo dos 10%. Existem duas estações, a da *seca* e a das *chuvas*, sendo esta última escassa e irregular, ocorrendo normalmente durante os meses de julho à outubro e por precipitações, por vezes, torrenciais e muito mal distribuídas no espaço e no tempo. Os ecossistemas do país são considerados frágeis, devido à sua condição insular e aos fatores naturais e antrópicos que provocam a diminuição dos recursos naturais, nomeadamente, a água, a biodiversidade, as terras e os recursos marinhos (MAAP, 2004:4-5)[41].

As condições climáticas aliadas à baixa percentagem de solo arável[42] comprometem, em certa medida, a abundância de recursos naturais terrestres, provocando um défice de produção agrícola. E, como complemento das atividades agrícolas, surgem outras ligadas ao setor pecuário e, devido a falta de recursos forrageiros, principalmente nas zonas áridas e semiáridas e falta de conhecimento de gestão do efetivo pecuário, a população tem optado pela criação de caprinos de uma forma livre, provocando um sobre pastoreio que leva a degradação das pastagens e, por conseguinte, a erosão do solo (*op. cit*, 2003:*passim*). Assim, a par da generalizada anarquia que carateriza a ocupação urbana, a agricultura, é substituída, com frequência, por atuações que põem em causa a sua própria sustentabilidade, tendo em consideração a interação complexa das dimensões físicas, ecológicas, económicas, sociais, políticas e institucionais. Nesta perspetiva, os principais problemas ambientais resultam de

[40]Cfr. Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas (MAAP) - Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Cabo Verde, Praia, dezembro 2004 p.12.
[41]Conforme o documento-síntese sobre o II Plano de Ação Nacional para o Ambiente,
[42]Os solos cultiváveis, em Cabo Verde, representam apenas 10% do território nacional.

uma inadequada gestão dos recursos naturais nos meios urbano e rural, consequência da pressão do consumo e da baixa capacidade de produção de riqueza, bem como da pobreza, que afeta particularmente as zonas rurais e piscatórias, a funcionar como causa e efeito da degradação ambiental.

A vulnerabilidade das espécies marinhas cabo-verdianas, sobretudo as das zonas costeiras tem aumentado, não obstante a existência de medidas legislativas no sentido de se minimizar a pressão sobre elas e os seus habitats. Ainda, no meio marinho, tem-se verificado mudanças como resultado do aumento de pressão das capturas dos peixes para a comercialização, da extração desenfreada de areias, do desenvolvimento desordenado de derrames de hidrocarburantes, da intrusão salina e da poluição, com reflexos negativos no meio ambiente e, sendo assim, no bem estar das pessoas. A orografia da orla marinha, que na maior parte das vezes é vulnerável aos efeitos das marés, não contribui para aliviar os efeitos nefastos desses fatores. E, no que concerne a poluição, o maior risco resulta dos derrames de hidrocarbonetos, causado pela frota nacional e internacional, e pela presença de portos e estaleiros (*idem*, 2004:4-5).

A descontinuidade do território, o isolamento, a introdução de espécies exóticas, os regimes climatéricos e oceanográficos e a constante pressão demográfica, são fatores que determinam o estado atual da biodiversidade em Cabo Verde (Lima, 2008:61). A insularidade e um clima seco levaram à evolução de fauna e de flora únicas, uma vez que as espécies locais gradualmente se adaptaram às condições climáticas e geológicas variadas, resultando em elevados níveis de endemismo por todas as ilhas de Cabo Verde.

A diversidade biológica terrestre caboverdiana é constituída por diversos tipos de organismos vivos, nomeadamente, plantas, animais, líquenes e fungos. As plantas identificadas classificam-se em Angiospérmicas, Gimnospérmicas (apenas existem espécies introduzidas), Pteridófitas e Briófitas. E, os animais mais conhecidos representam as classes de vertebrados, sendo as mais representativas as classes de aves e répteis. Os mamíferos e os anfíbios selvagens estão representados, 1 (uma) espécie de macaco verde (*Cercopithecus aethiops),* 1 (uma) espécie de morcego e 1 (uma) espécie de sapo (*Bufo regularis)*, respetivamente, todas espécies introduzidas (MAA, 1999:*passim*).

Em relação aos invertebrados, merecem realce devido ao seu estado atual de conservação, os artrópodes, representados pelos insetos, aracnídeos e crustáceos de água doce (todos extintos) e os moluscos extramarinhos de água doce e das zonas mais húmidas, em que 59% dos terrestres estão ameaçados (*op. cit*, 1999:*passim*).

A diversidade biológica terrestre endémica de Cabo Verde é bem distribuída por todas as ilhas, sendo os fatores mais determinantes são, o tamanho da ilha, a diversidade do clima, o relevo geográfico e os nichos ecológicos. E, Santo Antão é a ilha mais rica em termos de endemismo, com um total de 46 espécies, sendo 11 exclusivas da ilha e, a ilha Maio, é mais pobre representado por um total de 10 espécies, conforme o Gráfico 3 que se encontra a seguir. Ainda, em todas as ilhas há uma variedade de plantas medicinais, tanto nativas como exóticas, que são utilizadas pelas populações rurais (PNUD, 2010:7) [Gráfico 3].

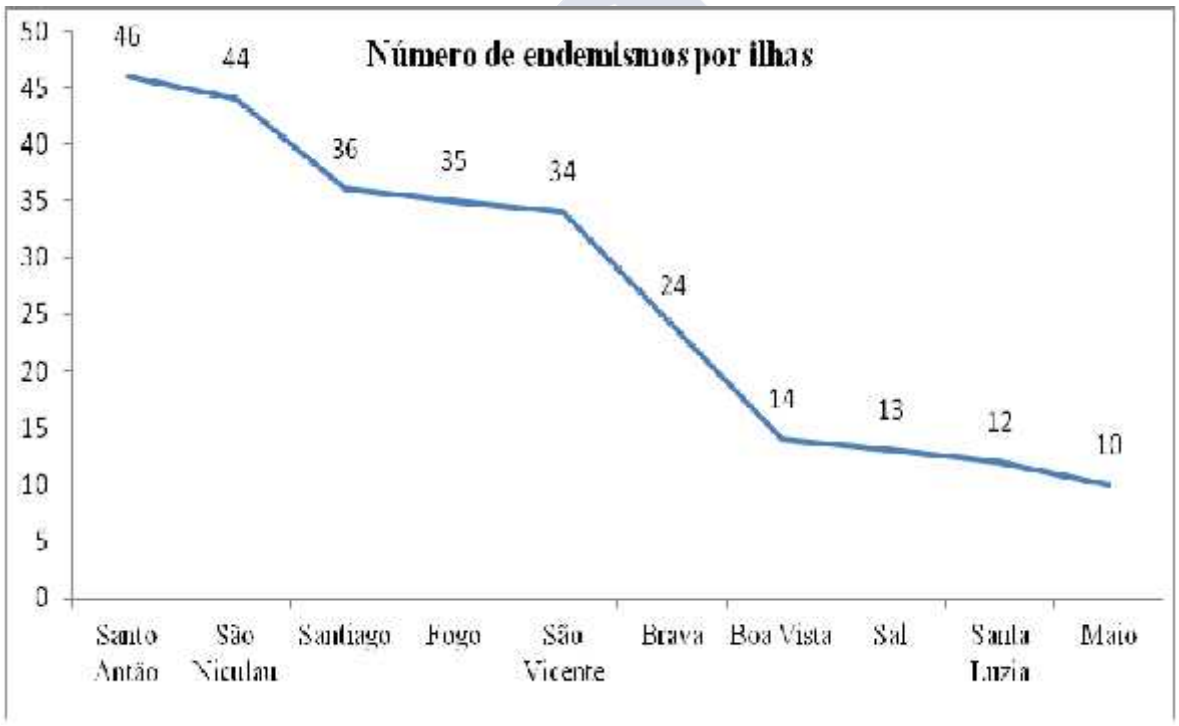


Gráfico 3: Distribuição de espécies endémicas por ilhas

Fonte: Ministério do Ambiente (Agosto, 2010).

Quanto a fauna, 47% das espécies de aves, em Cabo Verde, estão ameaçadas, incluindo 17 das 36 espécies que se reproduzem nas ilhas. Várias aves endémicas estão na lista de ameaçadas de extinção, incluindo a *Pandion haliaetus, Halcyon leucocephala* e *Calonectris edwardsii*. A *alauda razae*, que só vive em Cabo Verde, foi reduzida a uma população de 250. O primeiro censo do Papagaio Vermelho "*Red Kite*"(*Milvus milvus fasciicauda*) e do Milhafre Preto (*Milvus migrans m*.) revelou que as suas populações, em todo o Arquipélago de Cabo Verde, totalizam-se menos de 10, em cada espécie (PNUD, 2010:7).

Cabo Verde é um importante ponto para a migração da espécies, tendo verificado 130 espécies e de nidificação de aves (40 espécies), com quatro dessas espécies na lista de espécies ameaçadas (*Fregata magnificens, Sula leucogaster, Calonectrix edwardsii e Phaethon aethereus Mesonauta*). O país já possuiu 28 espécies de répteis em sua história, sendo 25 endémicas, 18 das quais existem, e 25% dessas estão ameaçadas. Existem 5 espécies de tartarugas nos ecossistemas marinhos de Cabo Verde que são geralmente exploradas de forma insustentável (*op. cit*, 2010:7).

A biodiversidade marinha de Cabo Verde, apesar da poluição, é abundante. O país abriga 10% da diversidade mundial de gastrópode marinho do género Conus. A biodiversidade marinha está concentrada na grande plataforma marinha compartilhada pelas ilhas de Boavista, Sal e Maio. Nas outras ilhas, devido ao facto de as águas serem muito profundas, a produtividade biológica é fraca (Lima, 2008:63).

Cabo Verde alberga 639 espécies de peixes, sendo que todos estão presentes em número elevado. Embora, em geral, as populações de peixes são grandes, a percentagem de espécies endémicas de peixes na área específica das ilhas de Cabo Verde, é considerada baixa (aproximadamente 13%) (PNUD, 2010:7).

Face ao exposto acima, em Cabo Verde precisa-se de educação ambiental, e que segundo José Antonio Caride e Pablo Ángel Meira (2001:13), " que promova e institua discursos que projetem uma mudança nas sensibilidades e valores que orientem a atividade humana em relação com o ambiente, dirigida à aquisição de conhecimentos ambientais e a uma tomada de consciência crítica (…)".

Cabo Verde é um país de fracos recursos naturais e vulnerável aos fenómenos naturais e, sendo assim, ecologicamente frágil, em decorrência, sobretudo das secas e das ações antrópicas.

1.6.6. Cooperação e gestão das áreas protegidas

A cooperação é bastante utilizada atualmente para alcançar objetivos comuns. Pois, fala-se de cooperação entre países, entre empresas, entre instituições de ensino e pesquisa, e entre todo tipo de organizações. Porém, ela não é nova, uma vez que se encontrava em todas as sociedades, das mais primitivas às mais modernas. Foi pela cooperação que os seres humanos conseguiram enfrentar animais ferozes, proteger-se das adversidades do clima e resolver problemas como a fome e a doença. E, há de experiências de cooperação em todas as civilizações, o que tem vindo a contribuir para a sobrevivência da humanidade (Valadares, 2012:*passim*).

O comportamento de cooperação tem sido observado ao longo de toda a história da humanidade, uma vez que se acredita que é possível alcançar melhor gestão atuando por meio de cooperações, acordos e ações conjuntas, do que atuando isoladamente (*op. cit*, 2012:*passim*). Assim, quando dois ou mais indivíduos cooperam entre si, significa, em princípio, que eles adaptam mutuamente o seu comportamento em pelo menos um campo de atividades, não competindo entre si, ou seja, as suas motivações e as ações consequentes são paralelas e mutualistas.

É de referir que a gestão ambiental carateriza-se como uma ação centrada na tomada de decisão sobre casos particularizados, mediando conflitos inerentes a utilização de recursos naturais para atendimento das demandas socioeconómicas e as ações de preservação ambiental. Portanto, uma importante caraterística da gestão ambiental é a mediação de interesses e de conflitos entre os atores institucionais e sociedade civil, que agem sobre o meio ambiente (Côrte, 1997:65).

Para gerir uma AP ou fazê-la existir como tal, cumprindo com os objetivos para os quais foi criada, tem sido um dos grandes desafios para os órgãos ambientalistas competentes.

Em Cabo Verde, para atingir os objetivos em termos de gestão das AP, é necessário definir o plano de gestão que da mesma forma, estabelece diretrizes e orienta programas, projetos e ações que devam ser executados, visto a AP tem sido entendida como uma maneira de buscar alternativas económicas viáveis para uma região com certa fragilidade do ponto de vista ambiental (*op*. *cit*, 1997:66).

O principal instrumento de gestão de uma Área Protegida (AP) é o plano de gestão, onde são definidos os objetivos gerais de uma AP, estabelece o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e a gestão dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (Mourão, 2010:29). E, o plano de gestão é necessário para uma gestão eficiente da AP, uma vez que estabelece as diretrizes e categoria de gestão para se alcançar os objetivos da criação e implementação das mesmas e, além disso, o plano é dinâmico e deve ser sistematicamente revisto, a fim de se adequar a novas realidades (Faria e Pires, 2007 *apud op. cit*, 2010:29).

Na procura pela melhoria da qualidade de vida, o homem utiliza os recursos naturais de diversas formas, fazendo-se ser necessário planear e gerir esses usos. E, tratando-se de AP, esse planeamento e gestão devem ser integrados, observando-se a aptidão e a capacidade de suporte dos recursos existentes na área e sua envolvente. As áreas naturais protegidas e, principalmente, os parques têm tido outras funções como económicas, de lazer e recreativas.

Para Faria e Pires (2007) *apud* Estima (2008:35), a gestão moderna deve ser praticada como um exercício a longo prazo, sendo necessária uma equipa com amplos conhecimentos técnicos e requisitos de gestão adequados para se alcançar a missão organizacional da área protegida e apontam como requisitos para uma gestão moderna e eficaz das áreas protegidas.

A gestão das áreas protegidas exercida individualmente, e por uma única instituição tem-se mostrado ineficiente ou incompleta, na medida que, não tem conseguido alcançar todos os objetivos de proteção estabelecidos. As causas do fracasso, deste tipo de gestão, estão ligadas tanto à multiplicidade de atividades desenvolvidas na gestão, como a deficiência e/ou insuficiência qualitativa e quantitativa de recursos humanos disponíveis nos órgãos responsáveis pela gestão. Desta forma, o modelo de gestão baseado em cooperações tem-se revelado como uma alternativa viável para suprir essas deficiências (Côrte, 1997:68).

A gestão participativa tem facilitado e viabilizado o planeamento e a gestão das áreas naturais protegidas viabilizando o reconhecimento da importância destes espaços e seu envolvente, minimizando os impactos entre a área e a comunidade local. Este modelo de gestão também viabiliza a descentralização das decisões através de uma administração transparente (Estima, 2008:23). Assim, não se pode imaginar uma gestão eficaz para as áreas naturais protegidas se não houver parceria entre as populações e as autoridades locais. Estratégias de gestão nestes moldes fortalecerão a manutenção da biodiversidade e todos poderão se beneficiar com isto. Um modelo participativo de gestão traduz as preocupações dos atores sociais interessados nas unidades de conservação, procurando soluções por meio da negociação, do envolvimento, da divisão de responsabilidades e do estabelecimento de parcerias.

Num processo de gestão eficiente das AP, a instituição competente, deve estabelecer cooperação com as outras partes, incluindo os habitantes da zona e os utilizadores dos recursos, estipulando as funções, as responsabilidades e os direitos respetivos de cada um, em relação à AP. Não se pode pensar em gestão eficaz das áreas naturais protegidas se não houver parcerias entre a comunidade local, os setores público e privado e as ONG. Nesta perspetiva é que as estratégias de gestão devem adequar-se à "Agenda 21"[43] e a "Convenção sobre a Diversidade Biológica"[44], traduzindo-se num modelo participativo de gestão, de forma a traduzir as preocupações dos atores envolvidos nas AP, procurando soluções através da negociação, do envolvimento, da divisão de responsabilidades e de parcerias.

O Governo de Cabo Verde, em parceria com o Fundo Global para o Ambiente (GEF) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), através do projeto "Áreas Protegidas" estabeleceram uma rede de áreas protegidas em todo o território nacional, para conservar a biodiversidade e travar a degradação dos recursos naturais ligados a terra e a água (PNUD, 2010:1). Entretanto, há constrangimentos de várias ordens que condicionam o normal funcionamento das áreas protegidas, nomeadamente a falta de recursos humanos qualificados,

---

[43]A Agenda 21 foi um dos principais resultados da conferência Eco-92 ou Rio-92, ocorrida no Rio de Janeiro, Brasil, em 1992. É um documento que estabeleceu a importância de cada país a se comprometer a refletir, global e localmente, sobre a forma pela qual governos, empresas, organizações não-governamentais e todos os setores da sociedade poderiam cooperar no estudo de soluções para os problemas sócio ambientais.

[44]A Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) é um documento constituída por 42 artigos, que estabelecem um programa para reconciliar o desenvolvimento económico com a necessidade de preservar todos os aspetos da diversidade biológica, resultante da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, a "Cimeira da Terra". Os objetivos da Convenção são a proteção da diversidade genética, a redução da taxa de extinção das espécies e a conservação dos ecossistemas e dos *habitats*.

bem como materiais, financeiros e o défice em termos de coordenação entre os diversos atores implicados, a não implementação adequada da legislação e dos outros instrumentos de planeamento e gestão, para esse efeito.

O Decreto-Lei n.º 3/2003 de 24 de fevereiro, que estabelece o Regime Jurídico das Áreas Protegidas, consagra no artigo n° 2º que a gestão dos recursos naturais são da responsabilidade dos Ministérios responsáveis por essa área. Estas autoridades nacionais são responsáveis pela prevenção de violações, modificações e contaminação do ambiente natural, promoção da gestão e exploração sustentável de recursos naturais, por assegurar a conservação da biodiversidade, restauração de habitats naturais proteger os elementos históricos e arqueológicos dos sítios e, promoção da gestão participativa de recursos naturais nas AP.

A Direção Geral da Agricultura, Pecuária e Pescas (DGASP) colabora com o DGA na gestão de algumas AP terrestres, gerindo diretamente as atividades de reflorestação e reabilitação de ecossistemas. Algumas das principais instituições de investigação de Cabo Verde, incluindo o Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrícola (INIDA) e do Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas (INDP), também colaboram com a DGA na gestão das AP, através de estudos técnicos. O Escritório da ONG internacional *World Wildlife Fund (WWF)* "Fundo para a Vida Selvagem" em Cabo Verde, também tem estado empenhado no estabelecimento de Área Marinha Protegida (AMP), através do Programa Regional de Conservação Costeira e Marinha para a África Ocidental (PRCM), envolvendo múltiplos doadores e intervenientes.

A função da Direção Geral do Ambiente (DGA) é, fundamentalmente, a de conceção, dinamização, coordenação e supervisão no domínio de ambiente. Para além da DGA, outras instituições intervêm na execução das políticas ambientais, nomeadamente a Direção Geral do Comércio, Indústria e Energia, a Direção Geral de Desenvolvimento Turístico, a Agência Cabo Verde Investimentos, a Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas da Boa Vista e Maio (SDTIBM,SA) e a própria Sociedade Civil.

É de frisar que, tendo em consideração os Objetivos do Desenvolvimento do Milénio sobre o ambiente os países e, sendo assim, Cabo Verde, devem integrar estratégias ambientais a todas as políticas setoriais, promover investimentos diretos na gestão ambiental, reformas regulatórias e de mercado para reduzir a degradação ambiental (ONU, 2005:24-40), assunto esse retomado a seguir, e com enfoque para a legislação e políticas ambientais.

Para Calado e Porteiro (2007:125-129) *apud* Varela (2012:82), no caso específico de pequenas ilhas, como é o caso de Cabo Verde, os desafios relacionados com a organização do espaço para a concretização dos objetivos de conservação, associam-se desafios particulares, nomeadamente o facto de consistirem em territórios remotos, pequenos e isolados, constituindo sistemas fechados. Estas caraterísticas implicam a necessidade de adaptação dos sistemas tradicionais de planeamento e gestão das Áreas Protegidas ao contexto específico das ilhas, visando a máxima eficácia da organização do espaço na concretização dos objetivos inerentes, com base na implementação eficaz e eficiente dos PDM e dos outros instrumentos de ordenamento do território e planeamento urbanístico.

Tendo por derradeiro objetivo, o desenvolvimento sustentável da ilha enquanto unidade biofísica, o sistema de planeamento e gestão das Áreas Protegidas deverá fundar-se na adaptação do chamado "novo paradigma" para a classificação, planeamento e gestão de áreas protegidas às especificidades dos ecossistemas insulares.Este paradigma privilegia a compatibilização da atividade humana com os objetivos de conservação e o consequente surgimento de novas oportunidades de desenvolvimento económico e cultural, associadas às áreas protegidas, entre as quais o ecoturismo, a restauração ecológica de ecossistemas, a integração das áreas protegidas em redes de conservação, e nos Sistemas de Gestão Territorial, e também o envolvimento sinérgico de *stakeholders* e da população local na concretização destes mesmos objetivos.

1.6.7. Legislação e políticas ambientais

A conservação do meio natural implica o recurso a um conjunto de medidas e ações, baseadas em análise dos seus valores intrínsecos, sua vulnerabilidade e no grau de degradação, com vista a manter ou recuperar o valor natural de um determinado lugar ou elemento natural, que deve ser adotado por todos.

Desde a Independência de Cabo Verde, a 5 de julho de 1975, foram concebidas e implementadas numerosas medidas legislativas que pretendiam garantir, em certa medida, a proteção e a conservação dos recursos naturais locais. Porém, é a partir dos anos 80 que estas medidas conheceram um maior incremento (Pereira, 2010:88) [Quadro12].

Para o autor *op cit* (2005:88), a Constituição da República de Cabo Verde, de 1980, já apresentava medidas relativas à soberania do território nacional, frisando que o país exerce soberania sobre todo o território nacional abrangendo a superfície emersa, as águas arquipelágicas e o mar territorial e os respetivos leitos e subsolos definidos na lei. "O mesmo é aplicável sobre todos os recursos naturais, vivos e não vivos, que se encontrem no seu território.

A partir de 1990, tem vindo a verificar, em Cabo Verde, mudanças de políticas sobre as questões ambientais a nível nacional. Ações ligadas a proteção do ambiente foram desenvolvidas e a integração do ambiente nas políticas nacionais tornou-se realidade, ao fazer da obtenção de um nível elevado de proteção ambiental, uma das prioridades do país e da integração do princípio do desenvolvimento sustentável nas políticas ambientais (Rocha *et al*, 2007:28).

Em Cabo Verde, foram declaradas, através da Lei 79/III/90, as Reservas Naturais da Ilha de Santa Luzia e dos Ilhéus do Arquipélago de Cabo Verde, designadamente os ilhéu Baluarte, na ilha da Boavista. E, para além de deterem componentes da diversidade biológica de grande valor socioeconómico, alguns desses ecossistemas (Bordeira e Pico Novo, na ilha do Fogo, Ilhéu Raso e Branco, ilhéu Curral Velho) são *habitats* de espécies vegetais (*Echiumvulcanorum*) e animais (*Aluada razae e Fregatamagnificens*), seriamente ameaçados de extinção.

Em 1992, procedeu-se, em Cabo Verde, a revisão constitucional, dando origem a nova constituição de 1992, na qual consagra no seu artigo 72º que "todos têm o direito a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender e valorizar". Esta revisão Constitucional coincidiu com o ano em que se realizou a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, pelo que as mudanças apresentadas em matéria de ambiente não são alheias ao momento político internacional que se vivia na altura, e criou-se um quadro legislativo para a conservação e a proteção dos recursos naturais, nomeadamente a biodiversidade (Pereira, 2010:88).

A abordagem transversal da política ambiental foi confirmada pela introdução da vertente ambiental nos Programas do Governo, a partir de 1993, bem como pela elaboração do II Plano de Ação Nacional para o Ambiente (PANA)[45] em 2003, que estabeleceu objetivos de

[45]Este documento foi elaborado com base nas orientações de desenvolvimento adotadas pela Cimeira de Desenvolvimento Sustentável, realizada em Joanesburgo, em setembro de 2002, e, faz uma abordagem transversal, participativa e descentralizada da problemática ambiental, envolvendo setores públicos e privado, municípios, organizações não-governamentais e outras organizações da sociedade civil.

desenvolvimento sustentável num horizonte de dez anos (2004-2014) fundamentalmente orientada para a gestão sustentável dos recursos ambientais.

Em 1995, com a entrada em funcionamento do Secretariado Executivo para o Ambiente de Cabo Verde (SEPA-CV), Órgão com competências para as Políticas Ambientais, que viria a ser substituído pela Direção Geral do Ambiente (DGA), a problemática ambiental, a nível nacional, ganhou uma nova dimensão, marcando o início de um processo irreversível de proteção ambiental (MAAP, 2004:2).

Através do Decreto-Legislativo n.º 14/97, de 1 de julho, em 1997, foi publicado o primeiro documento oficial "Código do Ambiente"[46] com um caráter mais abrangente e estrutural que define a estratégia ambiental, onde estão abordadas questões como: i) a avaliação e estudo do impacto ambiental; ii) controlo dos resíduos urbanos, industriais e outros; iii) proteção dos recursos geológicos; iv) controlo da poluição atmosférica; v) proteção de espaços naturais, paisagens, sítios, monumentos e espécies protegidas; proibição da extração, da exploração da areia nas dunas, nas praias e nas águas interiores e; vi) estabelecimento das contraordenações pela extração ou exploração sem licença. Este contempla algumas medidas conservacionistas tendentes a preservar não só a diversidade biológica, bem como elementos da geodiversidade, ainda que de uma forma bastante incipiente.Entretanto, esse diploma, não tem vindo a ser aplicado, em Cabo Verde, conforme o estabelecido, e o resultado, a esse respeito, não é o desejado.

O art.º 72.º da Constituição de Cabo Verde, não sofreu alterações de conteúdo com a revisão constitucional de 1999, passando a temática do ambiente a constar na Parte dos Princípios Fundamentais (art.º 7.º, alínea k), definindo como sendo umas das tarefas do Estado "proteger a paisagem, a natureza, os recursos naturais e o meio ambiente, bem como o património histórico-cultural nacional", o que não se verifica, na prática, e com contraordenações, em decorrência, em parte, da falta da fiscalização e da aplicação adequada da legislação, bem como dos outros instrumentos.

Os recentes instrumentos jurídicos foram criados através do Decreto-Lei n.º 2/2002 e do Decreto-Regulamentar n.º 7/2002, de 30 de dezembro, que estabelece as medidas de conservação e proteção das espécies vegetais ameaçadas de extinção, que proíbem a extração de areia nas dunas, nas praias e águas interiores, na faixa costeira e no mar territorial, e adotam

[46]O Código do Ambiente consiste no primeiro documento oficial com um caráter mais abrangente e estrutural que define a estratégia ambiental (gestão de recursos naturais, poluição, conservação da natureza, …) de Cabo Verde.

medidas de conservação e proteção das espécies de fauna e flora ameaçadas de extinção, respetivamente.

Cabo Verde tem vindo a adotar formas de operacionalizar a conservação do meio ambiente, concebendo e implementando medidas e ações em benefício do ambiente como reflorestação, construção de diques de correção torrencial, grandes obras de engenharia hidráulica, paralelamente à criação de instrumentos políticos, normativos e medidas legislativas de âmbito nacional e internacional (Convenções e Tratados), para garantir a proteção dos recursos naturais do arquipélago e a sua biodiversidade (Rocha e Neves, 2007:16).

É de realçar que, Cabo Verde, tem vindo a participar em várias conferências internacionais, assinou vários Acordos, ratificou outros, específicos ou relevantes para a proteção do meio ambiente do arquipélago, nomeadamente a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, e consagrou os princípios da Declaração de Estocolmo, bem como a Agenda 21 na Constituição e na Lei de Bases do Ambiente.

Uma das medidas de política do Governo de Cabo Verde é a adoção de um regime de proteção dos espaços naturais, paisagens, monumentos e lugares que, pela sua relevância para a biodiversidade, função ecológica, interesse socioeconómico, cultural, turístico ou estratégico, merecem uma proteção especial, passando a integrar a Rede Nacional de Áreas Protegidas, contribuindo assim para a conservação da natureza e o desenvolvimento auto sustentado de Cabo Verde (MAA, 2003:3). E, em Cabo Verde, há um pacote legislativo que se encontra, em parte, em Anexo 2 Quadro 3.

Para além dos instrumentos políticos e jurídicos acima referidos, Cabo Verde, para melhor proteger os seus recursos naturais e ambientais, tem ainda de um conjunto de meios políticos e jurídicos de gestão ambiental, nomeadamente a Estratégia Nacional e o Plano de Ação sobre a Biodiversidade, o Plano de Ação Nacional para o Ambiente, o Projeto Cabo Verde-Natura 2000, o Programa Regional de Conservação da Zonas Costeira e Marinha, o Projeto de Conservação Marinha e Costeira, o Plano de Gestão dos Recursos de Pesca e o Plano Estratégico de Desenvolvimento Agrícola e de Espécies Ameaçadas de Extinção (*op. cit*, 2012:*passim*).

Cabo Verde e, em particular, as comunidades piscatórias da ilha de Santiago deparam-se com problemas em termos de desenvolvimento, o que em decorrência dos constrangimentos financeiros, e agravado pela crise económica e financeira internacional, reflete de forma negativa na mobilização de recursos, condicionando a implementação dos projetos e, sendo

assim a resolução e/ou minimização dos problemas socioeconómicos e ambientais e o cumprimento dos objetivos do desenvolvimento do milénio

Nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago, as populações estão em situação de vulnerabilidade, sobretudo socioeconómica e, em certos casos, de exclusão social, devido, sobretudo ao baixo nível de habilitação literária e dificuldade de acesso à formação profissional e de mercado de trabalho, bem como oportunidades de investimentos em atividades geradoras de rendimentos.

As políticas públicas implementadas em Cabo Verde e, sendo assim, nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago, não surtiram efeitos esperados, e as famílias, com realce para os pescadores, peixeiras estão a atravessar dificuldades socioeconómicas, com sinais evidentes do aumento da bolsa da pobreza.

Em termos ambientais, Cabo Verde é um país ecologicamente frágil, e a gestão de recursos marinhos e terrestres não é feita de acordo com a legislação em vigor, nem com outros instrumentos, para o efeito, como o plano de gestão. No entanto, o país possui especificidades ambientais, entre os quais recursos haliêuticos, o que requer preservação e gestão, através da intervenção de diversos atores, nomeadamente o Conselho dos Ministros para o Ambiente, a Direção Geral do Ambiente, o Instituto Nacional da Meteorologia e Geofísica, o Instituto Nacional de Gestão de Recursos Hídricos, o Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário, as Câmaras Municipais, as Organizações Não Governamentais (ONG), o setor privado e empresarial, em sintonia na mobilização de recursos e realizações de ações conjuntas a nível de formação e informação, de implementação dos planos de ordenamento e gestão do território e de gestão ambiental e a delimitação de áreas prioritárias de intervenção e, sobretudo na capacitação técnica e institucional.

No Capítulo II que se encontra a seguir, abordou-se a pesca e o desenvolvimento sustentável local e comunitário em Cabo Verde, integrando assim a segunda parte desta investigação.

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

CAPITULO II: A PESCA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL E COMUNITÁRIO EM CABO VERDE

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

2.1. Quadro institucional e legal do setor da pesca em Cabo Verde

Em Cabo Verde, a Direção Geral das pescas é a autoridade reguladora do setor das pescas, e tem como incumbência de propor políticas, Leis e Regulamentos (ES Research-Research Sectorial, 2011:117-18). Ainda, de acordo com esta fonte, há outras instituições relevantes para o setor da pesca, tais como:

- O Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas (INDP), sedeado na cidade do Mindelo, ilha de São Vicente, e com extensões em todas as ilhas de Cabo Verde, cuja intervenção incide-se sobre a investigação científica, serviços de extensão pesqueira e análise estatística e económica;
- O Instituto de Engenharia e Ciência do Mar (ISECMAR), criado em 1984, na ilha de São Vicente, enquanto centro de capacitação profissional, para realização da formação na área da pesca e das atividades navais; e
- O Fundo de Desenvolvimento das Pescas (FDP), que foi reestruturado, com o intuito de alargar o seu campo de ação, foi transformado numa Sociedade Anónima de Capitais, exclusivamente públicos, sob a forma de instituição especial de crédito, de forma a constituir-se num sistema de crédito e de financiamento aos operadores do setor para a formação, reestruturação e melhoria do capital afeto à atividade do beneficiário, aquisição de embarcações e equipamentos, na montagem, aperfeiçoamento, renovação total ou parcial de instalações ou equipamentos destinados à transformação, melhoramento, conservação, embalagem e transporte, bem como a comercialização dos pescados, construção e reparação de embarcações de pesca, o financiamento de empresas se dediquem à fabricação de fatores de produção diretamente aplicáveis a esse setor, ou à prestação de serviços, com eles, direta ou indiretamente relacionados, a constituição de fundo de maneio, a aquisição de matérias-primas e apetrechos de pesca combustíveis e outros bens indispensáveis à faina da pesca.

No que concerne ao quadro legal, existia em Cabo Verde, no período colonial, um conjunto de normas relativas à regulamentação da pesca de outras espécies vulneráveis como as baleias, as esponjas e lagostas, relativas ao estatuto dos pescadores, bem como as concessões do setor industrial, regulamentando a concorrência através do número máximo de fábricas de conservas por ilha (MAAP, 2003, *apud* Pastor e Martins, 2011:136).

É de referir que "a primeira referência de regulação do setor da pesca data do séc. XIX, com a publicação da regulação da pesca do coral, através da Portaria n.º 196, de 32/7/1989" (DGP, 2005, *apud* Pastor e Martins, 2011:136).

Para Oksama Tariche *et al*. (2011:160-161), vários instrumentos dispersos de gestão dos recursos haliêuticos foram promulgados, e podem ser agrupados em três momentos, a saber:

- **1.º momento:** até 1993, caraterizado pela produção e divulgação dos instrumentos anteriores ao sistema de gestão por objetivos, ou por um sistema de planeamento de gestão, nomeadamente o Decreto-Lei n.º17/87, de 18 de março, que define os princípios gerais da política de aproveitamento dos recursos haliêuticos, o Decreto-Lei n.º 97/87, de 5 de setembro, que estabelece as normas de proteção, medidas de conservação e de fiscalização e a Lei n.º86/IV/93, de 26 de junho, que define as bases da política do ambiente;
- **2.º momento:** define-se pela produção do instrumento orientador da gestão do setor transversal (o ambiente), ou seja, a entrada em vigor do I Plano de Ação Nacional para o Ambiente (PANA I); e
- **3.º momento**: produziu-se o II Plano de Ação Nacional para o Ambiente (PANAII), enquanto um novo instrumento estruturante e orientador, o Plano de Gestão dos Recursos da Pesca (PGRP), o primeiro plano específico de gestão setorial, ambos para o período 2004-2014, sendo este último instrumento, complementa, a esse respeito, o Documento de Estratégia e Redução da Pobreza (DECRP). Ainda, foi promulgada o Decreto-Lei n.º 53/2005, de 8 de agosto, que define os princípios gerais da política de aproveitamento sustentável dos recursos haliêuticos.

Para Oksama Pastor e Albertino Martins (2011:16), "Cabo Verde foi um dos primeiros países a ratificar a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar em 1987, adquirindo assim o direito de determinar o modo de fazer uso dos seus recursos marinhos e, ao mesmo tempo, o compromisso de fazê-lo de forma sustentável e responsável. Entretanto os esforços de gestão pesqueira em Cabo Verde são anteriores a essa data".

Em Cabo Verde, o quadro legal do setor da pesca é aceitável, apesar das falhas na sua aplicação, o que a par da falta de fiscalização e responsabilização, tanto por parte dos titulares dos cargos políticos, como dos agentes da administração pública tem vindo a condicionar a gestão desse setor.

É de referir que, em 2.2.6. deste capítulo, retomou-se a abordagem sobre o quadro legal do setor das pescas em Cabo Verde.

2.2. Caraterização do setor da pesca

2.2.1. Recursos haliêuticos de Cabo Verde

Cabo Verde pelo facto de se localizar numa zona de transição de massas de água sob forte influência da circulação oceânica de larga escala, e com a interferência da corrente fria das Canárias, a temperatura da água do mar varia de 28.ºC à 21.º C, consoante a época do ano (MAAP, 2003:7). Ainda, de acordo com esta mesma fonte, a termoclina está situada entre 30 e 120 metros, a sanalidade evidencia uma grande influência das massas de água, sendo supeiror à 36‰ na zona Oeste do, e inferior na zona Leste do mesmo do Arquipélago de Cabo verde.

A plataforma continental de Cabo Verde tem uma área marítima com profundidade média de 0 a 200 m, o que significa que a luz solar se infiltra na água gerando condições propícias à atividade biológica, com grande relevância económica para a pesca é, de um modo geral, muito estreita e irregular, com uma área estimada em 5.394 Km^2. A zona compreendida entre as Ilhas do Sal, da Boavista e do Maio é a que apresenta uma mais extensa plataforma continental, aproximadamente dois terços do total, concentrando assim grande parte dos recursos haliêuticos do país (ES Research-Research Sectorial, 2011:14).

Apesar da dimensão limitada da sua plataforma continental, Cabo Verde dispõe de uma extensa Zona Económica Exclusiva (ZEE) de 789 400 km^2, cerca de 9.4% da ZEE de toda a África Subsahariana. Contudo, os habitats marinhos do arquipélago apresentam produtividades inferiores às que se registam nas áreas de correntes ascendentes junto à Costa Ocidental Africana. A influência alternada do Sistema da Corrente das Canárias (geralmente mais fria ≤ 23º C) e, de julho a novembro, de correntes equatoriais mais quentes (24ºC-27ºC), o que possibilita a presença de grandes e pequenos pelágicos, nomeadamente tunídeos, cavalas, chicharros e arenque (*op. cit*., 2011:14).

No Arquipélago de Cabo Verde, as principais zonas de pesca localizam-se sobre as montanhas submarinas e nos declives submarinos (MAAP, 2003:7).

O potencial haliêutico de Cabo Verde, estimado por grupos de espécies, revela uma forte concentração na área dos tunídeos, cerca de 65% do total. Contudo, este potencial de captura corresponde a um stock que se movimenta numa rota migratória sazonal inserida no espaço muito mais amplo do Atlântico até à costa ocidental africana. Ainda é de acrescentar que a ZEE de Cabo Verde é afetada por diversos fatores de natureza oceanográfica e pela incidência do esforço de captura que sobre essa espécie é exercido pelas diferentes frotas internacionais que atuam na região (ES Research-Research Sectorial, 2011:14).

Para o PNUD (2010:7), em Cabo Verde, existem 5 (cinco) espécies de tartarugas marinhas (*Dermocels coriacea, Chelonia mydas, Eretmochelys imbricata, Caretta caretta e Lepidochels olivácea*).E, estima-se que cerca de 3.000 tartarugas cabeçudas (*Caretta caretta*) nidificam, anualmente, nas ilhas da Boa Vista e do Sal, tornando-as nos segundos mais importantes locais de nidificação em todo o Oceano Atlântico. As tartarugas marinhas são exploradas de forma insustentável, para se aproveitar os ovos e a carne, das mesmas, que são muito apreciados, e a sua casca é usada para fazer peças de joalharia.

DE acordo com a fonte *op. cit*. (2010:8), de entre as quatro famílias conhecidas da lagosta, encontram-se, no Arquipélago de Cabo Verde, o *Palinuridae* (a lagosta rosa, verde e marrom) e a *Scyllaride* (lagosta de pedra). Ainda, nos ecossistemas costeiros e marinhos de Cabo Verde, abrigam mamíferos marinhos (pelo menos, 17 espécies de baleias e golfinhos), recifes de corais, algas e esponjas, para além da diversidade de corais que é considerada como sendo uma das mais elevadas a nível mundial.

Para ES Research-Research Sectorial (2011:15), a estimativa do potencial de recursos piscatórios de Cabo Verde tem sido alvo de alguma reserva, e da incerteza que níveis de captura e padrão de evolução das capturas, não consentâneos com a dimensão estimada dos stocks, lançam sobre as estimativas efetuadas, o que justifica as recomendações feitas em relatórios de diferentes entidades, no sentido do seguimento de um princípio precaucional na gestão da pesca dentro da ZEE da Cabo Verde enquanto não se tenha claramente provada a existência de recursos que permitam uma abordagem expansionista para o setor.

Apesar do potencial dos recursos haliêuticos de Cabo Verde, não tem vindo a ser realizados investimentos necessários, sobretudo em infraestruturas e frotas pesqueiras, a capacitação adequada, sobretudo dos operadores do setor para aumentar a produção e contribuição do setor no PIB, na criação de postos de trabalho, na segurança alimentar.

2.2.2. Infraestruturas e frotas pesqueiras

No que concerne as infraestruturas e frotas pesqueiras, é de referir que os dois principais portos melhor apetrechados do Arquipélago de Cabo Verde situam-se nas duas principais ilhas, Santiago (Praia) e São Vicente (Mindelo), e possuem alguns serviços de conservação frigorífica e de produção de gelo (ES Research-Research Sectorial, 2011:15). Assim, de acordo com essa fonte, o Porto Grande, no Mindelo, e o Porto da Palmeira, no Sal, têm servido como portas de saída para a exportação, sendo o Porto da Praia mais orientado para o mercado interno.

A Frescomar, uma indústria conserveira que, está, atualmente, a operar apenas na ilha de São Vicente, contava até agosto de 2010, com uma unidade na ilha do Sal (Salsesimbra), que se encontra encerrada. Ainda, a fábrica de conservas Sucla, em São Nicolau, é consideara como sendo uma das importantes unidades conserveiras de Cabo Verde (*op. cit.,* 2011:15).

A transformação, expansão e modernização dos principais portos das diferentes ilhas, permitiram uma melhor ligação entre os nós aeroporto-porto, com reflexos positivos nas operações e na fluidez dos circuitos de comercialização (*idem*, 2011:15).

Com a remodelação do complexo de pesca da Cova da Inglesa em São Vicente, criou-se algumas condições necessárias para a receção de pescado, tanto para a exportação como para o mercado interno, em ambiente refrigerado (*ibid*, 2011:15).

A frota pesqueira de Cabo Verde encontra-se distribuída com predomínio, na região do Sotavento, para a ilha de Santiago, tendo 361 embarcações artesanais e 38 industriais, respetivamente, 35% e 54% do total nacional (INDP, 2005 *apud* ES Research-Research Sectorial, 2011:16), e sendo estas fontes, e na região de Barlavento, para as ilhas de Santo Antão e do Sal, na pesca artesanal, e para a ilha de São Vicente, na pesca industrial

Para Alcides Varela *et. al.* (2011:195), após a Independência Nacional, os sucessivos Governos de Cabo Verde têm vindo a implementar políticas de apoio ao setor, sobretudo no reforço de infraestruturas de apoio à pesca, o que pouco ou nada tem contribuído para tirar a pesca do relativo subdesenvolvimento. Ainda, de acordo com esta fonte, o desenvolvimento das pescas em Cabo Verde requer a existência de armadores criativos, inovadores, com habilitadaes gerenciais, preocupação ambiental, solidariedade e espírito colaborativo, e não faz sentido realizar investimento em infraestruturas, se os operadores de pesca não possuiren um stock mínimo de capital intelectual, gerencial, físico, financiero e social.

É realçar que, apesar das infraestruturas e frotas pesqueiras existentes em Cabo Verde, é preciso dotar, com exceção, em certa medida, do concelho da Praia, no caso da ilha de Santiago, mais infraestruturas e frotas pesqueiras, cada vez mais modernas e com maior capacidade.

2.2.3.Análise da evolução da pesca em Cabo Verde

Em Cabo Verde, a atividade pesqueira tem vindo a desenvolver-se, de forma lenta e nos moldes essencialmente artesanais, com predominância da pesca extrativa. A exploração de recursos pesqueiros foi feita, inicialmente, para garantir a subsistência dos pequenos centros pesqueiros. No entanto, atualmente, o setor pesqueiro além de abastecer o mercado interno consegue gerar excedentes exportáveis (INDP, 2010:*passim*).

Tendo em consideração a importância do setor das pescas na economia cabo-verdiana, da criação de emprego, na segurança alimentar e da dieta alimentar, a análise dobre o setor das pescas é indispensáveis para se implementar medidas de políticas de estratégias mais acertivas e dinamizar o setor, o que poderia contribuir para a melhoria das condições de vida, sobretudo das pessoas das comunidades piscatórias em Cabo Verde, no geral, e da ilha de Santiago, em particular.

Os dados do Quadro 6 evidencia a evolução das capturas na pesca artesanal, em Cabo Verde, por ilha de 1999 à 2008.

Quadro 6: Evolução das capturas na pesca artesanal por ilha (1999- 2008)

Ilhas	Anos									
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Santo Antão	588	568	776	738	779	578	558	447	990	661
São Vicente	1420	1623	1101	858	761	1448	1435	822	637	609
São Nicolau	336	335	378	449	412	595	186	382	198	198
Sal	349	326	242	384	417	269	260	236	345	300
Boa Vista	159	184	161	161	153	246	136	150	193	215
Maio	396	452	526	591	487	399	447	512	540	539
Santiago	1898	2518	1638	1438	1591	1096	1298	1354	1212	1090
Fogo	516	628	448	310	209	266	176	180	229	166
Brava	306	342	379	454	397	362	326	447	289	240
Total	5968	6977	5649	5383	5206	5259	4822	4530	4633	4018

Unidade: Tonelada
Fonte: Boletim Estatístico nº 17, INDP (2010)

De 1999 à 2008, as ilhas de Santiago e de São Vicente apresentaram a maiores capturas de pescado, tendo 15.133 e 10.714 toneladas, respetivamente, e a ilha da Boa Vista a que teve menor captura, com 1.758 toneladas. Em termos de tendências globais, constata-se variações de capturas, sendo que, em 2008, em Cabo Verde, as capturas situam-se em 4.018 toneladas, valor este inferior ao verificado de 1999 à 2007.Nesse período, a maior captura de pescado registou-se em 2000, com 6.977 toneladas, e a menor em 2008.

Com base na análise desses dados, depreende-se que as capturas do pescado em Cabo Verde têm vindo a diminuir, com reflexos negativos na criação da riqueza, no emprego, na segurança e dieta alimentar, agravando assim as condições de vida das populações, sobretudo das comunidades piscatórias. Assim, é necessário que se identifique as razões que estão na origem da diminuição das capturas do pescado, afim de se procurar alternativas adequadas a esse respeito, em concertação com todos os atores do processo de desenvolvimento desse setor, aumentado assim as possibilidades dos que operam nessa área tirem maiores benefícios.

O Quadro 7 ilustra a estimativa da evolução do nível de esforços da pesca artesanal, em número de viagens, entre as diferentes ilhas de Cabo Verde de 1999 à 2008.

Quadro 7: Evolução de esforços na pesca artesanal por ilha (1999-2008)

Ilhas	Anos									
	1999	**2000**	**2001**	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
SA	12690	12613	16238	13761	16109	15218	13892	10666	16438	15113
S V	16321	17545	16419	15782	16942	14896	10494	12595	13706	11902
S N	8929	8929	7121	8654	7146	11157	4546	6926	5332	2940
SL	8127	7707	6779	7476	10776	9579	11315	5492	5915	6853
B V	4724	4798	4603	5504	6096	6145	5184	5492	5915	6853
MA	10744	15356	13780	17362	18223	17140	16240	19739	22182	22067
ST	60056	71897	61689	58522	52309	40090	35436	36369	30403	35251
FG	27998	28657	19962	20209	17130	18985	13651	12288	14650	8903
BR	5421	6354	7817	9444	10313	8508	8096	8429	6168	6219
Total	**155009**	**173856**	**154408**	**156714**	**155034**	**141718**	**118854**	**124740**	**123686**	**118311**

SA= Santo Antão; S V= São Vicente; S N= São Nicolau; SL= Sal; B V= Boa Vista; MA= Maio; ST= Santiago; FG= Fogo; BV= Brava.
Unidade: Número de viagens
Fonte: Boletim Estatístico nº 17, INDP (2010)

Em Cabo Verde, de 1999 à 2008, os maiores esforços, em termos de números de viagens realizado na pesca artesanal, verificaram-se em 2000, com 173.856 viagens, e os mais baixos esforços, a esse respeito, constatam-se em 2008, tendo 118.31. A ilha de Santiago, é a que, na pesca artesanal, de 1999 à 2008, apresenta maior número de esforços, sendo o máximo em 2000, com71.897 viagens, e o mínimo em 2007, em que se realizou 30.403 viagens. Ainda, por ilha, os mais baixos esforços, a esse respeito, verificam-se em Boa Vista, cujo maior número de viagens foi de 6.853, e o menor de 4.603, registou-se em 2000.

Na Tabela 1, e que se encontra a seguir, estão os dados sobre a evolução dos desembarques da pesca artesanal, por grupo de espécies, de 1999 à 2008.

Tabela 1: Evolução dos desembarques da pesca artesanal por grupo de espécies (1999-2008)

Espécies	**Anos**									
	1999	**2000**	**2001**	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
Pequenos Pelágicos	2460	2931	1849	1708	1655	2164	2151	1383	1483	1291
Tunídeos	2089	2194	1335	2339	2224	1648	1339	1674	1390	1179
Demersais	915	1224	1042	925	879	1065	909	935	1112	962
Diversos	504	628	423	411	414	382	423	538	649	568
Total	**5968**	**6977**	**5649**	**5383**	**5172**	**5259**	**4822**	**4530**	**4634**	**4018**

Unidade: Tonelada

Fonte: Boletim Estatístico nº 17, INDP (2010)

Com base nos dados da Tabela 1, referente a composição dos desembarques da pesca artesanal, por grupo de espécies, de 1999 à 2008, verifica-se que há o predomínio de pequenos pelágicos seguidos de tunídeos e demersais. As outras espécies designadas de diversos, são as que apresentam os valores mais baixos.Ainda, é de referir que as espécies capturadas não sofreram, ao longo desse período, grandes alterações e, em 2000, constataram-se, em Cabo Verde, os maiores desembarques (6.977), contra 4.018, em 2008, sendo este o valor mais baixo registado.

Ao analisar os desembarques da pesca artesanal por grupos de espécies, constata-se que, os mesmos têm vindo a diminuir, afetando assim negativamente o rendimento dos operadores da área, bem como a disponibilidade do pescado para o consumo interno e o poder económico para a aquisição dos outros bens e serviços indispensáveis a satisfação das suas necessidades.

Os dados da Tabela 2, dizem respeito a evolução das capturas efetuadas, por grupo de espécies, nas pescas artesanal e industrial no periodo de 1999 à 2008.

Tabela 2: Evolução das capturas nas pescas artesanal e industrial por grupo de espécies (1999-2008)

Espécies	Anos									
	1999	**2000**	**2001**	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
Tunídeos	4154	3936	3619	3442	3211	2942	2014	3040	2191	2032
Pequenos Pelágicos	4463	4823	3583	4179	3743	4191	4509	5126	4843	4449
Demersais	1079	1314	1116	965	901	1126	965	1094	1176	1024
Lagostas	35	29	26	23	17	26	23	549	8	8
Diversos	640	719	546	443	513	415	443	389	856	615
Total	**10371**	**10821**	**8890**	**9052**	**8385**	**8700**	**8002**	**10198**	**9074**	**8128**

Unidade: Tonelada

Fonte: Boletim Estatístico, nº 17 INDP

Tendo em consideração os dados constantes da Tabela 2 sobre a evolução das capturas, por grupo de espécies, nas pescas artesanal e industrial, no período de 1999 à 2008, depreende que, em Cabo Verde, a pesca está direcionada, sobretudo aos pequenos pelágicos, tunídeos e demersais, registando-se uma acentuada diminuição nas capturas de lagostas, particularmente de 2007 à 2008. Ainda, é de referir que, em termos gerais, as maiores capturas foram efetuadas em 2000, com 10.821 toneladas, e as mais baixas registaram-se em 2008 e 2005, cujos valores são de 8.128 e 8.002 toneladas, respetivamente. No entanto, não há registos estatísticos dos desembarques da pesca artesanal dos tubarões [Fotografia 4], bem como das tartarugas.

Com base na análise desses dados, as capturas nas pescas artesanal e industrial por grupo de espécies têm vindo a diminuir, com todas as consequências daí advenientes, em particular a nível social e económico, sobretudo para os que estão afetos ao setor.



Fotografia 4: Pesca desportiva

Fonte:Wlodzimierz J. Szymaniak (2012)

Em Cabo Verde, as pescas de tubarões são particadas com frequências. Ainda são capturadas outras espécies em vias de extinção e proibida pela legislação caboverdiana, como fonte de rendimento e para a melhoria da dieta alimentar, e para outros, essas espécies são afrodisíacos.

É de realçar que os infratores, tanto os que fazem as capturas como os consumidores, não são punidos, e nem responsabilizados,o que poderá pôr em causa o ecossistema marinho, e o incumprimento do estipulado na legislação a esse respeito. No entanto, é preocupante saber que entre esses infratores estão os que deviam fazer cumprir a lei que protege, tanto os tubarões como as tartarugas e outras espécies marinhas ameaçadas de extinção, a par da informação, sensibilização e educação ambiental nessa matéria.

Os dados da Tabela 3, e que se encontram a seguir, referem-se a evolução anual dos desembarques da pesca industrial por grupo de espécies, de 1999 à 2008.

Tabela 3: Evolução anual dos desembarques da pesca industrial por grupo de espécies (1999-2008)

Espécies	Anos									
	1999	**2000**	**2001**	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
Pequenos Pelágicos	2003	1892	1734	2471	2088	2027	2358	3743	3360	3158
Tunídeos	2065	1742	1284	1103	987	1294	675	1366	801	835
Demersais	164	90	74	40	22	61	83	159	64	62
Lagostas	35	29	26	23	17	26	12	11	8	8
Diversos	136	91	123	32	99	33	52	389	207	47
Total	**4403**	**3844**	**3241**	**3669**	**3213**	**3441**	**3180**	**5668**	**4440**	**4110**

Unidade: Tonelada

Fonte: Boletim Estatístico, nº 17 INDP (2010)

De acordo com os dados da evolução anual dos desembarques da pesca industrial por grupo, de 1999 à 2000, verificam-se que as capturas variam de 3.180 toneladas, em 2005, à 5.668 toneladas em 2006, sendo as espécies mais capturas são, os pequenos pelágicos, seguidos de tunídeos, as outras espécies (diversos), cujo valor varia de ano para ano, e os demersais. Ainda, em relação às lagostas, registaram-se, ao longo desses anos, variações e descidas significativas.

O Quadro 8 evidencia a evolução dos desembarques da pesca industrial por Região de Barlavento e Sotavento.

Quadro 8:Evolução dos desembarques da pesca industrial por Região de Barlavento e Sotavento (2000-2008)

	Desembarques da pesca industrial em toneladas								
Anos	**2000**	**2001**	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	2008
Região de Barlavento (Em toneladas)	2572	2113	2478	2123	2198	1861	3863	2784	2510
Percentagem de Total	67%	65%	68%	66%	64%	59%	68%	63%	61%
Região de Sotavento (Em toneladas)	1272	1128	1191	1090	1243	1319	1805	1651	1600
Percentagem de total	33%	35%	32%	34%	36%	41%	32%	37%	39%
Captura total em Cabo Verde	3844	3241	3669	3213	3441	3180	5668	4435	4110

Unidade: Toneladas
Fonte: Boletim Estatística nº 17, INDP (2010)

Com base nos dados do Quadro 8, em Cabo Verde, de 2000 à 2008, as maiores capturas da pesca industrial verificam-se em 2006, tendo registado 5.668 toneladas, e com predominância para a região de Barlavento, tendo, cujo registo foi de 3.863 toneladas, o que corresponde a 68%. Ainda, é de realçar que, ao comparar com os dados dos outros anos, em 2005, registou-se, na região de Barlavento, o menor valor, a esse respeito, ou seja 1.861 toneladas, equivalendo assim a 59%, das mesmas, e a região de Sotavento teve, em 2005, 41% em termos de desembarques da pesca industrial, valor esse mais elevado registando para essa última região.

É de frisar que a evolução dos desembarques da pesca industrial em Cabo Verde, por região de Barlavento e Sotavento tem sido variável, e com sinais evidentes de diminuição sobretudo em 2007 e 2008, o que se explica, em parte, pelas dificuldades por que passam os armadores em realizar investimentos nas frotas pesqueiras, bem como em outros equipamentos para o efeito.

Os dados do Quadro 9 são respeitantes a evolução dos esforços da pesca industrial, em dias de mar, por Regiões de Barlavento e Sotavento, no período de 2000 à 2008.

Quadro 9: Evolução dos esforços da pesca industrial, em dias de mar, por Região de Barlavento e Sotavento (2000-2008)

	Esforço em dias de mar								
Anos	**2000**	**2001**	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
Região Barlavento	2293	1540	2042	2844	1394	483	1048	3356	1371
Região Sotavento	2524	1910	3333	2279	1248	585	690	1560	3600
Esforço Total	4822	3450	5366	1123	2642	1068	1738	4916	4971

Unidade: Dias de mar

Fonte: Boletim Estatística nº 17, INDP(2010).

Os dados do Quadro 9 evidenciam que os maiores esforços da pesca industrial, registaram-se na Região de Sotavento, nos anos de 2000, 2001, 2002, 2005 e 2008, com 2.524, 1.910, 3.333, 5.85, 3600 dias de mar, respetivamente, e na região de Barlavento, os mais elevados valores, a esse respeito, são 2.844, 1.394, 1.048, 3.356, dias de mar, relativamente aos anos de 2003, 2004, 2006 e 2007. Entretanto, é de frisar que, para as ambas regiões, os maiores esforços, verificaram-se em 2002, tendo 5.366 dias de mar, e o valor mais baixo, constata-se, em 2006, ou seja, 1.738 dias de mar.

Os dados sobre a evolução dos esforços da pesca industrial, em número de barcos, por Região de Barlavento e Sotavento, de 2000 a 2008, encontram-se no Quadro 10 a seguir.

Quadro 10: Evolução dos esforços da pesca industrial, em número de barcos, por Região de Barlavento e Sotavento (2000-2008)

	Esforço em número de barcos								
Anos	**2000**	**2001**	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
Região Barlavento	33	35	36	35	34	34	36	30	35
Região Sotavento	42	31	24	31	32	35	30	31	38
Esforço Total	**75**	**66**	**60**	**66**	**66**	**69**	**66**	**61**	73

Fonte: Boletim Estatística nº 17, INDP (2010)

Com base nos dados do Quadro 10 sobre a evolução dos esforços da pesca industrial, em número de barcos, depreende-se que, em Cabo Verde, em 2000 e 2008, verificaram-se os maiores esforços, a esse respeito, tendo utilizados 75 e 73 barcos, respetivamente, e os menores esforços, em 2007 e 2002, com 61 60 barcos, respetivamente. Os esforços, em número de barcos, na Região de Barlavento foram superiores aos da região de Sotavento, sendo, nesta, os valores mais elevados encontram-se em 2000 (42 barcos) e 2008 (38 barcos), e o mais baixo valor registado, foi em 2002 (24 barcos). Ainda, é de referir que, na região de Barlavento, não se constatou variações significativas, e os valores mais elevados são referentes aos anos de 2002 e 2006, tendo registado igual número de barcos (36), e o mais baixo valor constata-se 2007, em que foram utilizados 30 barcos.

2.2.4.Comercialização interna e exportação do pescado

Os produtos da pesca são comercializados tanto no mercado interno como no mercado externo. Assim, as capturas artesanais destinam-se, geralmente, ao mercado interno [Tabela 1 e Quadro 6], enquanto as capturas industriais se destinam à transformação e à exportação [Tabela 3 e Quadro 8] constantes do corpo do trabalho.

A Fotografia 5 ilustra o transporte de pescado do Cais da Praia para os mercados da ilha de Santiago.



Fotografia 5: Transporte de pescado do Cais da Praia para os mercados da ilha de Santiago

Fonte: Simão Paulo Rodrigues Varela (2013)

Para Alcides Varela *et. al.* (2011:195), "em Cabo Verde, o investimento no setor da pesca não apresenta grandes constrangimentos, o que associado ao facto dos recursos pesqueiros serem de propriedade comum e de livre acesso, qualquer cabo-verdiano pode ter o seu próprio negócio, e investir na atividade de captura e/ou comercialização do pescado".

Os dados de exportação, para o ano de 2005, do Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE-CV), apontam para, uma exportação na ordem de 9.094 toneladas. Entretanto, as exportações de 2005, incluem capturas efetuadas fora da ZEE de Cabo Verde por duas embarcações com bandeira de Cabo Verde (INDP, 2010:10). Ainda, Em 2006, de acordo essa fonte, os dados apontam para uma exportação, nesse setor, na ordem de 18.289 toneladas, o que respresenta, ao comparar como os dados de 2005, um aumento de cerca de 101%.

Relativamente aos crustáceos, em 2007, Cabo Verde exportou 10 toneladas de lagosta rosa, conforme registos de exportação das Alfândegas de Cabo Verde (*Op. Cit.,* 2010:9). Ainda, com base nos dados dessa fonte, em 2007, registou-se uma exportação de produtos da pesca, na ordem das 9.776 toneladas. Comparativamente ao ano de 2006, registou-se uma diminuição em cerca de 47%. Em valor monetário, essa diminuição foi de 43%.

La fragilité des ressources halieutiques et les exigences de pêche responsable impliquent que les mesures à appliquer au marché contribuent à la préservation des ressources. Le cadre réglementaire capverdien doit avoir pour objectif de garantir l'origine des produits commercialisés selon des méthodes de capture respectueuses des normes de conservation en vigueur aux niveaux national, régional et internacional (INDP, 2007:95).

É de acrescentar que, em Cabo Verde, os os circuitos de comercialização a nível de Santiago realiza-se da seguinte maneira: i) pescador - vendedora – consumidor; ii) pescador - vendedora - rabidante[47] – consumidor; iii) pescador - rabidante – consumidor e; iv) pescador – consumidor.

2.2.5. Importância económica e social do setor da pesca

Com a Independência de Cabo Verde, a 5 de julho de 1975, "o setor das pescas passou a ser considerado como sendo estratégico para o desenvolvimento de Cabo Verde" (Pastor &

[47] **Pessoas que, em Cabo Verde, comercializam o pescado.**

Martins, 2011:136), posição essa corroborada pelo Governo de Cabo Verde, e por autores como Alcides Varela *et al* (2011:195).

Segundo os dados da BCV (2010), em Cabo Verde, a participação da pesca na formação do PIB, foi de 1,1% em 2007 e 0,7 em 2008. Assim, embora esse setor não apresente, ainda, quantitativamente valor expressivo para o PIB, é socialmente de enorme importância, tendo em consideração o contingente de mão-de-obra que o setor emprega, para além de ser fonte de produção de proteína animal de mais baixo custo para a população e de gerar divisas através da exportação. Ainda, segundo ES Research-Research Sectorial (2011:16), o setor das pescas desempenha um papel fundamental a nível social, com impactos locais muito significativos, fornecendo a principal fonte de proteína animal consumida em Cabo Verde, para além de gerar empregos

É de realçar, ainda, que para MAAP (2003:5), o setor da pesca representa uma contribuição diminuta na formação do PIB de Cabo Verde, sendo 2% no início dos anos 90 e apenas 1% em 2000. Entretanto, o seu papel social e na economia do país tem sido mais importante do que o refletido por este indicador, ao se contribuir para a criação do emprego, o equilíbrio da balança de pagamento e da segurança alimentar (*op. cit*, 2003:5). Ainda, ES Research-Research Sectorial (2011:16) refere que, ao contributo direto do setor da pesca, há que adicionar, não só o contributo potencial, ainda por realizar, bem como os efeitos indiretos sobre atividades afins, valorizando a sua oferta e proporcionando know-how para o desenvolvimento, em Cabo Verde, do cluster marítimo-logística, investigação, energia, pesca, reparação naval e turismo.Ainda, podem ser realizados investimentos, nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago, no turismo de habitação, constituindo assim numa fonte de rendimento adicional para as pessoas que aí residem, com realce para os pescadores e as peixeiras.

Para Alcides Varela *et al* (2011:195), "grande parte dos armadores da ilha de Santiago apresentam a pobreza, não obstante a relativa lucratividade da pesca em comparação com demais atividades, o que é extensivo, em certa medida, aos armadores bem como aos pescadores e peixeiras, tanto da ilha em referência como das outras ilhas de Cabo Verde". No entanto, não tem sido criado condições a esses armadores para o exercício das suas atividades de forma que permita aumentar as capturas e, sendo assim, as melhorias das suas condições de vidas e as dos pescadores e peixeiras, bem como dos seus familiares.

É de realçar que, em 2008, a população empregada no setor era constituída maioritariamente por pescadores artesanais, 3.108, fixando-se, em 840, o número de pescadores envolvidos na pesca industrial. Ainda, ao somar o número de pescadores e o das vendedeiras de pescados e empregados na indústria e administrativos do setor, atingia à um valor próximo de cinco mil empregos diretos nesse setor (INDP, 2008 *apud* ES Research-Research Sectorial, 2011:16)

É de realçar que há alternância que se verifica em Cabo Verde, entre a pesca artesanal e a agricultura, e para certos segmentos da população, sempre que as condições meteorológicas favoreçam uma ou outra atividade. Assim, a pesca desempenha um papel de amortecedor do impacto económico dos maus anos agrícolas e de reforço da segurança alimentar dos habitantes em Cabo Verde (*op. cit*., 2011:16).

O peso do setor da pesca, no conjunto da população ativa tem-se vindo a reduzir significativamente. No início da década de noventa, o mesmos, situava-se próximo dos 7%, passando a cerca de 5% em 2000, e fixando-se em, aproximadamente, 3%.Ainda, é de frisar que a maior oferta de emprego na área de turismo e da construção é apontada como responsável essa evolução que se regista, em termos da diminuição de absorção da populção ativa no setor das pescas (*idem*, 2011:17). Ainda, esse setor possui um importante caráter socioeconómico, pois, emprega cerca de 2,1% da população total e 5,2% da população ativa, contribuindo também para o equilíbrio da balança de pagamento, sendo que em 2010, apresentou-se como o setor produtivo que mais exportou.

A ilha de Santiago, com 1539 pescadores artesanais e industriais, concentra cerca de 40% do total. Segue-se, em importância, a ilha de São Vicente, na área da pesca industrial, e a ilha do Sal, na área da pesca artesanal (*ibid*, 2011:17).

Para Alcides Varela *et. al*.(2011:195), em Cabo Verde, o Governo e a sociedade estão dececionados com o pífio desenvolvimento das pescas, e tem cobrado melhor desempenho aos operadores de pesca, mas há fatores como o fraco nível de educação financeira, baixa capacidade gerencial que podem condiconar o sucessos desses operadores ,e sendo assim, com reflexos negativos a nível socioeconómico desses agentes económicos, bem como dos seus familiares.

Em Cabo Verde, pesar dos discursos políticos sobre a importância económica e social do setor da pesca, bem como os investimentos ditos realilzados a esse respeito, não estão efetivamente traduzidos na prática, e depara-se com contrangimentos, tanto a nível das infraestruturas, das frotas pesqueiras, bem como nas linhas de créditos, na formação, sobretudo dos técnicos e operadores da área.

2.2.5.1. Desembarques e rendimentos

Em Cabo Verde, o desembarque total da frota artesanal, em 2005, foi estimado em 4.822 toneladas. E,comparativamente ao ano de 2004, registou-se uma diminuição de aproximadamente 8% nos desembarques. Os maiores desembarques em 2005 foram registados nas ilhas de São Vicente, Santiago, e Maio (30%, 27% e 9% do total desembarcado, respetivamente), e a ilha do Fogo é a que menos contribuiu, com apenas 4% (INDP, 2010:7).

A Fotografia 6 ilustra o desembarque de pescadores em Porto Mosquito no concelho de Ribeira Grande de Santiago.



Fotografia 6: Chegada de pescadores em Porto Mosquito

Fonte: Roman Chelmowski (2008)

Em 2006, estima-se, o desembarque total da frota artesal, em 4.530 toneladas, e ao comparar, esse valor, com o do ano de 2005, constata-se que os desembarques da pesca artesanal diminuíram em cerca de 6%. Os maiores desembarques, em 2006, verificam-se nas ilhas de Santiago, São Vicente e Maio, com 30%, 18% e 11% do total desembarcado, respetivamente, e a ilha da Boavista é a que menos contribuiu, com apenas 3% (*op. cit*., 2010:7).

Em 2007, o desembarque total da frota artesanal foi estimado em 4.633 toneladas. Os maiores desembarques foram registados em Santiago (26%), Santo Antão (21%) e São Vicente (14%), e a que menos contribuiu é a ilha do Fogo (5%).Em relação ao ano de 2006, as capturas aumentaram em aproximadamente 2% (*idem,* 2010:7).

Em 2008, o desembarque total da frota artesanal foi estimado em 4.018 toneladas. Comparativamente ao ano de 2007, registou-se uma diminuição de 13% nos desembarques (*ibid*, 2010:7). Assim, os maiores desembarques foram registados nas ilhas de Santiago (27%), Santo Antão (16%) e São Vicente (15%), e a ilha do Fogo é a que menos contribuiu, com apenas 4%.

Ao considerar os dados de 2008 sobre a composição dos desembarques por grupo de espécies, verifica-se o predomínio de pequenos pelágicos (32%) e tunídeos 30%), seguido de demersais (24%) e das outras espécies (14%) (*ibid*, 2010:7).

Em 2008, os maiores desembarques foram registados em Santiago, Santo Antão e São Vicente, com 27%, 16% e 15% do total desembarcado, respetivamente. A ilha do Fogo é a que menos contribuiu, com apenas 4% (*ibid*, 2010:7). Da análise da composição dos desembarques por engenho de pesca em 2008, depreende-se que linha de mão é tem maior peso, com 65%, seguido de rede de cerco com 19%, e os restantes 16%, para os outros tipos de pescarias.

De 2000-2010, a média anual dos desembarques ronda as 10 mil toneladas, nos quais dominam os pequenos pelágicos, os tunideos e afins, enquanto, os peixes demersais e as lagostas representam uma fração relativamente baixa. Dos desembarques globais, 60% provém das pescarias artesanais.Ainda ao comparar os desembarques com o potencial estimado, de conclui-se os recursos pesqueiros de Cabo Verde estão subexplorados (Lux-Development, 2013:8).

Em Cabo Verde, a maioria dos portos, com exceção do Porto da Praia (ilha de Santiago) e do Pordo Grande (ilha de São Vicente), não reune as condições para o desembarque dos pescados.Ainda, o rendimento nesse setor é baixo, em decorrência da falta de condições, em termos de frotas pesqueiras, do baixo nível de educação, sobretudo formal, a falta de formação, sobretudo em tecnologia de pescado, nomeadamente manuseamento e conservação do pescado, tecnologia de pesca, com realce reparação e montagem de rede de emalhar e manutenção e reparação de motores marítimos, segurança no mar, sobretudo as técnicas de navegação e segurança e gestão e contabilidade, com destaque para gestão e exploração de embarcação, gestão de ciclos de projetos e de gegócios.

2.2.6.Gestão pesqueira em Cabo Verde

A gestão pesqueira deve ser feita com base na legislação e nos outros instrumentos para o efeito, de forma a evitar e/ou diminuir os constrangimentos que possam pôr em causa a sustentabilidade dos recursos haliêuticos existentes.

Para Oksama Tariche *et al*. (2011:158), em Cabo Verde, o setor das pescas tem vindo a enfrentar constrangimentos, tanto em termos de gestão e funcionamento das capacidades instaladas, como nas capturas, comercialização e valorização dos produtos. Assim, de acordo com esta fonte, deparam-se com o aumento da procura e, por conseguinte, da pressão sobre os recursos, os desfasamentos e descoordenação entre as necessidades de investimento e disponibilização de recursos financeiros, as alterações de parâmetros ambientais em decorrências, nomeadamente dos fenómenos naturais e da ação do homem.

Conforme os autores *op. cit.* (2011:160), desde a Independência Nacional, a 5 de julho de 1975, Cabo Verde, tem vindo a assumir os recursos haliêuticos como um potencial vetor de desenvolvimento, sobretudo a nível socioeconómico, pelo que, através de vários instrumentos, parte dos quais do período antes da Independência, os sucessivos Governos têm vindo a definir princípios orientadores, tendo como objetivo a gestão equilibrada e sustentável desses recursos.

É de referir que, em Cabo Verde, surgiram-se iniciativas para o estabelecimento do limite das águas territoriais (Lei n.º14/75, de 13 de dezembro), o estabelecimento dos limites do mar territorial, águas arquipelágicas e da Zona Económica Exclusiva (Decreto-Lei n.º 126/77 de 31 de dezembro; Lei n.º 60/IV/92, de 21 de dezembro), tratado sobre a delimitação da fronteira marítima entre Cabo Verde e o Senegal (Pastor e Martins, 2011:136-137).

Para os autores *op. cit* (2011:136-137), Cabo Verde foi um dos primeiros países a ratificar a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, em 1987, adquirindo assim, o direito de determinar o modo de fazer uso dos recursos marinhos e ao mesmo tempo, o compromisso de fazê-lo de forma sustentável e durável.

Com a ratificação da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (Lei n.º17/III/87), foram produzidos diplomas normativos, nomeadamente a primeira Lei-Quadro em matéria de aproveitamento dos recursos haliêuticos: o Decreto-Lei n.º 17/87, bem como o Decreto n.º97/87,sendo este define normas para a execução de certas disposições do Decreto-Lei n.º17/87. O Decreto-Lei n.º53/2005, de 8 de agosto revogou e substitui o Decreto-Lei n.º17/87, definindo os princípios gerais da política de aproveitamento sustentável dos recursos haliêuticos, designadamente as normas de acesso aos referidos recursos e de planificação da sua gestão, bem como a fiscalização do exercício da pesca e das atividades conexas.

Segundo Pastor e Martins (2011:136-137), em fevereiro de 2005, entrou em vigor o Plano de Gestão dos Recursos da Pesca, implementado sob a responsabilidade da Direção Geral das Pescas e apoiado cientificamente pela investigação haliêutica realizada, pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas (INDP). Ainda, foram produzidos outros diplomas que regularmente as atividades de incidência direta ou indireta sobre o setor das pescas e do ambiente marinho, com o objetivo de garantir uma gestão sustentável da pesca em Cabo Verde. Ainda, para estes autores, do ponto de vista prático, ou seja, da sua implementação, a Gestão das Pescas pode ser vista como um sistema, formado por três pilares básicos ou componentes: i) a investigação haliêutica que realiza estudos de base e constitui o suporte científico; ii) a administração pesqueira que define e implementa as normas de gestão e; iii) a fiscalização que controla o cumprimento das normas. Assim, para uma gestão eficiente, esses três pilares, ou seja, o triângulo da gestão devem estar integrados e funcionando plenamente, o que não é o caso de Cabo Verde, em que a investigação científica, a implementação e a fiscalização do cumprimento de normas de gestão não se verificam de acordo com o definido nos instrumentos jurídicos e nos planos de gestão dos recursos haliêuticos.

O Sistema de Gestão Pesqueira de Cabo Verde é integrado pelas seguintes unidades administrativas:

- A Direção Geral das Pescas, enquanto Órgão de Administração Pesqueira;

- O Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas que se ocupa da investigação; e
- Os órgãos de fiscalização, nomeadamente a Direção Geral das Pescas, o Instituto Marítimo Portuário, a Guarda Costeira, a Polícia Marítima e a Polícia Nacional.

Segundo Oksama Tariche *et al*. (2011:161), o Plano de Gestão dos Recursos da Pesca (PGRP), para o período 2004-2014, foi preparado numa ótica de exploração sustentável dos recursos haliêuticos, e apresenta objetivos sociais e económicos para a gestão pesqueira, e é considerado um documento de base de natureza analítica, com medidas de desenvolvimento e de gestão para diferentes pescarias e horizontes temporais. Ainda, o PGRP é implementado através dos Planos Bianuais Executivos, sendo estes publicados no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, e contem as medidas de cumprimento obrigatório, sujeitas a fiscalização e ao poder sancionatório, em caso de transgressão.

Para os autores *op. cit.* (2011:161), "entre as principais medidas do plano de base, absorvidas nos planos executivos acima referidos, estão as relativas às zonas reservadas, à proibição da pesca nociva, o estabelecimento de tamanhos mínimos de espécies capturáveis e a fixação de períodos de defeso de espécies ameaçadas, como é o caso da cavala preta".

No âmbito das suas atribuições, o Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas (INDP), produz regularmente recomendações de gestão das pescarias, baseadas em estudos realizados em diversas áreas de investigação haliêutica, a saber: i) a investigação biológica que incluiu, entre outras, linhas de pesquisas em Oceanografia, Biologia Pesqueira, Avaliação de Recursos, e Biologia Marinha; ii) a investigação socioeconómica que abrange sobretudo as estatísticas pesqueiras, o estudo das comunidades piscatórias e dos agentes económicos e; iii) a investigação em tecnologias e artes de pesca (Pastor e Martins, 2011:137). Para estes autores, essas recomendações são, desde 2005, produzidas bianualmente e apresentadas à Administração Pesqueira, que depois as adaptam, e feitas considerações necessárias, e assim são integradas no Plano de Gestão dos Recursos da Pesca, enquanto o mais importante instrumento de gestão dos recursos das pescas, que deve ser aprovado pelo Conselho Nacional de Pescas e pelo Conselho de Ministros.

Para Oksama Tariche *et al*. (2011:158), enquanto Estado costeiro com uma vasta Zona Económica Exclusiva, na região do Atlântico, compete ao Governo de Cabo Verde assumir um papel ativo na gestão dos seus recursos, de forma a garantir uma pesca sustentável.

Segundo os autores *op cit* (2011:158), em Cabo Verde, a política de pescas deve ser capaz de responder aos desafios da globalização, das crescentes exigências sobre a qualidade, a segurança alimentar e a informação aos consumidores.

A frota estrangeira opera, na Zona Económica Exclusiva (ZEE) de Cabo Verde, no quadro dos acordos de pesca bilaterais, de reciprocidade ou de contrapartidas financeiras, como é o caso do acordo negociado com a União Europeia (UE) (ES Research-Research Sectorial (2011:18). Assim, no domínio da pesca, a relação entre a UE e Cabo Verde, iniciou-se em 1991, data da assinatura de um primeiro acordo, e as embarcações comunitárias podem operar na ZEE de Cabo Verde, para além das 12 milhas náuticas, ao abrigo do acordo assinado para o período 2006-2011, e entrou em vigor a 1 de setembro de 2006. Ainda, a 1 de setembro de 2011, entrou em vigor um novo acordo de pesca, entre Cabo Verde e UE, e prevê uma manutenção da tonelagem de referência autorizada, de 5 mil toneladas/ano, e um reforço da contribuição financeira, €435 mil, adicionada de uma contribuição anual de € 110 mil para apoiar o setor das pescas de Cabo Verde, valores insignificantes a nível estratégico.Assim, Espanha, França e Portugal são os países da União Europeia que têm exercido atividade de pesca ao abrigo desse acordo, estando autorizado o acesso de 28 navios de pesca de atum (mais 3 do que anteriormente), 25 palangreiros de superfície (menos 23), e 11 caneiros (tal como no acordo anterior) (*op. cit*., 2011:18).

É de referir que, para a pescaria estrangeira recomenda-se as seguintes medidas de gestão: i) suspensão da proibição de captura de exemplares de albacora e patudo com menos de 3,2 kg de peso; ii) identificação, à qualquer atividade, de pesca no interior das 12 milhas náuticas; iii) fixação prévia, do número máximo de licenças anuais a serem concedidas nas negociações dos acordos e contratos de pesca; iv) implementação de mecanismos de acompanhamento previstos nos acordos de pesca; proibição de pesca de demersais, pequenos pelágicos e crustácios pela frota estrangeira (MAAP, 2003 *apud* Pastor e Martins, 2011:141). Ainda, com base nestas fontes, recomenda-se a modificação das seguintes medidas de gestão para esse tipo de pescaria, nomeadamente a identificação, em toda a Zona Económica Exclusiva de Cabo Verde (ZEE), da prática de pesca de tubarões de forma insustentável para se retirar apenas as barbatanas, sendo que a percentagem das barbatanas (em peso) não deve ultrapassar 5% da captura total (corpos+barbatanas) (*op. cit*., 2011:141-142).

Em Cabo Verde, o pescado é oprincipal recurso alimentício do país e que até produz excedentes para a exportação.Portnato, o setor da pesca tem um papel indispensável na segurança alimentar, uma vez que a diminui da dependência da importação de alimentos, para além da sua importância na criação de postos de trabalho.

A partir da independência desse país, os sucessivos Governos de Cabo Verde têm investido no sentido de desenvolver o setor das pescas. Entretanto, os esforços a esse respeito foram e, ainda, são insignificantes para o desenvolvimento das pescas, e não tem sido implementadas políticas e estratégias acertadas de forma a realizar investimentos nas infraestruturas e nas frotas pesqueiras, na formação profissional dos operadores das pescas, o que poderia contribuir o aumento das capturas dos pescados, de postos de trabalho e abastecimento do mercado, com realce para as áreas das pescas e o abastecimento do mercado e a melhoria da dieta alimentar das pessoas das comunidades piscatórias, em particular, e dos cabo-verdianos, de uma forma geral.

Apesar dos vários constrangimentos, sobretudo humanos e financeiros, o quadro institucional e legal do setor da pesca em Cabo Verde pode permitir, uma melhor gestão dos recursos haliêuticos, se forem aplicados a legislação em vigor, bem como os outros instrumentos de gestão. Entretanto, a fiscalização, a esse respeito, é deficiente, e não leva a responsabilização dos agentes da administração pública, bem como dos titulares dos cargos políticos por incumprimentos.

A seguir encontra-se a abordagem sobre a educação, capital social e desenvolvimento sustentável em Cabo Verde relativo ao Capítulo III, e está integrada na primeira parte desta tese.

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

CAPITULO III: EDUCAÇÃO, CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM CABO VERDE

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

3.1.Educacão em Cabo Verde

3.1.1.Educação no período colonial

A análise da estrutura e do funcionamento do sistema educativo cabo-verdiano no período colonial requer que a compreensão do contexto económico e sociopolítico do colonialismo português e, sendo assim, o momento em que se implementou e desenvolveu a política educativa para as colónias africanos lusófonos, nomeadamente Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Moçambique, pelo que é indispensável a compreensão da cooperação estabelecida entre o Estado, as missões religiosas e a Igreja católica, no processo de dominação colonial.

Desde a descoberta das ilhas, em meados do séc. XV, até ao fim do século XIX, as preocupações com a educação foram insignificantes, apesar de um dos papéis do Arquipélago de Cabo Verde, no tráfico de escravos, fosse o de cristianizar e ensinar alguns rudimentos da língua para que se entendessem com os futuros donos (Afonso, 2002:119).

Para Guimarães (2006:10) *apud* Alcides da Moura (2009:103), "em decorrência das contradições que caraterizaram a sociedade colonizadora e a colonizada, a dominação desta não poderia ser garantida apenas recorrendo ao uso da força, mas também baseando-se em outras formas de legitimação". Assim, Moura (*op. cit*., 2009:103) "afirma que, nesse sentido, a religião, sobretudo a católica e a educação desempenharam um papel importante na integração e subordinação da cultura *indígena* à cultura europeia, a igreja e as missões religiosas tinham como objetivo apoiar a implementação, manutenção e desenvolvimento do sistema colonial através da educação e da inculcação do modelo social e cultural da metrópole".

No que tange à educação, verificam-se iniciativas para criar " um ensino adaptado ao seu progresso, à sua estabilidade social, e obedecendo às caraterísticas e padrões do ensino na Metrópole" (Azevedo, 1958:123 *apud* Afonso, 2002:119), o que corresponde à época de afirmação da educação em Cabo Verde.

Nos primeiros séculos da colonização prevaleciam-se e conviviam-se dois sistemas de ensino: i) o sistema religioso/missionário que funcionava nos meios rurais e era destinado a população mais pobre e; ii) o sistema oficial/formal predominante nos centros urbanos e destinado a uma elite económica, política e social (Sousa Ferreira, 1977; Nóvoa, 1986; Ferreira e Zanene, 1996; Mateus, 1999; Neves, 2001 *apud* Alcides da Moura, 2009:103). E, para este último autor o sistema educativo no período colonial foi altamente seletivo, elitista e tinha como missão a inculcação e transmissão do universo cultural colonial e a assimilação, reprodução e perpetuação da sua estrutura social dominante. Também cabia ao sistema educativo formar trabalhadores necessários para a exploração económica dos recursos existentes.

Segundo Ferreira e Zanene (1996:279) *apud* Moura (*op cit*:104), referindo-se à política educativa colonial afirmam que " a política do ensino português, assentava sobre dois eixos principais, nomeadamente a assimilação (para aculturar) e a cristianização. Essa política não podia favorecer uma plena promoção social da população autóctone, por ser excessivamente eurocêntrica, e geradora de muitos abusos".

Para a concretização política acima referida, a igreja desempenhou um papel fundamental, o que segundo Neves (2001:38), existia entre a Igreja e o Estado uma unidade e uma 'cumplicidade' de séculos, uma vez que a ação dessa Igreja transformava-se quase que numa dimensão cultural/educacional/religiosa, com vocação para ensinar as primeiras letras, ou ainda, fazia-se uso da vertente doutrinal para mostrar o caminho que o "civilizado" devia seguir.

A relação e a 'cumplicidade' entre o Estado e a Igreja a que se refere o autor supracitado são simultâneos ao processo da colonização, mas teve maior força a partir do século XVI quando "os missionários organizaram as escolas/capelas para disseminar o ensino" (Ferreira e Zanene, 1996:277 *apud* Moura, 2009:104).

Com a implementação da I República, em 1910, a Igreja Católica perdeu o poder político hegemónico que, até então, detinha, em decorrência da política de modernização da sociedade portuguesa defendida e implementada pelo governo republicano, segundo o qual, a separação entre o Estado e a Igreja e, consequentemente, entre a igreja e a escola é imprescindível para a modernização de Portugal (Moura, 2009:104).

Para autor *op cit* (2009:104), apesar da perda do poder e da separação entre a educação e a religião que se ocorreu em Portugal, o papel desempenhado pela Igreja Católica e as missões religiosas, no âmbito educativo continuou, nas colónias, apesar das reformas implementadas.

Com o golpe de estado de 1926, a Igreja voltaria a recuperar o estatuto hegemónico que detinha e veria reforçada a sua influência espiritual e material na sociedade portuguesa (*idem,* 2009:105). Ainda, segundo Guimarães (2006:61) *apud* Moura (2009:105), "a reconquista da posição que a igreja ocupava na estrutura social, antes da república é resultado da sua participação no derrube da I República".

O Decreto de agosto de 1845, acima referido lançou os primeiros alicerces para a criação da escola pública no ultramar, definindo os princípios orientadores da instrução primária. Entretanto a escola só começou a funcionar em outubro de 1848 (Afonso, 2002:119).

É de referir que o primeiro estabelecimento de ensino secundário, em Cabo Verde, de caráter religioso e laico, foi o Seminário, em 1866, que passou a Seminário-Liceu em 1892, pelo Decreto de 3 de setembro, mantendo-se durante várias décadas (51 anos) como único estabelecimento de ensino secundário desse país, enquanto colónia portuguesa (Afonso, 2002:120), onde se formavam os funcionários da administração colonial local e das outras colónias (Lesourd, 1995:50 *apud* Afonso, 2002:120).

Em 1889 havia, no arquipélago de Cabo Verde, 56 escolas primárias frequentadas por cerca de três milhares de alunos, e no fim do século XIX (1898), 73 escolas com mais de 4000 alunos (Afonso, 2002:120). Para esta autora, apesar dos efetivos, os resultados obtidos ficavam muito aquém dos desejados, e o que, segundo Azevedo (1958:133) *apud* Afonso (2002:120), "associado à já habitual falta de professores devidamente preparados, à irregularidade de frequência dos alunos, ao afastamento das povoações dos centros escolares e à ausência de inspeção"

No ensino secundário os problemas eram evidentes. O Seminário-Liceu era, em 1898, frequentado por 52 aspirantes ao sacerdócio e 72 estudantes liceais. Em 1906, lançaram-se as bases do ensino profissional, funcionando sempre de forma precária, e onze anos depois foi reestruturado nas suas diversas modalidades e graus (*op. cit*., 2002:120).

Na sequência dessa reestruturação acima mencionada e, nesse mesmo ano (1917), o Seminário-Liceu é extinto e substituído pelo Liceu Nacional de Cabo Verde (Liceu Gil Eanes), no Mindelo. Ao mesmo tempo, o ensino primário é reformulado nas escolas oficiais e postos

escolares, exercendo-se então em 114 estabelecimentos, com 161 professores (Afonso, 2002:120-121).

De acordo com Guimarães (2006:81), entre 1930 a 1950, predominou-se o ensino profissional em detrimento do ensino geral. Ainda, em todas as colónias, a taxa de analfabetismo era superior a 96%, com exceção de Cabo Verde que tinha uma taxa de 78,5%. Entretanto, por motivos da pobreza da população, da falta da qualidade dos programas e dos recursos materiais e humanos, nomeadamente professores e monitores qualificados, o ensino era de baixa qualidade.

É de frisar que, se em 1934 existia, em Cabo Verde, cerca de 68 escolas e 82 postos de ensino, no ano letivo de 1951/1952, registou-se uma queda significativa no número de escola e um aumento dos postos escolares, e havia, nesse ano letivo, 11 escolas e 104 postos escolares (Furtado, 1997:80).

Quanto ao número de Professores, a mesma situação se verificava, registando-se um decréscimo, em 1934, existiam 150 Professores para, em 1952, apenas 104, o que significa uma diminuição de cerca de 44,2% (*op. cit*., 1997:80).

A partir dos anos 40 do século XX, o Governo português investiu-se, em Cabo Verde, nas infraestruturas, com o objetivo de ocupar e alimentar grande parte da população incapaz de se reproduzir por si própria, utilizando, ao mesmo tempo, mão-de-obra cabo-verdiana nas outras colónias, nomeadamente Angola, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe (Silva, 1991 *apud* Afonso, 2002:121).

Na linha de atuação acima referida, e quanto ao ensino, novas medidas surgem, e foi criada a Direção-Geral do Ensino, integrando assim o Ministério das Colónias (Decreto-lei 33 541, 21/2/1944) que passa a ter como função orientar superiormente os serviços de instrução nas colónias, em íntima relação com o Ministério da Educação Nacional (Afonso, 2002:121).

Decreto-Lei n.º 31.207/1941, de abril, que consagra o Estatuto dos Missionários, começavam-se a chegar à Cabo Verde, através do Acordo Missionário, sacerdotes e irmãos dedicando-se ao Ensino das Artes e Ofícios, com uma frequência das escolas bastante elevada. O ensino dos "indígenas" passa a ser-lhes inteiramente confiado (Azevedo, 1958: 130 *apud op. cit*, 2002:121).

Até essa altura, a escola tinha como principal função “criar uma reduzida minoria capaz de assegurar funções auxiliares no quadro sistema colonial” (Silva, 1991:223 *apud* Afonso, 2002:121).

Os concelhos da Praia, de Santa Catarina e do Tarrafal, na ilha de Santiago, dispunham, em 1949/1950 de 14, 6 e 6 estabelecimentos de ensino, respetivamente, e a ilha de São Nicolau, como uma população menor, tinha 13 estabelecimentos de ensino (Furtado, 1997:87). Esses dados, evidenciam que, de uma forma geral, poucas pessoas tinham acesso ao ensino básico, o que dificultava, em certa medida, a aquisição do capital cultural, condicionando assim o capital económico.

Durante muito tempo, até ao fim dos anos 50, o ensino destinava-se a um pequeno número de privilegiados das cidades e do campo, nomeadamente os filhos e as filhas da burguesia comerciante, dos morgados e proprietários agrícolas, e filhos de uma classe média em crescimento lento, dos empregados e dos intelectuais. A política de 'assimilação' criada por Salazar a partir de 1930, que separava os 'indígenas', os nativos, dos 'assimilados', sendo estes, resultantes da assimilação cultural, tendo em consideração as contradições de cada grupo humano confrontado com a civilização dos conquistadores, o que originou uma elite restrita de cabo-verdianos que foram utilizados, como pequenos e médios funcionários, no Ultramar (Lesourd 1995:51-52 *apud* Afonso, 2002:121).

Para Cláudio Furtado (1997:80), "embora na condição de uma das colónias portuguesas com o maior índice de escolarização, o que, de certa forma, justificava a não aplicação do Estatuto do Indigenato em Cabo Verde, o acesso ao ensino era extremamente limitado. O número de escolas eram reduzidas, bem como o de docentes".

Quanto a evolução dos efetivos no ensino secundário, "encontravam-se matriculados, no Liceu Gil Eanes, no ano letivo 1933/1934, 278 alunos, no ano letivo 1949/1950, 391 alunos, e no ano letivo 1946/1947, 1.272 alunos, sendo, estes últimos, referem-se a alunos matriculados do 1.º ao 7.º anos, incluindo os que não estudaram em estabelecimentos oficiais" (*op. cit.,* 1997:88). Assim, para esse autor o ensino secundário, em Cabo Verde, era uma possibilidade para poucos, mesmo para aqueles que tinham frequentado o ensino primário. Em média, apenas cerca de 6% dos alunos que frequentavam o ensino primário, conseguiam prosseguir os seus estudos secundários.

Para o ensino superior, "embora não se dispõe de dados estatísticos para esse período, os condicionalismos são ainda maiores, e a ausência de estabelecimentos de ensino superior em Cabo Verde, fazia com que os que desejassem prosseguir os estudos, devessem fazê-los em Portugal (e, mais concretamente, em Lisboa)" (*idem*, 1997:88). Ainda, para o autor em referência, muitas pessoas eram excluídos do sistema de ensino, podendo nele continuar apenas

os que dispunham de recursos financeiros para esse efeito, ou tivesse obtido alguma bolsa de estudos.

Com fim da II Guerra Mundial, "a par de modificações no plano económico, começou a encarar-se o ensino das grandes massas, e não apenas das minorias qualificadas, e as transformações sociais levam a multiplicar as estruturas escolares tradicionais, de maneira a adaptá-las a uma maior afluência e a estruturar um novo tipo de educação que correspondesse às necessidades locais" (Azevedo, 1962:52 *apud* Afonso, 2002:121-122). Assim, devia-se dar mais atenção a educação de base ou elementar e voltada para a agropecuária.

É de realçar que duas observações podem ser feitas, a saber: i) entre 1934 e 1952, verificou-se uma diminuição significativa da população total e da população escolar, ou seja, uma redução de 8.592, para a população, e de 2.082, para o efetivo escolar, em decorrência das mortes verificadas na década de quarenta, em decorrência das secas, o que causou dezenas de milhares de mortos e; ii) registou-se uma diminuição, tanto em termos absolutos, como em termos relativos, do número da população escolar o que, provavelmente, provou a redução do número de escolas e de Professores (Furtado, 1997:80).

Para o autor *op cit* (1997:87), Cabo Verde, com parcos recursos naturais, a possibilidade de mobilidade social e de obtenção do capital económico passa pelo capital cultural que proporciona acesso a cargos públicos melhor remunerados no contexto colonial.

A situação tende a ficar cada vez mais difícil, ao subir na hierarquia escolar. Assim " a instituição escolar, ao se funcionar como um filtro, permite o acesso de poucos a posições dominantes na estrutura do ensino, e as probabilidades do acesso dependem do *habitus* do indivíduo, da origem social e de classe, bem como dos diferentes capitais que, o mesmo é capaz de se mobilizar" (*idem*, 1997:87). Ainda, segundo esse autor, para o ensino secundário, o acesso era mais condicionado, agravado pelo facto de haver, nessa altura, um único Liceu Gil Eanes, em São Vicente. Assim, somente estudantes, filhos de famílias abastadas, poderiam suportar as despesas de deslocação e estadia fora da ilha de origem.

A propósito do papel do capital cultural na obtenção do capital económico no contexto das colónias, Amílcar Cabral (1978:30) *apud* Furtado (1997:87) realça que " (…) apesar de tudo, alguns negros conseguiram vencer essa barreira, ou seja, conquistar uma certa independência económica devido à posse de uma profissão (curso médio ou superior, funcionário público) ".

A partir de 1952, implementou-se uma nova modalidade de ensino - o ensino técnico, com resultados positivos e, em 1955, o Liceu Gil Eanes é desdobrado criando-se uma seção no Mindelo, com base no Decreto n.º 40.198/1955, de 28 Junho (Azevedo, 1958:149 *apud* Afonso, 2002:122).

Para Alcides da Moura (2009:106), " a partir de 1960, a política educativa colonial sofreria alterações significativas em função das transformações políticas económicas e sociais ocorridas a nível internacional e, particularmente, na sociedade portuguesa, após a Segunda Guerra Mundial.

É de realçar que a principal mudança verificada no sistema educativo foi a nível quantitativo e a nível do acesso ao ensino básico, visto que a nova política educativa manteve inalterado os objetivos principal do sistema educativo colonial, nomeadamente incutir os valores portugueses e promover, entre os alunos, africanos uma identificação consciente com a colónia (Sousa Ferreira, 1977; Cabrita Mateus, 1999 *apud* Moura, 2009:106).

Em 1960, foi inaugurado, na Praia, a 10 de junho, o Liceu Adriano Moreira, em homenagem ao então Ministro das Colónias Portuguesas, e após a Independência de Cabo Verde em 1975, recebeu o nome de Liceu Domingos Ramos, em homenagem ao combatente pela pátria cabo-verdiana, com uma capacidade para 600 alunos, e existiam, em Cabo verde, 234 estabelecimentos de ensino, sendo que o ensino primário, o único com alguma expressão, representando 85% dos efetivos escolares e ocupando mais de 86% do corpo docente (Afonso, 2002:122).

Face à opinião pública internacional e à pressão dos movimentos de libertação, foram introduzidas mudanças na política colonial, a partir da década de 60, com reflexo na política de educação (*op. cit*., 2002:122). Para esta autora, essas mudanças traduziram-se numa expansão da educação nas colónias, limitada, em grande parte, ao ensino primário e com o objetivo de inculcar os valores e a identidade portuguesas, sendo essa prática teve efeitos no sistema de educação em Cabo Verde.

Após 1960, houve mudanças dos manuais escolares, e ao contrário do que acontecia antes da reforma do ensino primário de 1964, foram introduzidos textos que tratassem da realidade sociocultural africana, com destaque para ilustrações que simbolizavam a "harmoniosa" relação entre os africanos e os "brancos", apesar das questões morais, religiosas e históricas continuarem a serem analisadas do ponto de vista da metrópole (Sousa Ferreira, 1977:240 *apud* Moura, 2009:106).

Em Cabo Verde, havia elevada assimetria na distribuição dos estabelecimentos de ensino e no acesso a educação entre o meio rural e o meio urbano (Moura, 2009:106). Assim, a maioria das escolas encontrava-se localizada nos centros urbanos, ou nas localidades habitadas pelos "brancos", e para os africanos que viviam, sobretudo no meio rural, o acesso a educação era extremamente difícil, para não dizer quase impossível (*op. cit*, 2009: 106).

Para melhorar a qualidade de ensino, ainda em 1968, foi publicado o novo regulamento do ensino primário elementar de Cabo Verde, assim como regulamento da Federação das Caixas e Cantinas Escolares do ensino primário (Cunha, 1971 *apud* Afonso, 2002:122).

No final dos anos 60, foi criada, pelo Decreto-Lei nº 173/70, de 17 de abril de 1970, a Escola de Formação dos Professores denominada escola do Magistério Primário, para fazer face às necessidades de pessoal docente e, em 1972/73, existiam duas escolas, com 329 alunos e 33 professores (Afonso, 2002:122-123). Assim, para essa autora, desde 1968, o ensino pré-primário, de caráter obrigatório, provocou um aumento dos efetivos nesse nível de ensino, em 1969/70, em 42.3%, o que levou à deterioração da qualidade do ensino, dada a falta de professores qualificados. Ainda, é de acrescentar que o art.º 2.º do Decreto-Lei 436/70, de 15 de setembro, foi criada a Escola Náutica do Mindelo, cujos objetivos eram ministrar cursos gerais de pilotagem, de máquinas marítimas, de radiotelegrafia e de comissário, destinados a formação de oficiais de Marinha Mercante.

O ensino primário, tornado obrigatório para todas as crianças entre os 6 e os 12 anos, e a obrigatoriedade de frequência das 5ª e 6ª classes[48], em 1972/73, foram algumas das medidas que começaram a surtir efeitos na escolarização das populações das colónias (*op. cit*, 2002:122). Ainda, com base nessa fonte, para fazer face à falta de professores, um dos fatores apontado como limitativo do desenvolvimento do ensino, foi dada, nos anos 70, prioridade ao desenvolvimento de instituições para a formação de professores dos dois níveis de ensino.

As reformas implementadas começaram-se a fazer efeito, em uma década, ou seja de 1962/63 à 1972/73, a população escolar aumentou cerca de 6 vezes, passando a taxa de escolarização de 6.2% para 26,8%, e entre 1962/63 e 1969/70, o número de alunos no ensino primário passou de 10.839 para 40.685, ou seja, quase quadruplicou (*idem*, 2002: 124). Entretanto, segundo a autora, o incremento foi, sobretudo quantitativo e limitado, praticamente, ao ensino primário.

[48] É de realçar que, nessa altura, esses níveis de ensino eram designados 1º e 2º anos do Ciclo Preparátório e não 5ª e 6ª classes.

No início dos anos 70, o sistema de ensino, em Cabo Verde, apresentava uma estrutura máxima de 10 anos, com 1 ano de pré-primária (aos 6 anos de idade), o ensino primário com 4 anos, sendo a matrícula feita com um mínimo de 7 anos de idade, o ensino preparatório de 2 anos, que se apresentava como o elo de ligação entre o básico e o secundário, e o ensino secundário com 2 vias, a liceal (de 5anos) e a técnica (de 3 anos) (*ibid*, 2002:124). Por outro lado, para essa autora, a capacidade dos estabelecimentos de ensino atingiu a saturação, levando à adoção do regime de desdobramento (2 turnos), reduzindo-se significativamente, como consequência, o número de horas letivas no ensino primário (cerca de 2 h 30 min/dia para as duas primeiras classes), e o ensino ministrado não tinha qualquer relação com a realidade cabo-verdiana, e os alunos que terminavam o ensino básico e não continuavam no sistema de ensino (a maioria), abandonavam a escola sem qualquer preparação para a vida ativa.

Nas vésperas da Independência de Cabo Verde e, mais concretamente, em 1972/73, frequentavam o ensino primário, 68.900 alunos, com uma taxa de aproveitamento de 57,8%, e dos 489 estabelecimentos existentes, 375 eram oficiais, 53 de missionários e 61 de particulares (*ibid,* 2002:124), e de acordo com esta fonte, em 1972/73, a média de alunos por estabelecimento era de 141 alunos, e o corpo docente, constituído por 1.151 professores, sendo 927, dos mesmos pertenciam ao ensino oficial, 92 missionários e 132 lecionavam no ensino particular.

Dadas as dificuldades financeiras, os professores acumulavam duas turmas, sempre que necessário, correspondendo a cada professor cerca de 60 alunos, e em 1973/74, os efetivos escolares continuavam a apresentar uma estrutura desequilibrada, sendo: i) 91% no ensino primário, 5.8% no ciclo preparatório, 2.7% no ensino liceal e; ii) apenas 0.5% no ensino técnico profissional. Entre 1973 e 1975, o ensino básico elementar aumentou 38.7%, seguido de uma estabilização (*ibid*, 2002:124-125).

No final do período colonial, o crescimento do sistema escolar em Cabo Verde (...) era necessário, do ponto de vista de uma política de preservação, custasse o que custasse, de todas as possessões coloniais (Silva, 1991:224 *apud* Afonso, 2002:125).

Em Cabo Verde, "a procura social da educação era já notória, e serviu-se, simultaneamente, de instrumento de diferenciação e de reprodução social, na medida em que a posse de diplomas escolares permitia uma situação profissional segura" (Afonso, 2002:125). Assim, segundo essa autora populações rurais recém-chegadas aos centros urbanos, principalmente na cidade da Praia, ilha de Santiago, viam na educação uma forma de garantir um emprego seguro no setor urbano e em atividades não manuais, na maior parte dos casos ligadas ao aparelho do Estado, ao qual interessava criar uma classe de funcionários públicos do aparelho colonial, inclusive para enviar para outras colónias. Ainda, a instrução constitui um mecanismo de promoção e mobilidade sociais de muitos que passaram a ocupar altos cargos da Administração Colonial, nas outras colónias da África (Furtado, 1997:187).

A educação era um instrumento de reprodução social porque as classes socialmente mais favorecidas utilizavam a escola e, em particular, os níveis médio e superior, para transformarem o capital social e económico em capital escolar e se reproduzirem (Afonso, 2002:125). Ainda, de acordo com esta autora, os currículos eram, fundamentalmente teóricos, e não tinham como principal objetivo a preparação para o mercado de trabalho.

A frequência nas instituições de ensino superior possibilitava, aos estudantes cabo-verdianos, não apenas um melhor estatuto social, como permitia conhecer outras realidades sociopolíticas juntamente com estudantes portugueses e das outras colónias (Furtado, 1997:187). Esses contactos, entre os estudantes, segundo esse autor, permitiram, de certa forma, uma tomada de conhecimento da realidade da situação colonial.

No final do período colonial, "o Estado adotou uma nova política, dando mais atenção ao investimento na educação, a criação de frentes de apoio para reduzir os efeitos da seca e o êxodo rural, o que provocou mudança estrutural" (Afonso, 2002:208). Assim, para esta autora, a terra deixou-se de ser um fator estruturante, e começou a valorizar-se a obtenção de um emprego urbano seguro, de preferência no setor estatal, e a procura social da educação aumentou e tornou-se um importante veículo de reconversão e de mobilidade social ascendente, para além de ser importante para a emigração.

Com base no exposto, e tendo em consideração Alcides da Moura (2009:122-124), pode-se constatar, no período colonial, a respeito da educação, entre outros, os seguintes aspetos: i) a educação teve um papel relevante no processo de inculcação cultural, e tinha como objetivo a 'inculcação' e 'legitimação' da cultura dominante da metrópole, e o sistema educativo era seletivo, elitista e desigual, pelo que a maioria da população não tinha acesso a educação formal; ii) a prevalência e a convivência de dois sistemas de ensino, nomeadamente o sistema de ensino oficial, nos centros urbanos, e era frequentado pelos filhos das pessoas com um elevado nível socioeconómico e cultural; iii) o sistema religioso, que predominava-se nos meios rurais, era frequentado pelos pobres; iv) apesar das reformas educativas feitas pelo Portugal, com o objetivo de melhorar a qualidade de ensino nas ex-colónias e garantir uma maior igualdade de oportunidades no acesso aos diferentes níveis de ensino, na prática, depara-se como os problemas; v) as normativas educativas implementadas nas ex-colónias e, sendo assim, em Cabo Verde, eram as do sistema educativo instituídas em Portugal; vi) os conteúdos das disciplinas eram sobre a realidade geográfica, política, económica, social e cultural de Portugal, sem se ter em consideração, sobretudo a realidade social de Cabo Verde; viii) as reformas políticas implementadas tiveram efeito sobre a expansão do acesso a educação, apesar de não se ter verificado melhorias qualitativas, visto que a qualidade do ensino continuava baixo, com elevadas taxas de reprovação, do abandono e exclusão escolar; ix) no período colonial, foram edificados apenas 3 (três) estabelecimentos do ensino secundário, nomeadamente o Seminário-Liceu de São Nicolau, criado em 1866, e extinto em 1917, e o Liceu Nacional designado Liceu Gil Eanes, em São Vicente, instituído em 1917 e o Liceu Adriano Moreira, atual Liceu Domingos Ramos construído em 1960, na cidade da Praia; x) apesar de se ter verificado uma fraca expansão da rede escolar, no ensino básico, a maioria das comunidades, sobretudo as das zonas rurais, não possuíam uma infraestrutura escolar, o que explica, em parte, a existência, em Cabo Verde, da elevada taxa de analfabetismo das crianças e adolescentes entre os 6-14 anos de idade e; xi) em 1975, em Cabo Verde, a taxa de analfabetismo da população dos 15 anos.

Em Cabo Verde verificava-se, sobretudo nos primeiros séculos da colonização, uma discriminação marcante no acesso a educação, prenominavam-se e coabitavam-se o sistema religioso/missionário nos meios rurais para a população mais pobre e o sistema oficial/formal predominante nos centros urbanos e destinado a uma elite económica, política e social.

Na derradeira do período colonial, implementou-se, em Cabo Verde, uma nova política, reforçando assim o investimento na educação, na criação de frentes de apoio para reduzir os efeitos da seca e o êxodo rural, o que provocou mudança estrutural, e começou-se a procurar um emprego nos meios urbanos, sobretudo na função pública, em vez de trabalho no campo, o que permitiu aumentar o *status* social dessas pessoas.

3.1.2. Educação após à Independência de Cabo Verde

3.1.2. 1.Educação no período de 1975 à 1985

Com a Independência Nacional, a 5 de julho de 1975, em Cabo Verde, a educação atingiu uma nova dimensão, e é entendida como um instrumento de transformação das estruturas e das relações sociais, com reflexos positivos no desenvolvimento e na coesão desse país (Afonso, 2001:120). O sistema de ensino existente, em Cabo Verde, até esse momento, é "altamente seletivo" e discriminatório, inadequado às condições geográficas, físicas e humanas, às tradições culturais e às exigências do desenvolvimento nacional" (PAICV, 1983:5 *apud* , Afonso 2001:120). Assim, investir na educação em Cabo Verde, é uma condição *sine qua non* do desenvolvimento, ao mesmo tempo, que contribui para favorecer a unidade e a identidade nacionais.

Para Cláudio Furtado (1997:141), " nesse período, verificou-se em Cabo Verde um crescimento progressivo dos efetivos escolares a nível dos diferentes níveis de ensino na ordem dos 14,3% ao ano e, particularmente no Ensino Básico ou Primário que representava 74,4% do total dos efetivos"

Os grandes desafios que se colocava, a Cabo Verde, em matéria de educação eram reduzir, ou mesmo erradicar o analfabetismo, que atingia cerca de 60% da população adulta, em 1975, alargar a oferta de ensino de forma a satisfazer a crescente procura, melhorar o sistema educativo, adequando-o às novas necessidades, face às novas funções e responsabilidades que o Estado foi chamado a desempenhar nos domínios da organização política e económica (Afonso, 2001:120). Assim, segundo essa fonte, as linhas mestras da política educativa apresentavam como objetivos prioritários, a satisfação das necessidades em recursos humanos, a promoção da integração social, através da articulação harmoniosa

entre a escola e a comunidade, e entre a escola e a família, a defesa da cultura popular como forma de preservação e edificação da identidade nacional[49].

Em Cabo Verde, "a democratização, no acesso à educação, foram consideradas como sendo condições indispensáveis para a igualdade de oportunidades" (*op. cit.,* 2001:120). Assim, os aspetos salientados foram a transformação de conteúdos, o apoio aos alunos mais desfavorecidos, a abertura da escola à comunidade, a necessidade de um novo ensino consentâneo com os objetivos da reconstrução nacional e da afirmação de nova identidade nacional.

É de frisar que a educação deve adaptar-se às necessidades da comunidade, e de acordo com o art.º 15.º da Constituição da República de Cabo Verde, a educação deverá manter-se estreitamente ligada ao trabalho produtivo, proporcionar a aquisição de qualificações, conhecimentos e valores que permitam ao cidadão inserir-se na comunidade e contribuir para o seu incessante progresso (*idem*, 2001:120). Ainda, segundo essa autora de 1975 à 1980, é considerada período de mudança na continuidade, e foi atribuída prioridade à educação de base, alargando-se o Ensino Básico Elementar (EBE) à quase totalidade da população em idade escolar. Ainda, ao mesmo tempo, foi lançado o programa de alfabetização de adultos e jovens maiores de 15 anos, organizado em círculos de cultura, nas frentes de trabalho, nas empresas e nos locais de residência (Rocha e Fazendeiro 1986 *apud* Afonso, 2001:133). Assim, foram criados 15 centros concelhios, com 159 alfabetizadores auxiliados por mais de 500 voluntários que orientavam cerca de 900 círculos de cultura.

De 1976 a 1980/81, a taxa de escolarização do EBE era superior a 80%, mas o insucesso mantinha-se elevado, e apresentava, em 1979/80, valores mais elevados, com disparidades regionais evidentes (Afonso, 2001:120). Ainda, a ilha de São Vicente e os concelhos de Porto Novo e Ribeira Grande, na ilha de Santo Antão, são os que apresentavam valores superiores à média nacional, ou seja, 34% para o EBE (*op. cit*., 2001:133).

A primeira reforma do sistema de ensino em Cabo Verde, após a independência nacional, ocorreu entre 1977 e 1983, com a criação do ensino básico em substituição do ensino primário, estruturado em dois níveis, a saber: i) o básico elementar (de quatro anos) e; ii) o básico complementar (de dois anos) (Carina Garcia & Sanny Fonseca, 2011:85).

No Ensino Secundário (ES), a par de um aumento das inscrições, verificou-se uma diminuição das taxas de repetência, o ensino técnico continuava a ter pouca procura, quando

[49] Cfr. Preâmbulo da Mesa Redonda para a elaboração do plano de ação de eliminação do analfabetismo e educação básica para todos, realizada, pelo Ministério da Educação de Cabo Verde, na cidade de Mindelo, ilha de São Vicente, de 4 à 6 de novembro de 1991.

comparado com o liceal, apesar de introdução de cursos noturnos, em 1976/77 [Tabela 1 do Anexo 4] (*idem*, 2001:120), e com diferenças regionais, o que segundo fonte em referência, no ano letivo de 1978/79, a taxa de reprovação e de abandonos no Ensino Secundário Geral, foi maior na seção da ilha do Sal e menor no Liceu Domingos Ramos situado na cidade da Praia, ilha de Santiago, sendo que no Sal a taxa de aprovação foi de 41%, inferior a do Liceu Ludjero Lima, na ilha de São Vicente (50,7%) e a do Liceu Domingos Ramos (62%). Ainda, segundo Cláudio Furtado (1997:141), este nível de ensino que possibilita o acesso às universidades e escolas técnicas no exterior, na sua grande maioria, verifica-se, a semelhança do Ensino Básico, o aumento dos alunos, o que possibilitou o acesso à formação a um grupo crescente de jovens, com reflexos na rápida mobilidade social dessa categoria social.

Relativamente às infraestruturas escolares, "criaram-se no Ensino Básico Elementar (EBE), desde a independência de Cabo Verde, mais 119 salas de aula, e continuava a sentir-se uma grande carência a este nível de ensino, o que refletiu na sobreocupação, com 3 turmas por sala, e redução da respetiva carga horária diária para 2h e 30 minutos" (Afonso, 2001:120).

No Ensino Secundário (ES), a situação era mais limitativa, uma vez que os dois liceus existentes, nomeadamente o Liceu Domingos Ramos, na cidade da Praia (ilha de Santiago), e o Liceu Ludjero Lima, no Mindelo (Ilha de São Vicente), contava, no geral, apenas com 51 salas de aula, existindo uma secção na ilha do Sal e a Escola Comercial e Industrial no Mindelo [Tabela 3 Anexo 4] (*op. cit*., 2001:120).

Em Cabo Verde, o corpo docente do EBE contava, em 1979/80, com 1.225 professores, dos quais, apenas 9,8% tinham o curso do Magistério Primário, 80%, dos mesmos, possuíam 6.ª classe, sem qualquer habilitação pedagógica, e 10% eram simples monitores que detinham 4.ª classe e 2 meses de preparação (*idem*, 2001:120-121).

No Ensino Básico Complementar (EBC), dos 203 professores, apenas 5% tinham qualificação sendo a maior parte jovens com o curso complementar liceal concluído [Tabela 4, Anexo 4], e que aguardavam a obtenção de bolsas de estudo para ir para o estrangeiro, ou procuravam encontrar um emprego melhor remunerado, e no início da década de 80, havia 688 bolseiros a estudar fora de Cabo Verde, 85% dos quais em cursos superiores (*ibid*, 2001:121).

Entre 1982 e 1985, aplicou-se, em Cabo Verde, o plano de desenvolvimento da educação que tinha por objetivo a eliminação do analfabetismo (Carina Garcia & Sanny Fonseca, 2011:85).

Apesar dos esforços, as carências de infraestruturas e pessoal qualificado, levaram a que mudanças, na educação, fossem apenas quantitativas, prologando assim o que já tinha vindo a acontecer nas vésperas da Independência de Cabo Verde.Assim, a distribuição dos efetivos por nível de ensino evidencia que essa fase carateriza-se pelo crescimento do Ensino Básico que, em 1979/80, representava 94,4% do total, dos quais, 84,9% do Ensino Básico Elementar (EBE) (*ibid*, 2001:133).

A análise da situação socioprofissional dos pais e encarregados de educação dos alunos dos diferentes níveis de ensino permite constatar que nos níveis de educação mais baixo, Ensino Básico (EB), têm maior representação as profissões rurais, e a medida que o nível de escolaridade aumenta, há maior pressão das profissões urbanas, com particular realce para a função pública (*ibid*, 2001:121). Ainda, para essa autora, a educação continuava, apesar da alteração dos discursos, a servir de reprodução de classes, particularmente as ligadas ao aparelho de Estado, à semelhança do que aconteceu no período colonial.

É de referir que, no início da década de 80, a estrutura do sistema de ensino continuava, de uma forma geral, com as mesmas caraterísticas do sistema existente, aquando da Independência de Cabo Verde, e o Ensino Básico Elementar (EBE) continuava a ser o que apresentava o maior número de alunos (83,3%) do total dos alunos, enquanto o EBC (11,5%), o Ensino Secundário Liceal (ESL), com 4,5% e o Ensino Secundário Técnico (EST), tendo 1,1% (*ibid*, 2001:133).

No I PND de Cabo Verde[50], e reconhecida a contradição profunda que ressalta do partido e do governo, em matéria de educação, e o sistema de ensino, altamente seletivo, discriminatório e inadaptado às necessidades de Cabo Verde e aos interesses das populações.

Segundo Alcides da Moura (2009:127), o novo grupo social, enquanto grupo dominante da estrutura social e detentora do poder político procura impor o arbítrio cultural dominante, isto é, a sua hegemonia, influenciando assim todo o sistema social.

Se o discurso de prioridade dada à valorização dos recursos humanos e à democratização do ensino conduziu a que, numa década, ou seja de 1976/77 para 1984/85, a pressão sobre o sistema escolar aumentasse consideravelmente, na prática, as desigualdades

[50] **Vide o 2.º vol. do I PND de Cabo Verde 1982.**

mantiveram-se nos anos 80, com lógica de classes subjacentes, e com degradação da qualidade da oferta (Afonso, 2001:121).

O Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento de Cabo Verde (I PND-CV 1982/85) corresponde a segunda fase da evolução do sistema educativo, de 1980 à 1985, e insere-se na primeira etapa do processo desenvolvimento definida como de liquidação, no essencial, das sequelas do colonialismo e de criação de condições favoráveis de passagem à etapa de desenvolvimento extensivo (*op. cit*., 2001:121).

Os principais problemas detetados pelo I PND-CV, para justificar a reforma de ensino em Cabo Verde, forma a fraca rentabilidade do ensino, o baixo nível de qualificação do corpo docente, com reflexos negativos na qualidade do ensino ministrado, a insuficiente e mal equipada rede física escolar, a obrigar o tresdobramento e ao aluguer de salas, nem sempre com as melhores condições, a ausência do ensino profissional, a inadaptação dos planos de estudo e dos programas às realidades nacionais, a deficiente cobertura dos programas de ação social, com problemas alimentares na população escolar, os problemas de caráter institucional e administrativo, o peso excessivo das bolsas de estudo para os alunos cabo-verdianos, no estrangeiro, associado ao elevado número dos que não regressam (*idem*, 2001:121).

Na primeira metade dos anos 80, os alunos do EBE estabilizaram-se, enquanto os do EBC aumentaram ligeiramente. No ES, o EST técnico continua a ser preterido, com o aumento significativo do número dos alunos no ESL (*ibid*, 2001:122). Embora o ritmo de crescimento não tenha sido semelhante ao do EB na fase anterior, de 1979/80 à 1984/85, os alunos do ESL passaram de 2.500 para 4.128, o que significa um amento de 65% [Tabela 1, Anexo 4] (*ibid*, 2001:122). Entretanto, a oferta de ensino não melhorou, quer em termos de instalações [Tabela 2, Anexo 3], quer do corpo docente o qual continuava com baixas qualificações, evidenciando assim a fraca capacidade de formação de professores perante as crescentes necessidades [Tabela 2, Anexo 4] (*ibid*, 2001:122).

Como corolário desses condicionamentos, a fraca rentabilidade, mantinha-se, com elevadas taxas de repetência e de abandono escolar, e no EBC, as taxas de repetência aumentaram de 26,7%, em 1980/81, para 31,5%, em 1984/85, e as taxas de abandono escolar rondavam os 43%, em 1979/80, tendo atingido o valor mais alto em 1981/82, ou seja, 56,9% (*ibid*, 2001:133).

O sucesso escolar era condicionado não só pelas limitações anteriormente referidas, mas também pelas condições materiais de muitos alunos que foram forçados a deslocações do local de residência, devido a configuração da rede escolar, e as condições e os custos da educação que as famílias têm de suportar, dificultam a frequência do EBC e do ES a alunos oriundos das classes sociais mais desfavorecidas e, em particular, das zonas rurais (*ibid*, 2001:122), o que é extensivo às comunidades piscatórias da ilha de Santiago, bem com as das outras ilhas de Cabo Verde.

De 1980 à 1985, os objetivos da educação foram, sobretudo prolíficos, tendo em consideração a importância da educação de base na consciencialização política do indivíduo e na afirmação da identidade cultural dos cabo-verdianos (*ibid*, 2001:122). Assim, de acordo com essa autora, terminando o período de vigência do I PND-CV, não foram atingidos os objetivos nele contido, apesar dos esforços empreendidos, e o balanço do sistema educativo evidencia que o desenvolvimento desse setor tinha sido determinado, no essencial, pela resposta em termos quantitativos a uma procura social crescente da educação, sem que do lado da oferta tivesse sido possível introduzir as alterações que permitissem uma maior democratização no acesso ao ensino para todas as classes sociais, reduzindo nomeadamente as desigualdades existentes aos níveis regionais e local, no aceso aos EBC e ES.

A formação superior é embrionária, e a mais importante, era a Escola de Formação de Professores do Ensino Secundário (EFPES), criada em 1979, que fornecia o grau de bacharel[51], contribuindo para a qualificação do corpo docente do ensino básico e secundário (*ibid*, 2001:125). Assim, de acordo com essa fonte, para evitar a fuga de quadros formados para outros setores, optou-se por dar apenas o bacharelato, e não a licenciatura, e maior parte desses alunos terminou a licenciatura em Portugal.

É de realçar que, segundo Cláudio Furtado (1997:142), "a necessidade nas estruturas governamentais de profissionais e de técnicos qualificados permitiu a absorção dos quadros superiores e, sobretudo nos cargos de chefias da Administração Pública direta e das empresas públicas e/ou privadas".

O Centro de Formação Náutica na ilha de São Vicente, criado em 1984, na base da escola naval, para formar o pessoal do mar a vários níveis (Afonso, 2001:125), não beneficiava os pescadores da ilha de Santiago.

[51] **Formação pós-secundária, com uma duração de 3(três) anos.**

A mudança dos conteúdos e a expansão do sistema de ensino não atingiram os níveis desejados, a ênfase continua a ser posta no desenvolvimento dos saberes básicos e o Estado estava comprometido com a construção da sociedade, na qual o benefício individual é um sub-soma das necessidades e dos objetivos nacionais e a transformação social é a base para o crescimento económico e para o aumento participação política.

Após a independência de Cabo Verde, procurou-se aumentar o nível de escolarização da população e eliminar o analfabetismo, apesar de este último objetivo não ter sido alcançado. Ainda, verificou-se a expansão do Ensino Básico Elementar (EBE), abrangendo assim às áreas rurais e às populações de baixo poder económico. No entanto não foi conseguida a igualdade de oportunidades no acesso à educação, e não se dava atenção a educação e formação nas áreas da pesca.

3.1.2.2.Educação no período de 1986 à 1990

A segunda metade dos anos 80 marca a terceira fase do sistema educativo cabo-verdiano, que se identifica com a transformação qualitativa (Afonso, 2001:122), e "visava melhorar, não só a produtividade interna, como também a sua produtividade externa entendida como a adequação ao desenvolvimento económico e social de Cabo Verde" (Ribeiro e Brito, 1994:23 *apud* Afonso, 2001: 122).

Essa terceira fase do sistema educativo cabo-verdiano corresponde à implementação do II Plano Nacional de Desenvolvimento de Cabo Verde (II PND-CV 1986-90), ainda que continue com a filosofia anterior, procurava definir, de forma mais clara, as medidas institucionais e as políticas de apoio sobre a população, a educação, a emigração, tendo por base três grandes programas de reforma, nomeadamente a função pública, a educação e a agricultura (Afonso, 2001:122).

Para a educação, "os grandes objetivos do II PND-CV são a melhoria da inserção da escola na comunidade e no processo de desenvolvimento socioeconómico e cultural, bem como a melhoria da qualidade, do rendimento e da funcionalidade do sistema" (*op. cit*., 2001:122).

A grande descontinuidade entre o EBE e o EBC, em termos da rede escolar e das metodologias, continuava a retirar unidade interna ao Ensino Básico (EB), e acrescem, ainda, os constrangimentos estruturais do sistema, a saber: i) as assimetrias regionais; ii) a baixa qualidade do ensino ministrado; iii) o desajustamento entre os perfis profissionais da formação e as necessidades do desenvolvimento de Cabo Verde e, sendo assim, a nível local e comunitário; iv) a fragilidade dos incentivos escolares; insuficiente domínio da língua portuguesa enquanto veículo do ensino e; v) as descontinuidades de articulação vertical e horizontal (Grilo, 1986 *apud* Afonso, 2001:122-123).

No ano letivo de 1985/1986 encontravam-se matriculados, em Cabo Verde 5.440 alunos, o que representa uma taxa de 157,4% em relação ao ano letivo de 1794/1975, com 2.113 alunos nesse nível de ensino (Furtado, 1997:141).

Com o objetivo de alterar os constrangimentos estruturais dos sistema de ensino cabo-verdiano, "iniciou-se, em 1987, a reforma educativa, que começou a ser aplicada, de forma experimental, nas 1.ª e 2.ª classes, em algumas escolas e, só depois, estendida, gradualmente, aos outros níveis de ensino e escolas" (Afonso, 2001:123). Assim, em conformidade com essa fonte, o quadro operacional foi perspetivado de forma a alterar a estrutura do ensino em Cabo Verde, racionalizar o seu funcionamento e alterar os respetivos programas.

De acordo com Alcides da Moura (2009:145), "no ano letivo 1988/99 a taxa de abandono escolar em Cabo Verde foi de 3,1% no ensino básico elementar, 8,1% no ensino básico complementar e de 8,0% e 7,2% no ensino secundário geral e complementar, respetivamente".

Os pilares da reforma educativa, foram o desenvolvimento curricular, a formação de docentes, a administração e gestão das escolas, com o objetivo de :i) alargar e melhorar o ensino de base; ii) reforçar e reorientar os programas de educação de adultos, centrados essencialmente na qualificação profissional da população ativa; iii) reestruturar o ensino secundário na ótica de uma melhor adequação às exigências socioeconómicas e ao prosseguimento dos estudos; iv) estender o ensino técnico e profissional de forma a responder eficazmente às necessidades do desenvolvimento de Cabo Verde e, sendo assim, a nível local e comunitário e; v) institucionalizar o ensino superior com o intuito de gerar a massa crítica nacional necessária ao desenvolvimento endógeno que se pretende (Afonso, 2001:123).

É de frisar que a carta escolar de Cabo Verde passou a ter, a partir de 1988, uma nova configuração, com estabelecimentos de Ensino Básico Integrado, Ensino Básico Elementar e Ensino Básico Complementar (EBE+EBC), e a criação de novas estruturas de ensino profissional e técnico profissional, tendo por objetivo inverter a tendência para o esvaziamento do espaço rural (*op. cit.,* 2001:123).

Para garantir um funcionamento eficaz e uma melhor racionalidade/rentabilidade do ensino, foram tomadas algumas medidas, a saber: i) limites de idade muito estritos para todos os níveis; ii) sistemas de exames e de atribuição de notas mais estrito, submetido a um controlo central, para aliviar as escolas pós-primárias da pressão dos alunos que não tinham hipótese de terminar qualquer nível de ensino com sucesso; iii) racionalização da administração escolar, para aumentar a sua eficácia (Silva, 1991: 235-236 *apud* Afonso, 2001:123).

No sistema educativo cabo-veridano, "o número de alunos continuava a aumentar, e com maior reflexo no ensino secundário, apesar de o ensino básico absorvia a maior parte dos efetivos, tendo em consideração que, em 1985/86, 91,9% dos alunos frequentavam o ensino básico, e em 1989/90, 89,4%, e a taxa líquida de escolarização do EBE era de 65%" (Afonso, 2001:123). Ainda, de acordo com essa fonte, as taxas médias dos efetivos, docentes e salas continuavam a evidenciar dificuldades de respostas por parte dos recursos, com um ritmo de crescimento, dos primeiros, superior ao dos segundos.

No ensino secundário, "a taxa de escolarização continuava fraca, sendo 13% em 1989, e o ritmo do crescimento dos efetivos foi maior no Ensino Geral Liceal (EGL) (11,4%) do que no ensino técnico (4%), enquanto no curso complementar, se verificou um decréscimo de 0,9% ao ano" (*op. cit*., 2001:123). Entretanto, de acordo com essa autora crescia o número de alunos que frequentavam os cursos privados, e o Ministério de Educação de Cabo Verde estimava que, em 187, mais de 25.000 alunos frequentassem cursos privados, tendo-se inscrito, para exames, no EBC e o ES, cerca de 18.000 alunos provenientes do ensino particular. Ainda, a qualificação do corpo docente continua insuficiente, e agravada pelas disparidades regionais, apesar da ligeira melhoria [Tabela 4, Anexo 4].

Com base no exposto, é de salientar que, na década de 80, o sistema educativo era elitista, e o PAICV[52] reconheceu que se corria o risco de a relativa proporção de jovens educado se considerar, si própria, uma classe superior e, ao ser envolvida na Governação de Cabo Verde, pudesse, com o tempo arrogar-se a privilégios, ao ponto de se ir contra a ideia socialista igualitária desse partido (*idem*, 2001:123) e, sendo assim, era urgente a generalização da reforma da educação.

É de frisar que houve um grande desperdício de diplomados na Escola de Formação dos Professores do Ensino Secundário (EFPES), uma vez que foram absorvidos por outros empregadores que ofereciam melhores salários, pelo que em 1989, apenas 59 dos 79 diplomados para o ensino secundário, ingressaram no sistema educativo (ME,1992a:9 *apud* Afonso, 2001:125). Entretanto, é de referir que, em decorrência, sobretudo da baixa habilitação literária, não ingressaram, nessa escola, as pessoas das comunidades piscatórias da ilha de Santiago.

Em Cabo Verde, foi criado o Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário (INIDA) a funcionar desde 1986, em São Jorge dos Órgãos, concelho de São Lourenço dos Órgãos (ilha de Santiago), com cursos para técnicos agrícolas (Afonso, 2001:125), apesar de não se registou, até essa altura, o ingresso, nesse instituto, das pessoas das comunidades piscatórias da ilha de Santiago. Assim, entre 1975 e 1989, foram enviados, de Cabo Verde para o exterior, 2.690 bolseiros, 1.203, dos quais, para Portugal, 559 para Cuba, 360 para a URSS e 100 para o Brasil, e essas bolsas não eram aproveitadas pelas pessoas das comunidades piscatórias da ilha de Santiago, por terem baixo nível de escolaridade.

Com a reforma no sistema educativo, iniciada em 1987, passou-se a ter um ciclo único de seis anos de escolaridade obrigatória. Assim, Reduziu-se, em certa medida, as desigualdades socioeconómicas no acesso ao ensino, sobretudo nos níveis do Ensino Básico Complementar (EBC) e no Ensino Secundário (ES). Entretanto, as pessoas das comunidades piscatórias, sentiam-se dificuldades no acesso e conclusão de estudos nesses níveis de ensino, em decorrência, sobretudo dos problemas socioeconómicos, nomeadamente o desemprego e o baixo poder económico. Ainda, havia limitações no acesso ao ensino superior, tanto em Cabo Verde como no exterior, e não eram contemplandas as pessoas das comunidades piscatórias.

[52] É a sigla do Partido Africano da Independência de Cabo Verde.

3.1.2.3. Educação a partir de 1991

À parte a fase experimental da implementação da reforma educativa, desde a Independência de Cabo Verde até 1990, as alterações introduzidas foram apenas pontuais nos planos de estudos e nos conteúdos, e a excessiva centralização e a grande dependência do sistema educativo, em relação ao Estado mantiveram-se (Afonso, 2001:124). Entretanto, de um modo geral, é de afirmar que tem sido adotados princípios válidos para a definição de uma política educativa para o desenvolvimento, e não o foram os mecanismos e conceitos operacionais necessários à praticabilidade dessa política (ME, 1991b *apud* Afonso, 2001:133).

A atual organização e o funcionamento do sistema educativo cabo-verdiano [Gráfico 1, Anexo 4], encontram-se consagrados na Lei n.°103/III/90, de 29 de dezembro, que estabelece as bases do sistema educativo, cuja revisão feita pela Lei n.º 113/V/99, de 18 de outubro, introduziu, no essencial, os normativos atinentes à regulamentação do ensino superior em Cabo Verde, e pelo Decreto-Legislativo nº 2/2010, de 7 de maio.

É de realçar que, a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo de Cabo Verde em 1990, definiu as linhas e os objetivos da política educativa desse país, surgindo assim dois projetos que reformara todo o sistema educativo, a saber: i) o Projeto de Renovação e Extensão do Ensino Básico (PREBA) e; ii) o Projeto de Estruturação e Extensão do Sistema Educativo (PRESE) (Carina Garcia e Sanny Fonseca, 2011:85).

Com a mudança do sistema político em Cabo Verde, e com o novo governo eleito em 1991, na sequência das primeiras eleições pluripartidárias, não houve alteração na política educativa, mas a continuação da implementação da reforma, e o início da década de 90, iniciou-se a quarta fase do sistema educativo (Afonso, 2001:124).

Em Cabo Verde, continuava a advogar-se que a política educativa tem por alicerces os seguintes princípios: i) o princípio da igualdade de oportunidades; ii) a procura da liberdade plena e; iii) a interação e a solidariedade sociais, garantes da liberdade entre os principais agentes, nomeadamente pais, professores, alunos, comunidade e mercado de trabalho (ME, 1991b *apud* Afonso, 2001:133), bem como o livre desenvolvimento da personalidade e o direito à diferença e à sua expressão.

O III Plano Nacional de Desenvolvimento de Cabo Verde referente à 1992/95 (III PND-CV1992/95) tinha por objetivo da continuidade ao anterior, e a educação é concebida como um fator fundamental do desenvolvimento e a política educativa como parte indissociável das políticas social e económica, tendo identificado os condicionantes e caráter económico e social que lhe são anteriores[53] (Afonso, 2001:124). Ainda, em conformidade com essa fonte, continuava a procurar-se a democratização do acesso à educação, a sua expansão e extensão, bem como a melhoria de ensino.

As orientações e estratégias operacionais iriam no sentido de corrigir os efeitos discriminatórios das condições socioculturais no acesso à educação de base e na universalização do acesso à educação de base nos quadros formal e não formal, e o apoio pedagógico específico, a ação social escolar, a orientação escolar e profissional e a criação de estágios profissionais são formas de incentivo à escolaridade obrigatória e ao sucesso educativo (ME, 1992 *apud* Afonso, 2001:124). Ainda, a nova estrutura curricular, os novos manuais, métodos e instrumentos pedagógicos, o novo sistema de avaliação contínua e formativa, a formação de professores em exercício e inicial, o aumento da cobertura em benefícios educativos nos domínios da alimentação, da saúde escolar, do transporte e dos materiais escolares, para o ensino básico, são indicativos das mudanças a introduzir com a generalização da reforma (Afonso, 2001:124).

Para autora *op. cit* (2001:124), as orientações de base da reforma, tendo como um dos objetivos a integração das camadas mais desfavorecidas, "são a igualdade de oportunidades, o livre desenvolvimento da personalidade e o direito à diferença e à expressão.

Assistia-se, em Cabo Verde, a um empolamento do ensino liceal, como reflexo da ausência de relações bem estruturadas entre as vias e os diferentes níveis de ensino (*idem*, 2001:124). Assim, de acordo com essa autora, a crescente procura do ensino secundário, com uma taxa média de crescimento de 18%,levou a saturação dos estabelecimentos, com reflexo negativo no sucesso escolar, e o ritmo de crescimento dos efetivos no ensino secundário foi mais rápido que a capacidade de acolhimento, registando um crescimento de 43,3% entre 1990/91 e 1993/94, quando o corpo docente cresceu 46,2% e o número de salas em 42%, sendo estas últimas à uma média anual de 12,7%, 13,5% e 12,4%, respetivamente.

[53] Cfr. III Plano Nacional de Desenvolvimento de Cabo Verde, vol. II:123.

A fraca capacidade de cobertura no ensino secundário resulta da forte pressão do Ensino Básico Complementar e a superlotação dos liceus, os ratios mantiveram-se constantes e o peso do Ensino Secundário passou de 12,1% para 14,9% em todo o sistema de ensino (*ibid*, 2001:124). Ainda, de acordo com esta fonte, é importante destacar uma outra inovação introduzida no sistema educativo cabo-verdiano, foi lançamento do ano propedêutico[54], em 1991, com cerca de 250 anos na cidade da Praia (ilha de Santiago) e no Mindelo (ilha de São Vicente), integrando assim numa política de criação de condições para a implementação do ensino superior em Cabo Verde, com o objetivo de colmatar as brechas para que ia entrar na Universidade, uma vez que, os países recetores de alunos só aceitavam inscrições nas universidades, os alunos com 12.º ano de escolaridade.

A implementação do ano propedêutico veio agravar a falta de infraestruturas físicas". Ainda, segundo essa autora, o ano zero[55] começou com 268 alunos, distribuídos por 6 áreas de estudo, na cidade da Praia (153 alunos) e na cidade do Mindelo (115 alunos), contando com 25 professores, passando para 529 alunos, em 1993/1994, e a procura é sempre superior à capacidade de oferta, e tendo em consideração que a capacidade de acolhimento dos alunos aumentou, fazendo baixar o ratio alunos/professor e alunos/sala, ainda que, este último, se tenha mantido elevado, e qualificação do corpo docente, apesar dos esforços, as necessidades estavam longe de serem satisfeitas e grandes disparidades regionais (*ibid*, 2001:124) [Tabela 5, Anexo 3].

As melhorias acima referidas refletiram, em parte, no sucesso educativo em Cabo Verde, uma vez que no ensino básico, a percentagem de repetentes baixou e a taxa de transição aumentou, apesar de, no cômputo geral dos indicadores de eficácia, revelava graves assimetrias regionais e distorções, com realce para a afetação do pessoal docente profissionalizado com impacto no insucesso educativo (*ibid*, 2001:125).

Em Cabo Verde, as causas para o baixo rendimento do sistema, conducentes a um enorme desperdício de recursos, continuavam a incluir: i) a redução dos tempos letivos, uma vez que os (des) e tresdobramentos persistiam; ii) a inexistência de metodologias adequadas, e a língua portuguesa continua a ser a língua veicular; iii) a falta de qualidade profissional dos professores, com graves assimetrias regionais na colocação dos professores qualificados, acrescido de , nas zonas rurais e, sendo assim, nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago, havia escolas em que, o mesmo professor, trabalhava as 4 classes de ensino, ou com

[54] **Equivalente ao Curso de Orientação Universitária em Espanha (COU).**
[55] **Esse nível de ensino veio a ser substituído pelo atual 12.º ano de escolaridade.**

combinações de 2, sem que existiam ações de reciclagem e de formação contínua; iv) o insuficiente apoio dos inspetores e das equipas pedagógicas; v) os materiais didáticos inadequados à realidade e sem qualidade científica e técnica; vi) a inexistência de cursos ou ações de recuperação para alunos com dificuldades de aprendizagem e; vii) o sistema de avaliação desajustado dos objetivos e meios (*ibid*, 2001:125), o que fazia com o insucesso educativo continuasse a ter uma relação de causa e efeito com a oferta de recursos físicos.

De acordo com o artigo 3º da LBSE de 1990, as escolas onde funcionam as três fases do ensino básico são designadas "Escolas Pólo" e as escolas agregadas em torno delas intituladas "Escolas Satélites". Neste contexto, a configuração da rede escolar do ensino básico ficou constituída em 1994 por 186 "Escolas Pólo" e 216 "Escolas Satélites" (Osvaldo Borges, 2011:31).

O Instituto de Desenvolvimento das Pescas (IDEPE)[56], promoveu, de 1990 a 1992, ações de formação nos domínios de manuseamento e conservação de pescado, noções elementares de gestão e planificação, reparação e manutenção de motores fora de bordo e arrais de pesca, ações que o Instituto Nacional do Desenvolvimento das Pescas (INDP) deu continuidade, a partir de 1994, com a introdução da matéria divulgação de novas tecnologias, com realce para as novas artes de pesca (INDP, 2000:17). Entretanto, segundo essa fonte, persistiam[57] práticas rudimentares e arcaicas no processo pós-captura, o que pressupõe problemas na assimilação das matérias, devido ao baixo nível de escolaridade dos operadores de pesca, e preconizava a continuação e ampliação destas ações de formação.

A população escolar, em 1994/1995 ultrapassava os 97.000 alunos, com mais de 3.600 professores, e taxa líquida de escolarização, no ensino básico elementar excedia os 97% e no ensino básico complementar, os 33%, com tendência para crescer, embora as taxas de repetências se mantivessem elevadas, tendo aumentado no ensino básico elementar (Afonso, 2001:125).

Entre 1990/1991 e 1994/1995,o ensino secundário registou um crescimento de 12,2%, motivado pelo elevado número de repetências, o que dificultava a capacidade de respostas em instalações existentes, embora que com a entrada em funcionamento dos liceus da Várzea. na cidade da Praia (ilha de Santiago) e de São Filipe (ilha do Fogo), vieram melhorar as condições de acolhimento nesses concelhos (*op. cit*., 2001:125). Ainda, segundo essa autora, em Cabo Verde, o ensino técnico tinha, em 1990/91, 1.149 alunos, mas a permeabilidade consentida,

[56] Foi a instituição responsável para o Desenvolvimento das Pescas de Cabo Verde.
[57] Ainda persistem, nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago, bem como nas outras ilhas de Cabo Verde, práticas rudimentares e arcaicas no processo pós-captura.

entre as vias geral e técnica, evidencia desperdícios de recursos e incoerência interna do sistema educativo.

É de referir que "em 1991, foi criada, em Cabo Verde, a Comissão Instaladora do Ensino Superior, tendo como tarefa equacionar as primeiras medidas conducentes à consolidação do Ensino Superior e impregnar as iniciativas de formação em curso de um cunho mais académico (…)" (Brito, 2001: 109).

O Centro de Formação e Aperfeiçoamento Administrativo e os cursos de contabilidade e de Gestão e Marketing a funcionarem desde 1991/92, com apenas 59 alunos, em 1992/93,para além de alguns cursos conduzidos pela Universidade de Havana, e que estão a perder importância, passando de 166 alunos, em 1987, para 45 em 1993 (Afonso, 2001:125).

Relativamente ao Ensino Superior, o número de efetivos no país passou de 717 em 2000/2001 para 8465 em 2008/2009, o que representa uma taxa de crescimento médio anual de 36,1%. Este crescimento deve-se ao aumento de instituições de Ensino Superior de caráter privado, entre as quais a Universidade Jean Piaget de Cabo Verde (UniPiaget-CV), o Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais (ISCEE) e o Instituto de Ciências Jurídicas e Sociais (ISJS), atribuições de bolsas de estudos e diversidade de ofertas formativas, tanto no público como no privado, provocando o aumento da procura interna. Ainda, no ano letivo 2008/2009, as instituições privadas acolheram 61,7% do total da matrícula deste nível de ensino (UNESCO, 2011:98).

O envio de bolseiros para instituições e universidades nos outros países, como Portugal e Brasil, tem sido, em parte, a forma encontrada para obter quadros superiores qualificados (Afonso, 2001:125).

Em 1998 foi lançada pelo Conselho de Ministros a Resolução n.º8/98 de 16 de março com o objetivo de introduzir linhas de orientação para a consolidação e modernização do sistema educativo, e uma das decisões dessa Resolução é promover o aumento da escolaridade obrigatória e universal para 8 (9) anos de escolaridade, alterando assim a organização atual do sistema educativo em Cabo Verde, o que coloca problemas de planeamento e gestão das redes de equipamentos educativos quer do Ensino Básico quer do Ensino Secundário (Osvaldo Borges, 2011:32).

É de referir que a Lei n.º 113 /V/99 alterou, dos art.os 31.º à 35.º a Lei 103/III/90, de 29 de dezembro, que passaram a ter a seguinte redação: o ensino superior compreende o ensino universitário e o ensino politécnico (n.º1, art.º 31.º), para no n.º 2 desse artigo estabelece que o ensino universitário visa assegurar uma sólida preparação científica e cultural e proporcionar uma formação técnica que habilite para o exercício de atividades profissionais e culturais e fomente o desenvolvimento das capacidades de conceção, de inovação e de análise crítica. Ainda, o n.º 3 do artigo em referência consagra que o ensino politécnico visa proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole teórica e prática, e as suas aplicações com vista ao exercício de atividades profissionais.

De acordo com o art.º 32.° da Lei n.º 113 /V/99**,** são objetivos do ensino superior: a) desenvolver capacidade de conceção, de inovação, de investigação, de análise crítica e de decisão; b)formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade cabo-verdiana, e colaborar na sua formação contínua; c) estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; d) incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e a criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; e) promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem património da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; f) estimular o conhecimento dos problemas do mundo atual, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer, com esta, uma relação de reciprocidade; g) estimular e dar continuidade à formação cultural e profissional dos cidadãos pela promoção de formas adequadas de extensão cultural.

No ensino superior são conferidos, de acordo como o n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 113 /V/99 os graus de Bacharel, Licenciado, Mestre e Doutor. Ainda, no n.º2 do artigo em referência, no ensino superior podem ser atribuídos diplomas de estudos superiores especializados, bem como outros certificados e diplomas para cursos de pequena duração não conferentes de graus.

O n.º 1 do art.º 34 da Lei referida anteriormente estabelece que têm acesso ao ensino superior: a) os indivíduos habilitados. com o 12º ano do ensino secundário, ou equivalente, que façam prova da sua capacidade para a frequência; b) os indivíduos maiores de 25 anos que, não estando habilitados com um curso de ensino secundário ou equivalente, e não sendo titulares de um curso do ensino superior, façam prova especialmente adequada de capacidade para a sua frequência e; c) indivíduos habilitados com cursos médios, nas condições que vierem a ser definidas no diploma, para o efeito.

O n.º1 do art.º 35.º da Lei em referência consagra que o ensino superior realiza-se em universidades e em instituições universitárias, e no n.º 2 define que o ensino politécnico realiza-se em escolas superiores especializadas nos domínios da tecnologia, das artes e da educação, entre outros. No n.º 3, desse, artigo estipula-se que as universidades podem ser constituídas por escolas, institutos ou faculdades diferenciados e/ou por outras unidades, podendo, ainda, integrar escolas superiores do ensino politécnico, para no n.º4 desse artigo, prever que as escolas superiores do ensino politécnico podem ser associadas em unidades mais amplas, com designações, segundo critérios de interesse nacional e ou de natureza das escolas.

Na ilha de Santiago, a taxa de alfabetização é acima dos 70%, sendo notória uma baixa taxa de escolaridade no seio dos operadores de pesca (INDP, 2000:9). Ainda, de acordo com essa fonte, um dos aspetos que carateriza a pesca artesanal de Santiago, é o baixo nível de escolarização dos operadores de pesca, e a formação profissional consubstancia-se com a prática do dia-a-dia, e nos conhecimentos hereditários que se transmitem de pais para filhos.

É de referir que a população escolar cabo-verdiana representava, em 2000, cerca de 36% da população total do país, contra 24% em 1990, pelo que estes dados revelam um grande aumento da procura por parte das famílias cabo-verdianas para a educação, e de acordo com a distribuição de alunos entre 1974/75 e 2007/08, dos 160.065 inscritos em 2003/04, 13,1% das crianças frequentavam a educação pré-escolar, 53,2% dos alunos o ensino básico, 31,1% o ensino secundário e 2,6% no ensino médio e superior, sendo em relação a 1993/94 (104.810 alunos), e registou-se um crescimento de efetivos na ordem dos 4,3% ao ano (Osvaldo Borges, 2011:33).

Na década de 1990, durante o período da Segunda República de Cabo Verde, reforçou-se a importância do setor da educação com a finalidade de obtenção de qualificações profissionais que permitissem elevar os níveis de rendimento e o exercício da cidadania (Carina Garcia e Sanny Fonseca, 2011:85), sem impacto direto nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago.

No ano letivo 2008/09, o Governo de Cabo Verde anunciou a intenção de implementar até 2015 a escolaridade básica, obrigatória e universal de doze anos. Apesar do país enfrentar ainda sérios problemas, nomedamente a qualidade do ensino e o planeamento da rede escolar, resultantes do alargamento da escolaridade obrigatória para seis anos em 1994, esta intenção representa uma aposta estratégica do Governo no desenvolvimento de Cabo Verde, sobretudo para um país que já deu claros sinais de aproximação e convergência das suas políticas com a União Europeia (Osvaldo Borges, 2011:32).

A evolução de número dos efetivos do Sistema Educativo Cabo-verdiano, no período 2000/2001 a 2008/2009, aponta para um crescimento médio anual na ordem de 0,7%, o que é motivado, sobretudo é motivada pela diminuição de efetivos no Ensino Básico (UNESCO, 2011:97). Assim, de acordo com esta fonte, os efetivos da Educação Pré-escolar passaram de 19.810 em 2000/2001 para 22. 191 em 2008/2009, verificando assim um crescimento médio anual de 1,4%. Ainda, o ensino privado desempenha um papel importante nesse subsistema de ensino, uma vez que, no ano letivo 2008/2009, 64,3% dos efetivos desse subsistema, encontravam-se matriculados nos estabelecimentos privados .

No ano letivo 2008/2009, o Ensino Básico apesar de apresentar uma tendência decrescente, continua a ser o mais importante subsistema de ensino, em termos do número de efetivos, visto que representa 43,8% do total de efetivos. Entretanto, nesse nível de ensino, entre 2000/2001 e 2008/2009, o número de efetivos diminuiu anualmente na ordem dos 2,6%, passando de 90.640 para 73.548, e este decréscimo é decorrente da diminuição da taxa de fecundidade e, por conseguinte, a diminuição da população em idade escolar, neste período, e o ensino privado é pouco expressivo neste subsistema, uma vez que representa apenas 0,4% do total de alunos (*op. cit.,* 2011:97).

Nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago, as escolas do ensino básico não reunem as condicões que propeciem o processo de ensino-aprendizagem e, certos casos, encontram-se em estado de degradação, como é caso da escola do Ensino Básico de Achada Ponta, no concelho de Santa Cruz [Fotografia 7].



Fotografia 7: Escola do Ensino Básico em Achada Ponta

Fonte: Simão Paulo Rodrigues Varela (2013)

É de frisar que, em Cabo Verde, os efetivos do Ensino Secundário público cresceram 2,2% por ano, e se tiver em consideração os efetivos do privado em 2008/2009, a taxa de crescimento médio anual no secundário passa para 3,9%, o que evidencia o peso do privado neste subsistema (*idem*, 2011:98). Ainda, de acordo com essa fonte, o Ensino Secundário representa 36,2% do total de efetivos. O ensino privado tem desempenhado um papel importante neste subsistema e, em 2008/2009, os estabelecimentos privados, acolhiam 12,5% de efetivos contra 87,5% do público, e nesse ano letivo, o ensino técnico funcionou com 1.688 efetivos (público e privado) o que representa 2,8% dos efetivos do secundário (*ibid*, 2011:98). Entretanto, devido a baixa habilitação literária e as fracas condições económicas e financeiras é, praticamente, vedada, o acesso ao ensino superior, por parte das pessoas das comunidades piscatórias em Cabo Verde e, sendo assim, da ilha de Santiago.

Em Cabo Verde, o número de efetivos no Ensino Superior passou de 717 em 2000/2001 para 8465 em 2008/2009, traduzindo-se numa taxa de crescimento médio anual de 36,1%, o que se deve ao aumento de instituições de Ensino Superior de caráter privado, concessão de bolsas de estudos e diversidade de ofertas formativas, tanto no público como no privado e, por conseguinte, o aumento da procura interna. Assim, no ano letivo 2008/2009, as instituições privadas acolheram 61,7% do total da matrícula deste nível de ensino (*ibid*, 2011:98).

A taxa de crescimento médio anual dos efetivos da Educação e Formação de Adultos, do ano letivo 2000/2001 ao ano letivo 2008/2009, era de 1,5%,o que se deve a entrada de jovens no ensino recorrente, que em 2008/2009 totalizavam 1034 efetivos (*ibid*, 2011:98).

Em Cabo Verde, a evolução de efetivos é o reflexo da cobertura escolar[58], e entre 2000/2001 e 2008/2009, na Educação Pré-escolar, a taxa bruta de escolarização passou de 54,3% para 72,3%, o que corresponde a um aumento de 18,0% (*ibid*, 2011:100).

No Ensino Básico, verificou-se no período acima referido, em decorrência da diminuição de efetivos da idade de escolarização, uma diminuição de 2,6% no mesmo período, passando de 116,1% para 113,5%, no Ensino Secundário cresceu de forma significativa (22,8%), passando de 65,0% em 2000/2001 para 87,8% em 2008/2009, e a taxa de escolarização é superior no primeiro ciclo (114,0%), seguido do 2º ciclo (87,8%) e 3º ciclo (61,9%) (*ibid*, 2011:100).

O número de alunos do Ensino Técnico por 100 000 habitantes aumentou entre 2000/2001 e 2004/2005, passando de 241 para 562 alunos, e a partir dessa data em que o ensino técnico passou a ser exclusivamente no 3º ciclo, o número dos alunos nesse nível de ensino começou a diminuir e, no ano letivo 2007/2008, o mesmo, atingiu 336 alunos por 100 000 habitantes, em 2008/2009 voltou a aumentar atingindo os 352 alunos por 100 000 habitantes (*ibid*, 2011:100). Entretanto, em Cabo Verde, no ensino técnico profissional, não há formações específicas para os operadores de pesca.

No Ensino Superior, o número de alunos por 100 000 habitantes aumentou de forma significativa passando de 164 em 2000/2001 para 1763 alunos em 2008/2009 (*ibid*, 2011:100), sem que se contemple, em número significativo, as pessoas das comunidades piscatórias, a esse respeito.

[58] A cobertura escolar é medida, pelo Ministério da Educação e Desporto de Cabo Verde, pela taxa bruta de escolarização nos diferentes níveis de ensino e pelo número de estudantes nos ensinos técnico e superior por cada 100 000 habitantes.

O perfil de escolarização permite analisar de forma mais detalhada a escolarização, evidenciando assim a taxa de acesso por ano de estudo. Assim, nos anos letivos 2000/2001 e 2008/2009, as taxas de acesso, no 1.º ano, eram de 102,8% à 103,9%, o que significa que todas as crianças, em idade de entrada, tiveram acesso ao Ensino Básico, e no 2º, 3º e 4ºanos foram ligeiramente inferiores em 2008/2009, comparativamente ao ano letivo 2000/2001. A partir do 5º ano, o acesso foi muito superior em 2008/2009, em relação ao 2000/2001.Ainda, a taxa de acesso no 12º passou de 33,8%, em 2000/2001 para 51,9%, em 2008/2009, o que traduz num aumento de 18,1% (*ibid*, 2011:101). Entretanto, em relação às comunidades piscatórias da ilha de Santiago, verifica-se o contrário, tendo as pessoas, cada vez mais dificuldades no acesso, a medida que se aumente o nível de ensino.

Dos alunos que ingressaram o 1º ano de estudo em 2008/2009 nesse país, 94,0% conseguem o 6º ano de escolaridade e 43,3%, o 12ºano. Ainda, ao comparar com os alunos que ingressaram o 1º ano em 2001/2002, 84,0%, teriam condições de alcançar o 6º ano, e apenas 30%, dos mesmos, poderiam alcançar o 12º ano (*ibid*, 2011:102), o que não se verifica nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago.

Em Cabo Verde, a esperança de vida escolar[59] melhorou em 1,4, passando de 9,2 em 2000/2001 para 10,6 em 2008/2009, o que significa que, o número médio de anos de educação que uma criança espera alcançar é de 10,6 anos, e em termos comparativos, Cabo Verde tem uma esperança de vida escolar superior à média africana (7,8 anos) e à maioria dos países do continente africano, o que não se pode afirmar, em relação às comunidades piscatórias da ilha de Santiago, uma vez que a esperança de vida escolar é inferior à média nacional (*ibid*, 2011:103).

Ao analisar o nível de ensino da população em Cabo verde de 3 ou mais anos em 2010, conclui-se que 43,0% da população tinham apenas o Ensino Básico, sendo mais baixo no meio urbano (39,9%) do que no meio rural (47,8), 31,2%, da mesma, possuíam o Ensino Secundário, 12,5% sem nível de instrução, ou seja, nunca frequentam a escola, tendo no meio rural (16,8%) e no meio urbano (9,9%) e apenas 5,1% concluíram o bacharel ou superior. Situação essa semelhante a da ilha de Santiago em que os que possuíam o Ensino Básico (43,7%), o Ensino Secundário (29,9%), sem nível de instrução (15,9%), bacharel ou superior (3,0).As taxas mais elevadas da população sem nível de instrução encontram-se nos concelhos de Ribeira Grande de Santiago (21,6%), São

[59] **Para o Ministério de Educação de Cabo Verde, a esperança de vida escolar é definida como o número total de anos de escola que uma criança espera receber no futuro, tendo em conta as condições atuais de escolarização.**

Salvador do Mundo e de Calheta de São Miguel, com igual percentagem (18,2%), e acima da média registada na ilha de Santiago (15,9%), Santa Cruz (15,4%) e São Lourenço dos Órgãos (14,8%), e a taxas mais baixa verifica-se no concelho da Praia (9,6%). Quanto ao Ensino Básico, as taxas mais elevadas estão nos concelhos de Ribeira Grande de Santiago (48,0%), São Domingos (46,6%) e Santa Cruz (46,0%) e a mais baixa taxa regista-se no concelho da Praia (38,2%). As taxas dos que estão no Ensino Secundário variam de 23,8%, no concelho de Ribeira Grande de Santiago à 35,3% no concelho da Praia. Ainda, é de acrescentar que a taxa da população que possui o bacharel ou superior é mais baixa no concelho de São Salvador do Mundo (1,2%) e mais elevada no concelho da Praia (9,6%) (INE, 2010: *passim*) [Quadro 13, Anexo 4]. Entretanto em matéria de educação, a situação é menos animadora, quando se trata das comunidades piscatórias, o que por falta de dados estatísticos oficiais, pode ser confirmado na parte prática deste estudo.

As despesas correntes da Educação, a preços constantes de 2009, têm conhecido um grande crescimento desde o ano 2000, passando de 3798 milhões de ECV para 6340 milhões de ECV, correspondendo a uma taxa de variação de 87%, devido, em parte,a política de expansão do Ensino Secundário em todos os concelhos do país (UNESCO, 2011:82). Entretanto, essas despesas na educação, pouco têm beneficiado as comunidades piscatórias em Cabo Verde e, sendo assim, da ilha de Santiago, o que justifica, em certa medida, o baixo nível de escolaridade das pessoas e a limitação, das mesmas, no acesso a formação profissional, sobretudo no setor da pesca.

3.1.2.3.1.Formação dos profissionais do setor das pescas

A formação dos profissionais do setor das pescas, foi definida como uma estratégia de intervenção no sentido de promover o desenvolvimento deste setor, e com o objetivo de melhorar a capacidade técnica dos pescadores, têm-se organizado diversas ações de formação em diferentes áreas, sejam elas regulamentadas ou não (Lux-Development[60], 2013:15). Assim, entende-se, neste contexto, por formações regulamentadas, aquelas que estão descritas na legislação cabo-verdiana, referente a categoria de marítimo, designadamente, os cursos de marinheiro pescador, mestre costeiro, arrais de pesca, motorista, entre outros. Estes cursos são lecionados pela Universidade de Cabo Verde no Departamento de

[60] **É a Agência Luxemburguesa de Cooperação ao Desenvolvimento.**

Engenharias e Ciência do Mar (ex-Isecmar), reconhecidas e certificadas pelo Instituto Marítimo Portuário.

Paralelamente a essas formações regulamentadas, as Instituições e as ONG, têm proporcionados os operadores do setor, ações de formações, que visam essencialmente, elevar as suas qualidades profissionais na pesca, promovendo o aperfeiçoamento e a especialização das suas competências profissionais em vários domínios das suas atividades. Neste contexto, são constantemente organizadas ações de formação que visam ter um efeito multiplicador junto das comunidades piscatórias, nomeadamente reparação de motores fora de borda, reparação e confeção de redes, manuseamento de equipamento de navegação, manuseamento e conservação do pescado, utilização de equipamentos de segurança no mar, manutenção de unidades de frio, gestão e contabilidade para pequenos negócios (*op. cit*, 2013:15).

A Tabela 4 apresenta o custo de excução do plano de formação do Institutto Nacional de Desenvolvimento das Pescas de Cabo Verde (INDP-CV).

Tabela 4:Sintese dos custos estimados do plano de formação em 2007 e 2008

cções de formação	Estimativa orçamental (em escudos cabo-verdianos)
Operadores de pescas	37.645.165,00
Técnicos do INDP	3.478.000,00
Total	**41.123.165,00**

Fonte: Osvaldina Silva (2011)

Com base nos dados da Tabela 4 constata-se que a maior fatia (92%) do orçamento estimado é destinado ao financiamento de ações de formação destinadas aos operadores de pesca.

É de referir que as formações são limitadas devido a própria caraterística dos profissionais do setor, de recursos financeiros e a inoperacionalização dos Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas de Cabo Verde (INDP-CV).Assim, neste setor verifica-se a existência de um baixo nível de instrução com predominância de atores com mínimo do 6.ºano de escolaridade, o que dificulta o acesso dos profissionais da área, a determinadas ações de formação.Ainda, os parcos recursos provenientes da atividade da pesca, a não possibilidade

de os pescadores frequentarem certos cursos regulamentados condicionam o exercício da profissão nessa área, e com reflexos negativos, sobretudo a nível social e económico. Ainda, é de acrescentar que a a única instituição credenciado para o efeito, encontra-se situada na ilha de São Vicente, pelo que os interessados nestes cursos têm de se deslocar a ilha e custear as estadias, bem como outras despesas, e a limitação em termos de recursos financeiros, restringe não só os operadores do setor, como também as próprias instituições e ONG que pretendem realizar formações profissionais nesse setor (*idem*, 2013:16).

De acordo com o plano de formação do INDP, para 2007 e 2008, estavam previstas a realização de ações de formação dos operadores de pesca, nas seguintes areas: i) tecnologia do pescado; ii) tecnologia de pesca; iii) manutenção e reparação de motores marítimos; iv) segurança e sobrevivência no mar; v) detenção de pescado; vi) navegação; vii) gestão e contabilidade e;viii) associativismo (Osvaldina Silva, 2011:85-87) [Quadro 11].

Quadro 11: Formações por área temática realizadas em Cabo Verde no setor da pesca em 2007 e 2008.

Área temática	Ações de formação	N.º de formandos		Ilhas contempladas
		Previstos	Contemplados	
Tecnologia de pescado	Manuseamento e conservação do pescado	160	59	São Vicente e Santiago
Tecnologia de pesca	Reparação e montagem de rede de emalhar	160	26	Santiago
	Manutenção e reparação de motores marítimos	75	1	Santo Antão
Segurança no mar	Técnicas de navegação e segurança	60	30	Santo Antão
Gestão e contabilidade	Gestão e exploração de embarcação	100	15	Santo Antão
	Elaboração de projetos		20	Sal
	Gestão básica		30	Fogo e Brava
Associativismo	Princípios básicos do associativismo	120	85	Boa Vista e São Nicolau

Fonte: Osvaldina Silva (2011)

A maioria do temas contemplados no plano de formação do INDP foram implementados,e em termos de ações de formação ficam aquém do projetado, e a temática associativismo abrangeu o maior número de pessoas (85), seguida de gestão e contabilidade (65), manuseamento e conservação de pescado (59) e segurança e sobrevivência no mar (30) (*op. cit.,* 2011:86-87).

De acordo com o plano de Formação para 2007 e 2008, os técnicos do INDP participaram em cursos de interesse para as áreas de missão e projetos do programa de Investimento Público em Execução , com destaque para a língua estrangeira, informática, recursos humanos e outras formações [Tabela 5].

Tabela 5: Formação dos técnicos do INDP em 2007 e 2008

Área temática	Ações de formação	N.º de beneficários
Língua estrangeira	Curso de lingua francesa	16
	Curso de lingua inglesa	25
Informática	Formação em SPSS	20
	Iniciação à informática	5
Recursos humanos	Técnicas admnistrativas e secretariado	1
Outras formações	Mestrados	5
	Doutorando	3

Fonte. Osvaldina Silva (2011)

Com base nos dados da Tabela 5, concluí-se que, em termos do número de beneficiários, foi dada uma atenção à área das linguas estrangeiras (41) e da informática (25) (*idem*, 2011:88).

De acordo com Lux-Development (2013:17), as prioridades de formações são as de motorista, de marinheiro pescador, mestre de pesca, mestre, mestre costeiro e arrais. Ainda, há necessidade de formação em manuseamento de equipamento de navegação, reparação de motores fora de borda, manuseamento e conservação do pescado e gestão de pequenas embarcações.

Quanto as formações não regulamentadas ou informais, destacam-se a segurança básica e o combate incêndio, bem como as formações em manuseamento de equipamentos de navegação, formação pessoal e social, *life skills,* manutenção e reparação de pequenos equipamentos de frio, primeiros socorros, manuseamento e conservação do pescado, reparação motores e gestão pequenos negócios (*op. cit*., 2013:17).

Para Silva (2011:83), referentes aos anos de 2007 e 2008, ao comparar as ações de formação projetadas e as realizadas, constata-se que a execução do plano do INDP de Cabo Verde foi abaixo dos 50%, e por falta de dados sobre os planos dos anos anteriores não é possível apresentar os resultados, a esse respeito.

A Universidade de Cabo Verde, através do Departamento de Engenharias e Ciências do Mar (DECM), é a instituição credenciada, que realiza formações específicas para o setor da pesca, embora não exclusivamente, uma vez que desenvolve outros cursos, nomeadamente para a Marinha Mercante, para os Portos (Lux-Development, 2013:17). Assim, de acordo com essa fonte o DECM tem apenas dois cursos disponíveis, o de Marinheiro Pescador e o Curso Modular de Segurança Básica, o primeiro com duração de quatro meses e o segundo de três semanas. No entanto, é notória, em Cabo Verde, a falta de qualificação dos profissionais do setor da pesca, pelo que é necessário refletir sobre a possibilidade de criar mecanismos que permitam atrair a procura, tanto por parte de jovens para a formação inicial, como das instituições de formação. Ainda, as formações no setor da pesca deviam ser concebidas, tendo em consideração o público-alvo, nomeadamente no que se refere a faixa etária e as habilitações, a necessidade de compatibilizar horários de formação e o da faina, em particular, no subsetor da pesca artesanal, priorizar formação em área da qualidade, higiene e segurança, ambiente, novas tecnologias da pesca, novas tecnologias de comunicação (*op. cit*, 2013:20).

Os atores do setor da pesca não possuem habilitações literárias para acompanhar e assimilar, na sua plenitude, a formação técnica, há falta de qualificação dos formadores e aplica-se, nas ações de formação, metodologia diretiva e menos participativa que não propociona o clima de familiarização e de comunicação no seio dos operadores de pesca contemplados nas ações de formação, e condiciona as discussões e as análises, bem como o exercício das capacidades argumentativas e discursivas e, sendo assim, a assimilação dos conteúdos pretendidos.

3.2. Capital social e comunidade cívica

3.2.1.Conceitos de capital social

É pertinente abordar, em termos concetuais, o capital social, de forma a obter os principais elementos constitutivos que servem de base a uma proposta de um modelo de estudo, tendo em consideração o problema em análise neste trabalho.

O vocábulo capital (do latim *capitalis* que advém de *caput* 'cabeça', significando essencial e fundamental) é um conceito da economia, que num sentido estrito significa um bem ou um conjunto de bens utilizáveis, ou potencialmente utilizáveis, como fonte de rendimento ou de produção de novos bens (Jary e Jary, 1995 *apud* Correia, 2007:65).

O termo social (do latim *socialis* que advém de *societas*) refere-se a um grupo de indivíduos que vivem em conjunto de forma organizada, e mais especificamente à sociedade humana, ou à interação humana em organizações ou grupos (Jary e Jary, 1995 *apud* Correia, 2007:65).

A consciência de que o envolvimento e a participação em grupo podem ter consequência positiva para o indivíduo e para a comunidade, é uma noção corrente, remontando a Durkheim (1995) *apud* Fonseca (2011:106) e à sua insistência na vida em grupo enquanto antídoto para a anomia e a autodestruição, e à distinção efetuada por Marx entre uma "classe em si" atomizada e uma "classe para si" mobilizada e eficaz. Enquanto Durkheim procura analisar a sociedade de acordo com as noções de consistência e representações coletivas, de forma a compreender a interação entre os indivíduos e o papel dos factos sociais para a vivência em conjunto, Marx procura evidenciar a natureza eminentemente pela lógica da sobrevivência, agrupando-se em classes segundo a infraestrutura e as superestruturas existentes em cada sociedade (Fonseca, 2011:106).

A originalidade do poder heurístico da noção de capital social provém de duas fontes: em primeiro lugar, o conceito incide sobre as consequências positivas da sociabilidade, pondo de lado as suas caraterísticas menos atrativas; em segundo lugar, enquadra essas consequências positivas numa discussão mais ampla acerca do capital, chamando a atenção para o facto de que as formas não monetárias podem ser fontes importantes de poder e influência, à semelhança do volume da carteira de ações ou da conta bancária (Porter, 2000 *apud* Fonseca, 2011.106).

O conceito de capital social tem subjacente a ideia de um valor partilhado por um grupo de pessoas que vivem em conjunto de forma organizada, valor esse que produz um rendimento para a organização social (Jary e Jary, 1995 *apud* Correia, 2007:65-66).

Em todos os conceitos de capital social estão de forma implícita ou explícita, a ideia de cooperação, participação, entreajuda, soliariedade, confiança, sociabilidade e inclusão social, enquanto valores indispensáveis ao desenvolvimento local e comunitário.

3.2.2. Paradigmas e propostas de abordagem sobre capital social

Na primeira década do séc. XXI, o conceito de capital social começou a ter grande importância através dos estudos de diversos investigadores tais como: Pierre Bourdieu (1980), James Coleman (1987), Francis Fukuyama (1996), Alejandro Portes (2000) e Robert Putnam (2001), nos mais diversos campos de pesquisa (Fonseca, 2011:105). Assim, segundo a autora em referência, essa situação conduziu a uma multiplicidade de paradigmas e de propostas de definição, razão porque não há consenso entre os investigadores, quanto a definição de capital social.

Ao conceito de capital social foram atribuídas múltiplas funções, embora todos os contributos sejam concordantes, quanto à importância de ser um elemento chave para explicar e promover o desenvolvimento económico, melhorar o funcionamento do setor público, facilitar a gestão nas organizações, manter a estabilidade dos sistemas democráticos e superar a pobreza (Bourdieu, 1980; Coleman, 1987; Porter, 2000 *apud* Fonseca 2011:105).

Ao considerar o valor do capital económico, verifica-se que este toma a forma de dinheiro ou propriedade convertível em moeda. E, para se identificar o valor capital social, há que se procurar nas normas e valores partilhados pelos membros da organização social, nas redes que se estabelecem entre estes e permitem a cooperação e a vida em conjunto, bem como na confiança e reciprocidade que os liga entre si. Estes elementos que constituem o valor do capital social são caraterísticos da organização social que facilitam a ação conjunta (Jary e Jary, 1995 *apud* Sofia Correia, 2007:66). Ainda, é de referir que o capital económico produz riqueza, enquanto o rendimento do capital social manifesta-se na eficiência da sociedade ou das organizações ao facilitar a cooperação entre os indivíduos.

O capital social pode ser, ainda, definido, como o conjunto de elementos constituintes de uma sociedade, comunidade ou organização que aumentam a sua eficácia, por facilitarem a ação conjunta dos indivíduos na realização dos objetivos comuns. Estes elementos assumem a forma de normas, redes sociais, confiança generalizada, reciprocidade e de valores como a tolerância e a solidariedade (Jary e Jary, 1995 *apud* Correia, 2007:66).

O capital social evidencia o contributo do relacionamento social para o funcionamento da sociedade, concretamente o relacionamento no sentido amplo. E, o relacionamento social restrito acomoda círculos de influências e relações prejudiciais para a democracia e para a comunidade global, enquanto o relacionamento social amplo subjacente à noção de capital social de Putnam, visa o benefício da sociedade no seu todo (Jary e Jary, 1995 *apud* Correia, 2007:66). Entretanto, esta conceção de capital social não reúne a unanimidade da comunidade científica, verificando-se divergências, e confusões concetuais que dificultam a operacionalidade do conceito. A origem desta controvérsia encontra-se na tripla paternidade do capital social, que se deve a Pierre Bourdieu, James Coleman e Robert Putnam (Jary e Jary, 1995 *apud* Correia, 2007:66). Estes autores utilizam a mesma terminologia em sentidos distintos, ainda que os elementos de capital social como confiança, reciprocidade, redes sociais e normas, sejam objeto de algum acordo.

Estas caraterísticas da organização social, são consideradas por esses três autores, enquanto Bourdieu e, em certa medida, Coleman, consideram o indivíduo como o suporte do capital social e o único beneficiário do mesmo, e os que defendem a visão de Putnam, colocam o capital social nas ligações entre os indivíduos, beneficiando a sociedade como um todo (Jary e Jary, 1995 *apud* Correia, 2007:66).

É de realçar a noção de capital social não é nova, nem tão pouco recente. O termo capital social limita-se a recuperar uma ideia presente desde os primeiros pressupostos de que o homem é um ser social. Ainda, o conceito de capital social tem sido alvo de análise e crítica pela comunidade científica, em decorrência da sua importância para o enquadramento das investigações na área das ciências sociais, bem como para a apresentação de modelos que se adaptem e reflitam a realidade contemporânea.

3.2.3. Formas de capital social

A primeira análise consistente contemporânea sobre capital social foi feita por Pierre Bourdieu em artigos intitulados " *les trois états du capital culturel*" (Bourdieu, 1979) e *"le capital social-notes provisoires*" (Bourdieu, 1980) *apud* Fonseca (2011:106), onde identificou três formas de capital social - capital económico, capital social e capital cultural-, opondo à teoria económica, o que, conforme a Teoria Marxista, reduz-se à primeira forma

As redes de relação são o produto de estratégias individuais ou coletivas que investem, consciente ou inconscientemente, no sentido do estabelecimento ou reprodução de relações sociais diretamente utilizáveis no curto ou no longo prazo (Bourdieu 2002a:52). Ainda, para para Bourdieu (1980) *apud* Fonseca (2011:108), o capital social é constituído por dois elementos: i) em primeiro lugar, a própria relação social que permite aos indivíduos reclamar o acesso a recursos na posse dos membros do grupo, dado que são parte integrante desse mesmo grupo e; ii) em segundo lugar, a quantidade e a qualidade desses recursos. Por sua vez, o capital cultural, segundo Bourdieu (1979) *apud* Fonseca (2011:108), está estruturado em três níveis: associado aos hábitos individuais, nomeadamente a consciência dos factos e as ações individuais; ligado aos bens culturais; ou institucionalizado em forma de qualificações académicas, com destaque para consciência da transformação do ato em ato social e a validade como tal pela sociedade.

Nas suas análises, Bourdieu (1979) *apud* Fonseca (2011:108) acentua a conversibilidade das diversas formas de capital (capital económico, capital cultural e capital social) e a redução, em última instância, de todas essas formas a dinheiro, definido como trabalho humano acumulado. Assim, os atores podem: i) alcançar, através do capital social, acesso direto a recursos económicos (empréstimos subsidiados, informações de negócios e mercados protegidos); ii) aumentar o seu capital cultural através de contactos com especialistas ou com pessoas cultas (i.e., capital incorporado); iii) ou, em alternativa, filiar-se em instituições que conferem credenciais valorizadas (i.e., capital cultural institucionalizado) (Porter, 2000 *apud* Fonseca, 2011:108).

Em última análise, são as caraterísticas económicas, culturais e sociais dos indivíduos que permitem a sua posição na estrutura social em cada momento.

Apresentaram-se críticas à concetualização acima descrita que se prendem com o facto de a sua análise ser demasiado mecanicista, sobre determinista e inflexível, no sentido de que não tinha em conta a iniciativa humana e as complexas dinâmicas relacionais.

3.2.3.1.Capital social como capital humano

Depois dos trabalhos de Bourdieu, Coleman interessa-se por este conceito e acaba por defini-lo em termos funcionais, ou seja, trabalha-o segundo as funções que desempenha. E, é em 1988 que o autor fala pela primeira vez no conceito, num artigo intitulado *"the social capital in the creation of human capital"* (Coleman, 1988 *apud* Fonseca, 2011:109), ao tentar encontrar um equilíbrio entre a sociologia e a economia no que respeita á descrição e análise da ação social.

Coleman (1988) *apud* Fonseca (2011:109) definiu capital social como aqueles elementos de uma estrutura social que cumprem a função de servir como recursos para que atores individuais atinjam as suas metas e satisfaçam os seus interesses. O autor ressalva que, de facto, quem investe em capital social vai beneficiar indiretamente desse investimento que, realmente reverte em favor da comunidade. Além disso, também afirma que, ao contrário de outras formas de capital, o capital social também traz benefício a quem não investiu nele, uma vez que, ao pertencer a uma comunidade, todos os elementos que o compõem vão indiretamente beneficiar desses investimentos, devido ao processo de interação social entre os indivíduos e a própria mudança social inerente a esses processos.

Na sua conceção, Coleman (1988) *apud* Fonseca (2011:110) identifica três formas de capital social que vão perdurar em estudos sociológicos posteriores: em primeiro lugar, a confiança existente num ambiente social, que implica expetativas de cumprimento das obrigações acordadas de acordo com a organização social estabelecida e aceite como tal; em segundo lugar, uso das relações sociais para adquirir informação e poder interagir nessa comunidade; e, por ultimo, a existência de normas e sanções efetivas de acordo com a legitimidade e coatividade reconhecidas às instituições sociais existentes.

As obrigações são estabelecidas entre indivíduos no decorrer das trocas sociais e conduzem à criação de créditos e dívidas entre as pessoas, como definido de acordo com o chamado princípio da reciprocidade.

No que respeita aos canais de informação, estes podem servir para reduzir custos, quer em termos económico-financeiros, quer em termos de tempo, uma vez que quando há uma pessoa na rede com a informação pretendida, ela comparte-a. As normas e as sanções têm como função inibir comportamentos que possam debilitar o capital social, evitando situações de oposição total.

Na opinião de Coleman (1988) apud Fonseca (2011:110), existem estruturas sociais que facilitam o desenvolvimento do capital social (estruturas que denomina de fechadas) ao contrário de outras que o dificultam (estruturas abertas) ou que pelo menos não permitem uma total coesão e potencialização do mesmo.

É de realçar que, tanto Coleman (1988), como Bourdieu (1980) *apud* Fonseca (2011:112) dão enfâse ao caráter intangível do capital social, em comparação com outras formas de capital pelo facto do mesmo residir na estrutura das relações societais. Assim, pode dizer-se que para se possuir capital social, o indivíduo precisa de se relacionar com outros (interação social segundo os parâmetros definidos nesse grupo e tidos como normativos), sendo essas as fontes potenciais das vantagens que o capital social produz.

Coleman (1988) *apud* Fonseca (2011:112) identificou os principais componentes do capital social (confiança, obrigações e normas; canais de informação; normas e sanções) a que Putnam (2001) *apud* Fonseca (2011:112) deu, posteriormente, um novo rumo colocando a tónica nas ligações entre indivíduos, deixando de lado os indivíduos em si (enquanto atores sem noção "outro" ou sem terem em conta os modelos socais onde se inserem).

O investimento em capital social pode traduzir-se no reforço do capital humano, uma vez que reforça a cidadania e a capacidade de mobilização de recursos para a concretização de projetos, sobretudo educativos, com reflexos a nível da qualificação dos recursos humanos, o desenvolvimento local e, sendo assim, o bem estar social.

3.2.3.2.Capital social como nível de participação social

O apogeu contemporâneo do conceito do capital social deve-se a Putnam (2001:21), que o definiu como "aquelas ações da organização social como confiança, normas e redes que podem melhorar a eficiência da sociedade facilitando ações coordenadas".

O autor *op. cit* (2001:19) refere que foi recuperar o conceito a L. J. Hanifan, que o utilizou em 1916 para se referir,

> **"às substâncias tangíveis [que] contam para a maioria na vida do dia-a-dia das pessoas, nomeadamente boa vontade, camaradagem, simpatia e relações sociais entre os indivíduos e famílias que forma uma unidade social…o individuo fica socialmente indefeso, se entregue a si próprio…Se ele entrar em contacto com seu vizinho, e eles com outros vizinhos, verificar-se-á uma acumulação de capital social, que poderá satisfazer imediatamente as suas necessidades… ".**

A partir de 1995, Putnam referir-se-á capital social de uma forma mais precisa, já que na sua obra anterior, *Making Democracy, Civic Tradition in Modern Italy* de 1993 ainda não o faz, definindo-o como as "caraterísticas da vida social – redes, normas e confiança – que capacitam os participantes a agir, mais eficazmente, em conjunto para alacançar objetivos partilhados " (*idem*, 1996:66). E, este autor centra o seu interesse naquilo a que chama "compromisso cívico" (*civicengagement*), isto é, o nível de participação social em organizações/instituições de pequena escala e pouco hierarquizadas onde não existe uma definição rígida de papéis e funções sociais, mas que contribuem para o progresso económico ao gerarem normas reciprocidade generalizada, ao permitirem a difusão de informação e ao mostrarem os indivíduos algumas formas de colaboração para o reforço da coesão social através da partilha de informação e valores no âmbito das redes sociais. Ainda, para o autor *Ibid* (1996) *apud* Fonseca (2011:113) baseia toda a sua investigação no desempenho, por ele estudado, dos governos regionais da Itália que, segundo ele, são determinados, pelo nível de compromisso cívico e pelas caraterísticas das redes sociais de cada região (Forero, 2002 *apud* Fonseca (2011:114). E, perante essa análise, o autor defende que nas sociedades modernas a confiança social emana de duas fontes relacionadas – as regras de reciprocidade e os sistemas de participação cívica.

Para Putnam (2001) *apud* Fonseca (2011:114), há duas formas de reciprocidade: a reciprocidade específica, que consiste na troca simultânea de elementos de igual valor; e a reciprocidade difusa, que diz respeito uma troca contínua que pode, em dado momento, apresentar um desequilíbrio ou falta de correspondência, mas que pressupõe a expetativa de que o valor concedido vem a ter uma retribuição no futuro.

Putnam (2001) *apud* Fonseca (2011:114), mesmo que no imediato não seja considerada uma retribuição e o indivíduo considere uma postura de relativa adaptação ao grupo e às normas estabelecidas em detrimento da satisfação imediata das suas necessidades individuais, espera-se um retorno a médio e longo prazo que, satisfazendo essas mesmas necessidades, contribua também para a satisfação grupal e reforce o impacto e a importância do capital social.

As redes e a reciprocidade são, segundo Putnam (2001) *apud* Fonseca (2011:114), elementos essenciais para eficiência/convergência da sociedade. Segundo ele, as redes envolvem (quase por definição) obrigações mútuas; elas não interessam como meros "contactos". Ainda, para esse autor, as redes de envolvimento comunitário fomentam robustas normas de reciprocidade: eu farei isto por ti agora, na espetativa de que tu (ou talvez outra pessoa) retribua o favor.

Como se pode ver, quer Putnam (2001), quer Coleman (1988) *apud* Fonseca (2011:114), destacam neste processo as relações existentes entre dois ou mais indivíduos, isto é, a relação do eu com o outro, tendo em conta o processo de socialização. Nesta linha, Putnam coloca a confiança social como elemento central do capital social.

As normas e a confiança que constituem o capital social, na perspetiva de Putnam (2001) *apud* Fonseca (2011:115), beneficiam o indivíduo, a comunidade e a sociedade mais vasta, de acordo com a sua intensidade e distribuição, dado que essas pessoas contribuem para o reforço social e podem refletir-se em processo de fusão e convergência. Ainda, no seu livro *Bowling Alone* (Putnam, 2001 *apud* Fonseca, 2011:115), Putnam faz uma síntese da teoria do capital social por ele proposta, assumindo com a expressão do "fazer com", referindo-se às redes de conexão social. Para este, o cerne do capital social são as relações face a face, ou seja, o contacto direto que as pessoas têm umas com as outras, situação que aumenta e potencializa a confiança mútua, o que traz, por sua vez, e como consequência, a produção e aumento de capital social.

De acordo com os estudos da *Productivity Commission* (2003) *apud* Fonseca (2011:115), o capital social, manifesta-se nas seguintes áreas:

- **Economia:** traduz-se em incentivos individuais;
- **Ciência política**: põe-se a tónica no papel das instituições, da política e das normas sociais que controlam o comportamento humano;
- **Sociologia**: o capital social é explicado através da análise dos determinantes sociais ligados a motivação humana que traduzem à discussão caraterísticas sociais tais como confiança, reciprocidade e envolvimento cívico em rede sociais;
- **Antropologia**: desenvolve a noção de que o homem é por inerência dotado de capacidades associativas, providenciando uma explicação biológica para ordem social.

É de evidenciar que o capital social traduz-se no grau de participação social, uma vez que se efetiva através da cooperação, particiapção, solidariedade, entreajuda, sociabilidade e maior inclusão social, a nível local e comunitário.

3.2.4. Fontes de capital social

As normas sociais e as redes sociais são amplamente aceites como elementos chave do capital social, recorrendo sempre a essas ideias basilares para se conseguir construir o fundamento necessário e que interligue as redes sociais com o capital social.

Subjacente à maior parte das normas sociais, encontra-se o conceito de reciprocidade que está na base do conceito de capital social defendido por Putnam (2001 *apud* Fonseca, (2011, 134), entre outros autores. Embora, umbilicalmente ligados, são conceitos distintos e, sendo assim, devem ser compreendidos individualmente, antes de se estabelecer as relações entre esses conceitos, pelo que são necessárias as abordagens sobre:

- **Redes sociais**

Antes de se definir redes sociais, é necessário compreender o conceito de rede que se traduz um grupo de pessoas ligadas entre si, geralmente tendo um atributo, um objetivo, ou um valor comum (Fonseca, 2011:133). Assim, para esta autora, um indivíduo pode pertencer, ao mesmo tempo, a mais do que uma rede, de acordo com as necessidades sentidas por ele, ou seja, pode fazer parte, de entre outras redes, da rede de amigos, de uma rede de vizinhos, de uma rede fundada nas ideologias religiosas ou políticas e de uma rede de organização de base comunitária.

Para autora *op cit* (2011:133), a própria socialização implica que cada indivíduo procure, em cada rede, a satisfação de um determinado objetivo/necessidade, o que não implica uma separação radical entre os papéis desempenhados, para esse fim, por cada rede. Há, assim, a possibilidade de interconexão entre as redes a que o individuo pertence, num dado momento, e entre o contributo de cada rede para a satisfação das suas necessidades pessoais e coletivos.

Segundo Putnam (2001) *apud* Fonseca (2011:134), os indivíduos isolados não produzem capital social, e as redes sociais que se estabelecem entre as pessoas serão capazes de o produzir, tanto mais quanto maior for a confiança entre os respetivos elementos integrantes. Segundo esses autores, o capital social encontra-se nas relações estabelecidas pelos indivíduos entre eles, e não nos indivíduos em si mesmo.

A pertença a uma ou mais redes traz aos indivíduos benefícios, tais como: o acesso a informação de diversas fontes e áreas, a sociabilidade, a confiança, a solidariedade, a entreajuda entre os indivíduos e a facilidade na mobilização dos recursos indispensáveis a realização dos investimentos, sobretudo a nível local e comunitário.

- **Confiança generalizada**

A ideia de confiança, nesse contexto, diz respeito ao nível de certeza que um individuo tem que os outros vão agir de acordo com aquilo que se espera, ou seja segundo comportamento padronizados, de acordo com os valores partilhados e aceites como modelos de referência a seguir, ou também que aquilo que afirmam ser confiável (Correia, 2007 *apud* Fonseca, 2011:134). Ainda, de acordo com essa autora, é de realçar que há dois tipos de confiança, a saber: a confiança generalizada que se atribuí à estranhos e às instituições sociais, pelo facto de se ter reconhecido caraterísticas objetivas e coativas para atuarem enquanto tal, o que poderá desempenhar uma função integradora, de forma a libertar o indivíduo do ónus de tudo decidir a cada momento; e a confiança particularizada que é a que se deposita nas pessoas mais próximas.

Embora o capital social recaia normalmente, na confiança generalizada, a confiança particularizada não deixa de ser importante, ao se permitir perceber, em termos de socialização, como é que se alcança a primeira.

De acordo com Putnam (2001 *apud* Fonseca, 2011:135), a confiança pessoal transforma-se em confiança social, através das normas de reciprocidade e das redes de envolvimento cívico, presentes na sociedade, evidenciando assim, a importância fulcral das instituições sociais que se enquadram, sobretudo na confiança particularizada, geralmente associadas ao processo de socialização primária.

Para Anthony Giddens (1995:65), seguindo na mesma linha de pensamento dos autores acima referidos, há diferença entre confianças resultante das relações presenciais e confianças resultantes das relações não presenciais. As primeiras referem-se às relações de confiança que são mantidas, ou expressas, nos contactos sociais estabelecidos em circunstância de coopresença, e as segundas são concernentes ao desenvolvimento da fé nas garantias simbólicas ou nos sistemas periciais.

Para Eric Uslaner (2000:573), a confiança generalizada diz respeito à crença de que a maior parte das pessoas são confiáveis, e a confiança particularizada aplica-se apenas ao círculo mais íntimo de relações sociais. Assim, a primeira conduz os indivíduos à criação de elos com indivíduos diferentes, traduzindo-se num envolvimento na comunidade, independente da perspetiva de reciprocidade, na medida em que ao se partir do pressuposto que todas as pessoas são merecedoras de confiança, o indivíduo mais facilmente se disponibilizará à proação no seio da comunidade, visto que, a mesma foi adquirida na sua socialização primária. Ainda, o autor considera que a confiança é construída através da socialização primária, e não através de interações sociais, pelo que quando maior for o grau de confiança transmitido aos outros, maior será a capacidade e a predisposição para a cooperação de cada indivíduo, sendo que a cooperação reforça a confiança.

- **Normas sociais**

As normas evidenciam-se em expetativas e obrigações partilhadas, ou seja, são regras que facilitam a vida em sociedade, visto que a sua legitimidade e extrensidade são generalizadas pelos indivíduos e possibilitam a estabilidade normativa, bem como a da própria sociedade. Assim, as normas são regras que regulam o comportamento dos indivíduos numa dada sociedade (Correia, 2007 *apud* Fonseca, 2011:136).

As regras são assimiladas pelos indivíduos, por meio da socialização, em diferentes momentos, transformando-se em formas de conduta socialmente aceites que permitem prever comportamentos, para além de reforçar a cooperação e reduzir a incerteza sobre os relacionamentos sociais (Correia, 2007 *apud* Fonseca, 2011:136).

É de salientar que as normas são, obrigatoriamente, estabelecidas pela cultura dominante interiorizadas pelos agentes sociais que as reproduzem depois de as interiorizarem e aceitarem como legítimas e as mais apropriadas para concretização dos seus objetivos.

- **Reciprocidade entre as pessoas**

A reciprocidade requer uma troca de igual valor, ou seja, está relacionada com o cumprimento de obrigações e deveres difusamente aceites, na mesma medida em que se fazem valer os direitos (Correia, 2007 *apud* Fonseca, 2011:136). Esta reciprocidade justa reforça a confiança social e facilita e cooperação entre indivíduos, para além do reforço dos grupos sociais, desde que os comportamentos não se revistam de potenciais elementos desestabilizadores da própria sociedade. Entretanto, numa dada sociedade, a interação que se produz entre indivíduos pode contribuir ou não para o reforço da confiança generalizada. Esta confiança está diretamente relacionada com as normas de reciprocidade, uma vez que, a influência recíproca que os indivíduos têm entre si, podem contribuir de forma positiva ou negativa, a esse respeito. Assim, a reciprocidade positiva reforça a confiança, enquanto a reciprocidade percebida como negativa tende a diminuí-la, pelo facto de se conduzir a perda de confiança de, pelo menos, uma parte do grupo para a partilha de informação e, sendo assim, para o reforço de interações futuras.

À semelhança do que acontece com a confiança, a reciprocidade pode assumir duas formas distintas, a saber: a reciprocidade generalizada ou difusa, que se refere a uma troca que não é compensada no momento exato em que se dá, mas que pressupõe a expetativa de o vir a ser no futuro; e a reciprocidade particular ou especifica, quando aquilo que é elemento de troca tem o valor equivalente (Putnam, 2001 *apud* Fonseca, 2011:137). Esta última é uma importante fonte de capital social, se as expetativas dos indivíduos não forem defraudadas.

- **Valores sociais e comunitários**

Os valores dizem respeitos aos princípios genéricos aceites tacitamente pelos indivíduos pertencentes a uma dada comunidade, e representam orientações de conduta desejável. Ainda, são considerados como modelos a ser ter em consideração, e perante os quais os indivíduos podem comparar as sua ações (Fonseca, 2011:137).

Em comunidades com elevado capital social podem encontrar-se valores relativos à cooperação entre atores, nomeadamente a solidariedade e a tolerância (Putnam, 2001 *apud* Fonseca, 2011:138), visto que o grau de confiança é elevado a respeito do comportamento esperado do outro.

O aumento do stock de capital social só é possível através da reciprocidade das trocas baseadas numa confiança generalizada e consistente com as expetativas de todos os indivíduos que constituem uma determinada comunidade/sociedade, e essas trocas têm por base a força das redes sociais dos indivíduos e as normas que as regem e organizam.

Capital Social um fator importante no processo de desenvolvimento, requer a adoção de medidas de politicas e estratégias que possam aumentar o stock de capital social comunitário propiciando o surgimento de iniciativas coletivas baseadas na cooperação e confiança no sentido de possibilitar o desenvolvimento do país.

As comunidades com maiores níveis de capital social têm mais probabilidades de se desenvolverem do que comunidades com baixos níveis de capital social, em decorrência do benefício do aumento de articulações sociais e ao grau de organização da sociedade, o que poder contribuir para as melhorias na qualidade de vida da população e criando alternativas para superar os problemas existentes na região. Sendo assim, a existência de capital social e a consequente qualidade de vida tornam-se elementos chave na resposta sobre as disparidades de desenvolvimento das comunidades.

Com base na definição do capital social, enquanto redes de relações sociais caraterizadas por normas de confiança e reciprocidade que resultam em benefícios comuns, deve-se desenvolver um esquema concetual que nos permite diferenciar as várias caraterísticas das redes, nomeadamente o tamanho da rede, a densidade da rede e a diversidade da rede, que podem influenciar e determinar os resultados do capital social, com reflexos positivos no desenvolvimento local e comunitário.

Quadro 12: Síntese dos fatores que influenciam o capital social dos indivíduos

	Capital Social		
Ilustração dos determinantes do capital social	**Tipos de redes (onde opera a confiança e a reciprocidade)**	**Características das redes**	**Ilustrações dos resultados do capital social**
Caraterísticas pessoais: - Idade - Sexo - Saúde **Caraterísticas familiares:** -Relações e estado civil - Presenças de filhos **Fontes:** -Educação -Emprego -Tipo de residência **Atitudes e valores:** -Tolerância à diversidade - Objetivos comuns **Caraterísticas da área de residência:** - Rural/urbano -Nível socioeconómico - Proporção de redes na área local - Segurança da área	**Redes informais:** - Redes de parentesco - Vizinhos - Colegas **Caraterísticas por formas de negociação e reciprocidade pessoais/familiares.** **Relações gerais:** -Pessoas da localidade - Pessoas em geral - Sociedade Civil **Caraterizadas por confiança e reciprocidade generalizada.** **Relações institucionais:** - Relações com os sistemas institucionais - Relações com o poder **Caraterizadas pela confiança nas instituições**	**Tamanho da rede:** - N.º de redes informais - Quantos vizinhos se conhecem pessoalmente - N.º de contactos de trabalho **Densidade da rede:** - N.º de elementos da família que conhecem amigos - Amigos que se conhecem entre si **Diversidade da rede:** - Diversidade de amigos de várias etnias -Diversidade educacional - Natureza cultural presente	**Bem-estar individual/familiar:** -Capacidade de estar incluído -Capacidade de "estar `a frente" **Bem-estar público:** -Saúde publica **Vida cívica:** - Voluntariado - Cooperação comunitária **Bem estar com a vizinhança:** - Tolerância à diversidade - Redução do crime **Bem-estar político:** - Democracia participativa - Qualidade governativa - Cidadania **Bem-estar económico:** - Prosperidade - Menor desigualdade

Fonte: Productivity Comission (2003) *apud* Fonseca (2011:140)

Nas abordagens sobre as fontes de capital social devem ser levadas em consideração as redes sociais, confiança generalizada, normas sociais, reciprocidade entre as pessoas e valores sociais e comunitários, enquanto bases indispensáveis ao desenvolvimento local e comunitário.

3.2.5. Níveis de análise do capital social

Embora exista um acordo entre as variáveis sociais que constituem o 'capital social' e que podem contribuir para o desenvolvimento (normas, relações, instituições), ainda permaneça o debate a cerca de se o estudo do capital social se deveria ser feito a partir de um nível individual (o indivíduo que acede ao capital social), comunitário (um grupo de pessoas que, por compartilharem uma identidade ou fins comuns acede ao capital social) ou nacional (o crescimento de um pais tendo por base o seu capital social) (Huencho, s.d. *apud* Fonseca, 2011:120). Cada um destes níveis teve os seus defensores e críticos, debate que se encontra resumido, de forma a apresentar uma opção fundamentada do nível de capital social utilizado para este estudo. Assim, a seguir, encontram-se, os seguintes níveis de capital social:

- **Nível individual**

Os autores que se aproximam ao estudo do capital social a partir de uma perspetiva individual definem-no como uma categoria interpretativa amplamente presente nos estudos, nomeadamente sobre: a mobilidade ocupacional; a estratificação; e as desigualdades sociais. (Huencho, s.d. *apud* Fonseca, 2011:120).Ainda, referem-se, geralmente, ao êxito diferencial entre membros de uma determinada comunidade na obtenção de recursos escassos (Inkeless, 2000).

Na linha de pensamento desses autores, é possível encontrar uma grande quantidade de definições de capital social entre aquelas que enfatizam o valor dos indivíduos como recursos na forma de relações sociais (Baker, 1990; Côté, 2001; Fonseca, 2011:120).

A partir da revisão de Huencho (s.d.), de entre as principais definições desta linha, encontra-se a de Baker (1990: 60), que define o capital social como *a resource that actors derive from specific social structures and then use the to pursue their interests; it is created by changes in the relationships among actors*. E, Huencho (s.d.:60) define-o como *the process by which social actors create and mobilize their network connections within an between organizations to gain access to other social actor´s resources.*

O autor *op. cit* (s.d.: 61) considera que *social capital refers to friends , colleagues, and more general contacts through whom you receive /social capital. [it is] the final arbiter of competitive success*. E, com base nesta fonte, refere-se ao capital social como *the set of element of the social structure that affects relations among people and are inputs arguments of the production and/or utility function*.

Huencho (s.d.: 61), atendendo a formação do capital social, afirma que " o capital social deve ser visto como o resultado da decisão de investimento tomada por indivíduos". Ainda, Porter (2000) *apud* Fonseca (2011:12) propõe a seguinte definição de capital social: *social capital refers to the capacity of individuals to command scarce resources by virtue of their membership or broader social structures*. E, para esse autor, refere-se aos aspetos institucionais e coletivos, aos benefícios da pertença a um grupo, ao capital social como um aspeto da estrutura social que facilita as ações de pessoas e de atores corporativos. Ainda, aborda as funções de controlo social das instituições de capital social e dos seus mecanismos apropriáveis por indivíduos e por grupos.

As definições descritas e os estudos que se realizaram, tendo como base esta perspetiva apresentam algumas limitações, uma vez que apenas centram a sua atenção nas habilidades dos indivíduos para estabelecer e ampliar as suas redes de contactos e obter vantagens disso e não nas relações propriamente ditas, entendidas como recursos a ser utilizados e que beneficiarão também o grupo, na medida em que cumpram certas caraterísticas. A ênfase nos papéis dos indivíduos em termos de caraterísticas e recursos pessoais pode conduzir a confusões entre capital social e capital humano (Côté, 2001 *apud* Fonseca, 2011:122).

Embora o capital humano possa servir como base a emergência do capital social, acreditamos que não é um elemento suficiente. Poder-se-ia dizer que as pessoas são o "motor" que põe em funcionamento o capital social, mas só na medida em que sejam capazes de gerar redes de interação e colaboração com outros. Daí que, o capital social individual pode ser visto como um recurso coletivo, pois parte das pessoas, mas só se materializa através das redes de relações que elas geram.

- **Nível societal**

Na sua versão de recursos coletivos, a nível societal, o conceito de capital social apareceu cada vez com maior frequência nos estudos sobre o desenvolvimento económico e a análise comparada dos capitalismos contemporâneos (Huencho, s.d. *apud* Fonseca, 2011:123).

No nível societal, o trabalho desenvolvido por Putnam (1996) *apud* Fonscea (2011:123) foi um dos mais importantes e marcou o início da realização de diferentes esforços para identificar e medir o nível de capital social em microambientes como regiões ou países.

Entre os trabalhos de referência, neste âmbito, encontram-se o de Hofstede (1980) *apud* Fonscea (2011:123) que procura relacionar medidas psicossociais de diferentes nações para conhecer o seu desenvolvimento económico e a persistência da estabilidade democrática, a partir da qual se extraíram algumas conclusões sobre capital social.

Na mesma linha, encontra-se o trabalho do sociólogo Ronald Inglehart (1997) *apud* Fonscea (2011:123), que estuda como é que as mudanças nas metas económicas e políticas, valores familiares, entre outras, afetam o desenvolvimento económico e a estabilidade das instituições democráticas, aspetos relacionados com o capital social.

Em 1997, Stephen Knack e Philip Keefer realizaram uma investigação que integrava 29 países, usando como base os indicadores de confiança e normas cívicas contidas no *The World Values Surveys*, enquanto redes sociais e associação sem fins lucrativos sedeada em Estocolmo, Suécia (Huencho, s.d.). Por seu turno Putnam (2001) *apud* Fonscea (2011:123), através de várias cidades norte-americanas, evidencia a deterioração que desde os anos de 60 existe nos níveis de participação em diferentes instituições cívicas, nos níveis de confiança e nas atividades de caridade desse país.

Na linha de pensamento de Newton (1999) *apud* Huencho (s.d: 63) considera que "o capital social pode ser visto como um fenómeno subjetivo, composto de valores e atitudes que influenciam a forma como as pessoas se relacionam entre si", incluindo assim a confiança, normas de reciprocidade, atitudes e outros valores que ajudam as pessoas a superar asrelações conflituosas e competitivas para as transformarem em relações de cooperação e ajuda mútua.

Collier (1998) *apud* Fonseca (2011:125) identifica o capital social com certas formas de interação social que tornam possível a operacionalização de mecanismos como a confiança e as normas, produzindo externalidades. Huenchos (s.d.:64) define-o como o "vasto conjunto de ideias, instituições e regras sociais, através das quais as pessoas encontram a sua voz e mobilizam as suas energias particulares para causas públicas". E, noutros âmbitos alguns autores identificaram o capital social com a confiança, como Fukuyama (1999: 233) para quem o capital social "são as normas e valores que promovem a cooperação social".

Woolcock (2001:15) considera que *social capital refers to the norms and networks that facilitate collective action*.

O estudo do capital social a nível societal também foi alvo de uma série de críticas relacionadas com o seu pouco dinamismo e com escassa atenção que presta ao aspeto do contexto que influenciam a sua formação e desenvolvimento. Ainda, uma das posturas prende-se com de facto de que ao identificar o capital social como atributo das nações se está a negar a heterogeneidade do conceito (Edwards e Foley, 1998; Portela & Neira, 2003 *apud* Fonseca, 2011:126).

É de referir que assumir simplesmente que se pode agregar o capital social para produzir medidas a partir dos recursos que possui uma sociedade pode resultar erróneo (Edwards e Foley, 1998 *apud* Fonseca, 2011:126). Assim, o acesso que as pessoas têm face as várias formas de capital social, estas influenciadas por desigualdade de origem geográfica, assim como por outras caraterísticas como a raça, classe social, sexo, entre outras.

O contexto socioeconómico e político apresentam um papel igualmente importante ao considerar e determinar o valor que uma forma específica de capital (financeiro, cultural ou humano) pode ter num determinado contexto (Edwards e Foley, 1998 *apud* Fonseca, 2011:126). Ainda, outras críticas indicam que, ao comparar o capital social com confiança ou com cultura cívica, corre-se o risco de subavaliar a sua precisão analítica e o valor agregado que pode oferecer para o estudo das dinâmicas sociais.

Na maioria destes estudos, não se levou em conta o contexto em que se insere esta sociedade e que tem incidência nas caraterísticas que apresenta, pelo que, a visão " determinista", de muitos destes estudos, deu lugar a diversas críticas. Assim, uma das dificuldades unidas a este nível é a falta de método de medição mais ajustado, daí que o desafio se prenda com desenho de novas metodologias adequadas a amostras de grande magnitude.

- **Nível comunitário**

Tanto Bourdieu como Coleman fazem extensa referência ao capital social como atributo de grupos sociais, coletividades e comunidade. E, Bourdieu (1980: 52-53) realça " a necessidade de se realizar investimentos orientados para a institucionalização das relações grupais".

Coleman (1987: 598) considera que o capital não é uma " propriedade privada, divisível ou alienável; mas é um atributo da estrutura na qual a pessoa se encontra imersa. O capital social beneficia a todos, não primariamente as pessoas".

Estudos posteriores também entenderam e definiram o capital social a partir do nível comunitário especialmente os do Banco Mundial. Narayan (1997) *apud* Huencho (s.d.:67), a partir de um trabalho realizado com comunidades na Tanzania, define o capital social como " as regras, normas, obrigações, reciprocidade e confiança que se encontram nas relações sociais estruturas sociais e acordos institucionais, os quais permitem aos seus membros alcançar os seus objetivos individuais e comunitários". E, posteriormente, entende-o como *norms and social relations embedded in the socal structures of society that enable people to co-ordinateaction and to achieve desired goals.*

Huencho (s.d.:67) definiu capital social como o " nível de confiança existente num grupo, que podem estender-se ao resto da sociedade", realçando que o capital social se refere a normas e valores cujo cumprimento é vigiado e sancionado pelos membros de um grupo e não por terceiros. E, uma definição muito referenciada é a referida por autor *op. cit* (s.d.:67) que considera que,

> ***social capital is the shared knowledge, understanding, norms, rules, ans expectations about pattens of interactions that groups of individuals bring to recurrent activity…and when they face social dilemmas or collective-action situations…participants must find ways of creating mutually reinforcing expectations and trust to overcome the perverse short-run temptations the face.***

Como assinalado anteriormente, o capital social, entendido como atributo de comunidades, captou a atenção de diversas instituições relacionadas com o desenvolvimento e a luta contra a pobreza.

O Programa nas Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) define-o como aspetos da organização social, incluindo redes, normas e confiança social que facilitam a coordenação e cooperação para benefício mútuo. Ainda, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (2001) *apud* Fonseca (2011:129) define-o como redes e normas, valores e opiniões compartilhadas que facilitam a cooperação dentro e entre os grupos.

A Comissão Económica para a América Latina e Caribe (CEPAL) desenvolveu algumas investigações sobre o capital social, especialmente no âmbito comunitário rural.

Huencho (s.d.:68) considerara-o como "um ativo de cooperação, de confiança e reciprocidade, que reside nas relações sociais e facilita o acesso a recursos escassos através de redes pessoais e empreendimento coletivo". E, Durston (2000) *apud* Fonseca (2011:130) definiu-o como o conteúdo de certas relações sociais, que combinam atitudes de confiança com condutas de reciprocidade e cooperação, e proporcionam maiores benefícios aqueles que o possuem em comparação com aquilo a que se poderia chegar sem este ativo.

A partir de uma perspetiva dinâmica, Huencho (s.d.:68) definiu o capital social de um grupo como *la capacidad efectiva de movilizar productivamente, y en beneficio del conjunto, los recursos associativos que radican en las diferentes redes sociales a las que tienen acesso los membros del grupo en cuestion*.

De entre as definições de capital social comunitário, existem caraterísticas institucionais e funções do capital social claramente identificáveis, das quais se destacam (Durston, 2000 *apud* Fonseca (2011:130): i) o controlo social através da imposição de normas compartilhadas pelo grupo e o sancionamento dos seus membros; a criação de relações de confiança entre os membros de um grupo ii); a cooperação coordenada das tarefas que excedam as capacidades de uma rede iii); a resolução de conflitos por líderes ou uma judicatura institucionalizada iv); a mobilização e gestão de recursos comunitários v); a legitimação de líderes e executivos com funções de gestão e administração vi) e; a criação de âmbitos e estruturas de trabalho em equipa.

Para Inkeless (2000) *apud* Fonseca (2011:131), entre os elementos que podem descobrir-se no capital social comunitário, encontram-se os seguintes:

- **Instituições sociais (família, clã, tribo):** geralmente entende-se como capital institucional. E, são essenciais para a reprodução dos membros de uma sociedade e para a sua manutenção;
- **Padrões culturais:** entendidos como sistemas de ideias dominantes expressas através da religião, da ciência, da filosofia e da cosmologia junto com normas culturais, tais como as que governam as relações. E, estes aspetos jogam um papel fundamental no êxito que pode alcançar uma comunidade e outros âmbitos;
- **Modos de comunicação e associação entre indivíduos e entidades coletivas**: onde se incluem as relações dentro de uma organização, as relações entre organizações e também através de diferentes cenários;

- **Caraterísticas psicossociais:** entre os quais se encontram a confiança, reciprocidade, a colaboração, entre outros elementos.

Com base nessa análise, pode-se afirmar que o capital social comunitário se traduz nas normas e estruturas que formam as instituições de cooperação grupal (Durston, 2000 *apud* Fonseca, 2011:131), e reside nos sistemas complexos, nas suas estruturas normativas, de gestão e sancionatórias.

Os mecanismos, pelos quais se produz capital social comunitário, abarcam tanto as expetativas dos indivíduos de reciprocidade como as sanções comunitárias das normas.

Da institucionalização do capital social comunitário podem emergir pelo menos quatro processos diferentes (Durston, 2000 *apud* Fonseca, 2011:131), a saber: i) a coevolução de estratégias das pessoas; ii) as decisões racionais e conscientes dos indivíduos que compõem uma comunidade; iii) a socialização das normas relevantes de uma cultura na infância; iv) uma agência externa que aplica uma metodologia de desenvolvimento de capacidade de gestão comunitária.

O capital social comunitário pode ser criado, reforçado ou desenvolvido intencionalmente por agentes externos (nos sítios onde falte ou onde tenha sido destruído), com recurso à um amplo repertório de metodologias de capacitação na participação, *empowerment* ou outros (Durston, 2000 *apud* Fonseca, 2011:132). Assim, ampliam-se as possibilidades de análise do capital social, uma vez que o seu desenvolvimento e fortalecimento, não só dependem das comunidades objeto de estudo, mas precisam de ser consideradas as capacidades que estas venham a gerar a partir das relações com outros atores, nomeadamente individuais ou institucionais, os que podem influenciar, positiva ou negativamente, nas suas dinâmicas de desenvolvimento.

Para que o capital social produza benefícios estáveis para uma comunidade, não basta só obter fortes laços internos, mas também é preciso investir na sua capacidade para gerar laços com outras comunidades, bem como outras instituições, organizações e indivíduos, que lhes permitam compartilhar e gerar intercâmbios de informação e conhecimento. E, como o objeto deste estudo são os membros das comunidades piscatórias da ilha de Santiago, em Cabo Verde, está-se ao nível comunitário de análise de capital social.

3.2.6. Capital social e redes sociais

Para este trabalho é necessário que se tenha em consideração a relação entre o capital social e as redes sociais.

Para Coleman (1988) *apud* Fonseca (2011:116) defende o capital social como aquele que é proveniente das relações entre as pessoas, logo esta noção, de que o capital é gerado nas relações, torna este conceito indissociável do conceito de rede social.

Lin (1999) *apud* Fonseca (2011:116) é um dos autores que se insere nesta perspetiva quando analisa a teoria do capital social, tendo por base a sua formação na teoria das redes. O autor refere-se ao capital social como "investimento nas relações sociais com proveitos esperados no mercado" e defende que "os indivíduos se envolvem em interações e redes de modo a produzir lucros" (Lin, 2001a: 19). Assim, uma teoria do capital social deve, segundo autor analisar quando é que os recursos disponíveis nas redes sociais são percebidos pelos indivíduos como investimentos, tendo em conta que, sendo capital social fabricado nestas redes, a sua construção não é linear, tem constrangimentos e oportunidades que dependem largamente das escolhas dos indivíduos num dado período de tempo.

Em decorrência do exposto é de dizer que, para autor *op. cit* (2001a: 19), "o capital é visto como um bem social em virtude das conexões dos autores e do acesso aos recursos da rede ou grupo de que eles fazem parte". O autor apresenta na sua obra sobre *social capital* intitulada *a theory of social structureandaction,* quatro fatores, segundo os quais o comportamento individual é condicionado através dos recursos disponíveis na rede social, nomeadamente:

- **Fluxo de comunicação**

O fluxo de comunicação será facilitado por aqueles laços colocados em posições táticas em determinada rede que permitem o fornecimento de informação privilegiada sobre uma escolha a efetuar em cada momento.

- **Laços de amizade entre os membros da comunidade**

Os laços de amizade entre os membros de uma dada comunidade são potenciais influenciadores dos agentes de tomadas de decisões.

- **Credenciais proporcionados por laços de amizade**

As credenciais que laços de amizades entre os membros de uma dada comunidade proporcionam, funcionam como garante de acesso individual a recursos disponíveis através da rede e que, de outra forma se tornariam possivelmente inatingíveis.

- **Papel das relações sociais no reconhecimento e na formação da identidade dos indivíduos**

As relações sociais têm o papel de reconhecimento e de formação da identidade dos indivíduos, enquanto membros de uma sociedade e da própria sociedade em si, ou seja, o reconhecimento público e o suporte emocional provêm do facto de se pertencer ou não aquele grupo/rede. Para Lin (2001a) *apud* Fonseca (2011:117), esses agentes constituintes do capital social podem ser resumidos em informação, influência na decisão, credenciais e reforço.

O desenvolvimento local e comunitário depende, em certa medida, do reforço do stock de capital social, e este deve traduzir-se na formação de rede sociais coesas, eficazes e eficientes.

3.2.7. Produção de capital social

Não é fácil dar respostas as seguintes questões: como produzir o capital social a nível local e comunitário? E, onde existe capital social, reproduz-se por si só? As respostas a estas questões, importantes e complexas, exigem, uma investigação aprofundada, e não é o objeto desta tese.

É de referir que o capital social pode ser produzido, entre outros, em quatro centros fundamentais a saber: a família; a escola; o meio profissional; a comunidade local/ global. Nestes centros, há condições para se desenvolver o capital social, uma vez que estes meios propiciem, aos indivíduos, experiências positivas que, se forem aproveitadas e trabalhadas, possam alimentar o otimismo, a tolerância, a confiança, a solidariedade, a entreajuda, a reciprocidade, o voluntariado e a cooperação.

3.2.7.1.Produção de capital social na família

Para o estudo desta natureza é imprescindível analisar a produção do capital social na família, enquanto um dos centros fundamentais para esse efeito. É no contexto familiar que se alicerçam atitudes de aceitação da diferença e de tolerância, ou pelo contrário se transmitem os primeiros sentimentos de discriminação e intolerância (Correia, 2007:111). Ainda, nessa linha

de pensamento, para Maria Caballo Villar (2007:36), a família enquanto grupo primário ou unidade social básica sobre a qual assenta a estrutura da sociedade, é o meio da socialização primária do indivíduo, e que transmite através das relações diretas da criança, subjetivas e afetivas, as normas, os valores e a conceção do mundo próprios da sociedade na qual vive

É de acrescentar que os indivíduos que aprendem a cooperar na família, têm a tendência a procurar soluções para os problemas coletivos da comunicação através da cooperação, e os que crescem em famílias solidárias, têm propensão a ser solidários com os outros, com a comunidade local e com a comunidade global (Correia, 2007:111). Ainda, de acordo com essa autora, se a confiança se transmite de pais para filhos, e se a confiança pessoal pode transformar-se em confiança generalizada, as famílias tem de ser contextos propícios a criação de confiança para que, a confiança generalizada floresça, no seio familiar e nas comunidades locais e globais. Nesta perspetiva, a família é uma base essencial para o desenvolvimento do sistema formativo integrado que pretende incidir nas possibilidades educativas do território (Caballo Villar, 2007:36).

Com base no exposto, para Erikson (1976: 96) *apud* Correia (2007:111) é na família que se forma a atitude genérica dos indivíduos relativamente ao mundo e a si próprios - de confiança ou desconfiança básica -, através das experiências que lhe são proporcionadas no primeiro ano de vida.

Tendo em consideração os argumentos de Correia acima apresentados, é de realçar que em fases mais avançadas do desenvolvimento de indivíduos, experiências de relacionamento horizontal na família, poderão fomentar sentimentos de confiança e predisposição para a cooperação (Carmo, 1999:86).Ainda, para esta autora, as alterações operadas a nível do sistema familiar, concretamente na sua dinâmica interna, evidenciam a tendência para a‘ democratização das relações intergeracionais’ o que poderá contribuir para o desenvolvimento do capital social no seio da família.

Em decorrência das teses defendidas por esses autores, é de frisar que a atitude genérica dos indivíduos adquirida no primeiro ano de vida, refletir-se-á no comportamento futuro dos indivíduos e, nas fases mais avançadas do desenvolvimento dos indivíduos, experiências de relacionamento horizontal na família, poderão fomentar sentimentos de confiança e predisposição para a cooperação (Correia, 2007:111).

Para autora *op cit* (2007:111), a confiança e o otimismo que os pais transmitem aos filhos, em resultado das expetativas otimistas ou pessimistas de confiança influenciam os comportamentos futuros dos indivíduos, pelo que é necessário que se cultive o otimismo na família.

Tendo em consideração os fundamentos apresentados por esses autores sobre a produção do capital social no seio da família, fica evidente que as atitudes cívicas iniciam-se na família, mediante o exercício da cidadania interna aplicada à esfera privada. Assim, é imprescindível reconhecer o papel da família enquanto espaço fundamental na formação, especialmente das crianças, dos adolescentes e dos jovens.

3.2.7.2.Produção de capital social na escola

Vários são os autores que consideram a escola como sendo centro privilegiado para a mudança de mentalidades, de estruturas das sociedades e de produção de capital social. Assim, o Estado tem, através do sistema escolar, um papel privilegiado na definição do comportamento dos indivíduos e grupos, e um dos maiores poderes do Estado é produzir e impor, especialmente através de sistema escolar, categorias de pensamento que as pessoas, espontâneamente aplicam, a todas as coisas do mundo social, incluindo o Estado (Bourdieu, 2001:35 *apud* Correia, 2007-112).

É de frisar que através da escola se constrói uma linguagem e um conjunto de valores mais ou menos comuns que permitem a comunicação entre os cidadãos (Correia, 2007:112). Ainda, a educação aumenta as redes dos indivíduos pelos contactos que se estabelecem num espaço que apelida de parcialmente público e privado.

Para reforçar os argumentos de Bourdieu sobre a produção de capital social na escola Vallaeys (s.d.:22), defende que a melhor formação ética que se pode oferecer ao aluno enquanto cidadão é a de permitir-lhe ser, no seio da sua instituição escolar, um cidadão autónomo, responsável com os seus pares na elaboração, aplicação e controlo das regras coletivas de vida, depois de um debate argumentativo sobre as regras que pretendem instituir, entre si, para o proveito comum.

É de destacar que a escola ao proporcionar, aos alunos, experiencias positivas, permite ancorar sentimentos favoráveis à promoção de capital social, funcionando como um verdadeiro laboratório social.

Não é suficiente, apenas o aumento dos níveis de escolaridade para que se criem comunidades cívicas ou uma comunidade cívica global, é necessária a sintonia entre as práticas escolares/ académicas e organizacionais e os conhecimentos/teorias transmitidas, tendo em vista a ‘‘formação moral integral do estudante (Correia, 2007:114). Ainda, para este autor, as aprendizagens assimiladas, na escola, enquanto laboratório social, necessitam de ser reforçadas por contextos favoráveis que recompensem a virtude cívica e constituam exemplos de práticas a seguir.

A escola é um centro que pode ser utilizado para a produção do capital social, visto que "…as pesquisas demonstram poderosamente quão importantes são as instituições educacionais como locais onde os estudantes conhecem pessoas de diferentes origens e aprendem a compreender outros valores e perspetivas" (Schuller, 2002: 5).

Com base no exposto acima, é necessário que se invista na escola enquanto instituição de educação para valores e virtudes cívicas, com realce para a confiança, a sociabilidade, a reciprocidade, a entreajuda, a solidariedade, o voluntariado, a cooperação, o volutariado e a participação em projetos de desenvolvimento comunitário.

3.2.7.2.1. O papel da educação

A educação é imprescindível para a produção e o reforço das variáveis que compõem o capital social comunitário. Ainda, tem o papel fundamental na socialização dos indivíduos e afeta positivamente as normas das comunidades (Correia, 2007:112). Ainda, segundo López Martíin (2000:105-116) *apud* José António Caride (2005:260), *la cultura del bienestar es impensable sin la participación de la educación social, debiendo ésta ayudar a superar el enfoque asistencialista y benéficio de algunas políticas sociales, para caminar hacia outros parámetros cercanos al bienestar como modelo de acción global.*

Para além das posições dos autores acima apresentados, a respeito do papel da educação, Lorenzo Moledo e Santos Rego (2009:54), defendem que *a educación para a cidadanía debe afirmarse sen complexos nin voltas retóricas, como vieiro da democracia inclusiva e como vanguarda na escrupolosa defensa dos direitos humanos, que están na base dunha vida digna, e da consideración das persoas como partícipes dunha comunidade libre, e na que son algo distinto de simples clientes ou consumidores* (…).

A educação tem influência sobre capital social sob duas vertentes: uma vertente genérica, relacionada com a correlação que a generalidade dos estudos aponta entre os níveis de educação e o envolvimento cívico; e uma vertente específica, resultante de uma educação direcionada para a promoção de determinados valores e virtudes que favoreçam a criação de capital social (Correia, 2007:112).

De acordo com o argumento da autora *op. cit* (2007:112), o aumento de conhecimentos capacita os indivíduos com competências e confiança para utilizarem as redes sociais (Schuller, 2002:5). Ainda, na maioria dos estudos que incidem sobre as questões da cultura cívica, tem sido encontrado uma forte correlação entre nível de escolaridade e grau de envolvimento cívico, e as medidas que promovam o sucesso escolar podem contribuir para aumentar os stocks de capital social das comunidades, e o próprio contexto escolar, tal como o contexto familiar pode propiciar o desenvolvimento ou não de valores cívicos e de capital social (Correia, 2007:113).

Na linha de pensamento de Vallaeys (s/d) *apud* Correia (2007:113), a propósito do curso de ética, capital social e desenvolvimento (a que já se referiu), defende a criação de um contexto escolar apropriado à promoção de capital social. Ainda**,** para Vallaeys (s/d), é necessário desenvolver um diagnóstico moral e institucional das universidades e, sendo assim, aos restantes níveis de ensino, que produza mudanças institucionais no sentido da ética e do capital social. Esse diagnostico, segundo Correia (2007:113), dever-se-ia centrar sobre,

> **o modo de relacionamento dos professores com os alunos, já que o tipo de relações dominantes são: autoritárias ou democráticas, enquanto dicotomia artificial, associada às questões semânticas, e que se aplicam em função das circunstâncias e dos propósitos; e formais ou informais que contribuirão para enriquecer ou delapidar as reservas de capital social; o tipo de comunicação que prevalece, uma vez que a comunicação informal horizontal ou formal vertical, será mais ou menos favorável à construção de capital social; e o tipo de relacionamento com o saber que é fomentado, e deve-se verificar, em cada instituição de ensino se o conhecimento é transmitido como verdade inquestionável, ou como uma oportunidade para refletir e questionar?, tendo em consideração que a educação pelo diálogo, defendida por Paulo Freire, motiva cidadãos ativos, enquanto a ‘’educação bancária ‘’, das verdades inquestionáveis, promove cidadãos passivos.**

Deve-se implementar a educação cívica, onde se considera a escola, ou o município-escola, como "…uma cidade definida pela cidadania e pelo trabalho. E, propõe-se a "a escola enquanto cidade, laboratório, oficina, comunidade de trabalho (…).

Nessa Linha de pensamento de Correia (2007:113), para Lorenzo Modelo e Santos Rego (2009:55), *en sentido estrito, non se pode reducir o ámbito cívico ao ámbito escolar, e do que se trata é de conectar a educación ao desenvolvimento e fortalecemento da sociedade civil a través do coidado ético e moral das persoas e agrpupacións* (…)

Tendo em consideração os fundamentos acima apresentados, é necessário que se implemente efetivamente a educação cívica e para valores que contribuam para a produção e reforço das variáveis do capital social, para que a educação deixe de confundir-se com a instrução, ou a assimilação enciclopédica de conhecimentos.

3.2.7.2.2. A educação para valores e virtudes cívicos

A educação tem de ser a formação e firmeza crescente no saber-ser, no saber-estar, no saber-fazer e no saber-procurar, tendo sempre presente os valores cívicos. Entretanto, para António Vara Coomonte (1999:45), "o problema reside em se concordar no que é educação e qual deve ser a sua prática".

É através da educação que se transmite um conjunto de normas e valores comuns partilhados pelos cidadãos, enquanto meio privilegiado para a redefinição das normas e valores de uma comunidade, promovendo a cooperação e a participação cívica (Correia, 2007:114).

Na linha de pensamento de Correia, ao se considerar que objetivo é produzir capital social, devem ser transmitidos, através da educação, hábitos, competências e valores que favoreçam a confiança generalizada, a reciprocidade, a solidariedade, a tolerância, o compromisso cívico e a igualdade social e política (*op. cit*, 2007:115). Ainda, se o exercício consciente da cidadania consiste na prática das virtudes cívicas, a educação para a cidadania visará corrigir os comportamentos dos cidadãos (Magalhães, 2003:297).

É necessária uma educação cívica nas seguintes vertentes: educação cívica global, onde se desenvolva competências que facilitem a edificação de conceções do mundo e da vida, por parte dos indivíduos aprendentes, com destaque para aprendizagem da democracia, da solidariedade, da diversidade, da mudança, da família e género; e educação específica que prepara os indivíduos para o exercício de papéis particulares, como as artes, o ambiente, o consumo, a media e a saúde (Carmo, 1999:74).

Para que haja a formação e o reforço do stock de capital social comunitário, é preciso que seja implementada educação para valores e virtudes cívicas, tendo em consideração as varáveis que compõem o capital social, com destaque para: a sociabilidade, a confiança, a entreajuda, a solidariedade, a reciprocidade, o voluntariado e a cooperação, objetivos nem sempre fáceis para serem atingidos.

A educação cívica possui uma importância fundamental no contexto das sociedades democráticas, tendo como objetivo fundamental a criação das condições propícias à vivência dos valores da democracia (Maria Branco, 2007:17). Ainda, de acordo com essa autora, para que a democracia seja algo mais do que um conjunto de procedimentos de natureza formal, concretizando-se numa autêntica cultura cívica, é necessário nutri-la, de forma permanente, através da educação.

A implementação de metodologia de ensino aprendizagem, no Ensino Superior, por projetos e centrados nos alunos, já é uma realidade, estimulando assim o trabalho em grupo e a educação para valores e virtudes cívicos, tais como a sociabilidade a confiança, a solidariedade, a entreajuda e a cooperação. Entretanto, o mesmo, não se pode dizer em relação aos Ensinos Secundário e Primário.

3.2.7.3. Produção de capital social no meio profissional

O meio profissional, a semelhança da família e a da escola, é um dos centros de produção de capital social, e Putnam (2000) *apud* Correia (2007:125), há duas vertentes através das quais este se pode refletir na capital social dos indivíduos. Por um lado, a maior ou menor absorvência e a maior ou menor flexibilidade das atividades profissionais, reduz ou aumenta a disponibilidade dos indivíduos para o envolvimento cívico e por outro as próprias empresas, têm comportamentos mais ou menos consonantes com os valores cívicos e morais.

É de referir que, apesar de existirem algumas evidências de benefícios mútuos, para o empregado e o empregador, de práticas orientadas para a família e a comunidade, na generalidade os "…benefícios das práticas de emprego que encorajam a formação de capital social - famílias mais fortes, escolas mais efetivas, vizinhanças mais seguras, vida pública mais vibrante - revertem para fora da empresa em si, enquanto todos os custos lhes são imputados, o que incentiva o desinvestimento, por parte das empresas, no envolvimento cívico dos seus empregados" (Putnam, 2000:406).

O reforço da cooperação intra e interempresas, em vez de competição, mantendo como objetivo a eficácia e a eficiência das mesmas, é outra forma de promoção de capital social (Correia, 2007:126). Ainda, é importante, para o reforço do capital social, o trabalho em equipa, bem como a promoção de relações horizontais na empresa.

Com base no exposto e tendo em consideração a natureza deste estudo, o reforço da cooperação intra e interempresas ou grupos profissionais, bem como a promoção de espaços para debates ou grupos de atividades cívicas nível comunitário, com a participação ativa e efetiva de todas as classes profissionais.

As organizações são formas modernas de trabalho com objetivos, missões, visões e estratégias bem definidos, baseadas em processos participativos e outros valores que contribuam para o reforço do stock de capital social dos seus profissionais, e que podem ser vistos, pelos mesmos, de modo benéfico, quando apresentam fatores que lhes proporcionam satisfação, salário adequado, possibilidade de promoção, posto de trabalho adequado, saúde, segurança no trabalho e, consequente qualidade de vida no trabalho.

3.2.7.4. Promoção de capital social na comunidade local e global

3.2.7.4.1.Promoção da igualdade

A promoção da igualdade é primordial para o reforço do capital social na comunidade local e global e, a esse respeito, Putnam é criticado por ter ignorado o problema da desigualdade como elemento de erosão do capital social. A igualdade é um dos pressupostos para o desenvolvimento da confiança, central ao conceito de capital social (Correia, 2007:126). Ainda, para este autor, a desigualdade social e política dos indivíduos bloqueia a sua cooperação, sendo essencial para a produção de capital social, a promoção da igualdade entre os indivíduos.

Apesar de Putnam não explorar a importância da igualdade para a produção de capital social, refere-se que "… os esforços para aumentar o capital social deveriam ser acompanhados de esforços para aumentar a igualdade" (Putnam, 2000:360), ainda que não a considere como uma questão central

A capacidade cooperativa da comunidade é uma função do grau de desigualdade social e política que a comunidade experimentou no curso do seu desenvolvimento histórico (Boix e Posner, 1998 *apud* Correia, 2007:126).

O desenvolvimento de direitos sociais é a principal via para a diminuição das desigualdades que afetam os níveis de capital social das comunidades, sendo o primeiro passo, a instituição de um rendimento mínimo que assegure as necessidades básicas dos indivíduos permitindo-lhes o exercício da cidadania (Correia, 2007:127). Ainda, para esta autora a educação, a saúde e a segurança social, constituem direitos sociais fundamentais para a promoção da igualdade e, sendo assim, para o desenvolvimento e comunidades cívicas, visto que são os direitos sociais que garantem aos cidadãos condições materiais mínimas para o exercício da cidadania.

É de referir que há, segundo Carmo (2001b:86), 3 (três) estratégias que têm demonstrado resultados na promoção de direitos sociais, a saber: o reconhecimento dos grupos discriminados como parceiros estratégicos para a mudança; o fomento do associativismo; e o fortalecimento do setor de economia social, também conhecido por terceiro setor". A promoção da igualdade requer a separação dos direitos sociais dos constrangimentos do mercado, tendo em vista a sua universalização.

Com base nos fundamentos dos autores acima apresentados, a promoção da igualdade, para além de ser um imperativo moral, é uma condição essencial para o reforço da cooperação e da confiança generalizada e, portanto, de capital social.

3.2.7.4.2.Descentralização e participação cívica

A descentralização e a participação cívica, a semelhança da promoção da igualdade e do papel dos movimentos cívicos, são indispensável para o reforço do capital social na comunidade local e global.

A participação política, sendo uma obrigação dos cidadãos, traduz "…o envolvimento ativo dos indivíduos e grupos com os processos governamentais que afetam as suas vidas. Isto inclui tanto o envolvimento no processo de decisão como em atos de oposição.», Sendo a expressão da cidadania através da participação" (Correia, 2007:128). Ainda, para esses autores, o envolvimento ativo inclui a `participação política convencional` votar, candidatar-se a um cargo político, fazer campanha por um partido político, ou contribuir para a gestão de uma cooperação de habilitação -, e a `participação política não convencional´, como são só casos da assinatura uma petição, da participação em manifestações e da recusa em pagar impostos.

É de referir que é através da participação, os cidadãos desenvolvem competências políticas, promovem a qualidade das decisões tomadas e facilitam a gestão de interesses diferentes (*op. cit*, 2007:128). Ainda, "a participação é mais do que um método para governar, e serve o propósito mais vasto de cimentar a união da sociedade civil e educar os cidadãos na arte da governação" (*idem*, 2007:128). Ainda, para esses autores, a participação, fomenta entre os cidadãos, um sentido de empatia relativamente àquelas que têm interesses diferentes, aumentando a cultura política partilhada. Os conflitos entre grupos sociais seriam resolvidos abertamente, em vez de serem resolvidos através de elites secretas representando apenas os grupos mais poderosos da sociedade civil.

As tecnologias de informação, nomeadamente a Internet, podem funcionar como meio de desenvolvimento de conexões e estruturas sociais de cooperação a nível regional, nacional e global, bem como um novo veículo de divulgação de informação, de conduta pública e, eventualmente, de organização das vizinhanças para a resolução de problemas (*ibid*, 2007:128). Ainda, de acordo com este autor, as associações, não só medeiam as relações da sociedade civil com o Estado, como podem, em alguns casos, substituir-se, a este, no exercício de determinadas funções.

A aproximação dos centros de decisão dos cidadãos aumenta as oportunidades de participação dos indivíduos, e a descentralização ao contribuir para uma melhor compreensão dos problemas que afetam a comunidade propicia o envolvimento cívico dos cidadãos (*ibid*, 2007:129).

A descentralização passa pelo fortalecimento do Governo Local, mas também pela atribuição de funções normalmente na esfera do Estado, a organizações da sociedade civil, bem como pela utilização mais frequente de referendos e pelo favorecimento de "iniciativas politicas lideradas por cidadão"(*ibid*, 2007:129).

Nessa linha de pensamento, Putnam (2000:413) *apud* Correia (2007:129) considera que, a respeito da descentralização, se deveria ter em conta as desigualdades regionais, ou seja, a autoridade governamental deveria ser descentralizada tão longe quanto possível, para trazer as decisões para jurisdições locais, mais pequenas, reconhecendo e compensando o potencial efeito negativo dessa descentralização na igualdade e redistribuição, e , propõem-se a transferência de autoridade governamental para baixo, proporcional à transferência de recursos das comunidades que os têm para as que os não têm.

É de realçar que há necessidade de, para além de medidas que promovam o capital social, proteger o que existe, e sugerir a criação de uma 'declaração de impacto no capital social', à imagem da 'declaração de impacto ambiental', tendo em vista chamar a atenção para o problema de erosão do capital social.

A instituições nacionais e locais podem desempenhar papéis complementares no desenvolvimento de capital social e contribuir para a transformação das principais instituições cívicas em instituições mais atrativas à participação dos indivíduos, a par das medidas que possam ajudar a aumentar as oportunidades de participação dos indivíduos nas decisões socioeconómicas, ambientais e políticas e, sendo assim, o envolvimento cívico, enquanto condições o favoráveis ao desenvolvimento do círculo virtuoso da cidadania.

3.2.7.4.3. Papel dos movimentos sociais

O papel dos movimentos sociais é, a par da promoção da igualdade social, da descentralização e da participação cívica, importante para o aumento do stock de capital social na comunidade local e global.

As Organizações da Sociedade Civil (OSC) podem desempenhar um papel importante na promoção da cultura cívica e do capital social, mediando as relações entre os indivíduos e o Estado, criando redes de relacionamento, oferecendo experiencias de prática democrática ou mesmo substituindo o Estado (Correia, 2007:130). Ainda, para este autora, a promoção da cultura cívica têm vindo a ganhar relevo nos movimentos sociais, como formas alternativas de expressão da sociedade civil, os quais ganharam destaque nas manifestações antiglobalização.

Na linha de pensamento da autora *op. cit.* (2007:130), para Caballo Villar (2007:36), as associações e coletivos de cidadãos que organizam a vida local podem possibilitar diferentes formas de conexão com a comunidade e, sendo assim, o processo de desenvolvimento.

Esses movimentos têm estruturas organizativas ténues que se mobilizam para manifestações em torno de um assunto concreto, e se desmobilizam de seguida, pelo que, alguns autores nomeadamente Putnam consideram que não contribuem para a promoção de capital social (Correia, 2007:130).

É de frisar que segundo Ezequiel Ander-Egg (2000:98), *los cambios producidos en el enfoque del desarrollo de la comunidad, estan estrechamente ligados a la creciente importancia de lo local, y en esta nueva perspectiva de la acción comunitaria irrumpen nuevos actores sociales – las ONG y los movimientos sociales –, y adquiere mayor relevancia la acción municipal.*

O voluntariado é, para Caballo Villar (2007:38), um factor com um peso específico crescente na implicação da sociedade, nos projetos de desenvolvimento, visto que constitui uma via concreta que se repercute no consenso e na co-responsabilidade das pessoas e das instituições que se vinculam às políticas sociais.

Os movimentos sociais conduzem, a semelhança das outras organizações mais estruturadas da sociedade civil, contribuem para a produção de capital social nas sociedades, pelo que devem ser incorporados na análise da sociedade civil e do capital social. Assim, esses movimentos ao chamarem a atenção para determinados assuntos, exercem alguma forma de pressão sobre a agenda política, servindo, também, para alertar a opinião pública para questões desvalorizadas pelo poder político.

3.2.8. Educação e capital social para o desenvolvimento sustentável local e comunitário

Aristóteles disse em Ética a Nicômaco (Ética Nicomáquea, 1998, Livro I, I:131-2 *apud* António Vara Coomonte (1999:44) "que o fim da medicina é a saúde; o da construção naval, o navio; o da estratégia, a vitória; e o da economia, a riqueza. Entretanto, não disse de forma explícita qual é o fim da educação, embora, não possa ficar de forma mais clara que o fim da escola é instruir e formar os indivíduos visando o bem supremo da cidade e do povo".

A educação para valores e virtudes cívicos são indispensáveis para a produção e o reforço das variáveis que compõem o capital social, e este pode contribuir para o desenvolvimento sustentável local e comunitário.

É de referir que um dos contributos sobre a forma como a educação pode concorrer para a promoção de capital social provem de Vallaeys e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que impulsionou uma "Iniciativa Interamericana de Capital Social, Ética e Desenvolvimento" (Vallaeys, s.d.:1).

É imprescindível a conceção de um curso sobre ética, capital social e desenvolvimento, com o objetivo de ultrapassar a atual lacuna da formação ética nas universidades, transmitindo novos valores e contrariando a separação entre ética e técnica, uma vez que Vallaeys considera que é necessário "…demonstrar aos estudantes que o ético é eficaz, e que as estratégias imorais terminam sempre sendo muito ineficientes e danosas" (*op. cit*, s.d.:1). Assim, para este autor, o conteúdo teórico de um curso de ética, capital social e desenvolvimento, deve integrar o seguinte: ligação da razão científica à razão moral, exame das possibilidades e dos limites da racionalidade moral universal, mudança de paradigma da economia, através do enfoque na " economia ecológica", em detrimento da economia clássica, mudança de paradigma de desenvolvimento, assumindo a liberdade como um fim e meio do desenvolvimento.

Morin e Vallaeys defendem a necessidade de romper com o conhecimento assente numa 'lógica de simplificação' e de "partição especializada da realidade", tendo em consideração uma 'cultura humanista' (*idem*, s.d.:7). Ainda, Vallaeys defende a promoção de "…um conhecimento multi e interdisciplinar capaz de integrar uma reflexão global, complexa e responsável os dados informativos parciais e as ações locais".

Vallaeys sugere uma vertente prática para o curso de ética, capital social e desenvolvimento, tendo consideração a compreensão da complexidade e da multi, trans e interdisciplinaridade dos problemas de desenvolvimento, o autocritica relativamente a preconceitos e enfoques técnicos limitados, a argumentação dialógica e a compreensão do outro (*ibid*, s.d.:33-40).

Face aos desafios, a educação surge como um triunfo indispensável à humanidade, na construção dos ideais, da paz, da liberdade, do desenvolvimento contínuo das pessoas e das sociedades e, sendo assim, da justiça social (Jacques Delors, 1996:11). Ainda, segundo este autor (2005), para se obter bons resultados, a educação deve responder a necessidades específicas, ensinar habilidades e preparar os indivíduos para desempenharem um papel na economia.

É de realçar que, segundo Vara Coomonte (1999:44), o bem supremo da cidade e do povo que Aristóteles especifica, se concretiza em conseguir a felicidade dos cidadãos mediante a obediência racional e livre, contrária a submissão dos indivíduos ao Estado, que anularia a própria capacidade humana, bem como a condição de cidadão.

É de referir que, para López Martín (2000:105-116) *apud* José António Caride (2005:260-261),

> ***…requiere tomar en consideración que desarrollar el sentido mediacional de la educación social entre parámetros presentados como excluyentes y cuya complementariedad es vital para la conformación de la cultura del bienestar: lógica del mercado vs. ética de la solidaridad; cliente vs. ciudadano; interés individual vs. solidaridad colectiva; educador profe*sional vs. *voluntariado; sector público vs. sector privado; Estado vs. sociedade civil …***

O desenvolvimento de qualquer comunidade passa, necessariamente, pela educação, solidariedade e cooperação, ou seja, pelo capital social e, sendo assim, deve-se ter presente, como afirma Santos Rego e Lorenzo Moledo (2006:12-13) *apud* Varela (2008:64-65),

> **" as relacións de cooperación e solidariedade ténense manifestado sempre desde os níveis mais básicos de convivencia (relacións de amizade, de vecindade) ata níveis mais complexos, asentándose sobre a acción cívica e axuda mutua", e isso, passa-se pela educação que segundo Aristóteles e Piaget (1975), citado em Coomonte e outros (1999), "a primeira tarefa da educação é formar a razão, formar personalidades realmente lógicas e donas da sua razão. Mas a formação da lógica ou aprendizagem de autoformação é prova insuficiente e incompleta se não for acompanha de uma consequente formação da razão moral ou autogoverno ".**

O Gráfico 4 mostra a relação entre educação e desenvolvimento.

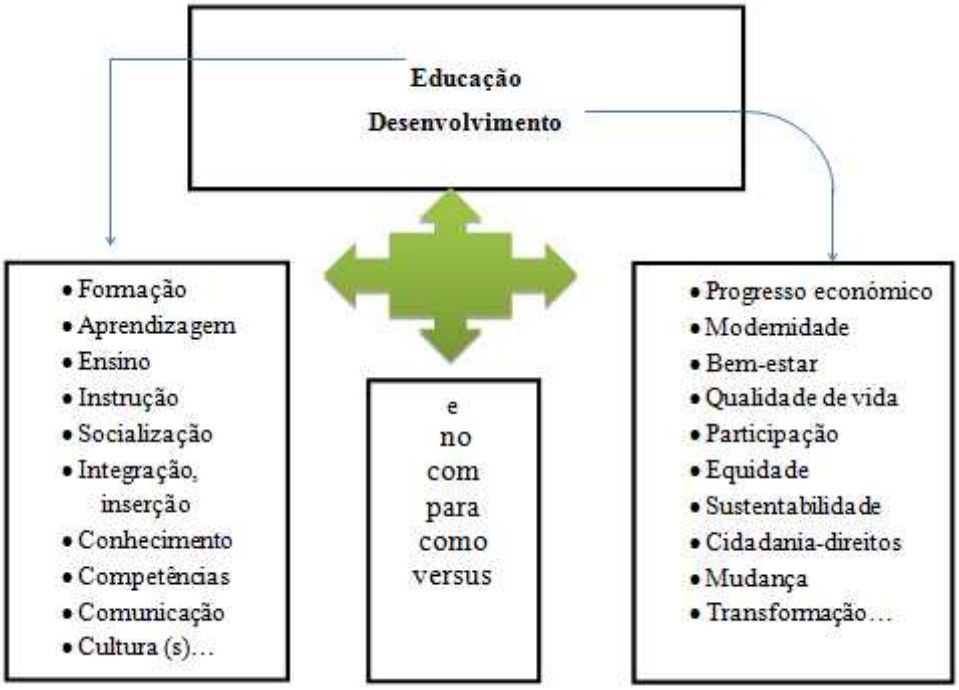


Gráfico 4: Relação educação-desenvolvimento

Fonte: José Antonio Caride (2006)

Segundo Caride (2005:11) *apud* Varela (2008:65) "*...nunca podamos ni debamos situarnos al margem de como y con qué intensidad se producen sus variadas interacciones (educatión y desarrollo, educación en el desarrollo, educación con desarrollo, educación para el desarrollo, educación como desarrollo, educación versus desarrollo".*

No Gráfico 5 estão apresentadas as tarefas para um bom desenvolvimento comunitário-local.

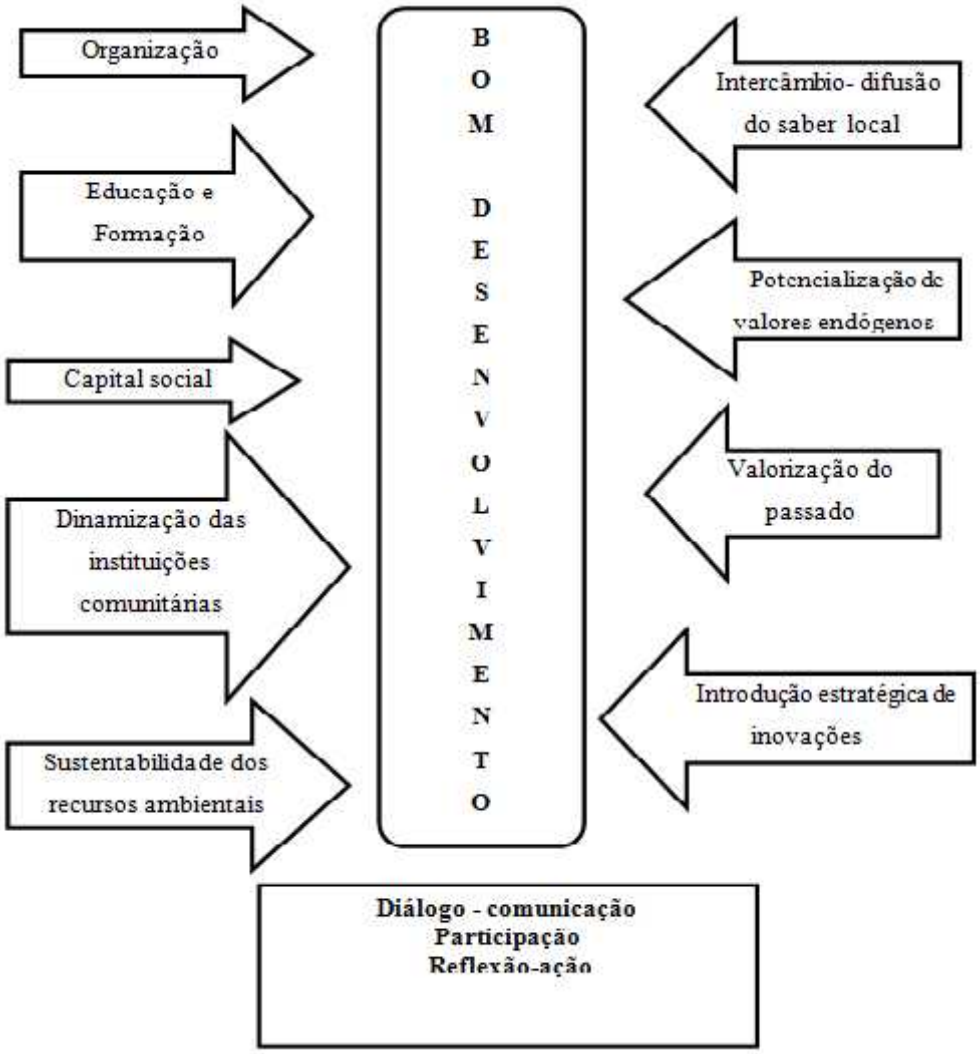


Gráfico 5: Tarefas para um bom desenvolvimento comunitário-local

Fonte: José Antonio Caride (2006)

Para que esse tipo de desenvolvimento se efetive é necessário, por um lado a organização, educação e formação, capital social, dinamização das instituições comunitárias, sustentabilidade dos recursos ambientais e, por outro, o intercâmbio e difusão do saber local, potencialização dos valores endógenos, valorização do passado e introdução de estratégias de inovação, tendo sempre o diálogo-comunicação e reflexão-ação entre os diferentes atores de desenvolvimento (Caride, 2006 *apud* Varela 2008:66).

Para ultrapassar a lacuna da formação é importante a implementação de ações de formação sobre ética, capital social e desenvolvimento local e comunitário.

Em Cabo Verde, no período colonial existia uma discriminação no acesso a educação. Nos meios rurais, o sistema religioso/missionário destinava-se a população mais pobre, e o sistema oficial/formal, que era predominante, nos meios urbanos era reservado às classes dos elites. Entretanto, na derradeira do período colonial, com a implementação da nova política, reforçou-se o investimento na educação, no apoio para a redução dos efeitos da seca e do êxodo rural, o que originou mudança estrutural e, consequentemente a procura, nos centros urbanos de melhor emprego, particularmente na administração pública, do melhor *status* social, em detrimento do trabalho no campo.

Com a independência de Cabo Verde, as políticas educativas implementadas tinham por objetivo aumentar o nível de escolarização dos cabo-verdianos. Ainda, registou-se a difusão do Ensino Básico Elementar (EBE), incluindo assim às áreas rurais e às populações mais pobres. Entretanto, não foi concretizada plenamente a igualdade de oportunidades no acesso à educação, sobretudo nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago, e nuna se realizavam ações de formação no setor das pescas.

Com a reforma no sistema educativo, em 1987, implementou-se um ciclo único de seis anos de escolaridade obrigatória, o que diminui, em certa medida, as desigualdades no acesso ao ensino, sobretudo nos níveis do Ensino Básico Complementar (EBC) e no Ensino Secundário (ES).No entanto, as pessoas das comunidades piscatórias da ilha de Santiago e das outras ilhas de Cabo Verde, tinham dificuldades no acesso e conclusão de estudos nesses níveis de ensino e, em consequência, estavam excluídos do ensino superior, tanto em Cabo Verde, como nos outros países.

Em Cabo Verde, as despesas na educação têm beneficiado, sobretudo os centros urbanos, o que explica, em certa medida, o baixo nível de escolaridade das pessoas das comunidades piscatórias, tanto na ilha de Santiago como nas outras ilhas desse país, e a limitação, das mesmas, no acesso a formação profissional, sobretudo nas áreas das pescas.

É de realçar que, em Cabo Verde, as pessoas das comunidades piscatórias, ao atingirem um certo nível de habilitação literária ou formação profissional abandonam, na maioria das vezes, as suas comunidades de origem, o que constitui uma limitação a massa crítica necessária ao exercício da cidadania ativa e, sendo assim, com reflexo negativo no processo de desenvolvimento local e comunitário.

O desenvolvimento da educação é índispensável a melhoria das condições socioeconómicas de qualquer país, região ou comuniade, e deve ser visto numa perspetiva de qualidade dos recursos humanos, tendo como preocupação a promoção da qualidade de vida das pessoas, e poderá servir de base para o reforço do stock do capital social comunitário,

A educação cívica, com base em valores intrísecos do capital social, consiste na formação da personalidade democrática ou do caráter deliberativo, e deve ser encarada como um processo de educação integral, com realce para a melhoria da conduta moral e das atitude éticas das pessoas, bem como o aperfeiçoamento das atividades mentais e do exercício do pensamento. Assim, a família, a escola, o meio profisional e o meio local e global podem constituir em células previligiadas de formação e/ou reforço do capital social.

O desenvolvimento local e comunitário depende, em certa medida da organização, da educação e formação, do nível de capital social, do reforço e dinamização das instituições comunitárias, bem como do intercâmbio e da difusão do saber local, de forma a potencializar os valores endógenos, a valorização do passado e a introdução de estratégias de inovação, a formação de redes entre os diferentes atores de desenvolvimento.

Para que haja o desenvolvimento a nível local e comunitário é necessário, para além do capital natural, do capital enconómico e financeiro e do capital humano, que seja produzido e reforçado o capital social nas suas múltiplas dimensões e variáveis, abarcando assim a cooperação, a participação em ações voluntarias, a solidariedade, a entreajuda, a sociabilidade.

Ainda, para investigar e quantificar este problema, é necessário escolher uma metodologia adequada, por isso, o Capítulo IV debruça-se sobre metodologia de investigação referente a parte empírica do estudo.

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

PARTE SEGUNDA: DIMENSÃO EMPÍRICA DO ESTUDO

CAPITULO IV: METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

4.1. Definição do problema de investigação

O problema de investigação consiste em formular de maneira explícita, clara, compreensível e operacional, a dificuldade com a qual se defronta e à qual se pretende dar a resposta (Maria Sousa e Cristina Baptista, 2011:18).

O problema de investigação pode ser definido com uma pergunta ou uma preposição. E, a escolha do problema deve ser feita de acordo com o interesse pessoal do investigador, e tem de ser algo inovador e ter um sentido de oportunidade e um valor académico e prático, de acordo com as capacidades do investigador – *background*, formação, recursos físicos, financeiros e tempo disponível), e acessibilidade dos dados (*op. cit.,* 2011:20-21).

As fontes para a definição do problema devem ser do interesse e da experiência do investigador, a vontade de testar a aplicação de uma teoria a um problema real e a replicação de resultados e/ou conclusões contraditórias em estudos prévios (*idem*, 2011:21).

Traduzir um problema sob a forma de uma questão de investigação, é um processo que deve ser feito com algum cuidado e de acordo com alguns critérios (*ibid*, 2011:25). E, de acordo com McMillan e Schumacher (2001) *apud* Sousa e Baptista (2011:25), os critérios a considerar na avaliação dos problemas de investigação são a exiquibilidade *(feasibility)*, a relevância, a clareza, as pistas para o tipo de investigação que se pretende realizar, referência à população ou amostra, bem como a explicitação das vantagens a investigar, num número moderado de especificidade.

Com base nos fundamentos acima apresentados, é de frisar que a problemática da educação, da formação e do reforço do capital social é, efetivamente, uma das questões que deve ser tido em consideração, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento das comunidades piscatórias da Ilha de Santiago em Cabo Verde. E, é necessário focar essa problemática e, sugerir as possíveis medidas de políticas e estratégias que devem estar no centro das atenções dos dirigentes e dos sistemas educativos, refletindo sobre elas nas comunidades e em termos académicos, tendo presente que a educação para o século XXI deve promover valores que contribuam para o reforço do exercício da cidadania e, sendo assim, para

a mobilização dos recursos para a realização de investimentos necessários a criação de bens e serviços, garantir o bem-estar social qualidade do meio ambiente.

A educação que promova valores como a confiança, a sociabilidade, a solidariedade, a entreajuda e participação em ações voluntárias é indispensável para o desenvolvimento local e comunitário sustentável, o que pode ser extensivo às comunidades piscatórias da ilha de Santiago em Cabo Verde.

Em comunidades relativamente homogéneas, como é o caso das zonas rurais de Cabo Verde e, particularmente, as aldeias piscatórias da Ilha de Santiago, o capital social pode contribuir para a promoção do desenvolvimento humano e social, garantindo assim, a qualidade ambiental, o que requer a implementação de medidas de políticas e estratégias conducentes à promoção de educação para a cidadania, tendo em consideração os valores intrínsecos do capital social. E, em diversas pesquisas realizadas por organismos internacionais promotores do desenvolvimento humano, como é o caso "*The well being of nations: the role of human and social capital"*[61]*,* têm evidenciado o papel do capital social no desenvolvimento sustentável a nível local e comunitário.

Com base no exposto, nesta tese, abordou-se as seguintes questões: Em que medida a educação pode contribuir para a formação o reforço do stock do capital social nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago em Cabo Verde? De que forma o capital social pode contribuir para o desenvolvimento sustentável dessas comunidades?

Tendo em conta o problema de investigação, respondeu-se as seguintes perguntas:

1. Qual o nível de educação e do capital social nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago?
2. Como tem sido a participação das pessoas dessas comunidades piscatórias da ilha de Santiago nas associações e nos projetos de desenvolvimento comunitário?
3. Em que situações as pessoas dessas comunidades se unem para se ajudarem?
4. Como tem sido a participação dessas pessoas em eventos culturais, recreativos, ou outros, organizados pela comunidade?
5. Qual o grau de participação das pessoas dessas comunidades em ações voluntárias?
6. De que forma a educação pode contribuir para o reforço do nível de capital social nessas comunidades?

---

[61] **Esse estudo foi realizado, em 2001, pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).**

7. Em que medida o reforço do nível de capital social pode contribuir para o desenvolvimento sustentável dessas comunidades?
8. Que medidas de políticas e estratégias devem ser adotadas para o reforço de stock de capital social nessas comunidades?
9. Quais as atividades educativas a ser desenvolvidas para o reforço do nível do capital social nessas comunidades?

Para se abordar as questões acima apresentadas, fez-se o desenho da investigação, a formulação dos objetivos e das hipóteses do trabalho, apresentou-se a população e a amostra de estudo, bem como o desenho e a validação dos instrumentos de investigação, identificou-se as variáveis consideradas neste estudo e fez-se a codificação dos dados dos inquéritos aplicados aos sujeitos de pesquisa, e que se encontram a seguir.

4.2.Desenho da investigação

Tendo em consideração o tipo de trabalho a ser investigado, o processo metodológico adotado para a realização desta investigação sedimentou-se num proceder guiado por um enfoque quantitativo na relação, organização e análise dos dados.

O estudo de caso é uma abordagem empírica que investiga um fenómeno atual no seu contexto real, quando os limites entre determinados fenómenos e o seu contexto não são claramente evidentes, e no qual são utilizado muitas fontes de dados (Hernano Caromo e Manuela Ferreira, 1998:216).

Para os autores *op. cit* (1998:216), põe em evidência que o estudo de caso constitui a estratégia preferida quando se quer responder a questões de 'como' ou 'porquê', e o investigador não pode exercer controlo sobre os acontecimentos e o estudo focaliza-se na investigação de um fenómeno atual no seu próprio contexto

A investigação descritiva implica estudar, compreender e explicar a situação atual do objeto de investigação. Incluí a recolha de dados para testar hipóteses ou responder as questões que lhe digam respeito (Caromo & Ferreira, 1998). E, os estudos descritivos descrevem rigorosa e claramente um dado objeto de estudo na sua estrutura e funcionamento (Marshall e Rossman, 1999:40-41 *apud* Sousa e Baptista, 2011:57).

O propósito de um estudo de estudo correlacional consiste em averiguar se existe ou não uma relação entre duas ou mais variáveis quantificáveis (Caromo e Ferreira, 1998:220).

Os estudos exploratórios têm por objetivo proceder ao reconhecimento de uma dada realidade pouco ou deficientemente estudada e levantar hipóteses de entendimento dessa realidade (Marshall e Rossman, 1999:40-41 *apud* Sousa e Baptista, 2011:57).

Os estudos verificadores de hipóteses adequam-se às abordagens quantitativas, e parte das hipóteses para a sua verificação. Depois do problema de investigação estar formulado e as hipóteses definidas o investigador inicia a recolha de dados (Marshall & Rossman, 1999:40-41 *apud* Sousa & Baptista, 2011:57).

Com base no exposto, pode-se concluir que este trabalho que se intitula **"Educação e Capital Social para o Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Piscatórias da Ilha de Santiago (Cabo Verde)",** é estudo de caso pelo de se ter feito uma investigação de um fenómeno atual - o problema do baixo nível de educação e de capital social-, no seu contexto real – nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago -, com objetivo de responder, entre outras questões "como tem sido a participação das pessoas dessas comunidades piscatórias da ilha de Santiago nas associações e nos projetos de desenvolvimento comunitário?". O investigador não exerceu nenhuma influência sobre os sujeitos de pesquisas. Ainda, esta investigação é descritiva uma vez que se fez o estudo para se compreender e explicar a situação das comunidades piscatórias da ilha de Santiago em termos de educação, capital social e das questões sobre o desenvolvimento das mesmas, e que se pretende que seja sustentável, pelo que se fez a recolha de dados através de inquéritos aplicados aos sujeitos de pesquisa para testar as hipóteses e responder as questões respeitantes a essas comunidades. É um estudo correlacional, na medida em se averiguou a existência ou não da relação entre a educação e o capital social, e entre este, o desenvolvimento sustentável das comunidades piscatórias da ilha de Santiago em Cabo Verde. E, por o estudo se incidir sobre uma realidade pouco ou deficientemente estudada e por se ter levantado hipóteses para a compreensão dessa realidade, trata-se de uma investigação exploratória.

É de realçar que, neste estudo, partiu-se das hipóteses para a sua verificação, pelo que um estudo verificado de hipóteses. Assim, o desenho da investigação foi feito de forma à:

- Adotar a metodologia e métodos apropriados ao problema;
- Formular as questões;
- Definir o objeto de estudo desta investigação;

- Clarificar e orientar a investigação;
- Definir os objetivos de investigação;
- Formular o problema e as hipóteses de investigação;
- Determinar a população e amostra deste estudo;
- Fazer o desenho e a validação dos instrumentos de investigação
- Identificar as variáveis a serem consideradas neste estudo;
- Codificar os dados dos inquéritos aplicados aos sujeitos de pesquisa;
- Exercer o controlo sobre os preconceitos e pressupostos;
- Selecionar a bibliografia e a legislação a serem consultadas;
- Obter os dados e as informações por meios apropriados;
- Fazer a análise e a discussão dos dados e das informações;
- Fazer a síntese do resultado de estudo; e
- Comunicar os resultados desta investigação.

4.3. Objetivos da investigação

4.3.1. Objetivos gerais

Constituem-se os objetivos gerais, deste trabalho, os seguintes:

- Quantificar o nível da educação e do capital social nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago em Cabo Verde;
- Evidenciar o papel da educação na formação e no reforço do nível de capital social nessas comunidades; e
- Analisar a importância do reforço do nível do capital social para o desenvolvimento sustentável dessas comunidades.

4.3.2. Objetivos específicos

O presente trabalho tem, entre outros, os seguintes objetivos específicos:

- Ter conhecimento do nível de educação e do capital social nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago;

- Conhecer o grau de participação das pessoas dessas comunidades piscatórias nas associações e nos projetos de desenvolvimento comunitário;
- Identificar as situações em que as pessoas dessas comunidades se unem para se ajudarem;
- Fazer a apreciação sobre a participação dessas pessoas em eventos culturais, recreativos, ou outros, organizados pela comunidade;
- Conhecer a participação das pessoas dessas comunidades em ações voluntárias.
- Relacionar o nível de educação e do capital social com o desenvolvimento sustentável dessas comunidades piscatórias;
- Sugerir medidas de políticas e estratégias educativas que contribuam para o aumento do nível de capital social nessas comunidades; e
- Propor atividades educativas que contribuem para o reforço do capital social nessas comunidades.

4.4. Hipóteses do trabalho

Para a realização desta investigação, formularam-se as seguintes hipóteses:

H1: O nível de educação é baixo, embora tenda a aumentar com as gerações mais novas, e não existe nenhuma correlação direta entre as habilitações literárias, frequências nos estudos e o capital social. Este último, embora modesto, é aproveitado na vida quotidiana das comunidades piscatórias da ilha de Santiago, mas não se projeta para as iniciativas sem efeitos imediatos;

H2: Pode-se reforçar o stock de capital social e contribuir para o desenvolvimento sustentável dessas comunidades piscatórias, se forem adotadas medidas de políticas e estratégias adequadas ao exercício de cidadania ativa a nível local e comunitário;

H3: Para o reforço do nível de capital social nessas comunidades piscatórias, é necessário desenvolver atividades educativas, que promovam valores como a sociabilidade e a inclusão social, a confiança e recetividade, a solidariedade e a entreajuda, a participação em ações voluntárias e cooperação comunitária, enquanto condições indispensáveis a mobilização de recursos para a concretização dos projetos que garantam o bem-estar social e a qualidade do meio ambiente a nível local e comunitário. Entretanto, o principal obstáculo é uma certa "miopia" provocada pela cultura da pobreza que inviabiliza qualquer projeto sem efeito imediato;

H4:O sistema educativo, é orientado para a memorização e não para a compreensão, e como tal, não contribui, de forma direta e imediata para a eliminação da cultura da pobreza em Cabo Verde e, sendo assim, nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago; e

H5:Há uma correlação positiva, embora não linear e nem paralela, entre o nível de educação e o de capital social, e entre este e o desenvolvimento sustentável local e comunitário, o que pode ser extensivo às comunidades piscatórias da ilha de Santiago.

4.5. Definição da população-alvo e amostra

Qualquer estudo científico enfrenta o dilema de estudo da população ou amostra **(**Sousa e Baptista, 2011:72). Ainda, para essas autoras, a precisão dos resultados da investigação seria muito superior se fosse analisada toda a população, em vez de amostra. Entretanto, estudar toda a população é impraticável, na maior parte dos casos, por motivos de distância, custo, tempo, logística, entre outros.

A inquirição a um número restrito de pessoas, com a condição de que estas tenham sido corretamente escolhidas, permite obter as mesmas informações com uma certa margem de erro, um erro calculável que é possível torná-lo suficientemente pequeno **(***op. cit.,* 2011:72).

O problema que se apresenta consiste em conseguir selecionar um conjunto de indivíduos, uma amostra, de forma que as observações, que dele se fizer, possam ser generalizadas a toda a população **(***idem*, 2011:72). E, é necessário que a amostra apresente caraterísticas idênticas às da população ou universo, ou seja, que seja representativa como é o caso da amostra estudo, visto que as pessoas das comunidades piscatórias em Cabo Verde e, sendo assim, nas da ilha de Santiago têm caraterísticas semelhantes, por se tratarem sociedades relativamente homogéneas.

Os métodos para selecionar uma amostra podem ser agrupadas em: i) amostras causais, probabilísticas ou aleatórias e; ii) amostras não causais, não probabilísticas ou não aleatórias **(***ibid*, 2011:73).

Para a determinação da amostra deste estudo, utilizou-se os métodos de amostragem probabilística por serem as preferíveis quando se pretende extrapolar, com confiança, para o universo os resultados obtidos a partir da amostra **(***ibid*, 2011:73).

O presente trabalho trata-se de um estudo realizado nas 27 (vinte e sete) comunidades piscatórias dos 7 (sete) concelhos da ilha de Santiago, não contemplando assim, os concelhos de São Lourenço dos Órgãos e de São Salvador que não têm comunidades piscatórias, a saber:

- **no concelho da Praia**, as comunidades de Tira Chapéu, Brasil, Meio de Achada de Santo António, Achada Grande Trás e São Tomé.
- **no concelho da Ribeira Grande de Santiago,** as comunidades de São Martinho Grande, Porto Mosquito, Goveia e Cidade Velha.
- **no concelho de São Domingos**, as comunidades de Vale da Custa, Baía Nossa Srª da Luz e Praia Baixo.
- **no concelho de Santa Cruz**, as comunidades de Cutelinho na cidade de Pedra Badejo, Achada Ponta, Achada Baixo em Cancelo e Achada Laje.
- **no concelho de São Miguel,** as comunidades de Calheta e de Achada Monte.
- **no concelho de Tarrafal**, as comunidades de Mangui, Chão Bom e Achada Tenda, Ribeira das Pratas, Biscainha, Furna e Fazenda (Município do Tarrafal), todas situadas na ilha de Santiago.
- **no concelho de Santa Catarina ,** as comunidades de Rincão e Ribeira da Barca.

Segundo o Censo 2010, estima-se que residiam nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago 30.032[62] pessoas, com idade compreendida dos 15 aos 64 anos, e tendo em consideração que a taxa de crescimento anual da populaçãode Cabo Verde é de 1,2%, estima-se que, nessa faixa etária, viviam, em junho de 2011, 30.580 pessoas. Assim, esse total foi considerado como a dimensão da população deste estudo (N=30.580), o que permite incidir sobre a metodologia da amostragem de população finita.

Com base na metodologia em referência, foi determinada a dimensão da amostra (n), utilizando a formula estatística de António Gil (1999:106-108) e que se encontra a seguir:

$$n = \frac{z^2 pqN}{e^2(N-1) + z^2 pq}$$

em que:

N = dimensão da população;
n = dimensão da amostra;
p = estimativa da proporção (probabilidade de ocorrência);
q = complementar de *p* (probabilidade de não ocorrência);
e = erro máximo de estimativa;
z = valor crítico da distribuição normal que corresponde ao nível

[62] **Dados do Recenseamento Geral da População e Habitação realizado pelo Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde em 2010.Entretanto, como já foi referido em 1.2. do Capítulo 1 deste trabalho, não representa efetivamente o número real dos residentes nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago nessa faixa etária.**

de confiança desejado.

De acordo com a formulação estatística acima apresentada, definiram-se as seguintes informações:

- N = 30.580;
- $p = q = 0,5$ (iguais probabilidades);
- e = 6,7 %;
- z = 1,960 para 95% de nível de confiança.

Após a introdução destas informações, conseguiu-se obter uma amostra de 340 membros dessas comunidades piscatórias (n=340), o que equivale a uma taxa de amostragem de 1,1%, em relação à dimensão da população (N=30.580), o que não põe em causa a representatividade da amostra. Entretanto, é de referir que a taxa de amostragem é superior à 1,1%, uma vez que, em Cabo Verde, pelo facto de os Censos apresentarem dados para a comunidade em geral, nem sempre, é possível determinar, com rigor, as populações das comunidades piscatórias, como são os casos de Meio de Achada de Santo António, Achada Grande Trás e Tira Chapêu (concelho da Praia) e Cidade Velha (concelho de Ribeira Grande de Santiago), em que, no interior destas, se encontram comunidades piscatórias, aumentado assim a dimensão da população-alvo de estudo.

Uma amostragem probabilística é a que todos os elementos da população têm probabilidade conhecida e diferente de zero de pertencer a amostra (Elizabeth Reis *et al.*, 2008:27). A amostragem casual simples é o processo de amostragem probabilística na qual, qualquer combinação dos *n* elementos da amostra, retirada dos *N* elementos populacionais que compõem a população, tem igual probabilidade de vir a ser sorteada (*op. cit*, 2008:28).

É de referir que, neste estudo, a probabilidade de cada membro das comunidades piscatórias, dos 16 aos 64 anos de idade, ser selecionada é conhecida, ou seja, de 1 por 340, ou seja, uma probabilidade não nula. Assim, este trabalho seguiu os procedimentos de uma amostragem probabilística, conforme definidos por pelos autores *idem* (2008:27), e para selecionar os membros das comunidades piscatórias a serem inquiridos na amostra, foi utilizado o método aleatório simples, a partir da lista das residências das comunidades piscatórias da ilha de Santiago, recorrendo à tabela de números aleatórios.

4.6. Desenho, validação e aplicação dos instrumentos de investigação

4.6.1.Desenho dos instrumentos

O instrumento básico utilizado, nesta investigação, para a recolha dos dados e das informações, é o questionário integrado e misto adotado do Banco Mundial, especificamente de Grootaert *et. al.* (2003) *apud Varela (2008:passim),* Baptista *et al* (2008:6) e Baptista *et al*. (2011:49), e estruturado em 32 (trinta e duas) questões, sendo 21(vinte uma) sobre capital social e as restantes 11(onze) questões referem-se às informações pessoais sobre os inquiridos [Anexo 1]. Este questionário é considerado o mais adequado a ser aplicado neste estudo.

Na primeira parte do questionário, respeitante ao capital social, encontram-se as questões fechadas de resposta única e de tipo ordinal e, na segunda parte, sobre as informações pessoas dos inquiridos, estão as perguntas com opções mistas (fechadas e de resposta única de tipo ordinal e abertas), bem como as perguntas abertas que permitem ao inquerido construir a resposta com as suas próprias palavras, permitindo assim a liberdade de expressão.

Na elaboração do questionário, foi levado em consideração o número de questões, visto que se forem em número excessivamente reduzido, podem não abranger toda a problemática que se pretendia inquerir, e se, pelo contrário, forem demasiado numerosas, não só se arrisca a ser de análise impraticável no tempo disponível para a investigação, como têm um efeito dissuasor sobre os inqueridos, aumentando a probabilidade de não resposta (Hernano Caromo e Manuela Ferreira, 1998:141).

As perguntas do questionário são compreensíveis para os respondentes, e foram elaboradas com base nos seguintes indicadores:

- **indicadores sobre o capital social dos inquiridos**, nomeadamente a confiança, a sociabilidade, a entreajuda, a solidariedade e a participação nas ações voluntárias, enquanto valores para o exercício da cidadania ativa;
- **indicadores sociofamiliares, relacionadas às informações dos inquiridos**, incluindo, entre outros aspetos, o sexo, a idade, a habilitação literária e a formação académica, o tempo de residência na comunidade e as perguntas sobre o rendimento familiar.

Na primeira parte do questionário estão as perguntas formuladas com base em parâmetros (ou variáveis) relacionados ao capital social, ou seja, perguntas onde os inquiridos dispusessem de quatros situações de respostas possíveis, e assinalavam a opção apresentada que correspondia a sua opinião ou situação.

Na segunda parte dos questionário é, respeitante, sobretudo as informações pessoais dos inquiridos, contém questões onde cada inquirido se pudesse marcar, com uma cruz, a resposta mais apropriada, ou escrever, no espaço com as perguntas e/ou opções abertas.

4.6.2.Validacão dos instrumentos

Antes da aplicação do questionário para a recolha dos dados sobre a educação, capital social, situação socioeconómica, bem como informações pessoais dos inquiridos, fez-se a validação, do mesmo, para se certificar da sua estruturação e fiabilidade.

O questionário deve ser construído para que não seja considerado demasiado longo, enfadonho, difícil ou parcial para os inqueridos (Maria Sousa e Cristina Baptista, 2011:101).

Após a elaboração do questionário**,** fez-se o pré-teste, do mesmo, no dia 30 de maio de 2011, na comunidade piscatória de Cutelinho, situada na cidade de Pedra Badejo, concelho de Santa Cruz, para verificar a sua aplicabilidade, de forma a dar resposta efetiva ao problema levantado nesta investigação, em consequência, verificou-se que:

- Todos os inquiridos compreendiam as questões da mesma forma;
- A lista de opções de respostas às questões fechadas considera todas as alternativas para este estudo;
- Há um elevado grau de aceitação às questões colocadas, e não há nenhuma pergunta cuja resposta seja recusada;
- As questões estão ordenadas de forma a não se verificar saltos abruptos de um assunto para outro; e
- Teve-se o cuidado para que a linguagem utilizada fosse compreensível para os inquiridos, e o pré-teste não evidenciou constrangimentos a esse respeito.

No processo de pré-teste, a reação dos inqueridos deverá ser tida em consideração para que seja possível eliminar ou reduzir, ao máximo, o número de elementos que conduza a uma baixa taxa de resposta, ou a uma recolha de dados pouco fiáveis para a investigação *(op. cit*., 2011:101).

Para a validação do questionário para este estudo, no processo de pré-teste, foram feitas a verificação das perguntas individuais e a validação do questionário como um todo, no que diz respeito as condições de aplicação.

4.6.3. Aplicação dos instrumentos

Antes da realização dos inquéritos aos sujeitos de pesquisa, fez-se o pré-teste do questionário para a sua validação. Entretanto, o inquérito por questionário é fiável, desde que se respeitem escrupulosamente os procedimentos metodológicos quanto à sua conceção, seleção dos inquiridos e administração no terreno.

Foram explicados, aos inquiridos, o contexto da realização deste trabalho, os objetivos da investigação, e solicitou-se a colaboração voluntária e anónima, garantido a confidencialidade dos dados individuais aos sujeitos implicados no estudo. Os questionários foram distribuídos e recolhidos pessoalmente pelo autor deste trabalho. Cada inquirido pertencente à amostra foi abordado individualmente.

Foram aplicados, de 1 ao 28 de junho de 2011, os questionários integrados sobre educação e capital social para o desenvolvimento sustentável das comunidades piscatórias da ilha de Santiago (Cabo Verde), à 340 (trezentos e quarenta) pessoas dessas comunidades, com a idade compreendida dos 16 aos 64 anos de idade, de forma aleatória, para obter os dados e as informações sobre a confiança, a sociabilidade, a entreajuda, a solidariedade e a participação em ações voluntárias, enquanto variáveis do capital social, bem como as informações pessoais sociofamiliares dos inquiridos. E, foi realizado inquérito nos 7(sete) dos 9 (nove) concelhos da Ilha de Santiago, nomeadamente Ribeira Grande de Santiago, Praia, São Domingos, Santa Catarina de Santiago, Santa Cruz, São Miguel e Tarrafal de Santiago.

4.7.Variáveis consideradas no estudo

O modelo analítico define o que será e o que não será estudado. E, o modelo torna possível uma análise integrada dos fatores-chave e variáveis que afetam e compõem o fenómeno a ser estudado. E, para que a análise seja conduzida de forma consistente, é importante definir e classificar as variáveis de interesse para a investigação (Sousa e Baptista, 2011:49).

As variáveis de interesse para este estudo são: as **variáveis dependentes** – as que se conotam diretamente com as respostas que se procuram na investigação, com objetivo de se chegar à variável dependente, ao seja ao resultado obtido com os procedimentos da investigação; e as **variáveis independentes** – as que são independentes dos procedimentos da investigação, constituindo-se, em fatores determinantes que a vão influenciar, e o investigador recorre-se à sua manipulação para observar os efeitos produzidos nas variáveis dependentes. (*op. cit*., 2011:49).

Na realização deste estudo, foram levadas em consideração as variáveis dependentes e independentes, e que se encontram evidenciadas na Quadro 13.

Quadro 13: Variáveis utilizadas no estudo

<table>
<tr><th colspan="3">Variáveis independentes</th><th>Variáveis dependentes</th></tr>
<tr><th>Caraterísticas pessoais</th><th>Caraterísticas familiares</th><th>Variáveis sobre capital social</th><td rowspan="4">Desenvolvimento socioeconómico e ambiental</td></tr>
<tr><td>- Sexo
- Idade
- Tempo de residência na comunidade estudada</td><td>- Meio familiar
- Rendimento familiar</td><td>- Sociabilidade e inclusão social
- Confiança e recetividade
- Solidariedade e entreajuda
-Participação em ações voluntárias e cooperação comunitária</td></tr>
<tr><td colspan="3">Caraterísticas escolares:</td></tr>
<tr><td colspan="3">Habilitação literária/formação
Frequência nos estudos/formação</td></tr>
</table>

Fonte: Elaboração própria (2012).

Como variáveis independentes deste estudo, incluem-se as caraterísticas individuais, o capital social e as caraterísticas pessoais e sociofamiliares dos inquiridos. Nas variáveis caraterísticas individuais dos inquiridos incluem o sexo, a idade e tempo de residência, bem como as caraterísticas escolares que incluem as questões sobre habilitação literária e formação e frequência nos estudos/formação pelos inqueridos. As variáveis caraterísticas sociofamiliares referem-se ao meio familiar dos inquiridos e as questões sobre o rendimento familiar.

Nas variáveis sobre o capital social são considerados os indicadores relacionados às perceções subjetivas de confiança, a presença de redes de conexões e a solidariedade, a inclusão social e a ação voluntária.

Nas variáveis dependentes são considerados o resultado em termos de desenvolvimento socioeconómico e ambiental das comunidades piscatórias da ilha de Santiago, tendo em consideração o nível de educação e de capital social das mesmas.

4.8.Codificação e tratamento dos dados

Para medir o capital social, foram considerados indicadores relacionados às perceções subjetivas de confiança, a presença de redes de conexões e a solidariedade, a inclusão social e a ação voluntária adaptadas de Gomes *et. al.* (2005) *apud* Varela (2008: 71-72), Baptista *et al*, (2008:6-7) e Baptista *et al*. (2011:50).

A escolha desses indicadores justifica-se pelo facto de o capital social estar relacionado com aspetos da organização social, nomeadamente grupos, redes, normas e confiança, que facilitam a constituição e a cooperação para o benefício mútuo, ou seja, para o desenvolvimento sustentável das comunidades piscatórias da ilha de Santiago. Assim, a codificação dos dados dos inquéritos sobre o capital social foi feita tendo em consideração as seguintes variáveis:

- Perceção da valorização dos inquiridos pela comunidade (Q1);
- Realização pessoal na comunidade (Q2);
- Contribuição dos inquiridos no saneamento do meio (Q3);
- Opinião sobre ajuda ao outro enquanto ajuda a si próprio (Q4);
- Ajuda voluntária aos grupos da comunidade (Q5);
- Participação das pessoas da comunidade em ações voluntárias (Q6);
- Confiança entre as pessoas da comunidade sobre os projetos de desenvolvimento comunitário (Q7);
- União e ajuda mútua, em caso de necessidades (Q8);
- Perceção quanto a segurança na comunidade (Q9);
- Participação dos inquiridos em eventos na comunidade (Q10);
- Participação das pessoas da comunidade em eventos (Q11);
- Membro e participante ativo nas atividades da organização da comunidade (Q12);
- Diálogo entre pessoas da comunidade, que não sejam parentes, ou amigos (Q13);
- Visita aos vizinhos (Q14);
- Obtenção de informação para a tomada de decisão (Q15);
- Ajuda ao vizinho que esteve doente, ou com outro problema (Q16);

- Envolvimento nos projetos da comunidade (Q17);
- Disponibilidade para falar, mesmo discordando com as outras pessoas (Q18);
- Capacidade de fazer as pazes com os vizinhos, em caso de desavenças (Q19);
- Preferência ou não pela vivência entre pessoas com formas de pensar e viver diferentes (Q20); e
- Recetividade de pessoas das outras comunidades (Q21).

Para o tratamento dos dados dos inquéritos foi utilizada a fórmula do Índice do Capital Social (ICS)[63] (Varela, 2008: 74-75); Baptista *et al*, 2008:7-8);Baptista *et al*., 2011:50-51).

que se encontra a seguir:

$$ICS = \frac{1}{n}\sum_{j=1}^{n}\left[\frac{\sum_{i=1}^{m} E_{ij}}{\sum_{i=1}^{m} E_{\max i}}\right]$$

Em que:

- ICS= índice de capital social;
- E_{ij}= escore do i - ésimo indicador, alcançado pelo j – ésimo membro da comunidade;
- $E_{máx\ i}$ = escore máximo atingível pelo indicador i;
- i= 1, …, m número de indicadores;
- j=1, …, número de membros da comunidade; e

A Contribuição de cada Indicador (CI) no ICS foi calculada com base na fórmula[64] que se encontra a seguir:

$$Ci = \frac{\sum_{i=1}^{n} Eij}{n\left(\sum_{i=1}^{m} Emáxi\right)}$$

Em que **Ci** é a contribuição do indicador **i** na formação **ICS**. O indicador, e um parâmetro (ou variável) relacionado ao capital social inserido no questionário, ou seja, uma

[63] **Essa fórmula é utilizada pelo Banco Mundial nos estudos sobre o capital social e desenvolvimento.**
[64] **Essa fórmula é utilizada pelo Banco Mundial para avaliar a contribuição de cada indicador na composição do Índice do Capital Social (ICS).**

pergunta onde o inquerido poderá responder **sempre, às vezes, não ou não respondeu,** correspondendo a 3 (três), 2(dois), 1(um) e 0 (zero), respetivamente. E, após a seleção e a quantificação das variáveis representativas de cada indicador, foi calculado o índice que mede o capital social das comunidades piscatórias da ilha de Santiago, bem como a participação relativa de cada variável na sua composição final.

Os procedimentos metodológicos dos questionários obedeceram as bases estabelecidas no modelo concetual do estudo. Entretanto, nas coletas dos dados feitas através dos questionários foi levado em consideração o grau de subjetividade das informações fornecidas pelos inqueridos, o que seguramente pode refletir na interpretação dos resultados. Nesse sentido, foram quantificadas, da melhor forma possível, as respostas, as quais, muitas vezes, dadas pelos inquiridos de forma qualitativa. E, em qualquer pergunta, existem opções de respostas positivas (sempre), intermediárias (às vezes), negativas (não) e neutras (não respondeu). O valor atribuído às respostas positivas é maior que o das respostas intermediárias que, por sua vez, é maior que o das respostas negativas e neutras.

Tendo em consideração que o capital social é um componente superestrutural, o que associado aos outros capitais poderão contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades piscatórias da Ilha de Santiago, foi aplicada a equação que se encontra a seguir sobre o desenvolvimento, muito utilizada pelo Banco Mundial, e aplicada por Grootaert *et. al.* (2003) *apud* Varela (2008:74):

$$D = f(Kn, Ke, Kh, Ks)$$

Em que:

- D= Desenvolvimento;
- Kn= Capital natural;
- Ke= Capital económico;
- Kh=Capital humano; e
- Ks= Capital social.

O nível de capital social das comunidades piscatórias da Ilha de Santiago foi medido através de um índice com o uso dos indicadores que calculam, nomeadamente o capital social estrutural, cognitivo, da ação voluntária, da solidariedade, da confiança e da sociabilidade.

No que diz respeito as informações pessoais dos inquiridos, constantes da segunda parte do questionário, as variáveis idade e o rendimento familiar foram transformadas sob forma de intervalos, e as outras variáveis em série numérica.

4.9. Análise e discussão dos resultados

Tratando-se de uma investigação quantitativa, a análise de dados baseou-se na interpretação dos resultados sob forma de quadros, tabelas, gráficos e utilização de medidas descritivas, nomeadamente a média, o desvio padrão, o coeficiente de variação e a variância. Ainda, há situações em que foram utilizadas testes estatísticos para a verificação dos pressupostos deste estudo, com realce para *One-Sample Kolmogorov-Smirnov Test* para aceitar ou rejeitar a hipótese da normalidade do nível de Capital Social para os níveis de significância habituais**,** *Mann-Whitney Test* para o nível de Capital Social da média das ordenações (*Mean Rank*) por género, *Kruskal-Wallis Test* para verificar o nível de Capital Social em média das ordenações (*Mean Rank*) em função das habilitações literárias e *Pearson Chi-Square Tests* para averiguar dependência/independência entre a variável qualitativa género e as demais variáveis qualitativas do estudo.

É de frisar que a informação dos quadros, das tabelas e dos gráficos foram analisadas e discutidas através de:

- Comentário dos resultados em termos de percentagens obtidas, com realce para o cruzamento das variáveis do estudo, a partir dos dados dos inquéritos;
- Cálculos de grau de relação e de diferenças entre as variáveis do estudo; e
- Recapitulação do desenho de investigação, com o objetivo da possível verificação da informação obtida, bem como o seu eventual desenvolvimento ou questionamento.

A análise e a discussão dos resultados deste estudo foram feitas no Capitulo V da segunda parte deste trabalho, e que, de imediato, estão apresentados.

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

CAPITULO V: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

Neste capítulo, analisa-se e discute-se os resultados obtidos através do tratamento dos dados dos inquéritos aplicados aos 340 membros das comunidades piscatórias de São Martinho Grande, Porto Mosquito e Cidade Velha (Município de Ribeira Grande de Santiago) Tira Chapéu, Brasil, Meio de Achada de Santo António, Achada Grande Trás e São Tomé (Município da Praia), Vale da Custa, Baía Nossa Srª da Luz e Praia Baixo (Município de São Domingos), Cutelinho na cidade de Pedra Badejo, Achada Ponta e Achada Baixo em Cancelo (Município de Santa Cruz), Calheta e Achada Monte (Município de Calheta de São Miguel), Rincão e Ribeira da Barca (Município de Santa Catarina), Mangui, Chão Bom e Achada Tenda (Município do Tarrafal), todas situadas na ilha de Santiago.

Os dados estão apresentados através de tabelas e gráficos (definidos em valores absolutos e percentagens), bem como a indicação de técnicas estatísticas, tanto descritivas como correlacionais utilizadas neste trabalho. A discussão dos resultados foi desenvolvida ao longo da análise dos resultados, e com base apenas nas respostas dadas pelos inquiridos, constituindo, no número real da amostra (N) desse estudo, que pode ser igual ou inferior a amostra inicialmente determinada para a realização deste estudo (N=340) conforme consta de 4.5. do Capítulo IV, respeitante a população e amostra.

5.1. Caraterização dos inquiridos

A caraterização dos inquiridos foi feita com base nas variáveis sexo, grupo etário, tempo de residência na comunidade (sob a forma de intervalo), habilitação literária e habitação bem como as estatísticas descritivas de idades e género dos inquiridos.

Na Tabela 6 que se encontra a seguir, estão os dados relativos ao género, grupo etário e habilitação literária.

Tabela 6: Caraterização dos inquiridos em função das variáveis género, grupo etário e habilitação literária

Variável		N.º de Respostas	Percentagem
Género			
	Masculino	166	48,8
	Feminino	174	51,2
Grupo etário[65]	Adolescência	83	24,4
	Idade adulta jovem	186	54,7
	Idade adulta	64	18,8
	Velhice	7	2,1
Habilitação literária[66]	Não sabe ler nem escrever	2	0,8
	Ensino Básico incompleto	111	42,4
	Ensino Básico completo	41	15,6
	Ensino Secundário incompleto	73	27,9
	Ensino Secundário Completo	26	9,9
	Ensino Superior	9	3,4

Fonte: Resultado da investigação com base nos dados dos inquéritos (2011)

[65] **Os inquiridos estão em grupos etários, tendo em consideração as oito fases de desenvolvimento formuladas por Erik Erikson, relacionadas com as etapas de Freud e com as idades aproximadas de desenvolvimento: I período (até 1 ano), II infância inicial (1 à 2 anos), III idade do brincar (3 à 5 anos), IV idade escolar (6 à12 anos), V adolescência (13 à 20 anos), VI idade adulta jovem (20 à 40 anos), VII idade adulta (40 à 60 anos) e VIII velhice (final dos 60 anos em diante) -, por se adaptar melhor a este estudo, e constantes do impacto do encarceramento materno no desenvolvimento psicossocial dos filhos. *In Educere et Educare*, vol. 4, n.º 8 , 99-111, de Stella Claudia, 2009.**

[66] **Tendo em consideração os dados obtidos, a habilitação literária dos inquiridos foi agrupada de acordo com a Lei de Bases n.º 103/III/90, de 29 de dezembro, que define o sistema educativo em Cabo Verde e que compreende os subsistemas de educação pré-escolar, de educação escolar (ensino básico, secundário, médio, superior e modalidades de formação especial) e educação extra-escolar, complementados com atividades de animação cultural e desporto escolar numa perspetiva de integração.**

Com base nos dados da Tabela 6, constata-se que a maioria dos inquiridos é do sexo feminino (51,2%) e 48,8% dos mesmos, são do sexo masculino, evidenciando assim uma diferença de 2,4% dos indivíduos do sexo feminino em relação aos do sexo masculino. Apesar dessa diferença, na aplicação dos inquéritos, levou-se em consideração a questão do género, e ao se analisar os dados do Censo 2010 publicado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) em 2010, verifica-se que, em Cabo Verde, a população feminina é superior à masculina em cerca de 1 por cento, sendo dos 491.683 habitantes, 248.260 (50,5%) são mulheres e 243.315 (49,5%) são homens. A ilha de Santiago é a que alberga a maioria da população cabo-verdiana (56,5%), sendo que dos 273919 habitantes, 52% são mulheres e 48,0% são homens, pelo que a distribuição dos inquiridos, por género, foi feita de forma semelhante à registada para a população total de Cabo Verde, a da ilha de Santiago, o que é extensivo às comunidades piscatórias abrangidas neste estudo.

Relativamente à variável grupo etário, verifica-se que mais de metade dos inquiridos (54,7%) está na idade adulta jovem, 24,4% na fase de adolescência, 18,8% na idade adulta e apenas 2,1%, dos mesmos, estão na fase da velhice, e segundo o Censo 2010 de Cabo Verde, por faixa etária, mais de 30 por cento da população tem idade compreendida entre os 0 e 19 anos e apenas 0,3 por cento do total tem mais de 90 anos. Ainda, tendo em consideração que a idade dos inquiridos varia entre 15 e 67 anos, situando-se a média global em 30,32 anos e o desvio-padrão em 11,948 [Tabelas 6; Quadros 14 e 15; Gráfico 6]. Por sexo, em média, as mulheres são relativamente mais jovens que os homens (30,07 para o feminino e 30,59 para o masculino), e com menor desvio-padrão (11,298 para o feminino e 12,622 para o masculino), o que se encontra evidente na Tabela 9, referente a estatísticas descritivas da idade por género, grupo etário e habilitação literária.

Tendo em consideração a análise acima apresentada sobre o grupo etário, os inquéritos foram aplicados, sobretudo à população jovem que constituí a força ativa e agentes que precisam de ser informados, sensibilizados e educados sobre os valores como a sociabilidade, a confiança, a solidariedade, a entreajuda e a participação, preparando-os para o exercício da cidadania e, sendo assim, a participação, sobretudo no processo de desenvolvimento das comunidades piscatórias da ilha de Santiago.

É de referir que, dos inquiridos, 42,4% e 27,9% declararam ter o ensino básico e o ensino secundário incompletos, respetivamente. Os habilitados com o ensino básico completo (15,6%), ensino secundário completo (9,9%), ensino superior (3,4%) e os que não sabem ler e nem escrever (0,8%) [Tabela 6]. Assim, o ensino básico incompleto é a habilitação literária predominante, seguida do ensino secundário incompleto, o que apesar de não existir uma correlação absoluta e direta entre a educação e o desenvolvimento, essa situação é preocupante, uma vez que, por um lado, quanto maior forem as habilitações e formações académicas das pessoas, maior poderá ser a capacidade, a preparação e os conhecimentos indispensáveis a participação ativa das pessoas no processo de desenvolvimento comunitário, o que poderá ser extensivo às comunidades piscatórias da ilha de Santiago e, por outro, o reforço do Índice de Capital Social (ICS), será, em princípio, mais fácil quanto mais elevadas forem as habilitações e formações académicas dos membros dessas comunidades. Ainda, tendo em consideração que a educação e a formação [Tabelas 6 e 8], podem constituir-se em alavancas do processo de desenvolvimento, o que requer a adoção de medidas de políticas e estratégias conducentes a melhorar o nível de educação e de preparação técnica das pessoas das comunidades piscatórias, para além de inclusão, nos curricula e/ou implementação, dos conteúdos que promovam valores como a sociabilidade, a confiança, a solidariedade, a entreajuda e a participação. Ainda, na Tabela 7 estão os dados sobre a caraterização dos inquiridos em função das variáveis habitação e tempo de residência dos inquiridos nas suas respetivas comunidades.

Tabela 7: Caraterização dos inquiridos em função das variáveis habitação e tempo de residência na comunidade

Variável		N.º de Respostas	Percentagem
Habitação	Casa própria	134	39,4
	Casa dos familiares	168	49,4
	Casa arrendada	38	11,2
Tempo de residência na comunidade (em anos)	Até 10	61	18,4
	De 11 aos 25	153	46,1
	De 26 aos 40	81	24,4
	De 41 aos 55	32	9,6
	Mais de 55	5	1,5

Fonte: Resultado da investigação com base nos dados dos inquéritos (2011)

No que tange a habitação, constata-se, em conformidade com os dados da Tabela 7 que 49,4% dos inquiridos estão em casa dos familiares, geralmente dos pais, 39,4% e 11,2%, dos mesmos, têm casa própria e arrendada, respetivamente, o que evidencia que a habitação predominante é a casa dos familiares seguida da casa própria. Essa situação evidencia uma certa dependência familiar, sobretudo do(a)s filho(a)s, maiores de idade bem como do(a)s neto(a)s, em relação aos pais, avós, o que pode condicionar a afirmação pessoal e, sendo assim, a autonomia económica e financeira, dos mesmos, com reflexos a vários níveis, nomeadamente na educação e na formação, bem como na resolução dos seus problemas e na realização dos investimentos em atividades geradoras de rendimentos. Ainda, 46,1% dos inquiridos residem, de 11 a 25 anos, nas suas respetivas comunidades, 24,4%, dos mesmos, de 26 aos 40 anos, 18,4% têm de 1 aos 10 anos, e apenas 9,6% e 1,5% responderam que são residentes de 41 aos 55 anos, e mais de 55 anos, respetivamente.

As estatísticas descritivas das idades dos inquiridos constam dos Quadros 14 e 15 que se encontram a seguir:

Quadro 14: Estatísticas descritivas das idades dos inquiridos

N = nº de observações		340
Média das idades		30,32
Erro padrão para a média		0,648
Mediana		28,00
Moda		22
Desvio padrão		11,948
Variância		142,750
Medida de assimetria		0,881
Erro padrão para a assimetria		0,132
Curtose/achatamento		0,064
Erro padrão para curtose/achatamento		0,264
Intervalo de variação entre os dois extremos		52
Mínima		15
Máxima		67
Percentis	25	21,00
	50	28,00
	75	38,75

Fonte: Resultado da investigação com base nos dados dos inquéritos (2011)

De acordo com os dados do Quadro 14 foram considerados 340 casos válidos (amostra do estudo), sendo a idade média dos inquiridos de 30,32, com um erro padrão para a média (*Std. Error of Mean)* das idades igual a 0,648, o que significa que a variação entre a média calculada (30,32) e a média de outras amostras aleatórias de igual dimensão é de 0,648 anos. A mediana é de 28, o valor central que acumula, até si, 50% das observações na sucessão de observações da variável idade, ou seja 50% dos indivíduos inquiridos têm idades inferiores ou iguais a 28, e os outros 50% têm idades superiores ou iguais a 28, e a idade mais frequente (moda) é de 22 anos.

O desvio padrão e a variância são de 11,948 e 142,750, respetivamente, o que indica uma alta dispersão dos valores observados para a variável idade em torno da sua média. Ainda, de acordo com o valor da medida de assimetria que indica o grau de afastamento da distribuição dos valores para a variável, do seu eixo de simetria onde a média, a moda e a mediana são iguais, é de realçar que os dados da variável idade tem uma distribuição assimétrica positiva, uma vez que o quociente obtido entre a medida de assimetria (0,881) e o seu erro padrão (0,132), de 6,67, é maior que 1,96 e os valores da média, moda e mediana não são iguais, sendo que o valor da moda é menor que o da mediana, e esta menor que a média [Quadro14].

No concernente ao quociente entre o coeficiente de achatamento/curtose (0,064) e o seu erro padrão (0,264), o resultado obtido é de 0,24. Comparando esse valor com o coeficiente de curtose de uma distribuição de frequência padrão ou normal que é de 0,263, evidencia-se que o valor obtido é menor que 0,263, sendo nesse caso a distribuição chamada de leptocúrtica [Quadro14].

No que diz respeito à variação das idades constata-se através dos dados que as mesmas variam entre os 15 (mínima) e os 67 (máxima) anos, sendo a amplitude de variação entre os dois extremos de 52 anos [Quadro14].

Tendo em consideração a idade mínima (15 anos) e a idade média (30,32 anos), pode-se realizar investimentos e educação para valores como a cooperação, a particiapção em ações voluntárias e projetos de desenvolvimento comunitário, a confiança, a solidariedade e entreajuda, a sociabilidade e inclusão social, bem como formação profissional, com realce para as áreas da pesca, o que poderá constituir em captial humano para a mobilização dos recursos indispensáveis ao desenvolvimento das comunidades piscatórias da ilha de Santiago.

No Quadro 15 apresentam-se os dados complementares aos dados do Quadro 14 respeitantes as estatísticas descritivas das idades dos inquiridos.

Quadro 15: Estatísticas descritivas das idades dos inquiridos

	Estatística			Estimativa do erro
Idade	Média das idades		30,32	0,648
	95% Intervalo de confiança para a média	Limite inferior	29,05	
		Limite superior	31,60	
	5% Média aparada		29,51	
	Mediana		28,00	
	Variância		142,750	
	Desvio padrão		11,948	
	Mínima		15	
	Máxima		67	
	Intervalo de variação		52	
	Intervalo interquartil		18	
	Medida de assimetria		0,881	0,132
	Curtose/achatamento		0,064	0,264

Fonte: Resultado da investigação com base nos dados dos inquéritos (2011)

De acordo com os dados do Quadro 15, a idade média dos inquiridos é de 30,32 anos (Mean), e a média de outras amostras aleatórias de igual dimensão apresenta uma diferença de 0,648 anos (erro padrão para a média), e há 95% de confiança que o verdadeiro valor da média das idades está compreendido no intervalo de 29,05 a 31,60.

A mediana ou percentil 50 indica que metade dos inquiridos tem até 28 anos, o que constitui a idade que acumula até si 50% das observações, demonstrando que se pode considerar que metade dos inquiridos está na faixa etária considerada jovem [Quadro15].

É de frisar que a variância é de 142,750, e o desvio padrão de 11,948 denota uma alta dispersão (coef. Variação, 11,948/30,32=39%). Isto é, quanto menos dispersos estiverem os valores da variável idade em relação à média, menor será o desvio padrão, e assim sucessivamente (variância e desvio padrão) [Quadro15].

O coeficiente de skeweness (medida de assimetria) é de 0,881 e seu *Std Error* (estimativa do erro) é de 0,132, o quociente entre estes dois valores é igual a 6,67. Como o resultado é positivo, ou seja, maior que 2, e a distribuição é assimétrica positiva. Assim, no concernente ao curtose (achatamento) erro padrão para curtose (achatamento) = 0,24, sendo assim, a *Kurtosis* é menor que 0,263, pelo que a distribuição é leptocúrtica [Quadros 14 e 15]. Ainda, é de frisar que as idades variam entre os 15 (mínima) e os 67 (máxima), sendo a amplitude do intervalo de variação de 52 anos [Quadros 14 e 15].

Os dados do Gráfico 6 são concernentes a frequência das idades dos inquiridos das comunidades piscatórias da ilha de Santiago.

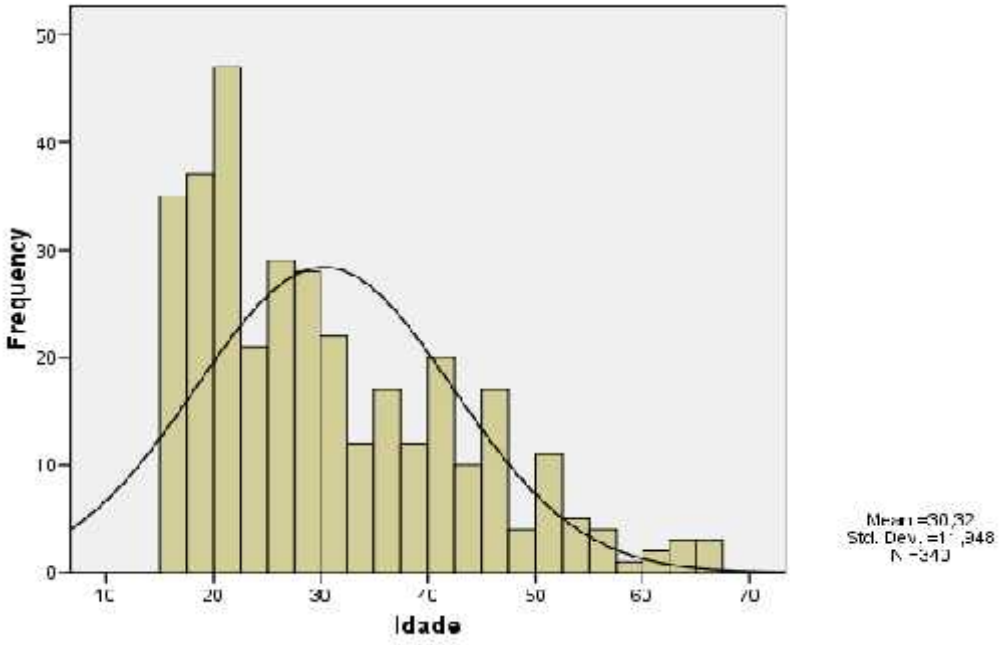


Gráfico 6: Frequência das idades dos inquiridos

Fonte: Resultado da investigação com base nos dados dos inquéritos (2011)

O Gráfico 6 ilustra que a idade que apresenta mais casos está situada entre os 20 aos 23 anos. O número total de casos observados é de 340, sendo a idade média de 30, 32 com um desvio padrão de 11,948 anos. Assim, o histograma apresenta alta dispersão entre os dados, sendo a curva de frequência assimétrica positiva, em relação à sua frequência máxima, apresentando a sua cauda à direita.

Os dados do Quadro 16 são relativos ao cruzamento da variável género e idade dos inquiridos.

Quadro 16: Cruzamento da variável género e idade dos inquiridos

Género		N	Média	Desvio padrão	Erro-padrão para a média
Idade	Masculino	166	30,59	12,622	0,980
	Feminino	174	30,07	11,298	0,857

Fonte: Resultado da investigação com base nos dados dos inquéritos (2011)

Através do Quadro 16, depreende-se que foram inquiridos 166 indivíduos do sexo masculino e 174 do sexo feminino, verificando-se uma ligeira diferença, a mais, de 8 do sexo feminino, em relação ao sexo masculino.

No que tange ao cruzamento entre a variável género e a variável idade, é de referir que os indivíduos do sexo masculino são, em média, mais velhos, em 0,52 anos, do que os do sexo feminino, verificando-se uma ligeira diferença na média das idades entre os dois sexos, já que a média, das mesmas, é de 30,59 anos, com um desvio padrão de 12,622 anos, e para o sexo feminino de 30,07 anos, com um desvio padrão de 11,298. O *erro-padrão* para as médias das idades são de 0,980 e 0,857 para o sexo masculino e feminino, respetivamente, o que significa que a variação entre as médias calculadas (30,59 e 30,07), e a média de outras amostras aleatórias de iguais dimensões é de 0,980 e 0,857 anos, respetivamente para o sexo masculino e feminino [Quadro16].

Com base nos dados acima expostos, pode-se afirmar que os inquiridos do sexo masculino e feminino têm sensivelmete a mesma idade, embora o desvio padrão para as mulheres seja menor do que o dos homens, verificando o inverso em relação ao erro-padrão para a média.

A média de idade para ambos os sexos é sensivelmente igual a média total dos inquiridos, evidenciando assim que nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago a população é jovem, a semelhança do verificado a nível nacional, constituindo assim a força ativa que pode ser aproveitada para o desenvolvimento comunitário.

Na Tabela 8 estão os dados dos inquiridos sobre a educação, formação e fonte de rendimento

Tabela 8: Caraterização dos inquiridos sobre a educação, formação e fonte de rendimento

Variável	Categoria	N,º de Respostas	Percentagem
Frequência nos estudos a quando do inquérito	Sim	67	19,7
	Não	273	80,3
Formação profissional[67]	Sim	65	19,2
	Não	273	80,8
Participação em ações de formação	Sim	27	8,0
	Não	309	92,0
Principal fonte do rendimento	Salário[68]	178	53,6
	Pensão	27	8,1
	Outro	127	38,3
Rendimento mensal do agregado familiar (em cve)	Inferior à 28.833	226	68,1
	De 28.833 à 43.250	83	25,0
	Superior à 43.250	23	6,9

Fonte: Resultado da investigação com base nos dados dos inquéritos (2011)

[67] Em Cabo Verde não há formação profissional em pesca e na transformação do pescado.

[68] O significado de *salário* nas comunidades piscatórias em Cabo Verde, nem sempre corresponde ao do Mundo Ocidental que requer um contrato, mas sim à uma renda pelo facto de se trabalhar por conta de outrem, nomeadamente na construção civil, agricultura e pesca.

Os dados da Tabela 8, relativos a frequência dos inquiridos nos estudos, mostram que 80,3%, dos mesmos, não se encontravam a estudar, e 19,7% responderam que estavam a frequentar os estudos. Essa situação é semelhante à formação profissional, sendo os que não têm formação profissional (80,8%) e os que não a têm (19,2). Ainda, é de frisar que 92,0 % dos inquiridos declararam que não participavam em ações de formação.

Com base nos dados da Tabela 8, a principal fonte de rendimento dos inquiridos é o salário (53,6%), seguida de outra fonte de rendimento, nomeadamente pequenos negócios, agricultura, pecuária e pesca (38,3%) e de pensão (8,1%), o que evidencia a fraca criação de riqueza e cultura empreendedora, sobretudo ligado a pesca, a agricultura, a pecuária, o turismo rural e comunitário, enquanto atividades geradoras de rendimentos e que podem absorver parte da população ativa. Ainda, é de realçar que, os pescadores e as peixeiras, bem como os que dependem da agricultura e da pecuária, geralmente não têm um rendimento fixo, não pagam impostos e nem estão abrangidos pelos serviços de segurança social.

Quanto aos dados do rendimento mensal do agregado familiar, a maioria dos inquiridos (68,1%), afirmaram que, o mesmo, é inferior à 28.833 escudos cabo-verdianos (€ 262.12), 25% decalraram que varia de 28.833 à 43.250 escudos cabo-verdianos (€ 262.12 a € 393.18) e 6,9% disseram que é superior a 43.250 escudos cabo-verdianos (> €393.18), o que significa que o rendimento familiar é baixo, o que poderá ter reflexo negativo no poder económico e, sendo assim, na aquisição de bens e serviços indispensáveis ao bem-estar social e na educação, sobretudo dos filhos, o que segundo Fiske John (1999:223), ao falar do mundo rural nos países subdesenvolvidos, afirma que, ao contrário da cidade, no campo e, sendo assim, nesse caso concreto, nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago que, na sua maioria, se situa em zonas rurais, onde para além da pesca, predominam a agricultura tradicional e uma economia de subsistência, em que utiliza a mão-de-obra infantil, verifica-se a estagnação, a cultura cíclica da pobreza e tradição, em vez de mudança, pelo que o rendimento do agregado familiar é, de uma forma geral, baixo [Tabela 8].

Face ao rendimento acima apresentado, as pessoas das comunidades piscatórias da ilha de Santiago deparam-se com problemas na aquisição de determinados bens essenciais a satisfação das necessidades sociais, com realce para os bens alimentícios, a habitação, o acesso a educação e formação profissional e os cuidados médicos e medicamentos.

A Tabela 9 refere-se às estatísticas descritivas da idade por género, grupo etário e habilitação literária.

Tabela 9: Estatísticas descritivas da idade dos inquiridos por género, grupo etário e habilitação literária

Variável/ categoria	Idade				
	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	N.º de Respostas
Género					
Masculino	30,59	12,622	16	67	166
Feminino	30,07	11,298	15	66	174
Grupo etário					
Adolescência	17,84	1,375	15	20	83
Idade adulta jovem	28,70	5,810	21	40	186
Idade adulta	47,47	4,934	41	60	64
Velhice	64,57	1,813	62	67	7
Habilitação literária					
Não sabe ler nem escrever	60,50	9,192	54	67	2
Ensino Básico incompleto	35,33	10,537	17	66	111
Ensino Básico completo	27,29	8,953	16	57	41
EnsinoSecundário incompleto	21,66	6,299	16	46	73
Ensino Secundário	21,31	5,555	15	42	26
Ensino Superior	25,22	7,823	19	40	9

Fonte: Resultado da investigação com base nos dados dos inquéritos (2011).

Tendo em consideração os dados da Tabela 9, ao comparar a variável quantitativa idade com a variável qualitativa género, os indivíduos do sexo masculino têm, em média, 31 anos, e os do sexo feminino têm, em média, 30 anos, a idade mínima dos inquiridos do sexo masculino é de 16 anos, e a do sexo feminino é de 15 anos, enquanto a idade máxima é de 67 e 66, respetivamente. Ainda, é de realçar que foram inquiridos mais indivíduos do sexo feminino (174) do que do sexo masculino (166).

Da comparação da variável quantitativa idade com a variável qualitativa grupo etário, destaca-se que os 83 adolescentes inquiridos têm, em média, 18 anos, sendo a idade mínima de 15 anos e a máxima de 20. Os 186 inquiridos na idade adulta jovem tem, em média, 29 anos, sendo, desta categoria, a mínima 21 anos e a máxima 40 anos. Os 64 respondentes na idade adulta, têm em média 48 anos, sendo a mínima de 41 anos e a máxima de 60 anos. Ainda, foram inquiridos 7 indivíduos que estão na velhice, sendo a idade média de 65 anos, a mínima de 62 anos e a máxima de 67 anos. Assim, é de frisar que a maioria dos inquiridos está na idade adulta jovem (186), seguidos dos adolescentes (83) e do grupo da idade adulta (64), e os que estão na velhice, que são apenas 7 inquiridos [Tabela 9].

Ao comparar a variável quantitativa idade com a variável qualitativa habilitações literárias, os 2 respondentes que não sabem ler nem escrever têm, em média, 61 anos, sendo que a mínima é de 54 anos e a máxima de 67 anos. Os 111 inquiridos com o ensino básico incompleto têm, em média, 35 anos, sendo a idade mínima de 17 anos e a máxima de 66 anos, e os 41 inquiridos com o ensino básico completo têm, em média 27 anos de idade, sendo a mínima de 16 anos e a máxima de 57 anos. Os 73 inquiridos com o ensino secundário incompleto têm, em média 22 anos de idade, sendo a idade mínima de 16 anos e a máxima de 46 anos, e os com o ensino secundário completo (26) têm, em média, 21 anos de idade, sendo a mínima é de 15 anos e a máxima é de 42 anos. Ainda, os 9 inquiridos com o ensino superior têm, em média, 25 anos, sendo que a mínima é de 19 anos e a máxima é de 40 anos. Da análise desses dados, constata-se que há predominância dos inquiridos com o ensino básico incompleto (111), os que não sabem ler e nem escrever têm idade média, mínima e máxima superior, ou seja, 61, 54 e 67 anos respetivamente, e os inquiridos com o ensino secundário completo a idade média é a mais baixa (21 anos), bem como a mínima (15 anos) e a máxima (42 anos) [Tabela 9].

É de referir que as pessoas das comunidades piscatórias da ilha de Santiago, em particular, e de Cabo Verde, no geral, estão em desvatangens no que diz respeito ao acesso a educação, ao comparar com as pessoas, sobretudo dos centros urbanos, o que condiciona a formação da massa crítica, enquanto condição indispensável ao exercício da cidadania ativa e a mobilização dos recursos necessários para o desenvolvimento dessas comunidades e, garantir assim o bem estar social e qualidade do meio ambiente.

A Tabela 10 apresenta as estatísticas descritivas da idade formação profissional e participação em ações de formação.

Tabela 10: Estatísticas descritivas da idade dos inquiridos em função da formação profissional e participação em ações de formação

Variável/ categoria	Idade				
	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	N.º de Respostas
Formação profissional					
Sim	29,14	8,780	18	54	65
Não	30,66	12,603	15	67	273
Participação em ações de formação					
Sim	26,26	8,658	16	47	27
Não	30,83	12,133	15	67	309

Fonte: Resultado da investigação com base nos dados dos inquéritos (2011)

Os dados relativos à comparação da variável quantitativa idade com a variável qualitativa formação profissional evidenciam que os inquiridos com formação profissional (65 inquiridos) têm, em média, 30 anos, sendo a mínima de 18 anos e a máxima de 54 anos e a idade média dos que não têm formação profissional (273 inquiridos) de 31 anos, sendo a mínima de 15 anos e a máxima de 67 anos. Assim, foram inquiridos mais os que têm formação profissional (273) dos que não a têm (65) [Tabela 10].

Ao comparar a variável quantitativa idade e a variável qualitativa participação em ações de formação, é de dizer que, dos inquiridos, 27 responderam, no momento do inquérito, que já tinham participado, sendo que a idade média destes é de 26 anos, sendo a mínima de 16 anos e a máxima de 47 anos, e os outros 309 respondentes, não se encontravam em ações de formação, tendo a idade média de 31 anos, com a idade mínima de 15 anos e a máxima de 67 anos [Tabela 10].

Na Tabela 11 que se encontra a seguir, constam as estatísticas descritivas da idade por variáveis concelho e habitação dos inquiridos.

Tabela 11: Estatísticas descritivas da idade dos inquiridos em função do concelho e de habitação

Variável/ categoria	Idade				
	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	N.º de Respostas
Concelho					
Ribeira Grande Santiago	28,26	11,010	17	59	50
Praia	27,24	14,358	15	64	50
São Domingos	34,92	13,227	17	67	40
Tarrafal	30,26	6,558	21	52	50
São Miguel	33,64	11,490	17	57	50
Santa Cruz	31,64	12,720	16	66	50
Santa Catarina	27,22	11,402	16	66	50
Habitação					
Casa própria	39,67	11,677	16	67	134
Casa dos familiares	23,18	6,461	16	47	168
Casa arrendada	28,95	8,899	15	52	38

Fonte: Resultado da investigação com base nos dados dos inquéritos (2011)

Da análise comparativa, através dos dados da Tabela 11, entre a variável quantitativa idade eas variáveis qualitativas concelho, habitação, tempo de residência na comunidade e meio familiar, é possível ver que os inquiridos do concelho de São Domingos apresentam a maior média de idades (34 anos) sendo a menor encontrada nos concelhos de Santa Catarina e da Praia (27 anos), sendo que a idade mínima encontrada, no concelho da Praia, é de 15 anos e a idade máxima é no concelho de São Domingos (67 anos).

Relativamente à comparação entre a variável idade e a variável habitação, constata-se que, em média, os inquiridos com casa própria têm aproximadamente 40 anos, sendo que no total de 134 inquiridos com casa própria, a mínima de idade encontrada é de 16 anos[69] e a máxima de 67 anos. Do total de 340 indivíduos inquiridos, 168 vivem em casa dos familiares e

[69] **Apresar de, em termos de estatísticas descritivas, a idade mínima dos inquiridos, com casa própria, é de 16 anos, não significa que, os mesmos, têm as suas próprias habitações.Essa informação decorre-se do intervalo mínimo utilizado para se efetuar o agrupamento das idades dos inquiridos.**

têm, em média, 23 anos. A menor idade encontrada para os inquiridos que vivem em casa dos familiares é de 16 anos e a maior idade de 47 anos. Em relação aos inquiridos que vivem em casas alugadas (38), estes têm em média 29 anos, sendo que a menor idade encontrada para os inquiridos que vivem em casas alugadas, é de 15 anos, e a maior valor de 52 anos [Tabela 11].

A Tabela 12 mostra as estatísticas descritivas da idade em função de residência e meio familiar dos inquiridos

Tabela 12: Estatísticas descritivas da idade dos inquiridos em função de residência e meio familiar dos inquiridos

Variável/ categoria	Idade				
	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	N.º de Respostas
Tempo de residência na comunidade (em anos)					
Até 10	26,85	9,443	15	52	61
De 11 a 25	24,06	7,714	16	54	153
De 26 a 40	35,93	8,786	26	66	81
De 41 a 55	47,53	5,842	35	64	32
Mais de 55	63,00	2,915	59	67	5
Meio familiar					
Só	29,85	6,475	18	42	20
Colegas	32,00	12,149	18	50	6
Família	30,32	12,233	15	67	314

Fonte: Resultado da investigação com base nos dados dos inquéritos (2011)

Com base nos dados da Tabela 12, ao se comparar a idade dos inquiridos com o tempo de residência destes na comunidade, verifica-se que os inquiridos que já vivem na comunidade num período até dez anos têm, em média, 27 anos, e os que vivem na comunidade de 11 a 25 anos e de 26 a 40 anos, têm em média 24 e 36 anos, respetivamente. Ainda, no que diz respeito aos inquiridos que vivem na comunidade entre 41 a 55 anos têm, em média, 48 anos, os com mais de 55 anos de vivência na comunidade têm, em média, 63 anos. Assim, da análise dos dados da Tabela 7, é de realçar que a maior parte (153) dos inquiridos já vivem na comunidade de 11 a 25 anos, sendo que apenas 5 inquiridos vivem na comunidade há mais de 55 anos.

Do cruzamento da variável idade com a variável qualitativa meio familiar é possível evidenciar que os inquiridos que responderam que vivem sozinhos têm, em média, 29 anos, sendo que a menor e a maior idade encontradas nesse grupo foram de 18 e 42 anos. A média de idade dos inquiridos que vivem com os colegas é de 32 anos, sendo a maior idade encontrada, para esse grupo, de 50 anos , e a menor de 18 anos. Os inquiridos que vivem com familiares têm, em média, 30 anos, sendo a maior idade encontrada para esse grupo de 67 anos e a menor de 15 anos. Assim, no geral, é de frisar que dos 340 inquiridos, 314 vivem com os familiares, 20 vivem sozinhos e apenas 6 vivem com os colegas [Tabela 12].

Na Tabela 13 estão apresentadas as estatísticas descritivas das idades dos inquiridos em função dos seus rendimentos.

Tabela 13: Estatísticas descritivas da idade dos inquiridos por rendimentos

Variável/ categoria	Idade				
	Média	**Desvio Padrão**	**Mínimo**	**Máximo**	**N.º de respostas**
Principal fonte de rendimento					
Salário	27,69	10,859	15	62	178
Pensão	38,33	17,052	17	67	27
Outro	32,74	11,077	16	64	127
Rendimento mensal do agregado familiar[70]					
Inferior a 28.833	31,07	12,119	16	67	226
De 28.833 a 43.250	29,87	11,108	15	66	83
Superior a 43.250	28,35	13,299	16	57	23

Fonte: Resultado da investigação com base nos dados dos inquéritos (2011)

[70] Para este estudo a escala do rendimento mensal do agregado familiar foi estabelecida com base no critério estabelecido no relatório dos objectivos do milénio para o desenvolvimento de Cabo Verde elaborado pelo Ministério das Finanças do Plano em 2004.

Com base nos dados da Tabela 13, ao se comparar a variável idade e a variável principal fonte de rendimento, constata-se que os inquiridos que têm como principal fonte de rendimento o salário, têm em média 28 anos, e os que têm como principal fonte de rendimento pensão e outros têm, em média, 38 e 33 anos, respetivamente. Para os inquiridos com principal fonte de rendimento o salário, a maior idade encontrada é de 62 anos e a menor idade é de 15 anos. Em relação aos que têm como principal fonte de rendimento a pensão a menor idade encontrada foi de 17 anos e a maior idade de 67 anos, e aos inquiridos cuja fonte de rendimento principal é outros rendimentos, a menor idade verificada é de 16 anos, sendo que a idade máxima verificada é de 64 anos.

Os inquiridos cujo o rendimento mensal do agregado familiar é inferior a 28.833 ECV(escudos cabo-verdianos), têm em média 31 anos, sendo que a idade mínima, para esse grupo, é de 16 anos e a idade máxima é de 67 anos. Os inquiridos cujo rendimento mensal do agregado familiar está compreendido entre 28.833 e 43.250 ECV (escudos cabo-verdianos) têm, em média, 30 anos, a idade mínima é de 15 anos e a máxima é de 66 anos. Ainda, os inquiridos, cujo rendimento mensal dos familiares é superior a 43.250 escudos cabo-verdianos, a idade média é de 28 anos, sendo a menor idade encontrada, nesse grupo, de 16 anos e a maior, de 57 anos. Assim, do total dos inquiridos, é de realçar que predomina-se o rendimento mensal do agregado familiar inferior à 28. 833 ECV (226 de 340 inquiridos) e maioria dos inquiridos têm como principal fonte de rendimento o salário (178) [Tabela 13].

Ao comparar a variável idade e a variável principal fonte de rendimento, bem como a análise sobre rendimento mensal do agregado familiar do inquridos, ressalta-se a necessidade de se reforçar a política social nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago, e que não seja dirigida necessariamente, de forma prioritária, à promoção do bem estar individual, mas sim ao bem-estar social, tendo presente que a essência da política social é a produção e distribuição social do bem estar, pelo que é crucial o resultado, em termos distributivos, das decisões e atividades de um amplo conjunto de instituições e Organizações Não Gorvenamentais (ONG) e organizações da Sociedade Civil (OSC), envolvendo não apenas rendimento, mas também um amplo conjunto de outros recursos sociais, com realce para a educaçãoe formação professional, a habitação e a saúde.

O Quadro 17 que se encontra a seguir apresenta os dados resultantes do cruzamento da variável género com as variáveis habilitação literária, frequência nos estudos, formação profissional, participação em ações de formação.

Quadro 17: Cruzamento da variável género com as variáveis educação e formação

Variavel/categoria		Género dos inquiridos			
		Masculino		Femenino	
		Nº de Respostas	%	Nº de Respostas	%
Habilitação literária	Não sabe ler nem escrever	1	50,0	1	50,0
	Ensino Básico incompleto	60	54,1	51	45,9
	Ensino Básico completo	15	36,6	26	63,4
	Ensino Secundário incompleto	38	52,1	35	47,9
	Ensino Secundário completo	12	46,2	14	53,8
	Ensino Superior	2	22,2	7	77,8
Frenquência nos estudos a quando do inquérito	Sim	39	58,2	28	41,8
	Não	127	46,5	146	53,5
Formação profissional	Sim	19	29,2	46	70,8
	Não	146	53,5	127	46,5
Participação em ações de formação	Sim	7	25,9	20	74,1
	Não	156	50,5	153	49,5

Fonte: Resultado da investigação com base nos dados dos inquéritos (2011)

Com base nos dados do Quadro 17, ao se cruzar a variável qualitativa género com a variável habilitação literária, constata-se que, apenas 2 dos 340 inquiridos não sabem ler e nem escrever, sendo 1 (um) do sexo feminino, e outro de sexo masculino, 111, dos mesmos, têm o ensino básico incompleto, entre os quais 60 (54,1%), são do sexo masculino e 51 (45,9%), do sexo feminino, uma diferença de menos 8,2%, dos inquiridos deste sexo, em relação aos do sexo masculino. Quanto aos 41 inquiridos habilitados com o ensino básico completo, 26 (63,4%) são do sexo feminino e apenas 15 (36,6%) do sexo masculino, verificando assim uma taxa de 26,8% de diferença entre os dois sexos. Ainda, 38 (52,1%) inquiridos, do sexo

masculino têm ensino secundário incompleto e 12 (46,2%) do mesmo sexo são habilitados com ensino secundário completo, 35 (47,9%) e 14 (53,8%), para cada uma dessas categorias de ensino, respetivamente, são do sexo feminino. Assim, é de frisar que o número dos inquiridos do sexo masculino com o ensino secundário incompleto é ligeiramente superior ao do sexo feminino, verificando o inverso em relação aos que possuem o ensino secundário completo. Dos 9 inquiridos com o ensino superior, 7 (77,8%) são do sexo feminino e 2 (22,2%) do sexo masculino, o que evidencia uma diferença, deste, de 55,6% a menos, e predominam-se os inquiridos com o ensino básico incompleto.

Do cruzamento da variável qualitativa género com a variável qualitativa frequência nos estudos, apenas 67 dos inquiridos responderam que frequentavam os estudos, sendo 39 (58,2%) do sexo masculino e 28 (41,8%) do sexo feminino, e os restantes 273 responderam que não estavam a frequentar os estudos, entre os quais, 146 (53,5%), do sexo feminino e 127 (46,5%), do sexo feminino [Quadro 17].

Relativamente ao cruzamento entre a variável género e a variável formação profissional, verifica-se que 65 dos inquiridos já tinham uma formação profissional, 46 (70,8%), dos mesmos, são do sexo feminino e 19 (29,2%) do sexo masculino, verificando assim uma superioridade numérica dos inquiridos do sexo feminino com formação profissional, na ordem de 27 (41,6%). Dos 273 respondentes que não possuíam formação profissional, 146 (53,5%) são do sexo masculino e 127 (46,5%) do sexo feminino, o que evidencia uma percentagem ligeiramente maior dos inquiridos do sexo masculino (7%) [Quadro 17].

Ao cruzar a variável género e a variável qualitativa frequência em ações de formação, é de realçar que 27 dos inquiridos frequentavam as ações de formação, sendo 20 (74,1%) do sexo feminino e 7 (25,9%) do sexo masculino. Verifica-se a predominância dos inquiridos que não frequentavam as ações de formação (309), entre os quais, 156 (50,5%) do sexo masculino e 153 (49,5%) do sexo feminino [Quadro 17].

Face a esse dados, pode-se depreender que, nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago, há dificuldade, sobretudo no acesso a educação e formação profissional, com reflexo negativo na formação da massa crítica e no excercíco da cidadania ativa, bem como a integração no mercado do trabalho.

No Quadro 18 estão os dados resultantes do cruzamento da variável género com as variáveis tempo de residência na comunidade, principal fonte do rendimento, rendimento mensal do agregado familiar, a habitação e meio familiar dos inquiridos.

Quadro 18: Cruzamento da variável género dos inquiridos com as variaveis tempo de residência na comunidade, habitação e meio familiar

Variável/categoria		Género dos inquiridos			
		Masculino		Feminino	
		Nº de Respostas	%	Nº de Respostas	%
Tempo de residência na comunidade (em anos)	Até 10	30	49,2	31	50,8
	De 11 aos 25	78	51,0	75	49,0
	de 26 aos 40	35	43,2	46	56,8
	De 41 aos 55	16	50,0	16	50,0
	Mais de 55	2	40,0	3	60,0
Principal fonte de rendimento	Salário	90	50,6	88	49,4
	Pensão	15	55,6	12	44,4
	Outra	59	46,5	68	53,5
Rendimento mensal do agregado familiar(escudos cabo-verdianos)	Inferior à 28.833	109	48,2	117	51,8
	De 28.833 à 43.250	38	45,8	45	54,2
	Superior à 43.250	13	56,5	10	43,5
Habitação	Casa própria	70	52,2	64	47,8
	Casa dos familiares	76	45,2	92	54,8
	Casa arrendada	20	52,6	18	47,4
Meio familiar	Só	8	40,0	12	60,0
	Colegas	2	33,3	4	66,7
	Família	156	49,7	158	50,3

Fonte: Resultado da investigação com base nos dados dos inquéritos (2011)

Tendo em consideração os dados do Quadro 18, no concernente a análise entre o cruzamento da variável género e a variável tempo de residência na comunidade, constata-se que dos 61 inquiridos que vivem na comunidade até 10 anos, 30 (49,2%) são do sexo masculino e 31 (50,8) do sexo feminino, pelo que, a esse respeito, não se regista uma diferença significativa entre os inquiridos. Dos 153 inquiridos residentes na comunidade, de 11 aos 25 anos, 78 (51,0%) são do sexo masculino e 75 (49,0%) do sexo feminino. Os que residem na comunidade, de 26 aos 40 anos são 81, sendo 46 (56,8%) do sexo feminino e 35 (43,2%) do sexo masculino. Ainda, 32 dos inquiridos, 16 por cada sexo, tem o tempo de residência, que varia de 41 aos 55 anos, e relativamente aos que vivem na comunidade a mais de 55 anos, 3 são do sexo feminino e 2 do sexo masculino. Assim, para ambos os sexos, predominam-se os inquiridos do sexo feminino (121), sendo 113 do sexo masculino, com o tempo de residência na comunidade de 11 aos 40 anos, e os que residem na comunidade à mais de 55 anos, foram os menos inquiridos (5), sendo 2 do sexo masculino e 3 do sexo feminino.

No que tange ao cruzamento entre a variável género e a variável principal fonte de rendimento, dos 178 inquiridos que responderam que é o salário, 90 (50,6%) são do sexo masculino e 88(49,4%) do sexo feminino, registando assim uma pequena diferença (1%), entre os mesmos, a esse respeito. Em relação aos 27 inquiridos cuja principal fonte de rendimento é a pensão, 15 (55,6%) são do sexo masculino e 12 (44,4%) do sexo feminino.Ainda, 127 inquiridos, sendo 68 (53,8%) do sexo feminino e 59 (46,5%) do sexo masculino, têm como principal fonte de rendimento outras rendas resultantes de atividades como os pequenos negócios, a pecuária, entre outras [Quadro 18].

Ao se cruzar a variável género e a variável rendimento mensal do agregado familiar, dos 226 inquiridos, cujo rendimento mensal do agregado familiar é inferior à 28.833 ECV (escudos cabo-verdianos), 109 (48,2%) são do sexo masculino e 117 (51,8%) do sexo feminino. Em relação aos 83 inquiridos, cujo esse rendimento varia de 28.833 ECV à 43.250 ECV, 45 (54,2%) são do sexo feminino e 38 (45,8%) do sexo masculino. Os 23 inquiridos cujo esse rendimento é superior à 43.250 ECV, 13 (56,5%) são do sexo masculino e 10 (43,5%) do sexo feminino, pelo que predominam-se os respondentes do sexo feminino, cujo rendimento familiar mensal é inferior à 28.833 ECV e os que o mesmo varia de 28.833 ECV à 43.250 ECV, totalizando 162 respondentes, com uma ligeira diferença em relação aos do sexo masculino.

Dos 23 inquiridos, cujo rendimento mensal do agregado familiar é superior à 43.250 ECV, 13 (56,2%) são sexo masculino, representando assim os menos inquiridos [Quadro 18].

Com base no cruzamento entre a variável género e a variável habitação, constata-se que 70 (52,2%) inquiridos, são do sexo masculino e 64 (47,8%) do sexo feminino, e dos 168 que vivem em casa dos familiares, 76 (45,2%) são do sexo masculino e 92 (54,8%) do sexo feminino. Ainda, dos inquiridos que estão em casas arrendadas (38), 20 (52,6%),são do sexo masculino e 18 (47,4%) do sexo feminino. Assim, é de realçar predominam-se os inquiridos do sexo masculino que vivem em casa própria e em casas arrendadas (90), verificando-se o inverso, em relação aos que vivem em casa dos familiares, e que são, na sua maioria, do sexo feminino (92) [Quadro 18].

No que diz respeito ao cruzamento da variável género com o meio familiar, dos inquiridos que vivem a sós, 8 (40%) são do sexo masculino e 12 (60%) do sexo feminino, e os que vivem com as colegas são apenas 6, sendo 2 (33,3%) do sexo masculino e 4 (66,7%) do sexo feminino, e verifica-se a predominância dos inquiridos que vivem com os familiares (314), sendo 156 (49,7%) do sexo masculino, e 158 (50,3%) do sexo feminino [Quadro 18].

5.2.Capital social das comunidades piscatórias da ilha de Santiago

A análise e discussão do nível de capital social dos inquiridos das comunidades piscatórias dos concelhos da ilha de Santiago, nomeadamente Ribeira Grande de Santiago, Praia, São Domingos, Santa Catarina de Santiago, Santa Cruz, Calheta de São Miguel e Tarrafal de Santiago, foram feitas tendo em consideração as variáveis do capital social - sociabilidade, confiança, solidareidade, entre-ajuda, reciprocidade e participação em ações voluntárias -, constantes das questões codificadas em 4.9, bem como as orientações estabelecidas em 4.10 do capítulo IV deste trabalho. Os resultados evidenciam, ainda, a participação relativa de cada variável na composição do Índice do Capital Social (ICS).

5.2.1. Nível geral do capital social

Os dados da Tabela 14 que se encontra a seguir referem-se ao Índice de Capital Social (ICS), bem como o peso relativo de cada variável na formação desse índice nas comunidades piscatórias dos concelhos da ilha de Santiago.

Tabela 14:Ìndice de capital social das comunidades piscatórias da ilha de Santiago

Questões	Concelhos da ilha de Santiago							
	RGST	PR	SD	SC	SZ	SM	TA	Ilha de Santiago
	Percentagem							
Q1	4,9	5,5	5,1	5,1	5,6	5,5	5,5	**5,3**
Q2	4,9	4,5	4,4	5,3	5,3	5,2	4,2	**4,8**
Q3	4,6	5,5	5,1	5,3	4,3	5,3	5,1	**5,0**
Q4	5,4	5,7	5,6	5,2	4,8	5,4	6,1	**5,5**
Q5	4,5	4,3	4,8	5,4	4,9	4,7	4,4	**4,7**
Q6	4,5	4,7	4,9	5,1	4,4	4,8	4,6	**4,7**
Q7	3,9	4,5	4,5	4,7	4,7	4,9	4,8	**4,6**
Q8	4,6	4,7	4,6	4,7	5,1	4,4	4,9	**4,7**
Q9	5,3	4,8	5,5	5,2	4,7	5,6	5,9	**5,3**
Q10	4,7	4,1	4,1	4,7	4,1	3,8	4,0	**4,2**
Q11	5,5	4,7	5,2	5,5	4,9	4,7	4,5	**5,0**
Q12	3,8	3,8	3,8	3,7	3,8	3,3	3,2	**3,6**
Q13	5,7	5,6	5,7	5,6	5,7	5,8	5,9	**5,7**
Q14	5,5	5,0	5,3	5,2	5,6	5,3	5,8	**5,4**
Q15	5,3	4,6	4,7	4,3	4,8	4,8	4,5	**4,7**
Q16	4,2	3,4	4,5	3,6	4,8	4,1	3,9	**4,1**
Q17	3,2	3,9	3,8	3,2	3,3	3,5	3,1	**3,4**
Q18	5,5	5,5	4,5	4,4	4,9	4,4	4,1	**4,8**
Q19	4,6	5,2	4,6	4,9	4,8	5,1	5,5	**5,0**
Q20	4,3	4,0	3,7	3,4	3,6	3,6	3,5	**3,7**
Q21	5,1	6,0	5,6	5,5	5,9	5,8	6,5	**5,8**
ICS	**0,77**	**0,70**	**0,80**	**0,82**	**0,73**	**0,80**	**0,69**	**0,76**

Sendo RGST (Ribeira Grande de Santiago); PR (Praia); SD (São Domingos); SC (Santa Catarina de Santiago); SZ(Santa Cruz); SM (São Miguel) ; TA (Tarrafal de Santiago)
Fonte: Resultado da investigação com base nos dados dos inquéritos (2011)

Para a análise e discussão dos resultados dos dados constantes da Tabela 14, teve-se em consideração os seguintes aspectos:

- Da Questão 1(Q1) à Questão 21(Q21), do concelho de Ribeira Grande de Santiago ao do Tarrafal, estão os dados relativos ao peso percentual, de cada indicador na composição do ICS. Ainda, em relação a ilha de Santiago, encontra-se a participação média em percentagem, de cada indicador (de Q1 à Q2);
- O somatório dos indicadores, de Q1 à Q2, por concelho, corresponde à 100%; e

- A última coluna na horizontal estão os dados sobre o peso relativo de cada concelho no ICS, e varia de 0 à 1, e no cruzamento dessa coluna com a da ilha de Santiago, encontra-se a média do ICS.

Os dados da Tabela 14 evidenciam que as variáveis que têm maior peso na formação do capital social, nas comunidades piscatórias do concelho de Ribeira Grande de Santiago são o diálogo entre pessoas da comunidade que não sejam parentes ou amigos (Q13) com uma participação de 0.044, a participação das pessoas da comunidade em eventos, nomeadamente palestras, intercâmbios desportivos, culturais e recreativos (Q11), visita aos vizinhos (Q14) e disponibilidade para falar, mesmo discordando com as outras pessoas (Q18), com igual contribuição na composição do Índice de Capital Social (0.042). A opinião sobre ajuda ao outro enquanto ajuda a si próprio (Q4), a obtenção de informação para a tomada de decisão (Q15), ambas com um peso de 0.041, a perceção quanto a segurança na comunidade (Q9) e a recetividade de pessoas das outras comunidades (Q21), com uma contribuição de 0.040 e 0.039, respetivamente. Esses dados evidenciam que nessas comunidades, há o peso significativo desses indicadores no ICS e, consequentemente, na socialização, solidariedade, entreajuda, reciprocidade, confiança entre pessoas e a participação em ações voluntárias.

Relativamente a obtenção de informação para a tomada de decisão (Q15), é de se referir que, a mesma, é um indicador importante para a formação ICS, e evidencia o grau de fluxo de informação e formação de redes sociais de comunicação, o que poderá excluir ou minimizar as eventuais limitações sobre a perceção de cidadania e a valorização da virtude cívica [Tabela 14].

É de realçar que o envolvimento nos projetos da comunidade (Q17), membro e participante ativo nas atividades da organização da comunidade (Q12), com o peso de 0.024 e 0.029, respetivamente, na formação do ICS, são os dois indicadores mais críticos e que condicionam o aumento do stock de capital social nessas comunidades, com reflexos negativos no processo de desenvolvimento das mesmas [Tabela 14].

Da análise supra sobre o nível de capital social das comunidades piscatórias da ilha de Santiago permitiu conhecer as diferenças a esse respeito, por concelho, o que com base nas análises feitas a esse respeito, e que se encontram a seguir, foi possível coompreender o nível do capital social nessas comunidades.

No concernente a confiança entre as pessoas da comunidade sobre os projetos de desenvolvimento comunitário (Q7), a ajuda ao vizinho que esteve doente ou com outro problema (Q16), a preferência ou não pela vivência entre pessoas com formas de pensar e viver diferentes (Q20), a ajuda voluntária aos grupos da comunidade (Q5), a participação das pessoas da comunidade em ações voluntárias (Q6), capacidade de fazer as pazes com os vizinhos, em caso de desavenças (Q19), a contribuição dos inquiridos no saneamento do meio (Q3), a união e ajuda mútua, em caso de necessidades (Q8), a participação dos inquiridos em eventos na comunidade, nomeadamente palestras, intercâmbios desportivos, culturais e recreativos (Q10), a perceção da valorização dos inquiridos pela comunidade (Q1) e a realização pessoal na comunidade (Q2) têm o peso na composição do ICS que varia de 0.030 à 0.037 [Tabela 14].

As variáveis que têm maior peso na composição do Índice de Capital Social (ICS), nas comunidades piscatórias do concelho da Praia, são a recetividade de pessoas das outras comunidades (Q21), a opinião sobre a ajuda ao outro enquanto ajuda a si próprio (Q4), com o peso de 0.043 e 0.041, respetivamente, seguidas da contribuição dos inquiridos no saneamento do meio (Q3), diálogo entre pessoas da comunidade que não sejam parentes ou amigos (Q13), disponibilidade para falar, mesmo discordando com as outras pessoas (Q18), com igual peso (0.039), são indispensáveis para a socialização entre as pessoas, a solidariedade e a participação em ações voluntárias [Tabela 14].

As variáveis realização pessoal na comunidade (Q2), ajuda voluntária aos grupos da comunidade (Q5), participação das pessoas da comunidade em ações voluntárias (Q6), confiança entre as pessoas da comunidade sobre os projetos de desenvolvimento comunitário (Q7), união e ajuda mútua, em caso de necessidades (Q8), perceção quanto à segurança na comunidade (Q9), participação dos inquiridos em eventos na comunidade, sobretudo palestras, intercâmbios desportivos, culturais e recreativos (Q10), bem como a participação das pessoas da comunidade em eventos, nomeadamente palestras, intercâmbios desportivos, culturais e recreativos realizados em outras comunidades (Q11), membro e participante ativo nas atividades da organização da comunidade (Q12), visita aos vizinhos (Q14), obtenção de informação para a tomada de decisão (Q15), ajuda ao vizinho que esteve doente, ou com outro problema (Q16), envolvimento nos projetos da comunidade (Q17), preferência ou não pela vivência entre pessoas com formas de pensar e viver diferentes (Q20), são os mais críticos.

Os indicadores apresentados anteriormente têm uma participação relativa na formação do ICS que varia de 0.024 à 0.034, o que pode condicionar o aumento do stock de capital social nessas comunidades, nomeadamente a sociabilidade, a confiança, a entreajuda, a solidariedade, a reciprocidade, a cooperação e a participação em ações voluntárias, com reflexos negativos na mobilização de recursos e na implementação de projetos comunitários [Tabela 14].

Ao analisar os dados Tabela 14, constata-se que, nas comunidades piscatórias do concelho de São Domingos, as variáveis com maior peso na formação do Índice de Capital Social (ICS) são a opinião sobre ajuda ao outro enquanto ajuda a si próprio (Q4), o diálogo entre pessoas da comunidade que não sejam parentes ou amigos (Q13), a recetividade de pessoas das outras comunidades (Q21), tendo igual contribuição no ICS (0.045), seguidas de perceção quanto à segurança na comunidade (Q9), de visita aos vizinhos (Q14), da participação das pessoas da comunidade em eventos, nomeadamente palestras, intercâmbios desportivos, culturais e recreativos (Q11) e a perceção da valorização dos inquiridos pela comunidade (Q1), com 0.044, 0.043, 0.042 e 0.041, respetivamente, no ICS, o que evidencia o peso, dos mesmos, na formação e no reforço do stock do capital social comunitário [Tabela 14].

A variável contribuição dos inquiridos no saneamento do meio (Q3) tem o peso de 0.040 no ICS, o que apesar de ser relativamente baixo, ao se comparar com o peso dos indicadores acima apresentados, evidencia uma participação considerável das pessoas nas questões ambientais [Tabela 14].

A realização pessoal na comunidade (Q2), a confiança entre as pessoas da comunidade sobre os projetos de desenvolvimento comunitário (Q7), a ajuda ao vizinho que esteve doente, ou com outro problema (Q16), disponibilidade para falar, mesmo discordando das outras pessoas (Q18), a união e ajuda mútua, em caso de necessidades (Q8), capacidade de fazer as pazes com os vizinhos, em caso de desavenças (Q19), a ajuda voluntária aos grupos da comunidade (Q5), a obtenção de informação para a tomada de decisão (Q15) e a participação das pessoas da comunidade em ações voluntárias (Q6), apesar de terem um certo peso na formação do ICS, que varia de 0.035 à 0,039, precisam de ser aumentados, para que haja o reforço do sentido de pertença à comunidade, da solidariedade, da união entre as pessoas, da participação em ações voluntárias, da solidariedade, da sociabilidade e do fluxo de informação e, sendo assim, o exercício da cidadania [Tabela 14].

Os indicadores mais críticos são a preferência ou não pela vivência entre pessoas com formas de pensar e viver diferentes (Q20), membro e participante ativo nas atividades da organização da comunidade (Q12), envolvimento nos projetos da comunidade (Q17) e a participação dos inquiridos em eventos na comunidade, nomeadamente palestras, intercâmbios desportivos, culturais, e recreativos (Q10), com o peso que varia de 0.029 à 0.033, na formação do ICS, apesar de serem indispensáveis ao reforço das variáveis como a sociabilidade e a participação dos membros dessas comunidades em ações voluntárias e, sendo assim, o reforço do stock do capital social comunitário [Tabela 14].

Ao analisar os dados da Tabela 14, constata-se que as variáveis que têm maior peso na formação do Índice de Capital Social (ICS) são o diálogo entre pessoas da comunidade que não sejam parentes ou amigos (Q13), a participação das pessoas da comunidade em eventos, como palestras, intercâmbios desportivos, culturais e recreativos (Q11) a recetividade de pessoas das outras comunidades (21), a ajuda voluntária aos grupos da comunidade (Q5), com o peso que varia de 0.046 à 0.044, seguidas de realização pessoal na comunidade (Q2), a contribuição dos inquiridos no saneamento do meio (Q3), a opinião sobre ajuda ao outro, enquanto ajuda a si próprio (Q4), a perceção quanto a segurança na comunidade (Q9) e a visita aos vizinhos(Q14), com igual contribuição no ICS (0.043), o que evidencia, sobretudo uma certa reciprocidade, sociabilidade, solidariedade, confiança e participação nessas comunidades [Tabela 14].

É de referir que a participação das pessoas da comunidade em ações voluntárias (Q6), a confiança entre as pessoas da comunidade sobre os projetos de desenvolvimento comunitário (Q7), tem o peso de 0.041 e 0.039 no ICS, respetivamente, capacidade de fazer as pazes com os vizinhos, em caso de desavenças (Q19), com uma contribuição de 0.040, bem como a união e ajuda mútua, em caso de necessidades (Q8), a participação dos inquiridos em eventos na comunidade, nomeadamente palestras, intercâmbios desportivos, culturais e recreativos (Q10), com igual participação (0.038), o que apesar do seu peso relativo na composição do ICS dessas comunidades, se forem reforçados, poderão contribuir para o aumento do stock do capital comunitário [Tabela 14].A esse respeito, Durston (2000) *apud* Fonseca (2011:130) considera que certas relações sociais, que combinam atitudes de confiança com condutas de reciprocidade e cooperação, podem proporcionar maiores benefícios aos que as possuem, em comparação com aquilo a que se poderia chegar sem este ativo.

Relativamente aos indicadores como o envolvimento nos projetos da comunidade (Q17), a preferência ou não pela vivência entre pessoas com formas de pensar e viver diferentes (Q20) e a ajuda ao vizinho que esteve doente, ou com outro problema (Q16), são os três indicadores mais críticos e com o menor peso na composição do ICS, e variam de 0.026, 0.028, 0.030, respetivamente, o que condiciona o aumento do stock de capital social nessas comunidades, uma vez que estão relacionados com a variável participação, sobretudo nos projetos comunitários, a sociabilidade e a receprocidade entre as pessoas, a solidariedade e entreajuda [Tabela 14].

Com base nos dados da Tabela 14, as variáveis que, nas comunidades piscatórias do concelho de Santa Cruz, têm maior peso na formação do índice de capital social (ICS) são a recetividade de pessoas das outras comunidades (Q21), o diálogo entre pessoas da comunidade que não sejam parentes ou amigos (Q13), com um peso de 0.044 e 0.042, respetivamente, e a perceção da valorização dos inquiridos pela comunidade (Q1) e a visita aos vizinhos (Q14), com igual contribuição na formação do ICS (0.041), o que e se for reforçado poderá contribuir para o aumento do capital social comunitário, sobretudo a sociabilidade e a solidariedade [Tabela 14].

É de realçar que os indicadores como membro e participante ativo nas atividades da organização de comunidade (Q12), a preferência ou não pela vivência entre pessoas com formas de pensar e viver diferentes (Q20) e envolvimento nos projetos da comunidade (Q17), são os mais críticos e com uma contribuição na formação do ICS de 0.028, 0.026 e 0.024, respetivamente, o que revela uma certa fraqueza nas variáveis importantes na composição do capital social, como a sociabilidade e a participação, inspensáveis ao aumento do stock de capital social comunitário [Tabela 14].

Em Cabo Verde e, particularmente, na ilha de Santiago, as comunidades piscatórias apresentam défice significativo, sobretudo em termos de envolvimento das pessoas nos projetos de desenvolvimento da comunidade, vivência entre pessoas com formas de pensar e viver diferentes e ajuda ao vizinho que esteve doente, ou com outro problema, enquanto indicadores importantes na composição do Índice do Capital Social e, sendo assim, no desenvolvimento comunitário e na resolução dos problemas sócioeconómicos que se deparam, bem como a diminuição da pressão sobre o meio ambiente.

A opinião sobre ajuda ao outro enquanto ajuda a sí próprio (Q4), a perceção quanto a segurança na comunidade (Q9), a obtenção de informação para a tomada de decisão (Q15) e ajuda ao vizinho que esteve doente, ou com outro problema (Q16), capacidade de fazer as pazes com os vizinhos, em caso de desavenças (Q19) têm igual contribuição (0.035), na composição do ICS, e a confiança entre as pessoas da comunidade sobre os projetos de desenvolvimento comunitário (Q7), têm um peso relativamente baixo no ICS (0.034), apesar de serem indicadores importantes para o aumento do capital social comunitário, com realce para a solidariedade, a segurança, o fluxo de informação e a formação de redes sociais de comunicação e, sendo assim, a cidadania e a valorização da virtude cívica [Tabela 14].

A ajuda voluntária aos grupos da comunidade(Q5), a participação das pessoas da comunidade em eventos, nomeadamente palestras, intercâmbios desportivos, culturais e recreativos (Q11) e disponibilide para falar, mesmo discordando com as outras pessoas (Q18), apesar de terem um peso relativo de 0.036 no ICS, se forem reforçados, poderão contribuir para o aumento da participação das pessoas em ações voluntárias, a sociabilidade e o pensamento crítico [Tabela 14].

Com base na análise da Tabela 14, as variáveis com maior peso na formação do Índice de Capital Social nas comunidades piscatórias de São Miguel são o diálogo entre pessoas da comunidade que não sejam parentes ou amigos (Q13) e a recetividade de pessoas das outras comunidades (Q21), com igual peso (0.046), na formação do ICS, a perceção quanto a segurança na comunidade (Q9), com 0,045, a perceção da valorização dos inquiridos pela comunidade (Q1) e a opinião sobre ajuda ao outro enquanto ajuda a si próprio (Q4), com igual contribuição (0.043), seguidas de realização pessoal na comunidade (Q2), da contribuição dos inquiridos no saneamento do meio (Q3), da visita aos vizinhos (Q14), tendo igual participação (0.042), o que se for reforçado poderá contribuir para o aumento do stock do capital social comunitário, com realce para a sociabilidade, a solidariedade e a entreajuda, a participação voluntária e, sendo assim, o exercício da cidadania, com reflexos positivos na mobilização dos recursos, na realização de investimentos e na resolução dos problemas comunitários [Tabela 14].

È de referir que o desenvolvimento das comunidades piscatórias da ilha de Santiago e, sendo assim, a melhoria das condições de vida das populações passam, em parte, pelo reforço dos indicadores acima analisados.

É de frisar que a ajuda ao vizinho que esteve doente com outro problema (Q16), disponibilidade para falar, mesmo discordando com as outras pessoas (Q18), a união e ajuda mútua, em caso de necessidades (Q8), a ajuda voluntária aos grupos da comunidade (Q5), a participação das pessoas das comunidades em eventos, nomeadamente palestras, intercâmbios desportivos, culturais e recreativos (Q11), a participação das pessoas da comunidade em ações voluntárias (Q6), a obtenção de informação para a tomada de decisão (Q15) e a confiança entre as pessoas da comunidade sobre os projetos de desenvolvimento comunitário têm o peso relativo na formação do ICS que varia de 0.032 à 0.039, e se forem reforçados, poderão contribuir para o aumento do stock do capital social comunitário, com destaque para a solidariedade, a reciprocidade, a sociabilidade e a participação em ações voluntárias e, sendo assim, ao exercício da cidadania [Tabela 14].

Os indicadores mais críticos são, por ordem decrescente, a participação dos inquiridos em eventos na comunidade, nomeadamente palestras, intercâmbios desportivos, culturais e recreativos (Q10), a preferência ou não pela vivência entre pessoas com formas de pensar e viver diferentes (Q20), envolvimento nos projetos da comunidade (Q17) e membro e participante ativo nas atividades da organização da comunidade (Q12), com o peso de 0.030, 0.029, 0.028 e 0.026, respetivamente, o que evidencia uma certa fraqueza nos indicadores importantes para o reforço do stock do capital social comunitário, nomeadamente a sociabilidade, a participação em ações voluntária [Tabela 14].

As dificuldades sócioeconómicas por que passam as comunidades piscatórias da ilha de Santiago, e com reflexos negativos sobre o saneamento do meio e a degradação do ambiente devem-se, em certa medida, ao baixo nível de escolaridade das pessoas das comunidades piscatórias da ilha de Santiago, o que não propicia a formação e ou/ desenvolvimento da massa crítica nessas comunidades o exercício da cidadania ativa, consciente e responsável, constituindo assim num entrave ao desenvolvimento comunitário e, sendo assim, o acesso aos bens e serviços como a educação e a formação profissional, aos cuidados médicos e medicamentosos, a habitação condígna indispensáveis a uma melhor qualidade de vida.No entanto, na base dessa situação estão as políticas públicas desajustadas da realidade.

De acordo com os dados da Tabela 14, as variáveis com maior peso na composição do Índice do Capital Social (ICS), nas comunidades piscatórias do concelho do Tarrafal de Santiago são a recetividade de pessoas das outras comunidades (Q21), a opinião sobre ajuda ao outro enquanto ajuda a si próprio (Q4), com o peso de 0.046 e 0.042, respetivamente, seguidas da perceção quanto a segurança na comunidade (Q9), do diálogo entre pessoas da comunidade que não sejam parentes ou amigos (Q13), com igual contribuição, (0.041), a visita aos vizinhos (Q14), com uma participação de 0.040. Ainda, a perceção da valorização dos inquiridos pela comunidade (Q1), capacidade de fazer as pazes com os vizinhos, em caso de desavenças (Q19), têm igual peso (0.038), no ICS, e a contribuição dos inquiridos no saneamento do meio (Q3), a união e ajuda mútua, em caso de necessidades (Q8), a confiança entre as pessoas da comunidade sobre os projetos de desenvolvimento comunitário (Q7) e a participação das pessoas da comunidade em ações voluntárias (Q6), com o peso de 0.035, 0.034 e 0.033, 0.032, respetivamente, e a participação das pessoas da comunidade em eventos, com destaque para palestras, intercâmbios desportivos, culturais e recreativos (Q11) e a obtenção de informação para a tomada de decisão (Q15), contribuindo igualmente com 0.031, devem ser reforçados, visto que são indispensáveis ao aumento do stock do capital social comunitário, sobretudo a sociabilidade, a confiança, a solidariedade, a entreajuda, a reciprocidade e a participação em ações voluntárias [Tabela 14].

Os indicadores mais críticos são a ajuda voluntária aos grupos da comunidade (Q5), a realização pessoal na comunidade (Q2), com uma contribuição de 0.030 e 0.029, cada, na formação do ICS, a participação dos inquiridos, em eventos na comunidade, nomeadamente palestras, intercâmbios desportivos, culturais e recreativos (Q10), disponibilidade para falar, mesmo discordando com as outras pessoas (Q18), com igual peso (0.028), a ajuda ao vizinho que esteve doente com outro problema (Q16), a preferência ou não pela vivencia entre pessoas com formas de pensar e viver diferentes (Q20), com participação 0.027 e 0.024, respetivamente no ICS, enquanto envolvimento nos projetos da comunidade (Q17) e membro e participante ativo nas atividades da organização da comunidade (Q12), têm igual peso (0.022), o que revela uma certa fraqueza em indicadores importantes na composição do capital social comunitário, com destaque para sociabilidade, a confiança, a solidariedade, a entreajuda reciprocidade e a participação em ações voluntárias [Tabela 14].

5.2.2. Capital social em função das variáveis do estudo

Os dados da Tabela 15 evidenciam os dados sobre o cruzamento entre as dimensões do capital social e os respectivos concelhos dos inquiridos.

Tabela 15: Cruzamento entre as dimensões do capital social e os respetivos concelhos dos inquirido

Variáveis consideradas		SISO	CORE	SOE	PAVOCO
Concelhos	Ribeira Grande Santiago	0,82	0,76	0,76	0,66
	Praia	0,72	0,76	0,68	0,66
	São Domingos	0,79	0,88	0,82	0,75
	Tarrafal	0,69	0,81	0,72	0,59
	São Miguel	0,81	0,91	0,77	0,72
	Santa Cruz	0,76	0,79	0,76	0,63
	Santa Catarina	0,83	0,89	0,77	0,78
Género	Masculino	0,75	0,81	0,75	0,67
	Feminino	0,80	0,84	0,75	0,69
Grupo etário	Adolescência	0,75	0,76	0,70	0,65
	Idade adulta jovem	0,78	0,84	0,77	0,70
	Idade adulta	0,77	0,87	0,78	0,68
	Velhice	0,73	0,94	0,81	0,69

SISO - Socialização e Inclusão Social; CORE -Confiança e Recetividade; SOE - Solidariedade e Entreajuda e; PAVOCO - Participação em Ações Voluntárias e Cooperação Comunitária[71]
Fonte: Elaboração com base nos dados dos inquéritos (2011)

De acordo com os dados da Tabela 15, ao se cruzar as variáveis do capital social com as variáveis concelhos, constata-se que o grau da socialização e de inclusão social é mais elevado no concelho de Santa Catarina de Santiago (0,83), seguidos de Ribeira Grande de Santiago

[71] As siglas SISO, CORE, SOE e PAVOCO são da minha autoria, cujo objetivo é apresentar uma melhor organização dos dados do quadro.

(0,82), São Miguel (0,81) e São Domingos (0,79), enquanto Tarrafal de Santiago é o concelho que tem esse índice mais baixo (0,69), sendo este inferior ao registado nos concelhos de Santa Cruz (0,76) e da Praia (0,72). A confiança e a recetividade é maior, por ordem de peso relativo, no concelho de São Miguel (0,91), Santa Catarina de Santiago (0,89) e São Domingos (0,88), seguidos de Tarrafal de Santiago (0,81) e de Santa Cruz (0,79), enquanto os concelhos de Ribeira Grande Santiago e da Praia apresentam igual valor e mais baixo (0,76), ao se comparar com os dos outros concelhos. Há mais solidariedade e a entreajuda no concelho de São Domingos (0,82), seguidos dos de São Miguel e de Santa Catarina de Santiago, tendo igual valor (0,77) e dos de Ribeira Grande de Santiago e de Santa Cruz, com o mesmo peso (0,76), enquanto Tarrafal de Santiago e da Praia são os que têm esse índice mais baixo, com 0,72 e 0,68, respetivamente. Ainda, a participação em ações voluntárias e a cooperação comunitária são mais elevadas, por ordem decrescente de contribuição, os de Santa Catarina de Santiago (0,78), São Domingos (0,75) e São Miguel (0,72), seguidos de Ribeira Grande Santiago e da Praia, com igual peso (0,66), Santa Cruz (0,63) e Tarrafal (0,59), sendo neste, regista-se o valor mais baixo [Tabela 15].

Ao analisar as variáveis do capital social, com base no género, é de realçar que o grau de sociabilização e de inclusão social é, ligeiramente, mais elevado no caso dos respondentes do sexo feminino (0,80) do que para os do sexo masculino (0,75), situação similar se verifica para a confiança e a recetividade, sendo de 0,84 e 0,81, respetivamente, e para as variáveis participação em ações voluntárias e cooperação comunitária, com 0,69 para os indivíduos do sexo feminino contra 0,67 para os do sexo masculino. Entretanto, as variáveis solidariedade e entreajuda, têm igual peso para ambos os sexos (0,75). Assim, de acordo com os dados do inquérito, as mulheres têm o capital social mais elevado do que os homens [Tabela 15].

Da análise das variáveis do capital social, tendo em consideração o grupo etário, constata-se que o nível de sociabilização e da inclusão social é elevado para os grupos etários idade adulta jovem (0,78) e idade adulta (0,77), e o valor mais baixo, das mesmas, encontra-se na faixa etária velhice(0,73), sendo este inferior ao da adolescência (0,75). Entretanto, no que concerne as variáveis confiança e recetividade, o valor é mais elevado na velhice (0,94) e na idade adulta (0,87), e na idade adulta jovem, o mesmo, é de 0,84 e, sendo assim, superior ao da adolescência (0,76). A solidariedade e a entreajuda variam, de uma forma geral, com o aumento da idade dos respondentes, sendo que o menor valor, das mesmas, verifica-se na adolescência (0,70) e o maior valor na velhice (0,81).

Tabela 16 diz respeito sobre o cruzamento das dimensões do capital social e das outras variáveis do estudo.

Tabela 16: Cruzamento entre as dimensões do capital social e as variáveis educação, habitação, meio familiar e tempo de residência dos inquiridos

Variáveis consideradas		SISO	CORE	SOE	PAVOCO
Habilitação Literária	Não sabem ler nem escrever	0,92	1,00	0,94	0,67
	Ensino Básico incompleto	0,77	0,85	0,78	0,69
	Ensino Básico completo	0,76	0,86	0,71	0,71
	Ensino Secundário incompleto	0,80	0,82	0,75	0,70
	Ensino Secundário	0,76	0,72	0,75	0,65
	Ensino Superior	0,78	0,74	0,69	0,74
Habitação	Casa própria	0,77	0,85	0,78	0,69
	Casa dos familiares	0,78	0,81	0,74	0,69
	Casa arrendada	0,75	0,81	0,73	0,64
Meio familiar	Só	0,77	0,77	0,75	0,67
	Colegas	0,76	0,74	0,76	0,68
	Família	0,77	0,83	0,75	0,68
Tempo de residência na comunidade (em anos)	Até 10	0,72	0,76	0,70	0,65
	De 11 aos 25	0,78	0,81	0,74	0,68
	De 26 aos 40	0,80	0,88	0,80	0,71
	De 41 aos 55	0,79	0,89	0,80	0,69
	Mais de 55	0,77	0,87	0,84	0,69
Frequência nos estudos	Sim	0,76	0,73	0,72	0,67
	Não	0,78	0,85	0,76	0,69

SISO - Socialização e Inclusão Social; CORE - Confiança e Recetividade; SOE - Solidariedade e Entreajuda e;PAVOCO - Participação em Ações Voluntárias e Cooperação Comunitária
Fonte: Elaboração com base nos dados dos inquéritos (2011).

Com base no cruzamento das variáveis do capital social e da habilitação literária, depara-se que, o grau de socialização e da inclusão social, para os respondentes que não sabem ler e nem escrever é maior (0,92), seguidos dos que possuem o ensino secundário incompleto (0,80), os habilitados com o ensino básico completo e o ensino secundário completo (0,76), os que têm o ensino básico incompleto (0,77) e ensino superior (0,78). A confiança e a recetividade é maior, por ordem decrescente, nos que possuem o ensino básico completo (0,86), o ensino básico incompleto (0,85), o ensino secundário incompleto (0,82), o ensino superior (0,74), valor este superior aos habilitados com o ensino secundário (0,72).Os inquiridos com o ensino básico incompleto são os que apresentam o maior grau de solidariedade e entreajuda (0,78), e o valor mais baixo, verifica-se nos que possuem o ensino superior (0,69), sendo este inferior aos habilitados com o ensino básico completo (0,71), e os que possuem o ensino secundário incompleto e completo apresentam igual valor (0,75). Ainda, é de referir que há maior participação em ações voluntárias e cooperação comunitária, por parte dos respondentes que possuem o ensino superior (0,74), seguidos dos habilitados com o ensino básico completo (0,71), ensino secundário incompleto (0,70) e ensino básico incompleto (0,69), e o menor grau, das mesmas, regista-se nos que possuem o ensino secundário completo (0,65). No entanto, é de referir que, de acordo com Aristóteles (1993:287) *apud* Vara Coomonte (1999:45), não há um consenso sobre o que deve ser ensinado aos jovens, nem quanto à virtude e a vida melhor, e nem está claro se convém atender mais a inteligência, ou se é o caráter da alma, situação essa que se aplica a Cabo Verde e, sendo assim, às comunidades piscatórias da ilha de Santiago [Tabela 16].

Com base no cruzamento das variáveis de capital social e a habitação dos inquiridos, depreende-se que o grau de sociabilização e de inclusão social é maior para os respondentes que vivem em casa dos familiares (0,78), seguidos dos que vivem em casa própria e sozinhos, com igual peso(0,77), e dos que vivem em casa alugada(0,75).A confiança e a recetividade é maior nos que vivem em casa própria (0,85), seguidos dos que vivem em casa dos familiares e casa alugada, com igual contribuição (0,81), sendo que, o peso para os que vivem sozinhos, é menor (0,77). O grau de solidariedade e de entreajuda é maior para os inquiridos que vivem em casa própria (0,78), seguidos dos que vivem sozinhos (0,75), em casas dos familiares (0,74) e casas alugadas (0,73), sendo este último, é o valor mais baixo [Tabela 16].

É de frisar que a participação nas ações voluntárias e a cooperação comunitária são maiores no caso dos que vivem em casas próprias e nas dos familiares, com o mesmo grau (0,69), seguido dos que vivem sozinhos (0,67), sendo este superior aos que vivem em casa alugada (0,64) [Tabela 16].

No respeitante ao cruzamento das variáveis do capital social com o meio familiar, constata-se que, para os inquiridos que vivem com a família, a socialização e a inclusão social é, ligeiramente, maior (0,77) dos que vivem com os colegas (0,76), situação idêntica se verifica para as variáveis a confiança e a recetividade, com 0,83 e 0,74, para cada sexo, respetivamente. Entretanto, o grau de solidariedade e da entreajuda é, ligeiramente, maior para os que vivem com os colegas (0,76) daqueles que vivem com os familiares (0,75), registando-se igual valor no que tange a participação em ações voluntárias e a cooperação comunitária (0,68) [Tabela 16].

Ao cruzar as variáveis do capital social com o tempo de permanência dos inquiridos na comunidade, verifica-se que o nível de socialização e de inclusão social é menor para os que, até 10 anos, vivem nessas comunidades, e é maior, por ordem decrescente, e com diferenças insignificantes, para os que vivem, nas respetivas comunidades, de 26 aos 40 anos (0,80), de 41 aos 55 (0,79), de 11 aos 25(0,78) e de mais de 55 anos (0,77). O grau da confiança e da recetividade, é maior para os que estão a viver nessas comunidades, de 41 aos 55 (0,89), de 26 aos 40 anos (0,88) e mais de 55 anos (0,87) e de 11 aos 25 anos (0,81), e o valor mais baixo, regista-se para os que aí vivem, até 10 anos (0,76). O grau de solidariedade e de entreajuda é maior, para os respondentes que vivem, nas suas comunidades, de 26 aos 40 anos e de 41 aos 55 anos, tendo igual valor (0,80), seguidos dos com o tempo de permanência de mais de 55 anos (0,84), de 11 aos 25 anos (0,74) e até 10 anos (0,70). Ainda, depreende-se que o nível de participação em ações voluntárias e cooperação comunitária é maior para os inquiridos com o tempo de permanências nas comunidades de 26 aos 40 (0,71), seguidos, por ordem decrescente, e com uma ligeira diferença, para os que estão, nessas comunidades, de 41 aos 55 anos e de mais de 55 anos, com igual peso (0,69) , e de 11 aos 25 anos (0,68), sendo menor para os, cujo esse tempo, é de até 10 anos (0,65).Assim, de uma forma geral, quanto maior for o tempo de permanência na comunidade, maior será o nível de capital social, nomeadamente a solidariedade e inclusão social, a confiança e a recetividade, a solidariedade e a entreajuda, bem como a participação em ações voluntárias e a cooperação comunitária [Tabela 16].

No respeitante ao cruzamento das variáveis do capital social e a frequência nos estudos, constata-se que o grau de socialização e da inclusão social é maior nos respondentes que não frequentam os estudos (0,78) do que para os que estão a frequentá-los (0,76), situação análogo se verifica para a confiança e a recetividade (0,85/0,73), a solidariedade e a entreajuda (0,76/0,72), e a participação em ações voluntárias e a cooperação comunitária (0,69/0,67).Assim, de acordo com os respondentes, o nível de capital social é maior para os que não estão a frequentar os estudos [Tabela 16].

O Quadro 19, que se encontra a seguir, apresenta os dados sobre o capital social dos inquiridos em função das variáveis género, grupo etário, habilitação literária e frequência nos estudos.

Quadro 19: Capital social dos inquiridos em função das variáveis género, grupo etário, habilitação literária e frequência nos estudos

Variáveis consideradas		**Capital social**
Género	Masculino	0,74
	Feminino	0,77
Grupo etário	Adolescência	0,72
	Idade adulta jovem	0,77
	Idade adulta	0,77
	Velhice	0,76
Habilitação literária	Não sabe ler nem escrever	0,87
	Ensino básico incompleto	0,76
	Ensino básico completo	0,76
	Ensino secundário incompleto	0,77
	Ensino secundário completo	0,73
	Ensino superior	0,75
Frequência nos estudos	Sim	0,73
	Não	0,76

Fonte: Resultado da investigação com base nos dados dos inquéritos (2011)

De acordo com os dados do Quadro 19, os inquiridos do sexo feminino têm o capital social mais elevado do que os do sexo masculino, sendo os valores de 0,77 e 0,74, respetivamente. Ainda, no que diz respeito ao grupo etário, o capital social é mais baixo na adolescência (0,72) e na velhice (0,76), e mais elevado na idade adulta jovem e na idade adulta, igual valor (0,77).

O ICS é mais elevado para os respondentes que não sabem ler e nem escrever (0,87), seguidos dos: i) habilitados com o ensino secundário incompleto (0,77); ii) ensino básico incompleto e completo, com igual capital social (0,76); iii) ensino superior (0,75) e; ensino secundário completo (0,73), sendo este o índice mais baixo, ao se comparar com os outros níveis de ensino. Ainda, o capital social, para os inquiridos que não estão a frequentar os estudos é de 0,76, e para os que não estão a frequentá-los, o mesmo, é de 0,73, evidenciando que o capital social é maior, para os que não estão a estudar. Assim, ao analisar o capital social dos respondentes, em função das habilitações literárias e de frequências nos estudos, conclui-se que o mesmo está acima da média estabelecida, por exemplo, nos estudos realizados pelo Banco Mundial (0,50). Entretanto, esse nível de capital social, não se traduz em termos de desenvolvimento das comunidades piscatórias da ilha de Santiago, pelo que, segundo Fernando Pinto (2004:119-120), é fácil distinguir saber escolar do saber comum empírico, é bem mais difícil, senão impossível, fazer essa distinção a propósito do saber que irá definir o nível de integração e participação dos jovens na sociedade e no Estado. Ainda, segundo esse autor, nunca aparecem bem definidos, nem no lugar, nem no tempo, nem o modo das aprendizagens necessárias, e pode até surgir suspeita de que a educação escolar pouco acrescenta, pelo menos de forma intencional, aos ensinamentos que, espontâneamente, os jovens assimilam nas múltiplas interações da sua experiência social, experiência essa que passa também, pelas situações de ações informais vividas na escola [Quadro 19].

Com base na análise dos dados supra, nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago, não há correlação direta entre o nível de educação e o de capital social, sendo este mais elevado para os respondentes que não sabem ler e nem escrever e para os que não estão a frequentar estudos, e o Índice de Capital Social (ICS) das pessoas é suportado pela tradição. Ainda, o capital social dos inquiridos a nível da ilha de Santiago é de 0,76 e, sendo assim, acima da média estabelecida (0,50), e aproveitado pelas pessoas na vida quotidiana, mas não se projeta para as iniciativas sem efeitos imediatos e, em consequência, pouco tem vindo a contribuir para o desenvolvimento dessas comunidades, evidenciando assim a necessidade da criação, nessas comunidades, de massas críticas através de educação para valores, como a solidariedade e entreajuda, a confiança, a sociabilidade e inclusão social, a cooperação, a participação em ações voluntárias e projetos de desenvolvimento comunitário.

No Quadro 20 constam os dados sobre o capital social dos inquiridos em função das variáveis concelhos, habitação, meio familiar e tempo de residência nas comunidades.

Quadro 20: Capital social dos inquiridos em função das variáveis concelhos, habitação, meio familiar e tempo de residência nas comunidades

Variáveis consideradas		Capital social
Concelhos dos inquiridos	Ribeira Grande Santiago	0,77
	Praia	0,70
	São Domingos	0,80
	Tarrafal	0,69
	São Miguel	0,80
	Santa Cruz	0,73
	Santa Catarina	0,82
Habitação	Casa própria	0,76
	Casa dos familiares	0,76
	Casa arrendada	0,73
	Só	0,74
Meio familiar	Colegas	0,74
	Família	0,76
Tempo de residência na comunidade (em anos)	Até 10	0,71
	De 11 aos 25	0,75
	De 26 aos 40	0,79
	De 41 aos 55	0,78
	Mais de 55	0,78

Fonte: Resultado da investigação com base nos dados dos inquéritos (2011)

Os dados do Quadro 20, evidenciam que Santa Catarina de Santiago é o concelho com o Índice de Capital Social (ICS) mais elevado (0,82), seguidos dos concelhos de São Domingos e São Miguel, com igual valor (0,80), Ribeira Grande de Santiago (0,77), Santa Cruz (0,73), Praia (0,70) e Tarrafal (0,69), sendo este último o concelho que apresenta o ICS mais baixo.

Os inquiridos que vivem em casas própria e nas dos familiares, têm igual capital social e mais elevado (0,76), e para os que vivem sozinhos e em casas alugadas, o mesmo, é de 0,74 e 0,73, respetivamente, sendo, este último, o valor mais baixo. Ainda, ao se analisar o capital social dos inquiridos em função dos seus meios familiares, constata-se que os que estão a viver com a família biológica têm o capital social mais elevado dos que estão com os colegas sendo, o mesmo, de 0,76 e 0,74, respetivamente [Quadro20]. Essa diferença em termos do nível de capital social justifica-se, em parte, pelo facto de, é no contexto familiar que se fortalecem

atitudes de aceitação da diferença e de tolerância, ou sentimentos de discriminação e intolerância (Correia, 2007:111).Ainda, para Caballo Villar (2007:36), a família é uma base indispensável ao desenvolvimento do sistema formativo integrado que pretende recair nas possibilidades educativas do território, o que pode ser extensivo às comunidades piscatórias da ilha de Santiago.

É de referir que os inquiridos que vivem nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago de 26 aos 40 anos apresentam o capital social mais elevado (0,79), ligeiramente superior aos com o tempo de permanência, nessas comunidades, de 41 aos 55 anos e de mais de 55 anos, com igual valor, ou seja, 0,78, seguidos dos que estão aí a residir de 11 aos 25 anos e até 10 anos, cujo capital social é de 0,75 e 0,71, respetivamente, o que, de uma forma geral, evidencia que o capital social aumenta com o tempo de permanência dos indivíduos nas comunidades em referência [Quadro20].

Na Tabela 17 estão apresentadas as estatísticas descritivas sobre o capital social dos inquiridos das comunidades piscatórias da ilha de Santiago.

Tabela 17: Estatísticas descritivas sobre capital social dos inquiridos das comunidades piscatórias da ilha de Santiago

			Estatística	Estimativa do erro
Capital social	Média		0,75598	0,005478
	95% Intervalo de confiança para média	Limite inferior	0,74520	
		Limite superior	0,76675	
	5% Média aparada		0,75760	
	Mediana		0,76190	
	Variância		0,010	
	Desvio padrão		0,101015	
	Mínimo		0,444	
	Máximo		1,000	
	Intervalo de variação		0,556	
	Intervalo interquartil		0,127	
	Medida de assimetria		-0,274	0,132
	Curtose/achatamento		-0,368	0,264

Fonte: Resultado da investigação com base nos dados dos inquéritos (2011)

De acordo com os dados do Tabela 17, a média do nível de capital social é de 0,76 e a média de outras amostras aleatórias de igual dimensão é apresenta uma diferença em 0,005, pode-se afirmar com 95% de confiança que o verdadeiro valor da média do nível de Capital Social está compreendido no intervalo de 0,75 a 0,77.

A mediana ou percentil 50 indica que metade dos inquiridos tem o peso de (0,76), o que constitui o capital social que acumula até si 50% das observações, demonstrando que pode considerar que metade de inquiridos está no nível de capital social elevado.

É de frisar que a variância é de 0,01, e o desvio padrão de 0,101 denota baixa dispersão (Coeficiente de Variação, 0,101/0,01= 10%). Isto é, quanto menos dispersos estiverem os valores da variável Capital Social em relação a média, menor será o desvio padrão, e assim sucessivamente.

O coeficiente de medida de assimetria é de -0,274 e seu *Error* (estimativa de erro) é de 0,132, o quociente entre estes valores é igual a -2,07. O nível de Capital Social para o coeficiente de medida de assimetria em relação a estimativa de erro é negativo, verifica-se que a distribuição é assimétrica negativa.

No concernente ao curtose (achatamento) e estimativa de erro padrão para curtose ou achatamento, o seu nível de Capital Social é de (-1,39), destaca-se que, com menor peso de Capital Social e sendo negativo, a distribuição é leptocúrtica.

Relativamente ao nível de capital social, verifica-se que, o peso mínimo é de 0,444 e opeso máximo de 1,000, sendo assim, o peso da amplitude do intervalo de variação de 0,556.

5.2.3. Dimensões do capital social estudado

Para analisar a dimensão do capital social *sociabilidade e inclusão social* a nível comunitário, é importante ter em consideração, entre outros indicadores, a disponibilidade para falar, mesmo discordando com as outras pessoas, a obtenção de informação para a tomada de decisão, a visita aos vizinhos, o diálogo entre pessoas da comunidade, que não sejam parentes, ou amigos, a participação dos inquiridos em eventos nas respetivas comunidades e nas outras comunidades, a capacidade de fazer as pazes com os vizinhos, em caso de desavenças, a preferência, ou não, pela vivência entre as pessoas com formas de pensar e viver diferentes, a perceção da valorização dos inquiridos pela comunidade e a realização pessoal na comunidade, o que, para este trabalho, foi feito com base nos dados da Tabela 18 que se encontra a seguir.

Tabela 18: Dimensão do capital social sociabilidade e inclusão social

Indicadores considerados	Percentagem			
	Não respondeu	Não	Às vezes	Sempre
Disponibilidade para falar, mesmo Discordando com as outras pessoas (Q18)	0,0	23,8	25,6	50,6
Obtenção de informação para a tomada de decisão (Q15)	0,0	19,4	37,1	43,5
Visita aos vizinhos (Q14)	0,0	5,6	31,5	62,9
Diálogo entre pessoas da comunidade, que não sejam parentes, ou amigos (Q13)	0,0	4,7	17,9	77,4
Participação dos inquiridos em eventos na comunidade (Q10)	0,0	37,1	24,1	38,8
Participação das pessoas da comunidade em eventos (Q11)	0,0	14,4	32,1	53,5
Capacidade de fazer as pazes com os vizinhos, em caso de desavenças (Q19)	0,0	15,6	32,1	52,0
Preferência, ou não, pela vivência entre Pessoas com formas de pensar e viver diferentes (Q20)	0,0	48,8	25,3	25,9
Perceção da valorização dos inquiridos pela comunidade (Q1)	0,0	7,9	31,8	60,3
Realização pessoal na comunidade (Q2)	0,0	18,5	32,1	49,4
Média dos indicadores	**0,0**	**19,6**	**29,0**	**51,4**

Fonte: Resultado da investigação com base nos dados dos inquéritos (2011)

Ao analisar os dados da Tabela 18 em relação à *disponibilidade dos inquiridos para falar, mesmo discordando com as outras pessoas (*Q18), constata-se que 50,6% dos mesmos, responderam que se sentem à vontade, a esse respeito, mesmo que as outras pessoas discordem com eles.

Com base na anáilse supra pode-se evidenciar uma certa confiança sobre as suas ideias e posições, e pode permitir uma discussão profícua em prol do desenvolvimento comunitário e, sendo assim, das comunidades piscatórias da ilha de Santiago. Entretanto, essa variável deve ser reforçada, tendo em consideração que 25,6%, dos respondentes, afirmaram que, às vezes, têm essa disponibilidade, e 23,8%, dos mesmos, não a têm. Assim, o diálogo é um instrumento que deve ser valorizado para esclarecer e resolver conflitos, através de respeito mútuo, independentemente da opinião, da origem social, política, religiosa, cultural e sexo de cada um .

No que diz respeito a *obtenção de informação para a tomada de decisão* (Q15), os inquiridos que responderam sempre representam 43,5%, às vezes (37,1%), e os que afirmaram que não sabem onde encontrar informação para a tomada de decisão são 19,4%, o que significa que esse indicador precisa de ser melhorado, uma vez que, para além de permitir o aproveitamento de oportunidades pessoais, é indispensável para a mobilização de recursos e, sendo assim, a concretização dos projetos comunitários, bem como a participação, dos mesmos, de forma ativa, consciente e responsável, no processo de desenvolvimento das comunidades piscatórias da ilha de Santiago, o que vai de encontro ao que António Baptista (2011:51) considera ao afirmar que em, praticamente, todas as comunidades piscatórias de Cabo Verde, o acesso à informação é um ponto negativo, e traz uma certa preocupação, pelo facto de que condiciona o fluxo de informação e a formação de redes sociais de comunicação e limita a perceção de cidadania e a virtude cívica.

É de referir que, no que tange ao indicador *visita aos vizinhos* (Q14), dos inquiridos, 62,9% e 31,5% responderam que visitaram sempre e às vezes, respetivamente, os seus vizinhos, apenas 5,6% afirmaram que não o fazem, o que evidencia a possibilidade de aumentar a contribuição, dos outros indicadores, na composição do Índice de Capital Social (ICS), nomeadamente o diálogo, a solidariedade, a entreajuda, a reciprocidade, bem como o reforço da confiança, o que poderá propiciar a participação, dos membros dessas comunidades, nos projetos de desenvolvimento comunitário.

O *diálogo entre as pessoas da comunidade, que não sejam parentes, ou amigos* (Q13), é bom, visto que, dos inquiridos, 77,4%, afirmaram que o fazem sempre, 17,9%, dialogam entre si, às vezes, e apenas 4,7%, deram respostas negativas.

Os dados a respeito a cima do indicador (Q3) apresentados anteriormente podem favorecer, o fluxo de informações, entre as pessoas dessas comunidades, e entre estas e as das outras comunidades, com reflexos positivos na sociabilidade, na confiança, na solidariedade, na entreajuda e na participação e, sendo assim no stock de capital social comunitário e no desenvolvimento sustentável das comunidades piscatórias da ilha de Santiago.

A *participação dos inquiridos em eventos na comunidade* (Q10)[72], entendida como a mera assistências das pessoas nesses eventos, nomeadamente palestras, intercâmbios desportivos, culturais, recreativos, ou outros, é baixa, uma vez que, dos inquiridos, os que, sempre, participam, nos mesmos, são apenas 38,8%, sendo 24,1%, às vezes, e 37,1% declararam que não terem participado, o que é preocupante, visto que revela fraqueza num indicador que é importante, e que pode contribuir para o aumento do stock de capital social comunitário, sobretudo o reforço da sociabilidade e da participação, sendo estas indispensáveis ao reforço do intercâmbio de informações, de ideias e de conhecimentos e, sendo assim, o exercício de uma cidadania mais ativa por parte das pessoas das comunidades piscatórias da ilha de Santiago, enquanto agentes mais informados, conscientes, motivados, atuantes e responsáveis no processo de desenvolvimento das mesmas, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida das pessoas dessas comunidades, e para António Baptista (2011:53), a participação nas atividades da comunidade e, particularmente, nas reuniões são indicadores críticos que condicionam o aumento do stock de capital social nas comunidades piscatórias em Cabo Verde. Ainda, se for reforçada a *participação dos inquiridos em eventos na comunidade* (Q10), poderá contribuir para o reforço das outras variáveis do capital social e, sendo assim, a mobilização de recursos indispensáveis ao desenvolvimento. Entretanto, é de realçar que as palestras, os intercâmbios desportivos, culturais, ou outros, são pouco realizados nessas comunidades e de qualidade questionável, sobretudo para o reforço do stock do capital comunitário.

A *participação dos inquiridos em eventos realizados nas comunidades piscatórias e/ou nas outras comunidades* (Q11), entendida como a mera assistências das pessoas nesses eventos, nomeadamente palestras, intercâmbios desportivos, culturais, recreativos, ou outros, é razoável, uma vez que, dos inquiridos, os que, sempre, participam, nos mesmos, representam 53,5%, sendo 32,1%, às vezes, e 14,4% deram respostas negativas, o que significa que, apesar de, a mesma ser positiva, há necessidade de uma maior assistência, nos mesmos, por parte das pessoas das comunidades piscatórias da ilha de Santiago, a esse respeito, o que poderá

[72] Nessas comunidades piscatórias, esses eventos, para além de serem poucas realizados, resta saber sobre a qualidade dos mesmos.

contribuir para o reforço das outras variáveis do capital social e, sendo assim, a mobilização de recursos indispensáveis ao desenvolvimento. Entretanto, é de realçar que esse indicador é relativamente mais elevado do que a *participação dos inquiridos em eventos na comunidade* (Q10), pelo facto de, nas outras comunidades, que não são piscatórias, realizam-se, esses eventos, com mais frequência, o que poderá explicar, em parte, o valor do Q11.

A *capacidade de fazer as pazes com os vizinhos, em caso de desavenças* (Q19), é razoável, uma vez que dos inquiridos, 52,0% responderam que, nessas situações, possuam-na, sempre, o que pode revelar a vontade, por parte das pessoas das comunidades piscatórias da ilha de Santiago, em se encontrarem formas para se chegarem a um entendimento, face as desavenças que se verificam entre si, 32,1%, e 15,6%, dos mesmos, responderam às veze e não respetivamente, o que, apesar de ser razoável, evidencia a necessidade de a reforçar, de forma a promover a tolerância, a paz, a harmonia, enquanto condições indispensáveis ao desenvolvimento de qualquer comunidade e, sendo assim, do das comunidades piscatórias da ilha de Santiago.

A *preferência, ou não, pela vivência entre pessoas com formas de pensar e viver diferentes* (Q20), é baixa, uma vez que os dados revelam que, 25,9% e 25,3% dos inquiridos, têm-na sempre e às vezes, uma percentagem significativa dos mesmos (48,8%), responderam negativamente, o que pode condicionar, em certa medida, o reforço do stock de capital social das pessoas das comunidades piscatórias da ilha de Santiago. Entretanto, esse indicador evidencia, em parte, a sociabilidade, a confiança, enquanto valores indispensáveis a solidariedade, a entreajuda e participação comunitária, o que poderá ter reflexos positivos, tanto pessoal, como coletivo.

Da análise dos dados relativos a *perceção da valorização dos inquiridos pela comunidade* (Q1), é de referir que a maioria dos respondentes (60,3%), sentem-se valorizados pelas suas respetivas comunidades, 31,8%, às vezes, e apenas 7,9% têm opinião contrária.

Segundo António Baptista (2011:53), esse indicador merece, nas comunidades piscatórias em Cabo Verde, um realce positivo, pela sua contribuição na composição do stock do capital social.

A *realização pessoal dos inquiridos nessas comunidades* (Q2), é relativamente baixa, tendo em consideração que 49,4% dos respondentes terem afirmado que estão realizados nas suas comunidades, e 32,1% e 18,5% responderam, às vezes e não, respetivamente, o que para além de condicionar o reforço do stock de capital social comunitário, pode influenciar, negativamente, o sentido de pertença, de responsabilidade, de compromisso e de engajamento das pessoas nos projetos de desenvolvimento dessas comunidades.

Com base na análise dos dados, depreende-se que, os indicadores com mais peso, na composição das variáveis sociabilidade e inclusão social, são por ordem decrescente, *diálogo entre pessoas da comunidade, que não sejam parentes, ou amigos* (Q13), uma vez que, dos respondentes, 77,4% façam-no sempre, a *visita aos vizinhos* (Q14) com 62,9% e a *Perceção da valorização dos inquiridos pela comunidade* (Q1) detém 60,3%, com reflexos positivos no reforço do stock do capital comunitário. Entretanto, os indicadores que menos contribuem para a composição da variável sociabilidade e inclusão social são a *preferência, ou não, pela vivência entre as pessoas com formas de pensar e viver diferentes* (Q20), a *participação dos inquiridos em eventos na comunidade* (Q10), a *obtenção de informação para a tomada de decisão* (Q15) e a *realização pessoal na comunidade* (Q2), pelo facto de, dos 340 inquiridos que responderam que, as mesmas, se verificam sempre, representam apenas 25,9%, 38,8%, 43,5% e 49,4%, respetivamente, o que realça uma certa fraqueza em indicadores importantes para formação das variáveis em referência, e indutores, em certa medida, no reforço das outras variáveis do capital social, nomeadamente a confiança e a recetividade, a solidariedade e a entreajuda e a participação em ações voluntárias e a cooperação comunitária.

Na dimensão do capital social *confiança e recetividade*, é importante que se tenha em consideração, entre outros indicadores, a confiança entre as pessoas da comunidade sobre projetos de desenvolvimento comunitário, a perceção quanto a segurança na comunidade e a recetividade de pessoas das outras comunidades.

As variáveis da dimensão *confiança e recetividade* foi analisada, de forma a se ter um conhecimento sobre o peso de cada uma na composição do ICS das comunidades piscatórias da ilha de Santiago

Na Tabela 19 estão os dados sobre a dimensão do capital social *sociabilidade e recetividade* das pessoas das comunidades piscatórias da ilha de Santiago.

Tabela 19:Dimensão do capital social confiança e recetividade

	Percentagem			
Indicadores considerados	**Não respondeu**	**Não**	**Às vezes**	**Sempre**
Confiança entre as pessoas da comunidade sobre os projetos de desenvolvimento comunitário (Q7)	0,0	19,7	42,4	37,9
Perceção quanto a segurança na comunidade (Q9)	0,0	10,0	27,6	62,4
Recetividade de pessoas das outras comunidades (Q21)	0,0	1,8	23,2	75,0
Média dos indicadores	**0,0**	**10,5**	**31,1**	**58,4**

Fonte: Resultado da investigação com base nos dados dos inquéritos (2011)

Com base nos dados da Tabela 19, ao analisar o indicador *confiança entre as pessoas da comunidade sobre projetos de desenvolvimento comunitário* (Q7), os inquiridos que responderam que, a mesma, se verifica sempre, representam apenas 37,9% , sendo assim com menos peso na formação das variáveis confiança e respetivamente. Ainda, 42,4%, dos respondentes, afirmaram que, a mesma, existe, às vezes, e 19,7%, dos mesmos, deram repostas negativas, evidenciando assim a debilidade num indicador importante para a composição das variáveis em análise, o que se for reforçado, poderá contribuir para o reforço das outras variáveis do capital social, sobretudo a sociabilidade e a inclusão social, a participação em ações voluntárias e a cooperação comunitária, para além de permitir uma maior solidariedade e entreajuda entre as pessoas nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago, e contribuirá para o aumento do stock do capital social comunitário e, sendo assim, poderá permitir uma maior mobilização dos recursos, bem como a implementação dos projetos de desenvolvimento comunitário.

Para António Baptista (2011:52-53), os laços de confiança são fundamentais no processo de desenvolvimento comunitário, pelo que é necessária uma maior atenção por parte do Governo de Cabo Verde em incentivar atividades e políticas que privilegiem a interação entre os munícipes, de forma a aumentar esses laços e o stock de capital social, sendo a

cooperação voluntária que promova ações que objectivem a produção de benefícios comuns, só acontece, se houver confiança entre as pessoas.

Da análise dos dados do indicador *perceção quanto à segurança na comunidade* (Q9), constata-se que 62,4% dos respondentes responderam que as comunidades piscatórias da ilha de Santiago são seguras, e os que, às vezes, consideram que há segurança, nessas comunidades, representam 27,6%, e apenas 10,0%, deram respostas negativas, a esse respeito. Entretanto, apesar de ser um indicador com certo peso na formação das variáveis, a *perceção quanto a segurança na comunidade* (Q9), precisa de ser reforçada, para que haja o aumento dessas variáveis nas comunidades piscatórias em estudo, e entre estas e as outras comunidades que haja confiança e recetividade entre as pessoas dessas comunidades, permitindo assim o reforço de intercâmbios, nomeadamente culturais, recreativos e desportivos, com reflexos positivos na sociabilidade e na inclusão social, o que pode ser extensivo às outras variáveis do capital social, com reflexos positivos no desenvolvimento comunitário, segundo António Baptista (2011:53), há um bom sentimento de segurança nas comunidades piscatórias em Cabo Verde.

No que diz respeito ao indicador *recetividade de pessoas das outras comunidades* (Q21), 75% dos inquiridos afirmaram que as pessoas das outras comunidades são sempre aceites nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago e, sendo assim com o maior peso na composição das variáveis confiança e recetividade, e 23,2%, dos respondentes, declararam que, às vezes, se verifica a recetividade dessas pessoas, e apenas 1,8%, dos mesmos, deram respostas negativas, o que pode indicar, a amabilidade e a abertura das pessoas dessas comunidades, o que poderá facilitar a troca de ideias, de experiências e de conhecimentos, entre essas pessoas e, por conseguinte, a possibilidade de se obterem novas oportunidades, com reflexos positivos na composição da confiança e da recetividade, bem como nas outras variáveis do capital social, com destaque para a sociabilidade e a inclusão social a solidariedade e a entreajuda, a participação em ações voluntárias e cooperação comunitária, para além da possibilidade de participação das pessoas visitantes no processo de desenvolvimento dessas comunidades.

De acordo com António Baptista (2011:52), a perceção da recetividade de outras pessoas nas comunidades piscatórias em Cabo Verde merece destaque pela positiva, o que é extensivo aos cabo-verdianos, de uma forma geral, pela sua *morabeza*[73], e ter representado maior contribuição na formação do índice do Capital Social em, praticamente, todos, os concelhos.

[73] **É a palavra crioula que significa a amabilidade das pessoas das comunidades piscatórias em Cabo Verde para com as pessoas das outras comunidades e dos outros países.**

A dimensão do capital social *solidariedade e entreajuda* foi analisada com base nos dados da Tabela 20 sobre a ajuda ao vizinho que esteve doente, ou com outro problema, a opinião sobre ajuda ao outro enquanto ajuda a si próprio e a união e ajuda mútua, em caso de necessidades.

Tabela 20: Dimensão do capital social solidariedade e entreajuda

Indicadores considerados	Percentagem			
	Não respondeu	Não	Às vezes	Sempre
Ajuda ao vizinho que esteve doente, ou com outro problema (Q16)	0,2	40,6	25,0	34,1
Opinião sobre ajuda ao outro, enquanto ajuda a si próprio (Q4)	0,0	10,3	19,0	70,6
União e ajuda mútua, em caso de necessidades (Q8)	0,0	13,9	47,9	38,2
Média dos indicadores	**0,2**	**21,6**	**30,6**	**47,6**

Fonte: Resultado da investigação com base nos dados dos inquéritos (2011)

Com base nos dados da Tabela 20, verifica-se que a *ajuda ao vizinho que esteve doente, ou com outro problema* (Q16) é baixa, pelo facto de apenas 34,1% dos inquiridos terem afirmado que fazem-na sempre, sendo este é o indicador mais baixo, na composição das variáveis solidariedade e entreajuda, 25,0%, dos respondentes que afirmaram que a concedem, às vezes, sendo 40,6% e 0,2%, dos mesmos, deram respostas negativas, respetivamente, o que é preocupante, uma vez que esses dados são indicativos de uma certa fragilidade para um indicador que poderia e poderá contribuir para o reforço da solidariedade e da entreajuda e, por conseguinte, o aumento de stock de capital social comunitário e, sendo assim, a mobilização de recursos, sobretudo para a resolução, nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago, dos problemas sociais mais candentes mais urgentes, o que, de acordo com António Baptista (2011:53), o apoio ao vizinho, a par da confiança, são indicadores que, nas comunidades piscatórias em Cabo Verde, apresentam défice no stock de capital social e, por conseguinte, a quebra na reciprocidade, pelo que necessita-se de maior intervenção de Governos Central e Local, bem como das Organizações Não-Governamentais que trabalham nas comunidades para

que se elimine ou minimize esse círculo vicioso que dificulta a reciprocidade e limita a participação das pessoas nas atividades e reuniões realizadas nas respetivas comunidades. Entretanto, é de realçar que 70,6% dos respondentes sempre consideram a *ajuda ao outro enquanto ajuda a si próprio* (Q4), constituindo assim no indicador que mais contribui para a composição das variáveis solidariedade e entreajuda, 19,0%, dos mesmos, responderam-nas, às vezes, e 10,3%, têm opinião contrária, ou seja, deram respostas negativas**,** o que pode traduzir, num elevado grau de solidariedade, por parte das pessoas das comunidades piscatórias, pelo que esse indicador deve ser aproveitado e reforçado, o que poderá ter reflexos positivos no indicador *ajuda ao vizinho que esteve doente, ou com outro problema* (Q16) e, sendo assim a minimização e/ou a resolução dos problemas sociais das comunidades piscatórias da ilha de Santiago.

A *união e ajuda mútua, em caso de necessidades* (Q8) é baixa, tendo apenas 38,2% dos respondentes afirmado que, a mesma, é feita sempre, 47,9%, dos mesmos, consideram-na, às vezes, e 13,9% deram respostas negativas, e face a esses dados, é de referir que, nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago, dificilmente se possa ter a solidariedade e a entreajuda desejadas, a não ser que haja o reforço desse indicador, o que poderá ter reflexos positivos nas outras variáveis social, com realce para a participação em ações voluntários e cooperação comunitária, a sociabilidade e a inclusão social, contribuindo assim para a mobilização dos recursos indispensáveis a concretização dos projetos comunitários destinados a resolução dos problemas socioeconómicos e ambientais nessas comunidades.

A ajuda ao outro enquanto ajuda a si próprio, e ao vizinho que esteve doente, ou com outro problema e a união e ajuda mútua, em caso de necessidades são indispensáveis para a resolução dos problemas imediatos das pessoas.

A análise da dimensão do capital social *participação em ações voluntárias e cooperação comunitária*, com base, entre outros indicadores, no envolvimento das pessoas nos projetos da comunidade, ser membro e participante ativo nas atividades da organização da comunidade, na participação das pessoas da comunidade em ações voluntárias, na ajuda voluntária aos grupos da comunidade, na contribuição das pessoas no saneamento do meio, cujos dados constam da Tabela 21 que se encontra a seguir.

Tabela 21: Dimensão do capital social participação em ações voluntárias e cooperação comunitária

Indicadores considerados	Percentagem			
	Não Respondeu	Não	Às vezes	Sempre
Envolvimento nos projetos da comunidade (Q17)	0,0	56,2	25,3	18,5
Membro e participante ativo nas atividades da organização da comunidade (Q12)	0,0	54,7	18,5	26,8
Participação das pessoas da comunidade em ações voluntárias (Q6)	0,0	15,9	44,1	40,0
Ajuda voluntária aos grupos da comunidade (Q5)	0,0	19,4	35,9	44,7
Contribuição dos inquiridos no saneamento do meio (Q3)	0,0	12,0	36,5	51,5
Média dos indicadores	**0,0**	**31,6**	**32,1**	**36,3**

Fonte: Resultado da investigação com base nos dados dos inquéritos (2011)

De acordo com os dados da Tabela 21, o indicador envolvimento *dos inquiridos nos projetos da comunidade* (Q17) é muito baixo e com menor peso na composição das variáveis participação em ações voluntárias e cooperação comunitária, uma vez que, dos inquiridos, apenas 18,5% terem afirmado que tomaram parte, nesses projetos, 25,3%, dos mesmos, envolvem-se, às vezes, e 56,2%, ou seja, superior à 50% responderam negativamente, o que evidencia uma grande fraqueza para indicador importante na formação das variáveis suprareferidas, o que pode condicionar o reforço do stock do capital social nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago, a mobilização dos recursos e, sendo assim, a implementação dos projetos de desenvolvimento comunitário.

O indicador *ser membro e participante ativo nas atividades da organização da comunidade* (Q12) é baixo, sendo que dos inquiridos, 54,7% não são membros das organizações comunitárias, e nem participam ativamente nas atividades, por elas, organizadas, e apenas 18,5% e 26,8% afrimaram às vezes e sempre, respetivamente, pertencem à essas associações e tomam parte ativamente nas respectivas, a par, do fraco peso do indicador

envolvimento nos projetos da comunidade (Q17), na formação das variáveis participação em ações voluntárias e cooperação comunitária, podem condicionar, em certa medida, a sociabilidade e a inclusão social, a solidariedade e a entreajuda e, sendo assim, o aumento do stock de capital social comunitário, com reflexos negativos na participação das pessoas na mobilização dos recursos e na implementação dos projetos de desenvolvimento das comunidades piscatórias da ilha de Santiago. Assim, segundo Ezequiel Ander-Egg (2000:98), *en esta nueva perspectiva de la acción comunitaria irrumpen nuevos actores sociales – las ONG y los movimientos sociales –, y adquiere mayor relevancia la acción municipal.* Ainda, para Caballo Villar (2007:38), o voluntariado constitui uma via concreta que se repercute no consenso e na co-responsabilidade das pessoas e das instituições que se vinculam às políticas sociais de desenvolvimento local e comunitário.

A *participação das pessoas da comunidade em ações voluntárias*, nomeadamente nas campanhas de limpeza, de sensibilização, entre outras, (Q6) é relativamente baixa, visto que dos inquiridos, apenas 40,0% afirmaram que sempre tomam parte nessas ações, 44,1%, dos mesmos, à vezes, e 15,9% declaram que não participam, nas mesmas, o que, ao se considerar a fraca contribuição do *envolvimento nos projetos da comunidade* (Q17), *ser membro e participante ativo nas atividades da organização da comunidade* (Q12), é de realçar que, os mesmos, condicionam o reforço da variáveis participação em ações voluntárias e a cooperação comunitária, bem como as outras variáveis do capital social, com reflexos negativos na mobilização dos recursos indispensáveis a materialização dos projetos para o desenvolvimento das comunidades piscatórias da ilha de Santiago.

A *ajuda aos grupos das comunidades piscatórias* (Q5) é baixa, uma vez que, dos inquiridos, apenas 44,7% declararam que sempre concedem ajuda voluntária à esses grupos, 35,9%, afirmaram que fazem-na, às vezes, e 19,4% deram respostas negativas, o que, com base nos dados dos indicadores o *envolvimento nos projetos da comunidade* (Q17), *ser membro e participante ativo nas atividades da organização da comunidade* (Q12), a *participação das pessoas da comunidade em ações voluntárias* (Q6), a *ajuda voluntária aos grupos da comunidade* (Q5) e a *contribuição dos inquiridos no saneamento do meio* (Q3), fica evidente que o reforço das variáveis participação em ações voluntárias e cooperação comunitária está condicionado, o que poderá influenciar negativamente o stock do capital social nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago e, sendo assim, o desenvolvimento sustentável das mesmas.

A *contribuição dos inquiridos no saneamento do meio* (Q3) é razoável, e com maior contribuição, entre os outros indicadores, na formação das variáveis participação em ações voluntárias e cooperação comunitária, visto que, dos inquiridos, 51,5% afirmaram que contribuem sempre, 36,5%, dos mesmos, declaram que o fazem, às vezes, e 12,0% deram respostas negativas, o que pode ser aproveitado e reforçado, por forma a aumentar as variáveis acima referidas e, sendo assim, o stock do capital social comunitário, o que permitirá, por parte, das pessoas das comunidades piscatórias da ilha de Santiago, o exercício de uma cidadania mais ativa, consciente, responsável e engajada nas questões comunitárias.

Com base na análise dos dados das Tabelas 18, 19, 20 e 21 acima apresentadas, das variáveis consideradas, enquanto dimensões do capital social, dos inquiridos que responderam sempre, a confiança e a recetividade têm 58,4%, a sociabilidade e a inclusão social apresentam 51,4%, e a solidariedade e a entreajuda, bem como a participação em ações voluntárias e cooperação comunitária detêm 47,6% e 36,3%, respetivamente, sendo esta última dimensão do capital social, com menor valor percentual. Ainda, dos inquiridos que responderam às vezes, a percentagem média dos indicadores das variáveis confiança e recetividade, bem como da solidariedade e da entreajuda, são 31,1% e 30,6%, respetivamente, ligeiramente inferiores a da participação em ações voluntárias e cooperação comunitária (32,1%), e superiores às variáveis sociabilidade e a inclusão social (29%), sendo estas as que apresentam a mais baixa percentagem.

É de referir que os valores percentuais dos que deram respostas negativas, são inversamente proporcionais às das respostas sempre, sendo, as mesmas, para a confiança e recetividade (10,5%), a sociabilidade e a inclusão social (19,6%), a solidariedade e a entreajuda (21,6%), a participação em ações voluntárias e cooperação comunitária (31,6%), o que para António Baptista (2011:51), pelo facto de o acesso à informação é um ponto negativo em, praticamente, todas as comunidades piscatórias de Cabo Verde, condiciona o fluxo de informação e a formação de redes sociais de comunicação e o exercício da cidadania e da virtude cívica. Ainda, de acordo com esse autor, deve-se adotar políticas que permitam o aumento do stock de capital social comunitário de forma a proporcionar o surgimento de iniciativas coletivas baseadas na cooperação, no sentido de possibilitar o desenvolvimento de Cabo Verde[74].

[74] É de referir que o desenvolvimento de Cabo Verde não tem vindo a traduzir-se, de uma forma geral, no desenvolvimento das comunidades piscatórias da ilha de Santiago que ainda padecem de problemas de várias ordens, como o desemprego, o acesso a educação, aos cuidados médicos e medicamentosas, bem como outros bens essenciais ao bem-estar social.

5.2.4. Nível do capital social em função do género a nível da ilha de Santiago e por concelho

O Quadro 22 apresenta os dados sobre o capital social dos inquiridos da ilha de Santiago

Tabela 22: Capital social dos inquiridos em função do género a nível da ilha de Santiago

		Capital social			
Ilha de Santiago	**Género**	**Média**	**N.º de Respostas**	**Desvio Padrão**	**Coeficiente de Variação**
Total	Masculino	0,74	166	0,099	13,4%
	Feminino	0,77	174	0,101	13,1%
	Total geral	**0,76**	**340**	**0,101**	**13,3%**

Fonte: Resultado da investigação com base nos dados dos inquéritos (2011)

De acordo com os dados da Tabela 22, depreende-se que o capital social nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago é de 0,76, inferior ao valor das mulheres (0,77) e que, por conseguinte, é ligeiramente superior ao dos homens (0,74). O desvio padrão do capital social, nessas comunidades, é de 0,101, sendo este valor desse indicador igual ao das mulheres, sendo que nos homens é de 0,099. O coeficiente de variação é de 13,3%, nos homens (13,4%), ligeiramente, superior ao das mulheres (13,1%). *Assim, entre los fenómenos sociales que reclamam un nuevo concepto de ciudadanía, se encontra la necessidad de una ciudadanía paritária que permita a las mujeres obtener su status pleno como ciudadanas, en igualdad de condiciones com los hombres* (Margarita Pina, 2002:105), o que não se tem verificado em Cabo Verde, e muito menos nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago.

Tendo em consideração os dados da Tabela 22, quanto menos dispersos estiverem os valores do capital social, relativamente à média, menor será o desvio padrão, e reciprocamente,

tese essa defendida por João Gageiro e Maria Pestana (2008:76)[75]. Ainda, para estes autores (2008:81)[76], o coeficiente de variação de capital social nas comunidades piscatórias da ilha Santiago estatisticamente, apresenta uma fraca dispersão, o que segundo (Elizabeth Reis, 2008:107), em termos práticos, considera-se, geralmente, que um coeficiente de variação superior a 50% indica alto grau de dispersão relativa e, sendo assim, uma pequena representatividade da média como medida estatística, e quando se trata de valores do coeficiente de variação inferior a 50%, a média será tanto mais representativa quanto menor for o valor desse coeficiente, pelo que, nesse estudo os dados são homogéneos e coesos e, por isso, fiáveis, o que é extensivo à cada uma comunidade piscatórias consideradas para a realização deste trabalho.

Na Tabela 23 estão as estatísticas descritivas sobre capital social dos inquiridos em função do género e por concelho.

Tabela 23:Estatísticas descritivas sobre capital social dos inquiridos em função do género e por concelho

	Capital social				
Concelhos dos inquiridos	**Género**	**Média**	**N.º de Respostas**	**Desvio Padrão**	**Coeficiente de Variação**
Ribeira Grande de Santiago	Masculino	0,74	30	0,098	13,2%
	Feminino	0,80	20	0,075	9,4%
	Total	**0,77**	**50**	**0,093**	**12,1%**
Praia	Masculino	0,68	31	0,087	12,8%
	Feminino	0,74	19	0,108	14,6%
	Total	**0,70**	**50**	**0,098**	**14,0%**
São Domingos	Masculino	0,79	22	0,092	11,6%
	Feminino	0,80	18	0,106	13,3%
	Total	**0,80**	**40**	**0,097**	**12,1%**

Fonte: Resultado da investigação com base nos dados dos inquéritos (2011)

[75] **Para os autores em referência, a variância é expressa em unidades ao quadrado, e portanto a torna-se de difícil interpretação, sendo preferível o uso da sua raiz quadrada positiva, a que se chama desvio padrão ou *std deviation.***

[76] **Cfr. Esses autores, dependendo do valor do Coeficiente de Variação (CV), diz-se que a dispersão é: *fraca*, se o CV ≤15%; *média*, se 15%<CV≤ 30% e; *elevada,* se CV>30.**

Com base nos dados das Tabelas 22 e 23, nas comunidades piscatórias do concelho de Ribeira Grande de Santiago, o capital social é, em função do género, de 0,77, sendo nas mulheres (0,80), mais elevado do que nos homens (0,74) e que, por sua vez, são superiores aos Índices do Capital Social (ICS) das mulheres e da média da ilha de Santiago, cujos valores são de 0,77 e 0,76, respetivamente. Entretanto, o ICS dos homens, tanto nesse concelho, como a nível da ilha em alusão, são coincidentes (0,74). O desvio padrão do capital social, nesse concelho, é de (0,093), sendo nos homens (0,098) e nas mulheres (0,075), inferior ao da ilha de Santiago, cujos valores, nos homens (0,099), nas mulheres igual a média (0,101), pelo que, nas comunidades piscatórias desse concelho, o coeficiente de variação é de 12,1%, tendo os homens (13,2%) e as mulheres (9,4%), valores esses, inferiores aos da ilha de Santiago, cuja média desse indicador é de13,3%, nos homens (13,4%) e nas mulheres (13,1%).

O capital social nas comunidades piscatórias do concelho da Praia é de 0,70, sendo nas mulheres (0,74), superior à média e ao dos homens (0,68) e, o mesmo se verifica com o desvio padrão, sendo este nos homens (0,087) e nas mulheres (0,108), e para ambos os sexos, inferiores a média (0,098). Entretanto, constata-se o inverso, em relação ao coeficiente de variação, tendo as mulheres (14,6%) e os homens (12,8%), e a média (14,0%). Situação semelhante se verifica a nível da ilha de Santiago, em termos do capital social dos inquiridos, por sexos e média, com exceção o desvio padrão, cujo valor total geral, é igual à média, e ao coeficiente de variação, sendo nos homens (13,4%), nas mulheres (13,1%) e a média total geral (13,3%) [Tabelas 22 e 23].

O capital social nas comunidades piscatórias de São Domingos, é de 0,80, e nas mulheres (0,80), sendo este igual à média, e maior, ligeiramente, ao dos homens (0,79), seguindo a mesma tendência ao desvio padrão, sendo a média (0.097), nas mulheres (0.106) superior ao da média, e ao dos homens (0,092), e o mesmo se verifica com o coeficiente de variação, registando-se o valor da média, do mesmo, em 12,1%, tendo as mulheres (13,3%), superior ao da média e ao dos homens (11,6%), o que é extensivo aos valores da média e do desvio padrão dos inquiridos das comunidades piscatórias da ilha de Santiago, o que não se pode dizer em relação ao coeficiente de variação [Tabelas 22 e 23].

Ao analisar as estatísticas descritivas sobre o capital social dos inquiridos em função do género e por concelho evidencia-se a necessidade de intervenção das autoridades cabo-verdianas, tanto central como local, bem como da escola, das famílias e da sociedade civil no sentido de encontrar soluções que tenha por base as variáveis do capital social em todas as suas dimensões, com realce para a confiança, a solidariedade, a solidariedade e a entreajuda, cooperação, a reciprocidade, a participação em ações voluntárias e projetos de desenvolvimento local e comunitário.

A educação para o reforço de valores intrísicos ao capital social devem contribuir para a formação integral do cidadão crítito, atuante e responsável a respeito dos projetos pessoais, familiares e de desenvolvimento a nivel comunitário-local, regional nacional e a escala planetária. Assim, provocará mudança de paradígma em termos de políticas públicas e de estratégias de resolução dos problemas socioeconómicos e ambientais.

Tabela 24:Estatísticas descritivas sobre capital social dos inquiridos em função do género e por concelho

	Capital social				
Concelhos dos inquiridos	**Género**	**Média**	**N.º de Respostas**	**Desvio Padrão**	**Coeficiente de Variação**
Santa Cruz	Masculino	0,72	23	0,053	7,4%
	Feminino	0,74	27	0,060	8,1%
	Total	**0,73**	**50**	**0,057**	**7,8%**
São Miguel	Masculino	0,79	18	0,076	9,6%
	Feminino	0,80	32	0,094	11,8%
	Total	**0,79**	**50**	**0,087**	**11,0%**
Santa Catarina	Masculino	0,79	21	0,094	11,9 %
	Feminino	0,84	29	0,058	6,9%
	Total	**0,82**	**50**	**0,080**	**9,8%**
Tarrafal	Masculino	0,68	21	0,110	16,2%
	Feminino	0,69	29	0,114	16,5%
	Total	**0,69**	**50**	**0,111**	**16,1%**

Fonte: Resultado da investigação com base nos dados dos inquéritos (2011)

Conforme os dados das Tabelas 22 e 24, o capital social dos respondentes das comunidades piscatórias de Santa Cruz, nas mulheres é de 0,74, superior à média (0,73) e ao dos homens (0,72), verificando-se, a mesma situação, no que tange ao desvio padrão, sendo este, nas mulheres (0,060), nos homens (0,053) e a média (0,057), e ao coeficiente de variação, cujos valores nas mulheres (8,1%), nos homens (7,4%) e da média (7,8%), o que é semelhante, em termos de tendência, ao verificado nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago, com a peculiaridade de, nestas últimas, o desvio padrão, para as mulheres, ser coincidente com a média (0,101), e o coeficiente de variação, para, as mesmas, inferior à média (13,3%).

No que concerne ao capital social das comunidades piscatórias do concelho de São Miguel, as mulheres têm-no, ligeiramente, mais elevado (0,80) do que os homens (0,79), sendo este igual à média, e regista-se tendência parecida, no que diz respeito ao desvio padrão, tendo as mulheres (0,094) e os homens (0,076) e a média (0,087), e ao coeficiente de variação, cujos valores nas mulheres (11,8%), nos homens (9,6) e a média (11,0%), e ao verificado a nível da ilha de Santiago, com a particularidade de os valores do coeficiente de variação ser mais elevado nos homens (13,4%) do que nas mulheres (13,1%) e a média (13,3%) [Tabelas 22 e 24].

Nas comunidades piscatórias do concelho de Santa Catarina, pode-se depreender que, o capital social, nas mulheres é de 0,84, superior ao dos homens (0,79) e a média (0,82), verificando-se situação inversa em relação ao desvio padrão, sendo, este, nos homens (0,094) e nas mulheres (0,058) e a média (0,080), e ao coeficiente de variação, tendo os homens (11,9%) e as mulheres (6,9%) e a média (9,8%). Ainda, é de referir que, nessas comunidades, o valor do capital social segue a tendência verificado na da ilha de Santiago, verificando-se, o inverso, em termos de género, no concernente ao coeficiente de variação [Tabelas 22 e 24].

O capital social das comunidades piscatórias do concelho do Tarrafal é, em média, ligeiramente inferior, nos homens (0,68) do que nas mulheres (0,69), sendo este igual à média registada, o que extensivo, por analogia, ao desvio padrão, tendo os homens (0,110) e as mulheres (0,114) e a média (0,111), e ao coeficiente de variação, registando-se, nos homens (16,2%), nas mulheres (16,5%) e a média (16,1%), cujos valores, deste último indicador, em termos globais a nível da ilha de Santiago, ser mais baixos nas mulheres do que nos homens ao se comparar com os desse concelho [Tabelas 22 e 24].

Com base na análise dos dados da Tabela 24, o capital social, por género e por concelho varia, em termos da média, de 0,69 no concelho do Tarrafal à 0,82 no concelho de Santa Catarina, e a nível da ilha de Santiago é de 0,76, sendo esses valores relativamente elevados, ao se considerar que o valor máximo do ICS considerado que é igual 1.

As mulheres, em termos de média têm o capital social mais elevado (0,77), sendo o máximo (0,84) e o mínimo (0,69), nos concelhos de Santa Catarina e do Tarrafal, respetivamente, do que os homens (0,74), tendo os máximos (0,79) registados nas comunidades piscatórias dos concelhos de São Domingos, de São Miguel e de Santa Catarina, e os mínimos nos concelhos da Praia e do Tarrafal, com igual valor (0,68). No concelho do Tarrafal, a média do desvio padrão do capital social é mais elevada (0,111), do que a, do mesmo, do outros concelhos, e cujo valor, nesse concelho, nas mulheres (0,114), superior ao dos homens (0,110), e este inferior á média (0,111) que, por sua vez, é superior ao registado a nível da ilha de Santiago (0,101). Entretanto, é no concelho de Santa Cruz, que esse valor é menor, tendo as mulheres (0,060), superior à média (0,057) e está é maior ao dos homens (0,053). Assim, apesar de, nas comunidades piscatórias do concelho do Tarrafal, o capital social ser mais baixo, o coeficiente de variação, é mais elevado (16,5% e 16,2%, para as mulheres e os homens, respetivamente), e a média (16,1%), a semelhança do que se constata com os valores do desvio padrão, e a mais baixa variação desse coeficiente, encontra-se, a par do desvio padrão, no concelho de Santa Cruz, da qual, as mulheres (8,1%), os homens (7,4%) e a média destes (7,8%)[Tabelas 2, 23 e 24].

5.2.5. Nível do capital social em função do grupo etário e das comunidades piscatórias a nível da ilha de Santiago e por concelho

Tabela 25: Capital social dos dados gerais dos inquiridos em função do grupo etário

Ilha de Santiago	Grupo etário	Média	N.º de Resposta	Desvio Padrão	Coeficiente de Variação
Total	Adolescência	0,72	83	0,091	12,6%
	Idade adulta jovem	0,77	186	0,106	13,8%
	Idade adulta	0,77	64	0,087	11,3%
	Velhice	0,76	7	0,105	13,8%
	Total geral	**0,76**	**340**	**0,101**	**13,3%**

Fonte: Resultado da investigação com base nos dados dos inquéritos (2011).

De acordo com os dados da Tabela 25, nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago, o capital social dos respondentes é de 0,76, sendo este igual ao valor verificado para os que pertence ao grupo etário *velhice*, superior ao capital dos que estão na *adolescência* (0,72) e inferior, ligeiramente, ao dos grupos etários *idade adulta jovem* e *idade adulta*, tendo, estes grupos, o mesmo valor do capital social (0,77), pelo que, o valor do capital social é, mais baixo, na adolescência. A média do total geral do desvio padrão é de 0,101 e os maiores valores desse indicador, verifica-se na *idade adulta jovem* (0,106), no grupo etário *velhice* (0,105), sendo estes superiores ao total geral, e os valores mais baixos do desvio padrão registam-se na *idade adulta* (0,087) e na *adolescência* (0,091), valores esses abaixo da média do total geral.

Com base, na análise dos dados da Tabela 25, o desvio padrão varia na razão direta à dispersão do valores do capital social, em torno da média (João Gageiro e Maria Pestana, 2008:81)[77]. Ainda, segundo estes autores (2008:81)[78], e tendo em consideração a classificação do coeficiente de variação por eles proposta, e os valores desse indicador dessas comunidades, por género, concelho e a nível da ilha em referência, verifica-se, estatisticamente, uma fraca dispersão, o que para (Elizabeth Reis, 2008:107), em termos práticos, usualmente, considera-se que um coeficiente de variação superior a 50% evidencia alto grau de dispersão relativa e, por conseguinte, uma baixa representatividade da média como medida estatística.

Da análise dos dados gerais dos inquiridos sobre o capital social por grupo, depreende-se que o ICS é mais elevado nas pessoas da *idade adulta* e que se encontram no grupo etário *velhice*, o que significa, se forem bem aproveitadas, podem contribuir para aumento do capital dos *adolescentes* e, inclusive, das crianças, tendo em consideração que o capital social se inicia na família e se desenvolve na escola, no meio profissional e na sociedade, em geral, casos reunam as condições para esse efeito.

É de referir que, nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago, não se pode ignorar a contribuição de cada grupo etário na composição do capital social, requerendo assim análise aprofundada a esse respeito para o seu reforço, e assim participarem ativamente no processo de desenvolvimento, sobretudo a nível local e comunitário.

---

[77] Para os autores em referência, a variância é expressa em unidades ao quadrado, e portanto a torna-se de difícil interpretação, sendo preferível o uso da sua raiz quadrada positiva, a que se chama desvio padrão ou *std deviation.*

[78] Cfr. Esses autores, dependendo do valor do Coeficiente de Variação (CV), diz-se que a dispersão é: *fraca*, se o CV ≤15%; *média*, se 15%<CV≤ 30% e; *elevada,* se CV>30.

Na Tabela 26 estão os dados sobre as estatísticas descritivas do capital social dos inquiridos em função do grupo etário e por concelho.

Tabela 26: Estatísticas descritivas do capital social dos inquiridos em função do grupo etário e por concelho

Concelhos dos inquiridos	Grupo etário	Média	N.º de Resposta	Desvio padrão	Coeficiente de variação
Ribeira Grande Santiago	Adolescência	0,73	16	0,102	14,0%
	Idade adulta jovem	0,79	26	0,089	11,3%
	Idade adulta	0,74	8	0,065	8,8%
	Total	**0,77**	**50**	**0,093**	**12,1%**
Praia	Adolescência	0,66	29	0,094	14,2%
	Idade adulta jovem	0,76	10	0,078	10,3%
	Idade adulta	0,77	9	0,081	10,5%
	Velhice	0,73	2	0,000	0,0%
	Total	**0,70**	**50**	**0,098**	**14,0%**
São Domingos	Adolescência	0,79	5	0,106	13,4%
	Idade adulta jovem	0,80	21	0,086	10,8%
	Idade adulta	0,81	12	0,108	13,3%
	Velhice	0,72	2	0,191	26,5%
	Total	**0,80**	**40**	**0,097**	**12,1%**

Fonte: Resultado da investigação com base nos dados dos inquéritos (2011).

O dados da Tabela 26 evidenciam que o capital social dos inquiridos das comunidades piscatórias de Ribeira Grande de Santiago é, em função do grupo etário, de 0,77, superior ao verificado na *adolescência* (0,73) e na *idade adulta* (0,74), sendo estes dois últimos valores inferiores aos dos respondentes que estão na *idade adulta jovem* (0,79). Entretanto, os valores do capital social, nessas comunidades (0,77), são mais elevados aos constatados a nível das comunidades piscatórias da ilha de Santiago (0,76), com exceção para os inquiridos que pertencem a *idade adulta*, cujo valor desse indicador é inferior ao verificado nessa ilha. O desvio padrão do capital social é mais elevado na *adolescência* (0,102), ultrapassando assim a média desse indicador, a nível do concelho (0,093), e os mais baixos valores, a esse respeito, encontram-se nos grupos etário *idade adulta* (0,065) e *idade adulta jovem* (0,089), pelo que, da comparação desses dados com os da ilha em questão, nesta o desvio padrão é mais elevado, com exceção para os adolescentes.

É de referir que, nas comunidades piscatórias do concelho em referência, o coeficiente de variação do capital social é de 12,1%, inferior ao da ilha de Santiago (13,3%), e ao

verificado nos adolescentes das comunidades do concelho em alusão (14,0%), sendo este superior ao valor ao dos inquiridos do grupo etário *idade adulta* (8,8%). Ainda é de acrescentar que, não foi inquirida, nas comunidades piscatórias de Ribeira Grande de Santiago nenhuma pessoa cuja faixa etária fosse *velhice* [Tabelas 25 e 26].

Nas comunidades piscatórias do concelho da Praia, o capital social dos inquiridos é de 0,70, inferior ao verificado por grupos etários, cujos valores desse indicador para os que pertencem a *idade adulta jovem* (0,76), a *idade adulta* (0,77) e a *velhice* (0,73), excluindo os adolescentes (0,66), e a nível da ilha de Santiago (0,76), bem como, nesta, por grupos etários. Ainda, os valores do desvio padrão, nas comunidades piscatórias desse concelho são inferiores, em termos da média e, em praticamente, todos os grupos etários, aos da ilha acima mencionada, com a exceção para os adolescentes, sendo o valor desse indicador nesse concelho (0,094) e na ilha (0,091). O coeficiente de variação do capital social nas comunidades piscatórias desse concelho é de 14,0%, inferior ao dos adolescentes (14,2%), e superior ao dos respondentes que estão na *idade adulta jovem* (10,3%) e na *idade adulta*(10,5%), bem como a média, e os valores por grupos etários da ilha de Santiago [Tabelas 25 e 26].

O capital social dos inquiridos das comunidades piscatórias de São Domingos é de 0,80, sendo este valor igual ao dos que estão na *idade adulta jovem*, superior ao dos adolescentes e referentes à *velhice*, cujos valores são 0,79 e 0,72 respetivamente, e ligeiramente inferior aos pertencentes a *idade adulta* (0,81), sendo estes valores mais elevados do que os da ilha de Santiago, excluindo para os que pertencem ao grupo etário *velhice*. O desvio padrão do capital social, nesse concelho, é de 0,097, superior ao do grupo etário *idade adulta jovem (*0,086), e inferior aos valores relativos às outras faixas etárias, e os destas superiores aos constatados na ilha de Santiago, com exceção para a *idade adulta jovem*. O coeficiente de variação do capital social, nesse concelho, por faixa etária, com exceção dos inquiridos que estão na *idade adulta jovem* (10,8%) e média desse indicador (12,1%) são superiores aos verificados na ilha mencionada.

Denota-se que, nas comunidades piscatórias do concelho em referência, o mais elevado o coeficiente de variação diz respeito a faixa etária *velhice* (26,5%), sendo este superior aos valores desse indicador analisados, em todas as faixas etárias e, sendo assim, a média dessa ilha (13,3%) [Tabelas 25 e 26].

Na Tabela 27 encontram-se os dados sobre as estatísticas descritivas do capital social dos inquiridos em função do grupo etário e por concelho

Tabela 27: Estatísticas descritivas do capital social dos inquiridos em função do grupo etário e por concelho

Concelhos dos inquiridos	Grupo etário	Média	N.º de resposta	Desvio padrão	Coef. de variação
Tarrafal	Idade adulta jovem	0,69	45	0,113	16,4%
	Idade adulta	0,69	5	0,111	16,1%
	Total	**0,69**	**50**	**0,111**	**16,1%**
São Miguel	Adolescência	0,78	7	0,032	4,1%
	Idade adulta jovem	0,80	29	0,095	11,9%
	Idade adulta	0,78	14	0,091	11,7%
	Total	**0,79**	**50**	**0,087**	**11,0%**
Santa Cruz	Adolescência	0,72	14	0,026	3,6%
	Idade adulta jovem	0,73	23	0,072	9,9%
	Idade adulta	0,76	12	0,047	6,2%
	Velhice	0,71	1	0,000	0,0%
	Total	**0,73**	**50**	**0,057**	**7,8%**
Santa Catarina	Adolescência	0,78	12	0,048	6,2%
	Idade adulta jovem	0,83	32	0,086	10,4%
	Idade adulta	0,79	4	0,090	11,4%
	Velhice	0,86	2	0,067	7,8%
	Total	**0,82**	**50**	**0,080**	**9,8%**

Fonte: Resultado da investigação com base nos dados dos inquéritos (2011).

Nas comunidades piscatórias do Tarrafal, o capital social dos inquiridos é de 0,69, sendo este valor igual ao verificado nos grupos *idade adulta* e *idade adulta jovem* e que, por conseguinte, são inferiores aos constatados nas comunidades piscatórias dos outros concelhos e da ilha de Santiago. O desvio padrão, nesse concelho, é de 0,111 que, por sua vez, é coincidente ao dos que estão na *idade adulta* e inferior ao valor desse indicador nos respondentes que pertencem a *idade adulta jovem* (0,113), valores esses superiores aos verificados em todos os concelhos considerados neste estudo e, consequentemente, da ilha de Santiago e, situação idêntica se verifica com o coeficiente de variação, sendo que, nesse concelho, a média desse indicador, é igual ao valor dos que estão na *idade adulta* (16,1%) que, por sua vez, é inferior ao dos que fazem parte da *idade adulta jovem* (16,4%).

Da comparação dos dados do coeficiente de variação, por grupos etários, salvo para os que estão na *velhice* (26,5%), e que diz respeito ao concelho de São Domingos, os valores mais elevados desse indicador, encontram-se, no concelho do Tarrafal e, sendo assim, extensivo à ilha de Santiago [Tabelas 25 e 27].

O capital social dos inquiridos das comunidades piscatórias do concelho de São Miguel é de 0,79, ligeiramente inferior ao valor desse indicador dos que estão na *idade adulta jovem* (0,80), e superior ao dos que estão na *adolescência* e *idade adulta*, com igual valor (0,78), sendo estes mais elevados do que os verificados, em todas as faixas etárias, incluindo a média desse indicador, para a ilha de Santiago. O desvio padrão do capital social, nesse concelho, por faixa etária, são, com exceção para os respondentes que estão na *idade adulta* (0,091), inferiores ao verificado na ilha de Santiago, sendo o concelho onde esse indicador, no caso dos adolescentes, apresenta um dos mais baixo valor (0,032), ultrapassando, nesse particular, apenas o concelho de Santa Cruz (0,026). O coeficiente de variação, nas comunidades piscatórias de São Miguel é de 11,0%, ligeiramente inferior aos valores dos grupos etários *idade adulta* (11,7%) e *idade adulta jovem* (11,9%), e o valor mais baixo desse indicador diz respeito aos adolescentes (4,1%), e este ultrapassa, à semelhança do que acontece com o desvio padrão, apenas o do concelho de Santa Cruz (3,6%). Ainda, é de acrescentar que os valores do coeficiente de variação nas comunidades piscatórias do concelho de São Miguel são inferiores, por grupos e em termos de média, aos verificados na ilha de Santiago, e superiores aos do concelho de Santa Cruz [Tabelas 25 e 27].

É de referir que o capital social dos inquiridos das comunidades piscatórias do concelho de Santa Cruz é de 0,73, valor esse igual ao do grupo etário *idade adulta jovem*, ligeiramente superior aos dos *adolescentes* (0,72) e *velhice* (0,71),e inferior ao dos que estão na *idade adulta* (0,76), sendo, estes valores, excetuando para a *adolescência*, em que são coincidentes (0,72), tanto para esse concelho como para a ilha de Santiago, são mais baixos do que os da ilha em questão.

Os valores do desvio padrão do capital social, por grupo etário e em termos médios, encontra-se nesse concelho, tendo para os grupos etários *idade adulta jovem* (0,072), *idade adulta* (0,047) e *adolescência* (0,026), e a média desse indicador (0,57), e para o grupo etário *velhice*, pelo facto de se ter inquirido apenas uma pessoa, não é possível determinar o desvio padrão e, sendo assim o coeficiente de variação.

É de realçar que é nas comunidades piscatórias do concelho de Santa Cruz que se encontra o mais baixo coeficiente de variação do capital social. Assim, é de acrescentar que nas comunidades piscatórias do concelho de Santa Cruz, o coeficiente de variação é de 7,8%, superior aos valores verificados nos *grupos etários adolescência* (3,6%), *idade adulta* (6,2%), e inferior ao registado ao dos que estão na *idade adulta jovem* (9,9%) [Tabelas 25 e 27].

O capital social nas comunidades piscatórias do concelho de Santa Catarina é de 0,82, superior aos valores desse indicador para os *grupos etários adolescência* (0,78) e *idade adulta* (0,79), e inferiores aos dos *grupos etários idade adulta jovem* (0,83) e *velhice* (0,86), sendo estes superiores aos verificados a nível da ilha de Santiago, tanto por grupos etários como em termos médios. O desvio padrão do capital social é de 0,080, superior ao registado nos *grupos etários adolescência* (0,048) e *velhice* (0,067), e inferior ao dos *grupos etários idade adulta jovem* (0,086) e *idade adulta* (0,090), sendo estes, com exceção, para os que estão na *idade adulta*, inferiores aos da ilha de Santiago. Ainda, é no concelho de Santa Catarina é que se verifica, a seguir ao concelho de Santa Cruz, o segundo valor mais baixo do coeficiente de variação (9,8%), e por grupos etários, para *adolescência* (6,2%), *idade adulta jovem* (10,4%), *idade adulta* (11,4%) e *velhice* (7,8%), abaixo dos valores da média para a ilha de Santiago [Tabelas 25 e 27].

Dada análise dos dados, conclui-se que a média do Índice de Capital Social (ICS) mais baixo encontra-se nas comunidades piscatórias dos concelhos do Tarrafal (0,69), da Praia (0,70) e de Santa Cruz (0,73), e os valores mais elevados desse indicador, nos concelhos de Santa Catarina (0,82), de São Domingos (0,80), de São Miguel (0,79), de Ribeira Grande de Santiago (0,77), sendo, estes últimos, superiores a média registada a nível da ilha de Santiago (0,76) [Tabelas 25, 26 e 27].

Os maiores valores do desvio padrão verificam-se, por ordem decrescente, nas comunidades piscatórias dos concelhos do Tarrafal (0,111), sendo este superior a média desse indicador para a ilha de Santiago (0,101), bem como o das comunidades piscatórias dos concelhos da Praia (0,098), de São Domingos (0,097), da Ribeira Grande de Santiago (0,093), de São Miguel (0,087), de Santa Catarina de Santiago (0,080) Santa Cruz (0,057), constituindo assim, este último o menor valor.

Os coeficientes de variação mais elevados encontram-se, de forma decrescente, nas comunidades piscatórias dos concelhos do Tarrafal (16,1%), da Praia (14,0%), sendo esses valores superiores à média desse indicador da ilha de Santiago (13,3%) que, por sua vez, superam os valores do coeficiente de variação das comunidades piscatórias dos concelhos de São Domingos e de Ribeira Grande de Santiago, com igual valor (12,1%), de São Miguel (11,0%), de Santa Catarina (9,8%) e de Santa Cruz (7,8%) [Tabelas 25, 26 e 27].

5.2.6. Nível do capital social em função das habilitações literárias dos inquiridos a nível da ilha de Santiago e por concelho

Os dados da Tabela 28 referem-se às estatísticas descritivas do capital social dos inquiridos em função das habilitações literárias dos inquiridos a nível da ilha de Santiago.

Tabela 28: Estatísticas descritivas do capital social dos inquiridos em função das habilitações literárias a nível da ilha de Santiago

Ilha de Santiago	Habilitação literária	Média	N.º de Respostas	Desvio padrão	Coeficiente de variação
Total	Não sabe ler nem escrever	0,87	2	0,022	2,5%
	Ensino Básico incompleto	0,76	111	0,106	13,9%
	Ensino Básico completo	0,76	41	0,102	13,4%
	Ensino Secundário incompleto	0,77	73	0,090	11,7%
	Ensino Secundário	0,73	26	0,109	14,9%
	Ensino Superior	0,75	9	0,090	12,0%
	Total geral	**0,76**	**262**	**0,101**	**13,3%**

Fonte: Resultado da investigação com base nos dados dos inquéritos (2011)

Com base nos dados da Tabela 28, nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago, o capital social dos inquiridos é, em função das habilitações literárias, de 0,76, sendo para os inquiridos que não sabem ler nem escrever, o Índice de Capital Social (ICS) é de 0,87, valor este superior aos dos habilitados com o ensino secundário incompleto (0,77), ensino básico incompleto e completo, tendo igual peso (0,76), ensino superior (0,75) e ensino secundário (0,73), constituindo, este último, o mais baixo valor do ICS. O desvio padrão do capital social é de 0,101, inferior aos valores desse indicador para os inquiridos que possuem o ensino secundário completo (0,109), ensino básico incompleto (0,106), e ensino básico completo

(0,102), e superior ao dos respondentes habilitados com o ensino secundário incompleto (0,090), sendo, este último valor igual, ao dos que detêm o ensino superior. O desvio padrão do capital social mais baixo, encontra-se nos inquiridos que não sabem ler nem escrever (0,22). O coeficiente de variação do capital social é de 13,3%, inferior ao valor verificado nos inquiridos com o ensino secundário (14,9%), ensino básico incompleto (13,9%) e ensino básico completo (13,4%), e superior aos que possuem o ensino superior (12,0%), ensino secundário incompleto (11,7%) e os que não sabem nem ler nem escrever (2,5%), sendo este último, o mais baixo valor desse indicador. Assim, a escola não deve preocupar-se somente em transmitir conhecimentos aos alunos, mas também desenvolver a autodisciplina e autodomínio na realização quotidiana, o que se tem verificado em relação às comunidades piscatórias da ilha de Santiago. Entretanto, segundo Aristóteles (1993:287) *apud* Vara Coomonte (1999:45), nem todos aceitam que deva se ensinar o mesmo aos jovens nem quanto à virtude, nem quanto à vida melhor, nem está claro se convém atender mais a inteligência ou se o caráter da alma". Ainda, para António Vara Coomonte (1999:45), o problema está em se assentir no que é educação e qual deve ser a sua prática".

É de acrescentar que, com base na análise dos dados da Tabela 28, apesar de os inquiridos que não sabem ler e nem escrever apresenterem o nível de capital mais elevado, não se pode extrapolar para as comunidades piscatórias da ilha de Santiago, e muito menos as comunidades piscatórias de Cabo Verde, a não ser que sejam realizados outros estudos que confirmem esse resultado, uma vez que foram inquiridas apenas duas pessoas dessas comunidades, o que não permite tirar conclusão a esse respeito, e muito menos afirmar que a educação, sobretudo formal não tem uma importância inquestionável no reforço do capital social comunitário. Entretanto, há que se analisar os curricula, bem como os manuais, as metodologias de ensino e o sistema de avaliação, para além da formação pedagógica e educação e formação dos professores em matéria de cidadania.

Os círcilos de culturas, se forem bem concebidos e implentados, com base em estratégias adequadas e voltados para as realidades das comumidades piscatórias da ilha de Santiago e das outras ilhas de Cabo Verde, podem contribuir, a par das organizações da sociedade civil e do meio profissional, para o reforço do stock do capital social e o desenvolvimento local e comunitário.

Os dados da Tabela 29 são relativos às estatísticas descritivas do capital social dos inquiridos em função das habilitações literárias e por concelho dos inquiridos.

Tabela 29: Estatísticas descritivas do capital social dos inquiridos em função das habilitações e por concelho (Santiago Sul)

Concelhos dos inquiridos	Habilitação literária	Média	N.ºde Respostas	Desvio padrão	Coeficiente de variação
Ribeira Grande Santiago	Ensino Básico incompleto	0,74	10	0,071	9,6%
	Ensino Básico completo	0,77	4	0,103	13,4%
	Ensino Secundário incompleto	0,79	21	0,087	11,0%
	Ensino Secundário	0,72	7	0,092	12,8%
	Total	**0,77**	**42**	**0,088**	**11,4%**
Praia	Ensino Básico incompleto	0,75	9	0,124	16,5%
	Ensino Básico completo	0,66	2	0,168	25,5%
	Ensino Secundário incompleto	0,68	9	0,111	16,3%
	Ensino Secundário	0,64	9	0,073	11,4%
	Ensino Superior	0,74	8	0,089	12,0%
	Total	**0,70**	**37**	**0,108**	**15,4%**
São Domingos	Não sabe ler nem escrever	0,87	2	0,022	2,5%
	Ensino Básico incompleto	0,83	16	0,093	11,2%
	Ensino Básico completo	0,73	8	0,102	14,0%
	Ensino Secundário incompleto	0,81	8	0,069	8,5%
	Ensino Secundário	0,85	3	0,087	10,2%
	Total	**0,80**	**37**	**0,095**	**11,9%**

Fonte: Resultado da investigação com base nos dados dos inquéritos (2011)

Nas comunidades piscatórias do concelho de Ribeira Grande de Santiago, o capital social dos inquiridos é, em função da variável habilitação literária, de 0,77, igual ao valor verificado nos respondentes com o ensino básico completo, superior ao dos com o ensino básico incompleto (0,74) e ensino secundário completo (0,72) e inferior aos dos respondentes que afirmaram terem o secundário incompleto (0,79). Ainda, o ICS dos inquiridos das comunidades piscatórias desse concelho é, ligeiramente superior ao verificado a nível da ilha de Santiago

(0,76). O desvio padrão do capital social nas comunidades piscatórias do concelho acima referido é de 0,088, superior ao valor desse indicador para os inquiridos que declaram terem o ensino básico incompleto (0,071) e ensino secundário incompleto (0,087), e inferior aos habilitados com o ensino secundário (0,092) e ensino básico incompleto (0,103), e bem como a da média desse coeficiente para a ilha de Santiago (0,101). O coeficiente de variação de capital social é de 11,4%, inferior ao dos inquiridos que possuem o ensino básico completo (13,4%), ensino secundário (12,8%), bem como a média para a ilha em referência (13,3%), e superior ao valor constatado nos respondentes com o ensino secundário incompleto (11,0%) e ensino básico incompleto (9,6%) [Tabelas 28 e 29].

O capital social dos inquiridos das comunidades piscatórias do concelho da Praia é de 0,70, superior ao ICS dos habilitados com o ensino secundário (0,64), ensino básico completo (0,66) e ensino secundário incompleto (0,68), e inferior ao valor desse indicador para os respondentes que afirmaram terem o ensino básico incompleto (0,75) e ensino superior (0,74), e da média registada na ilha de Santiago (0,76). O desvio padrão do capital social das comunidades piscatórias desse concelho é de 0,108, inferior ao verificado nos inquiridos habilitados com o ensino básico completo (0,168), ensino básico incompleto (0,124) e ensino secundário incompleto (0,111), e superior aos valores desse indicador para os que têm o ensino superior (0,089) e ensino secundário (0,073) e da média registada na ilha de Santiago (0,101). O coeficiente de variação do capital social é de 15,4%, inferior ao verificado nos inquiridos com o ensino básico completo (25,5%), ensino básico incompleto (16,5%), ensino secundário incompleto (16, 3%), e inferior ao valor desse indicador, para os respondentes que possuem o ensino superior (12,0%), ensino secundário (11,4%), ao valor desse coeficiente para a ilha acima referida (13,3%) [Tabelas 28 e 29].

Da análise dos dados referentes às comunidades piscatórias do concelho de São Domingos, constata-se que o capital social dos inquiridos é de 0,80, inferior ao valor dos que não sabem ler nem escrever (0,87) e dos que possuem o ensino secundário (0,85), ensino básico incompleto (0,83) e ensino secundário incompleto (0,81), e superior ao ICS para os habilitados com o ensino básico completo (0,73) e a média desse indicador registada na ilha de Santiago (0,76). O desvio padrão do capital social dos inquiridos das comunidades piscatórias desse concelho, é de 0,095, superior ao valor dos respondentes que não sabem ler nem escrever (0,022), dos que possuem o ensino secundário incompleto (0,069), ensino secundário (0,087) e ensino básico incompleto (0,093), e inferior a média desse indicador da ilha em alusão (0,101).

O coeficiente de variação do capital social é de 11,9%, superior ao valor verificado nos inquiridos que não sabem ler nem escrever (2,5%), dos que possuem o ensino secundário incompleto (8,5%), ensino secundário completo (10,2%) e ensino básico incompleto (11,2%), e inferior ao valor desse indicador para os que têm o ensino básico completo (14,0%) e da média desse coeficiente para a ilha de Santiago (13,3%) [Tabelas 28 e 29].

Tabela 30: Capital social dos inquiridos em função das habilitações literárias e por concelho (Santiago Norte)

Concelhos dos inquiridos	Habilitação literária	Média	N.ºde Respostas	Desvio Padrão	Coeficiente de Variação
Tarrafal	Ensino Básico incompleto	0,64	19	0,090	14,1%
	Ensino Secundário incompleto	0,63	2	0,045	7,1%
	Total	**0,64**	**21**	**0,086**	**13,4%**
São Miguel	Ensino Básico incompleto	0,81	27	0,082	10,1%
	Ensino Básico completo	0,75	10	0,108	14,4%
	Ensino Secundário incompleto	0,78	6	0,063	8,1%
	Ensino Secundário	0,79	1	0,000	0,0%
	Total	**0,79**	**44**	**0,087**	**11,0%**
Santa Cruz	Ensino Básico incompleto	0,74	16	0,069	9,3%
	Ensino Básico completo	0,75	5	0,040	5,3%
	Ensino Secundário incompleto	0,74	11	0,044	5,9%
	Ensino Secundário	0,68	2	0,090	13,2%
	Total	**0,74**	**34**	**0,058**	**7,8%**
Santa Catarina	Ensino Básico incompleto	0,83	14	0,073	8,8%
	Ensino Básico completo	0,80	12	0,102	12,8%
	Ensino Secundário incompleto	0,81	16	0,080	9,9%
	Ensino Secundário	0,85	4	0,042	4,9%
	Ensino Superior	0,84	1	0,000	0,0%
	Total	**0,82**	**47**	**0,080**	**9,8%**

Fonte: Resultado da investigação com base nos dados dos inquéritos (2011)

Nas comunidades piscatórias do concelho do Tarrafal, o capital social é de 0,64, igual ao ICS dos inquiridos que declaram terem o ensino básico incompleto, e superior ao dos que possuem o ensino secundário incompleto (0,63) e da média da ilha de Santiago (0,101). O desvio padrão do capital social nas comunidades piscatórias desse concelho é de 0,086,

superior ao valor dos que afirmaram possuírem o ensino secundário incompleto (0,045), e inferior ao valor desse indicador para os têm o ensino básico incompleto (0,090) e da média da ilha em referência (0,101). O coeficiente de variação do capital social, dos inquiridos das comunidades piscatórias do concelho em referência é de 13,4%, inferior ao verificado nos que possuem o ensino básico incompleto (14,1%), e superior ao valor desse coeficiente dos que declararam terem o ensino secundário incompleto (7,1%) e da média desse coeficiente para a ilha acima mencionada (13,3%) [Tabelas 28 e 30].

O capital social dos inquiridos das comunidades piscatórias de São Miguel é de 0,79, sendo este valor igual ao dos que possuem o ensino secundário, inferior ao ICS dos que declaram terem o ensino básico incompleto (0,81), e superior ao valor desse indicador para os que têm o ensino básico completo (0,75), ensino secundário incompleto (0,78) e da média para a ilha de Santiago (0,76). O desvio padrão do capital social, nas comunidades piscatórias desse concelho, é de 0,087, superior ao valor dos que têm o ensino secundário incompleto (0,063) e ensino básico incompleto (0,082), e inferior ao valor desse indicador para os respondentes habilitados com o ensino básico completo (0,108) e da média desse indicador a nível da ilha de Santiago (0,101). O coeficiente de variação do capital social nas comunidades piscatórias do concelho supramencionado é de 11,0%, superior ao valor desse coeficiente para os inquiridos que declaram terem o ensino secundário incompleto (8,1%) e ensino básico incompleto (10,1%), e inferior ao valor desse indicador para os que possuem o ensino básico completo (14,4%) e média verificada na ilha acima referida (13,3%) [Tabelas 28 e 30].

Ao analisar os dados da tabela acima referida, verifica-se que o capital social dos inquiridos das comunidades piscatórias de Santa Cruz é de 0,74, valor esse coincidente ao do ICS dos respondentes que têm os ensinos básico e secundário incompletos, superior ao dos que têm o ensino secundário completo (0,68), e inferior ao valor desse indicador, para os habilitados com o ensino básico completo (0,75) e da média averiguada na ilha de Santiago (0,76).

O desvio padrão do capital social é de 0,058, superior ao valor dos que afiançaram terem o ensino básico completo (0,040), ensino secundário incompleto (0,044), e inferior ao dos que disseram possuírem o ensino básico incompleto (0,069), ensino secundário (0,090) e da média da ilha acima mencionada (0,101).

O coeficiente de variação do capital social dos inquiridos das comunidades piscatórias desse concelho, é de 7,8%, superior ao valor para os que têm o ensino básico incompleto (5,3%) e ensino secundário incompleto (5,9%), e inferior ao valor desse coeficiente dos que detém o ensino básico incompleto (9,3%) e da média dessa ilha (13,3%) [Tabelas 28 e 30].

Nas comunidades piscatórias de Santa Catarina de Santiago, o capital social dos inquiridos é de 0,82, ligeiramente superior ao valor desse indicador para os que confirmaram que detêm o ensino básico completo (0,80) e ensino básico incompleto (0,81), e inferior, com poucas diferenças, em relação ao ICS dos respondentes com o ensino básico incompleto (0,83), ensino superior (0,84), ensino secundário (0,85), sendo essa disparidade maior, ao comparar com o da ilha de Santiago (0,76). O desvio padrão do capital social dos inquiridos das comunidades piscatórias desse concelho é de 0,080, valor esse coincidente como dos respondentes com o ensino secundário incompleto, superior ao dos que possuem o ensino secundário completo (0,042), ensino básico incompleto (0,073), inferior ao desvio padrão dos que afirmaram terem o ensino básico completo (0,102) e da média regista na ilha acima referida (0,101). Ainda, nesse concelho, o coeficiente de variação do capital social é de 9,8%, superior, ao valor desse indicador, para os respondentes com o ensino secundário (4,9%), ensino básico incompleto (8,8%), e inferior ao valor desse coeficiente dos que afiançaram possuírem o ensino secundário incompleto (9,9%), o ensino básico incompleto (12,8%), o que é extensivo à média desse indicador para a ilha supramencionada (13,3%) [Tabelas 28 e 30]. Assim, segundo José Antonio Caride e Pablo Ángel Meira (2001:11), a educação baseada num desenvolvimento integral deve insistir-se na necessidade de as práticas pedagógicas garantirem, a cada indivíduo, a inserção social e a melhoria da qualidade de vida, o que além de concretizar numa adequada formação, o desempenho laboral ou a coexistência social, supõe comprometer a educação para valores e princípios fundamentais como a paz, a democracia, a justiça, a liberdade, a sustentabilidade, a responsabilidade e solidariedade, o que pode ser extensivo às comunidades piscatórias da ilha de Santiago, em Particular, e de Cabo Verde, no geral.

Com base no acima exposto, pode-se afirmar que, tendo em consideração as habilitações literárias dos inquiridos, o ICS do capital social acima da média registada na ilha de Santiago (0,76), encontra-se nas comunidades piscatórias dos concelhos de Santa Catarina de Santiago (0,82), de São Domingos (0,80), de São Miguel (0,79), de Ribeira Grande de Santiago (0,77), e abaixo dessa média, nos concelhos de Santa Cruz (0,74), da Praia (0,70) e do Tarrafal (0,64), sendo este último, o mais baixo valor registado.

O desvio padrão do capital social, superior ao valor médio da ilha em referência (0,101), encontram-se nas comunidades piscatórias do concelho da Praia (0,108), e nas outras comunidades piscatórias dos outros concelhos abrangidos por este estudo, os valores desse indicador estão abaixo da média da ilha, sendo o mais baixo desvio padrão, verificado no concelho de Santa Cruz (0,058).

Os concelhos que apresentam o coeficiente de variação do capital social acima da média dessa ilha (13,3%), são os da Praia (15,4%) e do Tarrafal (13,4%), e abaixo dessa, encontram-se os de São Domingos (11,9%), de Ribeira Grande de Santiago (11,4%), de São Miguel (11,0%), de Santa Catarina (9,8%) e de Santa Cruz (7,8%), afigurando-se, este último, o mais baixo valor [Tabelas 28, 29 e 30].

Tendo em consideração que os inquiridos que não sabem ler e nem escrever, tem um capital social mais elevado do que os alfabetizados e, incluem, os com formação superior, de realçar que, de acordo com Frantziska Goenaga (2004:143-144),

> ***cuando se abla de participación ciudadana debemos considerar su dimensión educativa. Se trata de educar a los ciudadanos, al conjunto de agentes y administración implicados en el proceso, para que asuman la parte que les corresponde en la difícil tarea de compartir el logro de una mejora en la calidad de vida (…), y de cambiar valores, actitudes y formas de relación, así como fortalecer la conciencia ciudadana de manera que se concreta en una mayor motivación y ilusión, además de un reforzamiento de la práctica democrática***.

É de frisar que, em certa medida, as teses da autora *op cit (*2004:143-144), não tem vindo a acontecer em Cabo Verde e, sendo assim, nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago.

A educación para a cidadanía debe afirmarse como vieiro da democracia inclusiva e como vanguarda na escrupolosa defensa dos direitos humanos, que están na base dunha vida digna, e da consideración das persoas como partícipes dunha comunidade libre, e na que son algo distinto de simples clientes ou consumidores (…) (Maria del Mar Lorenzo Moledo e Miguel Anxo Santos Rego, 2009:54).

De acordo com os autores *(Op. Cit:55), en sentido estrito, non se pode reducir o ámbito cívico ao ámbito escolar, e do que se trata é de conectar a educación ao desenvolvimento e fortalecemento da sociedade civil a través do coidado ético e moral das persoas e agrupacións*. Ainda, António Vara Coomonte (1999:44) "afirma que o fim da escola é instruir e formar os indivíduos visando o bem supremo da cidade e do povo", o que devia ser aplicado às comunidades piscatórias da ilha de Santiago.

5.2.7. Nível do capital social em função do tempo de residência a nível da ilha de Santiago e por concelho

A Tabela 31 apresenta as estatísticas descritivas do capital social dos inquiridos em função do tempo de residência a nível da ilha de Santiago.

Tabela 31: Estatísticas descritivas do capital social dos inquiridos em função do tempo de residência a nível da ilha de Santiago

Ilha de Santiago	Tempo de residência nas comunidades (em anos)	Média	N.ºde respostas	Desvio padrão	Coeficiente de variação
Total	Até 10	0,71	61	0,105	14,8%
	De 11 aos 25	0,75	153	0,102	13,6%
	De 26 aos 40	0,79	81	0,084	10,6%
	De 41 aos 55	0,78	32	0,093	11,9%
	Mais de 55	0,77	5	0,124	16,1%
	Total geral	**0,76**	**332**	**0,102**	**13,4%**

Fonte: Resultado da investigação com base nos dados dos inquéritos (2011)

De acordo com os dados da Tabela 31, em função do tempo de permanência, nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago, o capital social dos inquiridos é de 0,76, superior ao valor desse indicador, para os respondentes que vivem nessas comunidades até 10 anos (0,71) e de 11 aos 25 anos (0,75), e inferior ao dos que aí residem de 26 aos 40 anos (0,79), de 41 aos 55 anos (0,78) e mais de 55 anos (0,77). O desvio padrão do capital social é de 0,102, sendo este valor igual ao dos inquiridos que afirmaram que vivem, nessas comunidades, de 11 aos 25 anos, superior ao verificado nos que ali residem, de 26 aos 40 anos (0,084) e de 41 aos 55 anos (0,093), e inferior ao dos que declaram estarem a residir, nessas comunidades, até 10 anos (0,105) e mais de 55 anos (0,124). O coeficiente de variação do capital social é de 13,4%, valor este superior ao dos respondentes que afirmaram que viviam, no momento da aplicação dos inquéritos, nas mesmas, de 26 aos 40 anos (10,6%) e de 41 aos 55 anos (11,9%), e inferior ao valor desse coeficiente para os inquiridos que aí residiam, aquando do inquérito, de 11 aos 25 anos (13,6%), até 10 anos (14,8%) e mais de 55 anos (16,1%).

Os dados da Tabela 32 são relativos às estatísticas descritivas do capital social em função do tempo de residência e por concelho.

Tabela 32: Capital social dos inquiridos em função do tempo de residência e por concelho (Santiago Sul)

Concelhos dos inquiridos	Tempo de residência nas comunidades (em anos)	Média	N.ºde respostas	Desvio padrão	Coeficiente de variação
Ribeira Grande Santiago	Até 10	0,81	1	0,000	0.0%
	De 11 aos 25	0,77	31	0,105	13,6%
	De 26 aos 40	0,76	13	0,082	10,8%
	De 41 aos 55	0,76	3	0,057	7,5%
	Mais de 55	0,79	1	0,000	0,0%
	Total	**0,77**	**49**	**0,093**	**12,1%**
Praia	Até 10	0,67	15	0,067	10,0%
	De 11 aos 25	0,67	19	0,108	16,1%
	De 26 aos 40	0,78	6	0,095	12,2%
	De 41 aos 55	0,77	7	0,091	11,8%
	Mais de 55	0,73	1	0,000	0,0%
	Total	**0,70**	**48**	**0,100**	**14,3%**
São Domingos	Até 10	0,86	3	0,072	8,4%
	De 11 aos 25	0,79	15	0,082	10,4%
	De 26 aos 40	0,80	11	0,089	11,1%
	De 41 aos 55	0,80	8	0,128	16,0%
	Mais de 55	0,72	2	0,191	26,5%
	Total	**0,80**	**39**	**0,098**	**12,3%**

Fonte: Resultado da investigação com base nos dados dos inquéritos (2011)

Conforme os dados das Tabelas 31 e 32, o capital social dos inquiridos das comunidades piscatórias de Ribeira Grande de Santiago é de 0,77, inferior ao valor desse indicador para os que aí vivem, até 10 anos (0,81) e mais de 55 anos (0,79), igual ao ICS dos respondentes que ali residem, nessas comunidades piscatórias, de 11 aos 25 anos, superior ao dos que declararam terem, ali vivido, de 26 aos 40 anos e de 41 aos 55 anos e da média para ilha de Santiago, tendo igual valor (0,76). O desvio padrão do capital social é de 0,093, inferior ao valor desse indicador para os inquiridos nas comunidades piscatórias desse concelho, de 11 aos 25 anos (0,105) e da média registada a nível da ilha em referência (0,102), e superior ao registado nos

inquiridos residentes nesse concelho, de 41 aos 55 anos (0,057) e de 26 aos 40 anos (0,082). O coeficiente de variação do capital social, nas comunidades piscatórias do concelho em referência, é de 12,1%, superior ao valor dos respondentes aí residentes, de 41 aos 55anos (7,5%) e de 26 aos 40 anos (10,8%), e inferior ao coeficiente verificado dos que ali viviam, no momento do inquérito, de 11 aos 25 anos (13,6%), bem como da média dessa ilha (13,4%).

Nas comunidades piscatórias da Praia, o capital social dos inquiridos é de 0,70, superior ao valor verificado nos respondentes, cujo tempo de residência, nessas comunidades, é de até 10 anos e de 11 aos 25 anos, tendo estes igual contribuição no ICS (0,67), e inferior ao valor desse indicador, para os que aí viviam de 26 aos 40 anos (0,78), de 41 aos 55 anos (0,77) e mais de 55 anos (0,73), bem como a média desse indicador para a ilha de Santiago (0,76). O desvio padrão do capital social dos inquiridos das comunidades piscatórias do concelho em referência é de 0,100, sendo este superior ao valor dos que afirmaram terem aí residido até 10 anos (0,067), de 26 aos 40 anos (0,095), de 41 aos 55 anos (0.091), e inferior ao valor desse indicador para os aí residiam de 11 aos 25 anos (0,108) e da média verificada a nível da ilha acima mencionada (0,102). O coeficiente de variação do capital social dos inquiridos das comunidades piscatórias desse concelho é 14,3%, inferior ao valor verificado para os respondentes, cujo tempo de permanência varia de 11 aos 25 anos (16,1%), superior ao constatado nos que afirmaram terem aí vivido até 10 anos (10,0%), de 26 aos 40 anos (12,2%), de 41 aos 55 anos (11,8%) e da média para a ilha de Santiago [Tabelas 31 e 32].

O capital social dos inquiridos das comunidades piscatórias do concelho de São Domingos é de 0,80, sendo este valor igual ao valor para os inquiridos, cujo tempo de residência, nessas comunidades, varia de 26 aos 40 anos e de 41 aos 55 anos, inferior ao dos respondentes que aí permaneceram até 10 anos (0,86) e superior ao ICS dos que ali viviam, no momento do inquérito, de 11 aos 25 anos (0,79) e mais de 55 anos (0,72).

O desvio padrão do capital social dos inquiridos das comunidades piscatórias desse concelho é de 0,098, superior ao valor para os que responderam terem aí vivido até 10 anos (0,72), de 11 aos 25 anos (0,082) e de 26 aos 40 anos (0,089), e inferior ao desvio padrão dos que aí viviam, de 41 aos 55 anos (0,128) e mais de 55 anos (0,191) e da média para a ilha supramencionada (0,102).

O coeficiente de variação do capital social é, nas comunidades piscatórias desse concelho, de 12,3%, superior ao valor desse coeficiente, para os que decalaram que aí residiam, até 10 anos (8,4%), de 11 aos 25 anos (10,4%) e de 26 aos 40 anos (11,1%), e inferior ao valor desse indicador, para os respondentes, cujo tempo de permanência, nessas comunidades, varia de 41 aos 55 anos (16,0%) e mais de 55 anos (26,5%), bem como a média averiguada para a ilha de Santiago [Tabelas 31 e 32].

Tabela 33: Capital social dos inquiridos em função do tempo de residência e por concelho (Santiago Norte)

Concelhos dos inquiridos	Tempo de residência nas comunidades (em anos)	Média	N.ºde Respostas	Desvio Padrão	Coeficiente de Variação
Tarrafal	Até 10	0,66	17	0,124	18,8%
	De 11 aos 25	0,68	24	0,092	13,5%
	De 26 aos 40	0,75	8	0,121	16,1%
	De 41 aos 55	0,83	1	0,000	0,0%
	Total	**0,69**	**50**	**0,111**	**16,1%**
São Miguel	Até 10	0,79	4	0,087	11,0%
	De 11 aos 25	0,77	18	0,104	13,5%
	De 26 aos 40	0,82	21	0,064	7,8%
	De 41 aos 55	0,78	7	0,096	12,3%
	Total	**0,79**	**50**	**0,087**	**11,0%**
Santa Cruz	Até 10	0,71	14	0,064	9,0%
	De 11 aos 25	0,75	19	0,038	5,1%
	De 26 aos 40	0,74	8	0,078	10,5%
	De 41 aos 55	0,76	5	0,063	8,3%
	Total	**0,74**	**46**	**0,058**	**7,8%**
Santa Catarina	Até 10	0,76	7	0,109	14,3%
	De 11 aos 25	0,82	27	0,074	9,0%
	De 26 aos 40	0,82	14	0,065	7,9%
	De 41 aos 55	0,92	1	0,000	0,0%
	Mais de 55	0,90	1	0,000	0,0%
	Total	**0,82**	**50**	**0,080**	**9,8%**

Fonte: Resultado da investigação com base nos dados dos inquéritos (2011)

Ao analisar os dados das Tabelas 31 e 33, consta-se que o capital social dos inquiridos das comunidades piscatórias do concelho do Tarrafal é de 0,69, superior ao ICS dos que aí residiam até 10 anos (0,66) e de 11 aos 25 anos (0,68), e inferior ao valor desse indicador dos respondentes com o tempo de permanência, nessas comunidades, de 26 aos 40anos (0,75), de 41 aos 55 anos (0,83) e da média registada a nível da ilha de Santiago (0,76). O desvio padrão

do capital social dos que foram submetidos ao inquérito, nas comunidades piscatórias desse concelho, é de 0,111, inferior ao valor verificado, para os respondentes que residiam, nessas comunidades, até 10 anos (0,124) e de 26 aos 40 anos (0,121), e superior ao valor constatado nos que afirmaram terem, ali, vivido de 11 aos 25 anos (0,092) e da média desse indicador para a ilha em alusão (0,102). O coeficiente de variação do capital social dos inquiridos das comunidades piscatórias do concelho em referência, é de 16,1%, sendo este valor igual ao dos respondentes que aí residiam, de 26 aos 40 anos, inferior ao coeficiente de variação dos que aí se encontravam a viver até 10 anos (18,8%), e superior ao valor dos que ali viviam de 11 aos 25 anos (13,5%) e da média desse indicador para a ilha de Santiago (13,4%).

Da análise dos dados, depreende-se que o capital social dos inquiridos das comunidades piscatórias do concelho de São Miguel é de 0,79, sendo este valor igual ao valor dos que residiam, nessas comunidades, até 10 anos (0.79), inferior ao ICS, para os inquiridos que aí viviam de 26 aos 40 anos (0,82) e, ligeiramente, superior ao valor desse indicador, para os respondentes, cujo tempo de residência varia de 11 aos 25 anos (0,77) e de 41 aos 55 anos (0,78), bem como o valor médio, do mesmo, para a ilha de Santiago (0,76). O desvio padrão do capital social dos respondentes das comunidades piscatórias desse concelho é de 0,087, sendo este igual ao valor dos que aí residiam até 10 anos, inferior ao valor dos que se permaneciam, nessas comunidades, de 26 aos 40 anos, e inferior ao valor dos inquiridos que declararam terem ali residido, de 41 aos 55 anos (0,096) e de 11 aos 25 anos (0,104), o que é extensivo ao verificado a nível da ilha de Santiago (0.102). O coeficiente de variação do capital social dos respondentes das comunidades piscatórias do concelho de São Miguel é de 11,0%, sendo este valor igual dos que disseram terem aí permanecido, até 10 anos, superior ao valor para os respondentes, cujo tempo de residência, nessas comunidades, varia de 26 aos 40 anos (7,8%), e inferior ao valor desse indicador dos que afirmaram terem aí residido de 11 aos 25 anos (13,5%) e de 41 aos 55 anos (12,4%) e da média constatada, a esse respeito, na ilha de Santiago (13,4%) [Tabelas 31 e 33].

Nas comunidades piscatórias do concelho de Santa Cruz, verifica-se que o capital social dos inquiridos é de 0,74, igual ao ICS dos inquiridos que disseram terem residido, nessas comunidades, de 26 aos 40 anos, superior ao valor desse indicador para os respondentes que aí viviam, até 10 anos (0,71), e ligeiramente inferior ao ICS dos que foram submetidos ao inquérito, e cujo tempo de permanência, nessas comunidades, varia de 11 aos 25 anos (0,75), de 41 aos 55 anos (0,76), sendo este valor igual a média do capital social registada a nível da ilha de Santiago.

O desvio padrão do capital social é de 0,058, superior ao valor verificado nos respondentes, cujo tempo de residência, nessas comunidades, varia de 11 aos 25 anos (0,038), e inferior ao registado para os que aí viveram de 41 aos 55 anos (0,063), até 10 anos (0,064), de 26 aos 40 anos (0,078) e a nível da ilha de Santiago (0,102). O coeficiente de variação do capital social dos inquiridos das comunidades piscatórias do concelho em referência é de 7,8%, superior ao verificado para os inquiridos aí residentes, nessas comunidades, de 11 aos 25 anos (5,1%), e inferior ao valor desse coeficiente, para os respondentes que afirmaram terem aí residido de 41 aos 55 anos (8,3%), até 10 anos (9,0%) e de 26 aos 40 anos (10,5%) e da média verificada a nível da ilha de Santiago (0,102) [Tabelas 31 e 33].

O capital social dos inquiridos das comunidades piscatórias do concelho de Santa Catarina é de 0,82, igual ao dos residentes, nessas comunidades, de 11 aos 25 anos e de 26 aos 40 anos, inferior ao dos que afirmaram terem aí vivido, de 41 aos 55 anos (0,92) e mais de 55 anos (0,90), e superior ao valor desse indicador, para os respondentes que declararam ali residentes, até 10 anos (0,76), sendo este valor igual ao verificado a nível da ilha de Santiago. O desvio padrão do capital social dos inquiridos, nas comunidades piscatórias desse concelho, é de 0,080, superior ao valor desse indicador dos que se encontravam a viver, nessas comunidades, de 11 aos 25 anos (0,074) e de 26 aos 40 anos (0,065), e inferior ao valor constatado para os inquiridos que ali moravam, aquando do inquérito, até 10 anos (0,109) e a média desse indicador para a ilha de Santiago (0,102). O coeficiente de variação do capital social dos inquiridos das comunidades piscatórias do concelho suprareferidas é de 9,8%, superior ao averiguado para os respondentes aí residentes, de 11 aos 25 anos (9,0%) e de 26 aos 40 anos (7,9%), e inferior ao valor desse coeficiente dos que disseram terem aí vivido até 10 anos (14,3%), sendo este, por conseguinte, superior a média desse indicador para a ilha de Santiago (13,4) [Tabelas 31 e 33].

Em função do tempo de residência dos inquiridos, o mais baixo nível de capital social, encontra-se nas comunidades piscatórias do Tarrafal, cujo valor é de 0,69, e o valor mais elevado ICS, verifica-se nas comunidades piscatórias do concelho de Santa Catarina (0,82), sendo este superior a média desse indicador a nível da ilha de Santiago (0,76). O desvio padrão do capital social mais baixo, regista-se nas comunidades piscatórias do concelho de Santa Cruz (0,058), e no concelho do Tarrafal constata-se o mais elevado valor desse indicador (0,111) e que, por conseguinte, está acima da média do averiguada a nível da ilha de Santiago (0,102) [Tabelas 31 e 33].

É nas comunidades piscatórias do concelho de Santa Cruz que o coeficiente de variação do capital social é mais baixo (7,8%), e o valor mais alto desse coeficiente encontra-se nas comunidades piscatórias do Tarrafal (16,1%) que, por sua vez, ultrapassa a média desse indicador para a ilha em referência [Tabelas 31 e 33].

Com base no exposto é de frisar que, segundo Jorge Sousa Brito (2011:7), o desenvolvimento das regiões depende do capital territorial nelas realizado e das redes de fluxo que as vivificam, e é mais explícito num país como Cabo Verde onde as facetas tangíveis e intangíveis, públicas e privadas do capital territorial que se encontram intrinsecamente ligadas aos fluxos e redes de pessoas, de capitais, de conhecimento e de bens que a situação geográfica e força cultural desse país possibilitam e potenciam, o que pode ser extensivo às comunidades piscatórias da ilha de Santiago.

5.3.Discussão dos pressupostos do estudo

Nas abordagens feitas, sobretudo no Capítulo IV, referentes às dimensões empíricas estão patentes que este estudo norteia-se por pressupostos e conjeturas, com realce para as hipóteses, pelo que devem ser analisados e discutidos à luz dos resultados empíricos, e tendo em consideração os objetivos, as perguntas de partida e o referencial teórico e, sendo assim, a literatura utilizada, no sentido de confirmar ou infirmar as hipóteses.

É de realçar que, sempre se julgue necessário, foram feitos os testes para aceitar ou rejeitar as seguintes hipóteses, bem como os pressupostos e as conjeturas deste trabalho, a saber:

H1: O nível de educação, nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago, é baixo, embora tenda a aumentar com as gerações mais novas, e não existe nenhuma correlação direta entre as habilitações literárias, frequências nos estudos e o capital social. Este último, embora modesto, é aproveitado na vida quotidiana das pessoas dessas comunidades, mas não se projeta para as iniciativas sem efeitos imediatos.

Em relação a **H1**, é de afirmar que o nível de capital social das comunidades piscatórias da ilha de Santiago não é baixo, uma vez que, o mesmo, é de 0,76 e, sendo assim acima da média, ao considerar que esse indicador varia de 0 à 1, e não existe nenhuma correlação direta entre as habilitações literárias e o capital social, sendo este é mais elevado para os respondentes que não sabem ler e nem escrever (0,87).

A Tabela 34 diz respeito ao teste de *Kruskal-Wallis* para verificar o nível de capital social dos inquiridos de acordo com a média das ordenações (*Mean Rank*).

Tabela 34: Teste de *Kruskal-Wallis* sobre capital social dos inquiridos em função das habilitações literárias

	Habilitacao literaria	**N**	**Média das ordenações**
Capital social	Não sabe ler nem escrever	2	224,25
	Ensino Basico incompleto	111	133,44
	Ensino Basico completo	41	129,40
	Ensino Secundário incompleto	73	137,29
	Ensino Secundário	26	107,04
	Ensino Superior	9	120,22
	Total	**262**	
Testes estatísticos		Qui-Quadrado	**6,450**
		Grau de liberdade	**5**
		Nível de significância (P-valor)	**0,265**

Fonte: Resultado da investigação com base nos dados dos inquéritos (2011)

Através dos dados da Tabela 34 é de referir que do cruzamento do capital social com a habilitações literárias dos inquiridos, de acordo com a média das ordenações (*Mean Rank*), verifica-se, mais uma vez, que o nível de capital social é mais elevada para os que não sabem ler nem escrever (224,25), enquanto os que têm ensino superior revelam menos Capital Social.

Ao testar a relação entre a variável Capital Social e habilitação literária [Tabela 34], obtém-se o valor 6,450 para o teste de *Qui-Quadrado de pearson*, com 5 graus de liberdade, e um *p-valor* de 0,265, o que significa que, se a hipótese nula for verdadeira, é esperado encontrar-se um valor de *Qui-Quadrado* de 6,450 ou superior, menos de 5 vezes em cada 100 casos observados. Como o *p-valor* (0,265) é superior a 5% do nível de significância, neste caso, estatísticamente não se rejeita a hipótese nula que afirma que a média do capital social pode ser igual nas categorias das habilitações literárias da população inquirida, ou seja, [$X^2_{(262:5)}$= 6,450;p=0,265>0,05], uma vez que a Hipótese Nula (H0) : K-W_{NLE} = K-W_{EBI}= K-W_{EBC} = K-W_{ESI} = K-W_{ESC}= K-W_{ES}, sendo os inquiridos que não sabem ler e nem escrever (NLE), Ensino

Básico Incompleto (EBI), Ensino Básico Completo (EBC), Ensino Secundário Incompleto (ESI), Ensino Secundário Completo (ESC) e Ensino Superior (ES) e; a Hipótese 1(H1) que considera que existe pelo menos uma diferença, a esse respeito.

É de referir, ainda, que não existe uma correlação direta entre a frequência nos estudos e o capital social, uma vez que este é mais elevado para os que não estão a frequentar estudos (0,76), do que os que estão a frequentá-los (0,73), o que a semelhança do período colonial, ainda continua, em Cabo Verde e, sendo assim, as sequelas do passado em que as pessoas (mais) habilitadas consideram-se como sendo superiores às pessoas iletradas e menos habilitadas, o que condiciona o reforço do stock do capital social.

É de realçar que, com base nas análise e discussão acima apresentadas, nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago, o capital social não é modesto, e é aproveitado na vida quotidiana das pessoas, mas não se projeta para as iniciativas sem efeitos imediatos, uma vez que a dimensão do capital social *participação em ações voluntárias e cooperação comunitária*, e a que menos peso têm na formação do ICS.

H2: Pode-se reforçar o stock de capital social e contribuir para o desenvolvimento sustentável dessas comunidades piscatórias, se forem adotadas medidas de políticas e estratégias adequadas ao exercício de cidadania ativa a nível local e comunitário.

Tendo em consideração a H2, para reforçar o stock de capital social e contribuir para o desenvolvimento sustentável dessas comunidades, é preciso que haja mudanças na família, na escola, no meio profissional, na comunidade local e na comunidade global, enquanto contextos em que se operam a socialização dos indivíduos, a promoção do capital social e de uma cultura cívica.

Na família, quando existir, é necessário gerar confiança, promovendo o otimismo, o relacionamento democrático, exercendo a cidadania íntima. Entretanto, nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago há, em certos casos, ausência de famílias, ou são, de uma forma geral, desestruturadas.

A escola enquanto laboratório social com um papel central na mudança de práticas e mentalidades, não pode, contudo, assumir toda a responsabilidade pela mudança como, geralmente, se procura fazer. Ainda, no que concerne à escola, são necessárias medidas que promovam o sucesso escolar, que favoreçam um ambiente escolar democrático e dialogante.

A comunidade seja ela local ou global, caminhará no sentido da virtude cívica, na medida em que promove a igualdade entre os cidadãos, nomeadamente o desenvolvimento das obrigações em consonância com os direitos, impulsionando a universalização dos direitos sociais, bem como as medidas que contribuem para o aumento das oportunidades de participação dos cidadãos.

H3: Para o reforço do nível de capital social nessas comunidades piscatórias, é preciso que se promova o associativismo e o voluntariado direcionados ao reforço organizacional das pessoas, bem como o desenvolvimento de ações de *empowerment* das pessoas visando o aumento de seu capital social e a busca de uma maior participação cidadã nos processos de tomada de decisão, bem como a adoção de políticas que possam aumentar o nível de educação e do stock de capital social comunitário, propiciando o surgimento de iniciativas coletivas baseadas nas dimensões do capital social como *sociabilidade e inclusão social, confiança e recetividade, solidariedade e entreajuda e participação em ações voluntárias e cooperação comunitária.* Assim, o principal obstáculo é uma certa "miopia" provocada pela cultura da pobreza que inviabiliza qualquer projeto sem efeito imediato, e a não existência, nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago, de uma massa crítica de base associativa. Assim, de acordo com António Vara Coomonte (1999:44), o bem supremo da cidade e do povo que Aristóteles descreve, se materializa em alcançar a felicidade dos cidadãos mediante a obediência racional e livre, contrária a submissão dos indivíduos ao Estado, que invalidaria a própria capacidade humana, bem como a condição de cidadão, o que é extensivo às comunidades piscatórias da ilha de Santiago.

H4:O sistema educativo é orientado para a memorização e não para a compreensão, e como tal, não contribui, de forma direta e imediata para a eliminação da cultura da pobreza em Cabo Verde e, sendo assim, nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago.

Quanto a **H4**, pode-se afirmar que, em Cabo Verde, o sistema educativo tem o papel central na mudança de práticas e de mentalidades. Assim, os conteúdos programáticos deverão incluir a educação para o civismo, em áreas gerais como a democracia, a solidariedade, a diversidade, a mudança, a família e o género e, em áreas específicas como a arte, o ambiente, o consumo, os media e a saúde.

As instituições educativas precisam de ser coadjuvada por observatórios sociais que reforcem as práticas cívicas e por contextos favoráveis às mesmas, e devem trabalhar para a construção das identidades e dos projetos pessoais e comunitários. Assim, as funções e os métodos da educação devem ser pensados e postos em prática, tendo em consideração a cidadania democrática (Varela, 2008:82-84), com enfoque a nivel local e comunitário e, sendo assim, nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago.

H5: Há uma correlação positiva, embora não linear e nem paralela, entre o nível de educação e o de capital social, e entre este e o desenvolvimento sustentável local e comunitário, o que pode ser extensivo às comunidades piscatórias da ilha de Santiago.

Com base nos argumentos apresentado a respeito da **H1,** fica evidente que não há uma correlação positiva entre o nível de educação e o nível de capital social, e este é aproveitado na vida quotidiana das comunidades piscatórias da ilha de Santiago, mas não se projeta para as iniciativas sem efeitos imediatos, uma vez que a *dimensão do capital social participação em ações voluntárias e cooperação comunitária* é a que menos peso tem na formação do ICS, com 0,68, o que condiciona, em certa medida a sustentabilidade do desenvolvimento nessas comunidades.

A Tabela 35 refere-se aos testes de normalidade do capital social dos inquiridos a nível da ilha de Santiago.

Tabela 35: Testes de normalidade da capital social dos inquiridos

Variável	Kolmogorov-Smirnov(K-S)			Shapiro-Wilk(S-W)		
	Valor	Grau de Liberdade (df)	Nível de Significância (p-valor)	Valor	Grau de liberdade (d.f)	Nível de signifivácia (p-valor)
Capital social	0,063	340	0,003	0,987	340	0,005

Fonte: Resultado da investigação com base nos dados dos inquéritos (2011)

Os dados da Tabela 35 referente ao teste de normalidade [$K\text{-}S_{(g.l=340)}$=0,063; p=0,003<0,05] ou [$S\text{-}W_{(g.l=340)}$=0,987; p=0,005<0,05], e como p < 0,5 revelam níveis baixos de significância, o que permite rejeitar a hipótese nula, ou seja, a existência da normalidade.Assim, a variável capital social não segue a lei de uma distribuição normal e, por conseguinte, a sua comparação e verificação em função das outras variáveis exigem a utilização de testes não paramêtricos.

Na Tabela 36 estão os dados relativos aos testes de *Mann-Whitney* do capital social em função do género dos inquiridos.

Tabela 36: Testes de Mann-Whitney do capital social em função do género dos inquiridos

Teste do Mann-Whitney	Género	N	Média das ordenações	Soma das ordenações
Capital social	Masculino	166	153,17	25427,00
	Feminino	174	187,03	32543,00
	Total	340	340, 2	
Testes estatísticos			Mann-Whitney U	11566,000
			Z	-3,178
			Nível de significância ou p-valor	0,001

Fonte: Resultado da investigação com base nos dados dos inquéritos (2011)

Tendo em consideração que, segundo Reis *et al.* (2008:250-258), *Mann-Whitney* (M-W) é um teste não paramétrico que se aplica para duas amostras no sentido de comparar as médias de uma variável quantitativa em dois grupos de sujeitos.Neste estudo, utilizou-se o teste de MW para comparar a média do capital social dos inquiridos segundo o sexo . Os resultados obtidos [M-W=11566,000; p=0,001<0,05] na Tabela 36, rejeitam a hipótese nula (H0) que considera a independência entre as variáveis género e capital social, ao evidenciar que há relação entre o género e o capital social a 5% de significância, e a diferença do capital social é estatísticamente significativa.

É de acrescentar que o nível de Capital Social da média das ordenações (*Mean Rank*) é mais elevado para as mulheres (187,03) e, por conseguinte, terem capital social mais elevado do que os homens (153,17).

No Quadro 21 estão os dados relativos ao teste de *One-Sample Kolmogorov-Smirnov* para averiguar se os dados duma amostra seguem, ou não, uma distribuição normal.

Quadro 21: Teste de *One-Sample Kolmogorov-Smirnov* da idade dos inquiridos

Teste de One-Sample Kolmogorov-Smirnov		**Idade**
N= Amostra		340
Parâmetros de normalidade	Média	30,32
	Desvio padrão	11,948
Diferenças extremas	Absoluto	0,124
	Positivo	0 ,124
	Negativo	-0,112
Kolmogorov-Smirnov Z		2,277
Significância bilateral		0,000

Fonte: Resultado da investigação com base nos dados dos inquéritos (2011)

Os dados do Quadro 21 sobre o *Teste Kolmogorov-Smirnov* permite verificar se os dados duma amostra seguem, ou não, uma distribuição Normal. Para amostras de dimensão superior a 30, como é o caso (N=340) aconselha-se o uso do teste *Kolmogorov-Smirnov* com a correção de *Lilliefors*. Ainda, como se trata de uma amostra de dimensão 340, a informação a reter ao analisar os dados obtidos no Quadro 21, rejeita-se hipótese nula (H0) de que a variável idade segue uma distribuição normal, isto é, existência de normalidade, uma vez que a significância bilateral é 0,000 e, por conseguinte, em favor da hipótese alternativa, a distribuição da idade não deve ser *Normal,* uma vez que [K-$S_{(g.l=340)}$=2,277; p=0,000<0,05].

Os dados dos Quadros 22 e 23 apresentam os testes *Pearson Chi-Squares,* isto é, os testes de dependência/independência do *Qui-Quadrado*, como forma de confirmar ou infirmar os pressupostsos do estudo, com particular realce para as hipóteses (H1, H2, H3,H4 eH5).

O Quadro 22 apresenta os dados sobre os testes *Pearson Chi-Square* do género dos inquiridos em função das variáveis habilitação literária, frequência nos estudos, formação profissional e participação em ações de formação.

Quadro 22: Testes de Qui-Quadrado de pearson da variável género dos inquiridos em função das variáveis educação e formação

Teste de Qui-Quadrado de pearson		**Género**
Habilitação literária	Qui-Quadrado	6,602
	Grau de liberdade	5
	Nível de significância (p-valor)	0,252
Frequência nos estudos	Qui-Quadrado	2,942
	Grau de liberdade	1
	Nível de significância (p-valor)	0,086
Formação profissional	Qui-Quadrado	12,355
	Grau de liberdade	1
	Nível de significância (p-valor)	0,000
Participação em ações de formação	Qui-Quadrado	5,996
	Grau de liberdade	1
	Nível de significância (p-valor)	0,014

Fonte: Resultado da investigação com base nos dados dos inquéritos (2011)

Para comparar as preposições das frequências observadas em relação às variáveis não numéricas, utiliza-se geralmente o teste de independência de Qui-Quadrado (Pereira, 2008:183-189). Assim, utilizou-se o teste de independência de Qui-Quadrado (X^2) para comparar a variável qualitativa género e as variáveis qualitativas habilitação literária, frequência nos estudos, formação profissional e participação em ações de formação.

De acordo com os dados do Quadro 22, ao se testar a relação entre a variável género e habilitações literárias, obtém-se o valor 6,602 para o *teste de qui-quadrado de pearson*, com 5 graus de liberdade, e um *p-valor* de 0,252, o que significa que, se a hipótese nula for verdadeira, é esperado encontrar-se um *valor de Qui-Quadrado* de 6,602 ou superior, menos de 5 vezes em cada 100 casos observados [$X^2_{(262:5)=}$ 6,602;p=0,252>0,05]. Como o *p-valor* (0,252) é superior a 5% (nível de significância do teste), não existem diferenças estatistícamente significativas entre o género e a habilitações literárias dos inquiridos e, sendo assim, não rejeita a hipótese nula que afirma que essas variáveis são independentes.

Relativamente aos resultados do teste entre as variáveis género e a formação profissional [$X^2_{(338:1)=}$ 12,355;p= 0,000<0,05], e as variáveis género e a participação em ações de formação[$X^2_{(336:1)=}$ 5,996;p=0,014<0,05], os resultados para o *teste t* foram de 12,355 e 5,996 respetivamente, com 1 grau de liberdade para ambos os casos.

Os *p-valores* (0,000 e 0,014) são inferiores a 5%, por isso rejeita-se a hipótese nula de independência dessas variáveis em ambos os casos, o que significa dizer que existe uma relação de dependência entre a variável género e as variáveis formação profissional e participação em ações de formação. Ainda, os resultados do teste de independência entre a variável género e a variável frequência nos estudos [$X^2_{(201:1)=}$ 2,942;p= 0,086>0,05] não se rejeita a hipótese nula que afirma que essas variáveis são independentes, e deste modo, pode-se dizer que não existe uma relação de dependência entre as mesmas [Quadro 22].

No Quadro 23 encontram-se os testes de Qui-Quadrado de pearson da variável género em função do principal fonte de rendimento, da habitação e do meio familiar dos inquiridos.

Quadro 23: Testes de Qui-Quadrado de pearson da variável género em função das outras variáveis do estudo

Teste de Qui-Quadrado de pearson		**Género**
Principal fonte de rendimento	Qui-Quadrado	0,946
	Grau de liberdade	2
	Nível de significância (p-valor)	0,623
Habitação	Qui-Quadrado	1,710
	Grau de liberdade	2
	Nível de significância (p-valor)	0,425
Meio familiar	Qui-Quadrado	1,292
	Grau de liberdade	2
	Nível de significância (p-valor)	0,524

Fonte: Resultado da investigação com base nos dados dos inquéritos (2011)

Com base nos dados do Quadro 23, ao analisar os resultados dos testes de independência entre a variável género e as variáveis principal fonte de rendimento [$X^2_{(332:2)=}$ 0,946; p= 0,623>0,05], habitação[$X^2_{(340:2)=}$ 1,710; p= 0,425>0,05] e meio familiar [$X^2_{(340:2)=}$ 1,292; p= 0,524>0,05], ou seja, não se rejeitam a hipótese nula que afirma que as variáveis são independentes, e deste modo, estatisticamente não existe associação entre a variável qualitativa género e as variáveis qualitativas principal fonte de rendimento, habitação e meio familiar.

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

CONCLUSÕES GERAIS

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

A promoção do capital social e de uma cultura cívica é uma tarefa árdua que requer o empenho de todos os agentes, a todos os níveis e de forma transversal. Impõem-se mudanças nos diversos contextos em que se opera a socialização dos indivíduos, nomeadamente a família, a escola, o meio profissional, a comunidade local e a comunidade global.

É de referir que a discussão sobre capital social tem chamado atenção para a importância da cooperação, da confiança, da solidariedade, da participação e das ações voluntárias entre as pessoas como condições indispensáveis para o desenvolvimento dos países, das regiões e das comunidades.

O capital social é um instrumento que opera solidariamente e reflete uma maneira integrada de agir e de interagir que tem na confiança e na cooperação as moedas da boa sociedade, o que pode passar pela educação. Assim, não é possível, nas sociedades contemporâneas, pensar as funções e os métodos da educação, sem pô-los em relação com a cidadania democrática. Assim, a educação para a cidadania há de ser a educação para a complexidade e abertura.

A construção gradual e sustentada de um ambiente organizacional e de uma rede de práticas democraticamente orientadas-referidas aos valores da inclusão social, da participação e codecisão, do respeito recíproco, da garantia dos direitos, da abertura à diferença, da justiça e da equidade, da solidariedade entre as pessoas e os grupos, ente outros, e pondo em ação processos democráticos de escuta, expressão, negociação, resolução de conflitos, partilha de objetivos comuns, descentralização de poderes e responsabilidades, envolvimento coletivo, constitui, não apenas uma oportunidade, mas uma cada vez maior urgência de revalorização da escola e do trabalho escolar, no contexto das sociedades contemporâneas e, em particular, nas das comunidades piscatórias da Ilha de Santiago.

O capital social se for bem definido e valorizado, pode constituir-se num instrumento concetual e prático para a consolidação de politicas comunitárias, para o desenvolvimento sustentável e para a revitalização da sociedade civil e da democracia. Ainda, nas sociedades cuja cultura política valoriza a confiança interpessoal, é mais propícia a produzir o bem comum

e a prosperar. A cooperação voluntária, por sua vez só é possível em sociedades que convivem com regras de reciprocidade e com sistemas de participação.

A abordagem metodológica adotada neste trabalho articulou duas perspetivas, a quantitativa e a exploratória. Estes métodos proporcionaram um maior conhecimento sobre as questões relacionadas com educação, capital social e desenvolvimento das comunidades piscatórias da ilha de Santiago. Os dados foram recolhidos através de um inquérito por questionário, e trata-se de um estudo por amostragem que incidiu sobre 340 (trezentos e quarenta) membros dessas comunidades. A técnica utilizada é a da amostragem probabilística e o método de seleção aleatória simples. Ainda, foram feitos testes nomeadamente *One-Sample Kolmogorov-Smirnov Test* para aceitar ou rejeitar a hipótese da normalidade do nível de Capital Social para os níveis de significância habituais**,** *Mann-Whitney Test* para o nível de Capital Social da média das ordenações (*Mean Rank*) por género, *Kruskal-Wallis Test para verificar* o nível de Capital Social em média das ordenações (*Mean Rank*) em função das habilitações literárias e *Pearson Chi-Square Tests* para averiguar a existência ou não de relação de dependência entre a variável qualitativa género e as demais variáveis qualitativas, habilitação literária, frequência nos estudos, formação profissional, tempo de residência na comunidade, participação em ações de formação, principal fonte de rendimento, rendimento mensal do agregado familiar, habitação e meio familiar.

Apresentam-se de seguida as principais ilações retiradas das várias partes deste estudo:

- A maioria dos inquiridos é do sexo feminino (51,2%) e 48,8%, dos mesmos, são do sexo masculino;
- Relativamente à variável grupo etário, verifica-se que mais de metade dos inquiridos (54,7%) está na idade adulta jovem, 24,4% na fase de adolescência, 18,8% na idade adulta e apenas 2,1%, dos mesmos, estão na fase da velhice;
- 42,4% e 27,9% dos respondentes declararam ter o ensino básico e o ensino secundário incompletos, respetivamente. Os habilitados com ensino básico completo (15,6%) e ensino secundário completo (9,9%), ensino superior (3,4%) e os que não sabem ler e nem escrever (0,8%);

- 49,4% dos respondentes vivem em casa dos familiares, geralmente dos pais, 39,4% e 11,2%, dos mesmos, têm casa própria e arrendada, respetivamente, o que evidencia que a habitação predominante é a casa dos familiares seguida da casa própria;
- 46,1% dos respondentes residem, de 11 à 25 anos, nas suas respetivas comunidades, 24,4%, dos mesmos, de 26 à 40 anos, 18,4% têm de 1 à 10 anos, e apenas 9,6% e 1,5% responderam que são residentes de 41 à 55 anos, e mais de 55 anos, respetivamente;
- 80,3%, dos mesmos, não se encontravam, no momento do inquérito, a estudar, e 19,7% responderam que estavam a frequentar os estudos. Essa situação é semelhante a da formação profissional, nomeadamente reparação de equipamentos informáticos, construção civil, carpintaria e marcenaria, sendo os que não têm formação profissional (80,8%) e os que não a têm (19,2), e 92,0% dos inquiridos declararam que não participavam em ações de formação. Entretanto, ninguém teve a formação profissional na área de pesca, náutica, ou técnica de frio.
- A principal fonte de rendimento dos inquiridos é o salário (53,6%), seguida de outra fonte de rendimento, nomeadamente pequenos negócios, agricultura, pecuária e pesca (38,3%) e de pensão (8,1%);
- O rendimento mensal do agregado familiar é baixo, uma vez que a maioria dos inquiridos (68,1%), afirmaram que, o mesmo, é inferior aos 28.833 escudos cabo-verdianos (€ 261.48), e de 28.833 aos 43.250 escudos cabo-verdianos (€ 392.24) é de 25,0%, e superior aos 43.250 escudos cabo-verdianos (6,9%).
- Esse rendimento do agregado familiar poderá ter reflexo negativo no poder económico e, sendo assim, na aquisição de bens e serviços indispensáveis ao bem-estar social e na educação, sobretudo dos filhos;
- Nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago, a variável com maior peso na formação do capital social é a confiança e a recetividade (0,83), seguidas de socialização e inclusão social (0,77), e de solidariedade e da entreajuda (0,75). Entretanto, a participação em ações voluntárias e cooperação comunitária é a que tem, nessas comunidades, o menor peso na composição do Índice do Capital Social, correspondente a 0,68;

- Os inquiridos do sexo feminino têm o capital social ligeiramente mais elevado do que os do sexo masculino, tendo o valor, do mesmo, de 0,77 e 0,74, o que se explica, pelo facto de, nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago, existir um número elevado de mulheres chefes de família, que cuidem dos trabalhos domésticos, e colaboram com os vizinhos, a esse respeito e, sendo assim, tem uma base cultural;
- Quanto ao grupo etário, o capital social é mais baixo na adolescência (0,72) e na velhice (0,76), e mais elevado na idade adulta jovem e na idade adulta, igual valor (0,77);
- O ICS é mais elevado para os respondentes que não sabem ler e nem escrever (0,87), seguidos dos: i) habilitados com o ensino secundário incompleto (0,77); ii) ensino básico incompleto e completo, com igual capital social (0,76); iii) ensino superior (0,75) e; iv) ensino secundário completo (0,73), sendo este o índice mais baixo, ao se comparar com os outros níveis de ensino. Ainda, o capital social é, ligeiramente mais elevado para os inquiridos que não estão a frequentar estudos (0,76), do que os que estão a frequentá-los (0,73), e o Índice de Capital Social (ICS) das pessoas, dessas comunidades, é suportado pela tradição.
- No concelho de Santa Catarina de Santiago o Índice de Capital Social (ICS) é mais elevado (0,82), seguidos dos concelhos de São Domingos e São Miguel, com igual valor (0,80), Ribeira Grande de Santiago (0,77), Santa Cruz (0,73), Praia (0,70) e Tarrafal (0,69), sendo este é o concelho que apresenta o ICS mais baixo.
- Os inquiridos que vivem em casas própria e nas dos familiares, têm igual capital social e mais elevado (0,76), e para os que vivem sozinhos e em casas alugadas, o mesmo, é de 0,74 e 0,73, respetivamente, sendo, este último, o valor mais baixo;
- Os inquiridos que estão a viver com a família biológica têm o capital social mais elevado (0,76), dos que vivem com os colegas, sendo este é 0,74;
- Os inquiridos que vivem nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago de 26 à 40 anos apresentam o capital social mais elevado (0,79), ligeiramente superior aos com o tempo de permanência, nessas comunidades, de 41 à 55 anos e de mais de 55 anos, com igual valor, ou seja, 0,78, seguidos dos que estão aí a residir de 11 à 25 anos e até 10 anos, cujo capital social é de 0,75 e 0,71, respetivamente, o que, de uma forma geral, evidencia que o capital social aumenta com o tempo de permanência dos indivíduos nas respectivas comunidades;

- Das variáveis consideradas, enquanto dimensões do capital social, e dos inquiridos que responderam sempre, a confiança e a recetividade têm 58,4%, a sociabilidade e a inclusão social apresentam 51,4%, e a solidariedade e a entreajuda, bem como a participação em ações voluntárias e cooperação comunitária detêm 47,6% e 36,3%, respetivamente, sendo esta última dimensão do capital social, com menor valor percentual. Ainda, dos inquiridos que responderam às vezes, a percentagem média dos indicadores das variáveis confiança e recetividade, bem como da solidariedade e da entreajuda, são 31,1% e 30,6%, respetivamente, ligeiramente inferiores a da participação em ações voluntárias e cooperação comunitária (32,1%), e superiores às variáveis sociabilidade e a inclusão social (29%), sendo estas as que apresentam a mais baixa percentagem. Entretanto, os valores percentuais dos que deram respostas negativas são inversamente proporcionais às das respostas sempre, sendo, as mesmas, para a confiança e recetividade (10,5%), a sociabilidade e a inclusão social (19,6%), a solidariedade e a entreajuda (21,6%), a participação em ações voluntárias e cooperação comunitária (31,6%);
- Com base no capital social em função do género e por concelhos, conclui-se que o capital social varia, em termos da média, de 0,69 no concelho do Tarrafal à 0,82 no concelho de Santa Catarina, e a nível da ilha de Santiago é de 0,76, sendo esses valores relativamente elevados, ao se considerar que o valor máximo do ICS considerado que é 1.
- Em termos de média, as mulheres têm o nível de capital social mais elevado (0,77), sendo o máximo (0,84) e o mínimo (0,69), nos concelhos de Santa Catarina e do Tarrafal, respetivamente, do que os homens (0,74), tendo os máximos (0,79) registados nas comunidades piscatórias dos concelhos de São Domingos, de São Miguel e de Santa Catarina, e os mínimos nos concelhos da Praia e do Tarrafal, com igual valor (0,68). No concelho do Tarrafal, a média do desvio padrão do capital social é mais elevada (0,111), do que a, do mesmo, do outros concelhos, e cujo valor, nesse concelho, nas mulheres (0,114), superior ao dos homens (0,110), e este inferior á média (0,111) que, por sua vez, é superior ao registado a nível da ilha de Santiago (0,101).

- Entretanto, é no concelho de Santa Cruz, que esse valor é menor, tendo as mulheres (0,060), superior à média (0,057) e esta é maior ao dos homens (0,053).
- Apesar de, nas comunidades piscatórias do concelho do Tarrafal, o capital social ser mais baixo, o coeficiente de variação, é mais elevado (16,5% e 16,2%, para as mulheres e os homens, respetivamente), e a média (16,1%), a semelhança do que se constata com os valores do desvio padrão, e a mais baixa variação desse coeficiente, encontra-se, a par do desvio padrão, no concelho de Santa Cruz, da qual, as mulheres (8,1%), os homens (7,4%) e a média destes (7,8%);
- De acordo com as estatísticas descritivas do capital social em função do grupo etário e por concelhos constata-se que a média do Índice de Capital Social (ICS) mais baixo encontra-se nas comunidades piscatórias dos concelhos do Tarrafal (0,69), da Praia (0,70) e de Santa Cruz (0,73), e os valores mais elevados desse indicador, nos concelhos de Santa Catarina (0,82), de São Domingos (0,80), de São Miguel (0,79), de Ribeira Grande de Santiago (0,77), sendo estes últimos, superiores a média registada a nível da ilha de Santiago (0,76).
- Os maiores desvios padrões verificam-se, por ordem decrescente, nas comunidades piscatórias dos concelhos do Tarrafal (0,111), sendo este superior a média desse indicador para a ilha de Santiago (0,101), bem como o das comunidades piscatórias dos concelhos da Praia (0,098), de São Domingos (0,097), da Ribeira Grande de Santiago (0,093), de São Miguel (0,87), de Santa Catarina de Santiago (0,080) Santa Cruz (0,57), constituindo assim, este último o menor valor.
- Os coeficientes de variação mais elevados encontram-se, de forma decrescente, nas comunidades piscatórias dos concelhos do Tarrafal (16,1%), da Praia (14,0%), sendo esses valores superiores à média desse indicador a ilha de Santiago (13,3%) que, por sua vez, superam os valores do coeficiente de variação das comunidades piscatórias dos concelhos de São Domingos e de Ribeira Grande de Santiago, com igual valor (12,1%), de São Miguel (11,0%), de Santa Catarina (9,8%) e de Santa Cruz (7,8%);

- Tendo em consideração as estatísticas descritivas do capital social em função das habilitações literárias e por concelhos, depreende-se o ICS do capital social acima da média registada na ilha de Santiago (0,76), encontra-se nas comunidades piscatórias dos concelhos de Santa Catarina de Santiago (0,82), de São Domingos (0,80), de São Miguel (0,79), de Ribeira Grande de Santiago (0,77),
- O ICS abaixo dessa média, encontra-se nos concelhos de Santa Cruz (0,74), da Praia (0,70) e do Tarrafal (0,64), sendo este último, o mais baixo valor registado.
- O desvio padrão do capital social, superior ao valor médio da ilha em referência (0,101), encontram-se nas comunidades piscatórias do concelho da Praia (0,108), e nas outras comunidades piscatórias dos outros concelhos abrangidos por este estudo, os valores desse indicador estão abaixo da média da ilha, sendo o mais baixo desvio padrão, verifica-se no concelho de Santa Cruz (0,058). Ainda, os concelhos que apresentam o coeficiente de variação do capital social acima da média dessa ilha (13,3%), são os da Praia (15,4%) e do Tarrafal (13,4%), e abaixo dessa média, encontram-se os de São Domingos (11,9%), de Ribeira Grande de Santiago (11,4%), de São Miguel (11,0%), de Santa Catarina (9,8%) e de Santa Cruz (7,8%), afigurando-se, este neste último, o mais baixo valor;
- As estatísticas descritivas do capital social em função do tempo de residência e por concelho evidenciam que o mais baixo nível do capital social, encontra-se nas comunidades piscatórias do Tarrafal, cujo valor é de 0,69, e o valor mais elevado ICS, verifica-se nas comunidades piscatórias do concelho de Santa Catarina (0,82), sendo este superior a média desse indicador a nível da ilha de Santiago (0,76). O desvio padrão do capital social mais baixo, regista-se nas comunidades piscatórias do concelho de Santa Cruz (0,058), e no concelho do Tarrafal constata-se o mais elevado valor desse indicador (0,111) e que, por conseguinte, está acima da média averiguada a nível da ilha de Santiago (0,102).
- Nas comunidades piscatórias do concelho de Santa Cruz que o coeficiente de variação do capital social é mais baixo (7,8%), e o valor mais alto desse coeficiente encontra-se nas comunidades piscatórias do Tarrafal (16,1%) que, por sua vez, ultrapassa a média desse indicador para a ilha em referência;

- O capital social dos inquiridos, a nível da ilha de Santiago, é de 0,76 e, sendo assim, acima da média estabelecida (0,50), e utilizado pelas pessoas na vida quotidiana, para as iniciativas com efeitos imediatos e, sendo assim, pouco tem vindo a contribuir para o desenvolvimento dessas comunidades; e
- Nas comunidades piscatórias da Ilha de Santiago, para que se possa melhorar a satisfação das necessidades básicas da população, no que diz respeito a educação, alimentação, saúde, entre outras, precisa-se de ser melhorada a solidariedade, a confiança e a sociabilidade entre as pessoas dessas comunidades piscatórias e entre estas e as das outras comunidades e a participação das mesmas em associações de desenvolvimento, nas atividades e nos projetos comunitários.

Com base na análise e discussão dos resultados e, sendo assim, nas conclusões deste trabalho, pode-se afirmar que os objetivos traçados foram alcançados, uma vez que, fez-se a análise do nível da educação e do capital social nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago, foram evidenciados o papel da educação na formação e no reforço do nível de capital social, bem como a importância do reforço deste para o desenvolvimento sustentável dessas comunidades, permitindo assim ter o conhecimento do nível de educação e do capital social, de participação das pessoas nas associações e nos projetos de desenvolvimento comunitário, identificar as situações em que se unem para se ajudarem, fazer a apreciação sobre a participação em eventos culturais, recreativos, ou outros, organizados pela comunidade, conhecer a participação das pessoas em ações voluntárias, relacionar o nível de educação e do capital social com o desenvolvimento sustentável dessas comunidades, sugerir medidas de políticas e estratégias educativas que contribuam para o aumento do nível de capital social nessas comunidades e propor atividades educativas que promovam o reforço do capital social nessas comunidades, e assim foram respondidas as perguntas de partida inicialmente formuladas.

LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Em qualquer trabalho desta natureza depara-se com limitações e/ou constrangimentos, da(o)s quais destacam-se as seguintes:

- O estudo incide-se apenas sobre a relação entre a educação, o capital social e o desenvovimento das comunidades piscatórias da ilha Santiago, embora os resultados, possivelmente possam ser extrapolados para as outras ilhas de Cabo Verde;
- Em Cabo Verde, os dados disponíveis são referentes ao Recenseamento Geral da População e Habitação realizado em 2010, e são pouco específicos a respeito das comunidades piscatórias, em consequência as políticas destinadas às comunidades mencionadas são *ab initio* desprovidas de uma parte significativa de dados;
- As projeções demográficas referem-se aos totais por ilha e por município, não abrangendo as outras divisões administrativas, designadamente freguesias, zonas e, sendo assim, em muitos casos, não se dispõe da informação exata relativa às comunidades piscatórias da ilha de Santiago; e
- Em Cabo Verde há falta de dados atualizados sobre o setor das pescas, como é o caso da evolução do número de pescadores, o que pode condicionar, em certa medida, a análise a esse respeito.

Essas são algumas das limitações que podem condicionar os resultados deste estudo.

CONTRIBUIÇÕES DA TESE

Em Cabo Verde, há carência de estudos dessa natureza que estabeleçam a relação entre a educação, o capital social e o desenvolvimento sustentável a nível local e comunitário, e sobretudo com incidência para as comunidades piscatórias. Assim, considera-se que esta tese trouxe, entre outras, as seguintes contribuições:

- Ter apresentado um trabalho científico que: i) quantifique o nível da educação e do capital social nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago em Cabo Verde e; ii) permita analisar a relação entre o nível de educação e do capital social, entre este e o desenvolvimento sustentável dessas comunidades piscatórias;
- Ter estudado a realidade cabo-verdiana, evidenciando a necessidade de uma maior atenção às questões sobre a educação, o capital social e o desenvolvimento sustentável a nível local e comunitário, com enfoque para as comunidades piscatórias;e
- Poder apresentar, aos agentes educativos e de desenvolvimento de Cabo Verde, subsídios para uma melhor definição das políticas públicas e estratégias para o desenvolvimento, sobretudo das comunidades piscatórias da ilha de Santiago.

SUGESTÕES E RECOMENDAÇÕES

Tendo em consideração a dinâmica intrínseca a qualquer trabalho dessa natureza que se quer aberto e contínuo, apresentamse as seguintes sugestões e recomendações:

- A realização de estudos sobre políticas públicas e desenvolvimento local e comuntário, com realce para a educação, o capital social e o desenvolvimento das comunidades piscatórias em Cabo Verde;
- A adoção de politicas que possam aumentar o nível de educação e do stcok de capital social comunitário propiciando o surgimento de iniciativas coletivas baseadas na cooperação e na confiança;
- O desenvolvimento de ações de *empowerment* das pessoas visando o aumento do capital social e de uma participação autónoma no processo de tomada de decisões;
- A redução das desigualdades sociais cuja natureza ou amplitude impediria a satisfação dos direitos e a possibilidade da participação;
- A criação de mecanismos de coordenação intersectorial dos programas e projetos direcionados às comunidades piscatórias da Ilha de Santiago;
- O desenvolvimento de ações de reforço das competências técnicas e sociais aos membros dessas comunidades;
- O desenvolvimento de ações de reforço do empreendedorismo nas comunidades piscatórias da Ilha de Santiago, permitindo assim uma inserção ativa das pessoas no mercado de trabalho;
- A definição e implementação de políticas ativas de emprego direcionadas e focalizadas aos membros das comunidades piscatórias com maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho; e

- A promoção do associativismo e do voluntariado direcionado ao reforço organizacional das pessoas e a busca de uma maior participação cidadã nos processos de tomada de decisão;
- A abertura da escola à comunidade, concretizada no conceito escola-comunidade educativa, e que permita à escola situar-se no centro dos esforços comunitários, de forma a estabelecer a transição entre o pedagógico escolar e o pedagógico social, e conferir a toda a vida comunitária uma profunda intencionalidade educativa e cívica;
- Em Cabo Verde, a instituição educativa e, em particular, nas comunidades piscatórias da Ilha de Santiago, deveria trabalhar, primando-se pela qualidade, para a construção das identidades e dos projetos pessoais e comunitários, com realce para o desenvolvimento da personalidade do sujeito, o que passaria por desenvolver, ao máximo, as capacidades dos alunos, dotá-los de instrumentos e recursos necessários para assumirem um comportamento autónomo e responsável e serem capazes de enfrentar os problemas com flexibilidade e espírito inovador, bem como o estabelecimento dos parâmetros de relação entre as pessoas, o que passaria pela aprendizagem de valores, normas e regras de conduta inerentes à inserção dos alunos numa cultura ou modo de pensar e agir de âmbito mais vasto, pela apropriação de capacidades expressivas e comunicativas próprias dos processos que sustentam as relações interpessoais e sociais; e
- Formação profissional, sobretudo na área de pesca, mecânica naval, técnica de frio e conservação de pescado.

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

BIBLIOGRAFIA E LEGISLAÇÃO CONSULTADAS

1.Livros, revistas e legislação consultados

Abad, L. V. (2008). Emigación y desarrollo: un enfoque desde las condiciones iniciales. En J.García y J. Lacomba, (eds.), *La inmigración en la sociedade* española (pp.717-750). Barcelona:Bellaterra.

Abreu, M. (2011). *Implementação de sistemas de gestão ambiental em áreas protegidas*. (Tese de Mestrado). Universidade Nova de Lisboa:Lisboa:Portugal.

Afonso, Maria Manuela (2002). *Educação e classes sociais em Cabo Verde.Lisboa*:Spleen Edições.ISBN:972-8157-27-4.

Afonso, Maria Manuela (2001). Educação e mudança social em Cabo Verde. *In revista de estudos cabo-verdianos do Ministério da Cultura de Cabo Verde,* número especial, 119-133.

Ander-Egg, Ezequiel (2000). *Metodología y práctica del desarrollo de la comunidad 2*. 33.ª edición. Buenos Aires: Grupo Editoral Lumen Hvmanitas.ISBN:950-724-993-1, 283 p.

Arregi Goenaga, Frantzisca (coord.) (2004). *Ciudadanía y educación: aportaciones para la práctica civil*. Donostia: Edições Arein. ISBN: 84-9746-200-9, 287 p.

Aristóteles (1993). *Política*. Madrid:Alianza Editorial.

Associação Nacional dos Municípios Cabo-verdianos(2010). *Matriz de convergência dos municípios cabo-verdianos para os ODM.* Praia: ANMCV, 129 p.

Azevedo, A (1962). Educação em África. *In Revista Trimestral do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos,* n.º3: 40-172, Lisboa.

Azevedo, A. (1958). Políticas de ensino em África. *Junta de Investigação do Ultramar: Estudos de Ciências Políticas e Sociais*, n.º 13.

Baker, W. (1990). Market networks and corporate behavior. *In The American Journal of Sociology*, 589-625.

Baptista, António José *et al.* (2011). Capital social e desenvolvimento sustentável das comunidades piscatórias de Cabo. *In Brito, Jorge Sousa (coord), colectânea Ciencia Regional em Cabo Verde: Desenvolvimento e Planeamento* (pp. 45-57). Cascais, Principia Editora, Lda.

Berhing, Elaine Rossetti & Boschetti, Ivanete (2008).*Política social: fundamentos e história*. Vol. 2, 4ª ed.São Paulo: Cortez Editora.ISBN:978-85-249-1259-7, 214 p.

Boix, Carles & Posner, Daniel N.(1998). Social capital: explaining its origins and effects on government performance. *In British Journal of Political Sicience*, 686-693.

Borges, Osvaldo Rui Monteiro dos Reis (2011). *Planeamento de equipamentos educativos em Cabo Verde. (*Tese de Doutoramento).Universidade de Coimbra.Coimbra:Portugal.

Bourdieu, P. (2002 a). The forms of capital. In Halsey A.H. Lauder, Haugh, Brown, Phillip e Weels, Amy Stuart (eds). *Education, culture, economy and society*.Oxfor:Oxford University Press, pp.80-95.

Bourdieu, P.(2001). *Practical reason: on the theory of action*. Cambridge:Polity Press.

Bourdieu, P.(1980). Le capital social:Notes provisories. *In Actes de la Recherché en Sciences Sociales*, n.º 31.

Bourdieu, P.(1979).Les troits états du capital culturel. *In Actes de la Recherché en Sciences Sociales*, n.º 31, 3-6.

Branco, Maria Luísa (2007). *A escola: comunidade educativa e a formação dos novos cidadãos.* S/ed. Lisboa: Edições Instituto Piaget. ISBN: 978-972-771-799-6, 331 p.

Brito, Jorge Sousa & Szymaniak, Wlodzimierz J (2012). Memória esquecida de experiências oceanográficas em Cabo Verde:Expedições de Jacques-Yves Couteau, Théodore Monod e Augute Piccard.In Contacto. *Revista da Universidade Jean Piaget de Cabo Verde* 1, 69-76.

Brito, Jorge Sousa (2011). Introdução. In Brito, Jorge Sousa (coord), *colectânea Ciencia Regional em Cabo Verde: Desenvolvimento e Planeamento* (pp.5-14).. Cascais, Principia Editora, Lda.

Brito, Jorge Sousa (2001). Como implementar o ensino superior em Cabo Verde: meios e estratégias. *In revista de estudos cabo-verdianos do Ministério da Cultura de Cabo Verde,* número especial, 107-117.

Caballo Villar, Maria Belén (2007). A cidade educadora:nova perpectiva de organização de intevevnção municipal. 2º. Vol.Lisboa:Instituto Piaget, ISBN:978-972-771-891-7, 242 p.

Cabo Verde. *Constituição da República de Cabo Verde*. 4ª edição.Praia, 2010.

____.Decreto-Legislativo n.º 2/2010, de 7 de maio de 2010, *que revê as bases do sistema educativo*, aprovadas pela Lei n.º 103/III/90, de 29 de dezembro, na redacção dada pela Lei n.º 113/V/99, de 18 de outubro. Praia, 2010.

____. Resolução n.º41/2008, de 8 de dezembro, *que aprova o plano de gestão de Monte Gordo*. Praia, 2008.

____. Resolução n.º40/2008, de 8 de dezembro, *que aprova o plano de gestão de Serra Malagueta*. Praia, 2008.

____. Decreto-Regulamentar n.º3/2008, de 2 de junho, *que delimita o Parque Natural do Fogo*. Praia, 2008.

____. Decreto-Legislativo n.º2/2007, de 19 de julho, *que define o regime jurídico dos usos do solo*. Praia, 2007.

____. Decreto-Lei n.º29/2006, de 6 de março, *que estabelece o regime jurídico da avaliação do impacto ambiental dos projectos, públicos ou privados, susceptíveis de produzirem efeitos no meio ambiente*. Praia, 2006.

____.Decreto-lei nº 81/2005, de 5 de dezembro, *que estabelece o sistema de informação ambiental e o seu regime jurídico*. Praia, 2005.

____.Decreto-Lei n.º53%2005, de 8 de agosto, *que define os princípios gerais da política de aproveitamento sustentável dos recursos haliêuticos*. Praia, 2005.

____.Resolução 16/2005, de 9 de maio, *que aprova o plano estratégico de desenvolvimento agrícola no horizonte 2015 e o plano de acção* 2005-2008.Praia, 2005.

____.Resolução n.º14/2005, de 25 de abril, *que aprova o segundo plano de acção para o ambiente (PANA II), no horizonte 2004-2014, como instrumento de implementação da política nacional no domínio do ambiente*. Praia, 2005.

____.Resolução n.º3/2005, de 21 de fevereiro, *que aprova o plano de gestão dos recursos de pesca*. Praia, 2005.

____.Decreto-Lei n.º 40/2003, de 27 de setembro, *que estabelece o regime jurídico da reserva natural de Santa Luzia*. Praia, 2003.

____.Decreto n.º 31/ 2003 de 1 de setembro, *que estabelece os requisitos essenciais a considerar na eliminação de resíduos sólidos urbanos, industriais e outros, e respectiva fiscalização, tendo em vista a protecção do meio ambiente e a saúde humana*. Praia, 2003.

____.Decreto-Lei n.º 6/2003, de 31 de março, *que estabelece o regime jurídico de licenciamento e exploração de pedreiras*. Praia, 2003.

____.Decreto-Lei n.º 5/2003, de 31 de março, *que define o sistema nacional de protecção do ar*. Praia, 2003.

____.Decreto-Lei n.º 3/2003, de 24 de fevereiro, *que estabelece o regime jurídico das áreas protegidas*. Praia, 2003.

____.Decreto-Lei n.º03/2003, de 24 fevereiro, *que estabelece o regime jurídico de áreas protegidas*. Praia, 2003.

____.Decreto-Regulamentar n.º 7/2002, de 30 de dezembro, *que estabelece as medidas de conservação e de protecção das espécies vegetais e animais ameaçadas de extinção*. Praia, 2002.

____.Decreto-Lei n.º 2/2002, de 21 de janeiro*, que proíbe a extracção e exploração de areias nas dunas, nas praias e nas águas interiores, na faixa costeira e no mar territorial*. Praia, 2002.

____.Decreto-Lei nº 25/2001, de 5 de novembro, *que define a orgânica do Ministério da Educação*. Praia, 2001.

____.Resolução n.º4/2000, de 31 de janeiro, *que aprova o programa nacional de luta contra a desertificação e mitigação dos efeitos da seca*. Praia, 2000.

____.Resolução nº3/2000, de 31 de janeiro*, que aprova a estratégia nacional e o plano de acção à biodiversidade*. Praia, 2000.

____. *Cosntituição da República de Cabo Verde*. 1ª revisão.Praia, 1999.

____.Lei nº 113 /V/99, de 18 de outubro, que altera a Lei n.º 103/III/90, de 29 de dezembro, *que estabelece as bases do sistema educativo*. Praia, 1999.

____.Decreto-Lei n.º48/II/98, de 6 de abril, *que regula a actividade florestal*. Praia, 1998.

____.Decreto-Legislativo n.º 14/97, de 1 de julho, *que desenvolve as bases da política do ambiente*. Praia, 1997.

____.Lei n.º 86/IV/93, de 26 de julho, *que define as bases da política do ambiente.* Praia, 1993.

____.Decreto-Legislativo n.º2/93, de 1 de fevereiro*, que declara como zonas turísticas especiais as áreas identificadas como possuidores de especial aptidão para o turismo*. Praia, 1993.

____.*Constituição da República de Cabo Verde*.Praia, 1992.

____.Lei n.º 103/III/90, *de 29* de dezembro, *que aprovas as bases do sistema educativo*. Praia, 1990.

____.Lei n.º 79/III/90, de 26 de maio, *que declara como reservas naturais a ilha de Santa Luzia e todas os ilhéus do arquipélag*o. Praia, 1990.

____.Decreto n.º63/89, de 14 de setembro, *que estabelece as bases da legislação relativa aos animais e à pecuária.* Praia, 1989.

____.Decreto-Lei n.º 97/87, de 5 de setembro, *que estabelece as normas de protecção, medidas de conservação e de fiscalização.* Praia, 1987.

____.Decreto-Lei n.º17/87, de 18 de março, *que define os princípios gerais da política de aproveitamento dos recursos haliêuticos*. Praia, 1987.

____. *Constituição da República de Cabo Verde*.Praia, 1980.

Cabo Verde Natura (2001). II *Inventario y Análisis Territorial :Caracterización del Medio Físico y Biótico". Planificación y Ordenación Sostenible del Territorio y los Recursos Naturales del* Litoral de Cabo Verde *y* de *las Islas* de *Sal, Boa Vista y Maio*.CVN.

ral, Amílcar (1978). *A arma da teoria: unidade e luta I e I*I. Lisboa: Editorial Seara Nova.

Calado, H., Quintela, A. & Porteiro, J. (2007). Integrated coastal zone management strategies on small uslands. *In Journal of Coastal Research*, SI 50, 125-129.

Caride, José António e Gradìlle, Rita (2006). Edución en el desarrollo comunitário, perspectivas pedagóxico y sociais da Sustentabilidade. *In compilação das matérias no ãmbito do Programa de Doutoramento em EDH em Cabo Verde.* Santiago de Compostela:Faculdade de Ciencias da Educación da Universidade de Santiago de Compostela.

Caride, José Antonio (2005). *Las fronteras de la pedagogía social: perspectivas científica e histórica.* Barcelona: Editorial Gedisa, S.A.ISBN:84-9784-074-7, 285 p.

Caride, José Antonio & Meira, Pablo Ángel (2001). *Educação ambiental e desenvolvimento humano.*Lisboa: Edições Instituto Piaget.ISBN:972-771-712-8, 302 p.

Carmo, Hermano (2001 b). Direitos sociais para uma sociedade inclusiva: linhas mestras de um encontro?. *In Cidadania Solidária*, n.º17, revsita da Santa Casa da Misericórdia.

Carmo, Hermano (1999). *Desenvolvimento comunitário*.Lisboa: Edições Universidade Aberta.

Caromo, Hermano &Ferreira, *Manuela Malheiro* (1998).*Metodologia da investigação:guia para auto-aprendizagem*. S/ed.Lisboa: Universidade Aberta. ISBN:972-674-231-5, 353.

Carvalho, Maria Adriana Sousa (2007). *A construção social do discurso educativo em Cabo Verde (1911-26): Um constributo para a história de Cabo Verde*. Mindelo: Instituto da Biblioteca Nacional do Livro de Cabo Verde. 293 p.

Coleman, J. S. (1988).The social capital in the creation of human capital. *In American Journal of Sociology*, vol.94, Suplement, p.S95-S120.

Coleman, J. S. (1987). Norms as social capital. *In Radnitzky&Bernholz.Economic imperialism: the economic method applied outside the field of economics*. New York: Paragon House Publishers.

Collier, P. (1998). Social capital and poverty. Social capital iniciative. *Working paper*, n.º4.

Correia, Sofia (2007).*Capital social e comunidade cívica, o círculo vicioso da cidadania: aplicação do modelo de Putnam aos residentes do bairro de Caselas*. S/ed. Lisboa: Edições Instituo Superior de Ciências Sociais e Políticas - Universidade Técnica de Lisboa, 256 p.

Côrte, D. A. A. (1997). Planejamento e gestão de áreas protegidas: enfoque institucional. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

Côté, S. (2001).The contribution of human and social capital. In *Canadian Journal of Policy Research*, vol. 2, 29-17.

Cunha, J.S. (1971).O progresso de Cabo Verde. *In Unidos no mesmo Ideal*. Agência Geral do Ultramar.

Delors, Jacques (org.) (2005). *A educação para o século XXI: questões e perspectivas*. Porto Alegre RS: Artmed® Editora S.A, 221 p.

Delors, Jacques (coord) (1996*). Educação: um tesouro a descobrir*. Porto:©Edições ASA, 256 p.

Direcção-Geral das Alfândegas de Cabo Verde (DGA-CV)(2013). *Relatório sobre a importação e exportaão de Cabo Verde em 2012*.Praia:DGA-CV.

Direcção Geral das Pescas de Cabo Verde (DGP-CV) (2005). *Legislação pesqueira de Cabo Verde*. 1.º volume. Praia:DGP. 235.

Direcção-Geral de Planeamento (1986). *II plano nacional de desenvolvimento (1986-1990)*. Volume I e II.Praia:MPC.

Durkheim, Émile (1995). *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martin Fontes.

Durston, J. (2000).¿Qué es el capital social comunitario? *In Serie Políticas Sociales*, n.º38.

Edwards, Bob & Foley, Michael W. (1998 a). Beyond Tocqueville: civil society and social capital in comparative perspective. *In American Behavioral Scientist*, vol. 42, n.º1 September, 5-20.

Erikson, Erik (1976). Identidade: juventude e crise.Rio de Janeiro:Zahar.

Estima D. C. (2008). *Modelo de gestão em rede para áreas protegidas. O caso do PNMFT – Brasil*. (Tese de Mestrado). Universidade de Aveiro. Aveiro. Portugal.

Faulks, Keith (1999). *Political socioloy: a critical introduction.* Edinburgh: Edinburgh University Press.

Ferreira, Eduardo de Sousa (1977). *África Austral, o passado e o futuro: análise de economia e política sobre as ex-colónias portuguesas, África do Sul e Namíbia.* 2ª Ed., Lisboa: Editorial Seara Nova.

Ferreira, Maria Francisca Gomes e Zanene, Emmanuel Marcelino **(**1996).Políticas educacionais: colonização e independência (caso de Angola). *In Para uma história da educação colonial.* Col "EDUCA", Editorial Sociedade Portuguesa de Ciências de Educação, Lisboa/Porto.

Fiske, John (1999). *Introdução ao estudo da comunicação. 5ª Ed., Lisboa*: Edições ASA Editores II, S.A., ISBN:972-41-1133-4, p.223.

Fonseca, M. (2011).*@vos.tic:o aumento do capital sociocultural nos seniores mediante a alfabetização e uso das tic*. (Tese de Doutoramento). Universidade de Salamanca. Salamanca: Espanha.

Forero, G.V.(2002). Hacia una teoría del capital social.*In Revista de Economía Institucional*. vol. 4 n.º 6, 71-108.

Fukuyama, F. (1999). *The great disruption: human nature and the reconstitution of social order*. New Yor: Free Press.

Fukuyama, F. (1996). *Confiança: as virtudes sociais e a criação da propriedade*. Rio de Janeiro: Editorial Rocco.

Furtado, Cláudio Alves (1997). *Génese e (re) produção da classe dirigente em Cabo Verde*. Praia: Edições Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco, 199 p.

Garcia, Carina &Fonseca, Sanny (2011). As redes de equipamentos educativos e o ordenamento de território em Cabo Verde: o caso da ilha de Santiago. *In Brito, Jorge Sousa (Coord), colectânea Ciencia Regional em Cabo Verde: Desenvolvimento e Planeamento*(pp. 81-106).Cascais, Principia Editora, Lda

Giddens, Anthony (1995). *As consequências da modernidade*. 2.ª Ed., Oeiras: Celta Editora.

Gil, Antônio Carlos (1999).*Métodos e técnicas de pesquisa social*.5ª ed.São Paulo:Atlas, ISBN85-224-2270-2, 2007 p.

Glaeser, E. (2001).The formation of social capital. *In Canadian Journal of Policy Research*. Vol. 2, pp 34-40.

Gomes, C. (2007). *Governança das áreas marinhas protegidas da província biogeográfica da Macaronésia*. (Tese de Mestrado). Universidade de Lisboa: Lisboa:Portugal.

Gomes, A. *et al.*(2005). Capital social comunitário: um estudo em assentamento rural, in *Anais do XLIII Congresso da Sociedade de Economia e Sociologia Rural (SOBER)*, Ribeirão Preto.

Grilo, M. (1986). *A educação na República de Cabo Verde: análise sectorial*. Vol. I e II. Lisboa: Fundação Calouste Guçbenkian.

Grootaert, C. *et. al*. (2003). *Questionário integrado para medir capital social. Banco Mundial*.

Guimarães, José Marques **(**2006**).** *A política "educativa" do colonialismo português em África: da I República ao Estado Novo (1919-1974).* Porto: Editorial Profedições.

Johnston, Gordon & Percy-Smith, Jaine (2003). *In Search of Social Capital*:*Polity&Politcs*, vol. 31, n.º3, 321-334.

Hofstade, G (1980). *Culture´s consequences: international differences in work related values*. Newbury Park: Sage Publications.

Huencho, V.L.(s/d).*Capital social y desarrollo indígena urbano: una propuesta para una convivencia multicultural*. Los Mapuches de Santiago de Chile. Barcelona: Universitat Ramon Llull.

Inglehart, R. (1997). *Modernization and post modernization: cultural, economic and political change i*n 43 societies. New Jersey: Princeton University P.

Inkeless, A. (2000) .Measuring social capital and its consequences. *In Policy Sciences*, n 33, 19-42.

Instituto Nacional do Desenvolvimento das Pescas de Cabo Verde (INDP-CV) (2010). *Boletim estatístico n.º 17/ano 2008: Dados sobre pesca artesanal, pesca industrial, conservas e exportação*. Cidade de Mindelo:INDP.

Instituto Nacional do Desenvolvimento das Pescas de Cabo Verde (INDP-CV) (2008). *Recenseamento geral da frota de pesca*. Praia: INDP.

Instituto Nacional do Desenvolvimento das Pescas de Cabo Verde (INDP-CV) (2007). *Libéralisation du commerce et gestion durable des secteurs halieutiques en Afrique de l´Ouest: Etude de cas du Cap Vert*. Dakar enda Editions. ISBN: 92- 9130-067-7, 132 p.

Instituto Nacional do Desenvolvimento das Pescas de Cabo Verde (INDP-CV)(2005). Recenseamento da pesca artesanal e industrial.Praia:INDP.

Instituto Nacional do Desenvolvimento das Pescas de Cabo Verde (INDP-CV) (2000).*Diagnóstico do sector da pesca na ilha de Santiago*. Praia:INDP.

Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE-CV) (2010).*Recenseamento Geral de População e Habitação de 2010.*Praia:INE

Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE-CV) (2008).*Classificação das Actividades Económicas de Cabo Verde* .Praia:INE.

Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE-CV) (2004). *Perfil da pobreza em Cabo Verde (2001-2002*). Praia:INE.

Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE-CV) (2000).*Recenseamento Geral de População e Habitação de 2000.*Praia:INE

Irving, M. *et all* (org.) (2006). *Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados*. Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio/Núcleo de Produção Editorial Aquários.

Jary, David & Jary Julia (1995). *Dictionary of Sociology*. Glasgow: HarperCollins Publishers. Second edition.

Lesourd, Michel (1995).*État et société aux iles du Cap-Vert*. Paris: Éditions KARTHALA.ISBN: 2-86537-625-7, 528 p.

Lewis, Óscar (1964). Los hijos de sánchez. México: s/Ed.

Lima, L. H. A (2008). *Áreas protegidas e/ou zonas de desenvolvimento turístico em Cabo Verde? O caso da Boa Vista*. (Tese de Mestrado). Universidade de Aveiro. Aveiro: Portugal.

Lin, Nan (2001a).*Social capital: a theory of social structure and action*. Cambrdge:Cambridge University Press.

Lin, Nan (1999). Building a network theory of social capital. *In connections 22(1).* Dept. of Sociology, *Duke University,* 28- 51.

López Martín, R. (2000). *Fundamentos políticos de la educación social*. Madrid:Síntesis.

Lorenzo Modelo, María del Mar & Santos Rego, Miguel Anxo (2009). *Educación para cidadanía e os Profesores:*Visión e desafio. Galícia: Ediciónes Xerais de Galícia, S.A .ISBN:978-84-9782-936-6, 286 p.

Lux-Development (2013). *Estudo/relatório do sector da família profissional Marítimo Pesqueiro*. Praia: Lux-Development.

Magalhães, Maria Inês de (2003). Abordagens do conceito de cidadania. *In discursos:Língua, cultura e sociedade, o imaginário da cidadania*, III, serie, n. 5. Universidade Aberta. Centros de Estudos Históricos Interdisciplinares, dezembro, pp. 227-306.

Marshall, C.& Rossman, G. B. (1999). *Designing qualitative research*. 3rd Ed. Thousand Oaks, California:Sage Publications.

Mateus, Dalila Cabrita (1999). *A luta pela independência: a formação das elites fundadoras da Frelimo, MPLA e PAIGC.* Lisboa: Editorial Inquérito.

McMillan, J.H.& Schumacher, S. (2001). *Researtch in education: a conceptual introduction*. New York:Harper Collins.

Medeiros, J. D. (2007).Criação de unidades de conservação no Brasil. *In D. Orth& E. Debetir (orgs.), Unidades de conservação-gestão e conflitos*. Florianópolis: Insular, pp.67-88.

Ministério de Agricultura e Ambiente de Cabo Verde (MAA-CV) (2008). *Plano de gestão do Parque Natural de Serra Malagueta*. Praia:MAA-CV.

Ministério de Agricultura e Ambiente de Cabo Verde (MAA-CV) (2008). *Plano de gestão do Parque Natural de Monte Gordo.*Praia:MAA-CV.

Ministério de Agricultura e Ambiente de Cabo Verde (MAA-CV) (2006).*Relatório sobre a auto-avaliação das capacidades nacionais para a gestão global ambiental.Praia*:MAA-Ministério de Agricultura e Ambiente de Cabo Verde (MAA-CV) (2006).*Relatório sócio-económico do Projecto* Áreas Protegidas de Serra Malagueta.

Ministério do Ambinete, Agricultura e Pesca de Cabo Verde (MAAP-CV) (2003).*Plano de gestão dos recursos da pesca 2004-2014*. Praia:MAAP-CV.

Ministério do Ambinete, Agricultura e Pesca de Cabo Verde (MAAP-CV) (2002). Segundo plano nacional sobre o estado da biodiversidade. Praia: MAAP-CV.

Ministério da Educação (1992 b). *Relatório de actividades de 1992*. Praia: ME-GEP.

Ministério da Educação (1992 a). *Educação: desafios e perspectiva*. Praia: ME-GEP.

Ministério da Educação (1992). *Divulgação de documentos da reforma educativa*. II volume, Praia: ME-GEP.

Ministério da Educação (1991b).*Mesa redonda nacional sobre a educação para todos*. Mindelo:ME.

Ministério da Educação (1991). *Mesa redonda para a elaboração do Plano de acção de eliminação do analfabetismo e educação básica para todos*.Midelo:ME.

Ministério da Educação e Cultura (1985). *II plano nacional de desenvolvimento (1986-1989):relatório e diagnóstico*. Vol. Praia:MEC.

Ministério da Educação e Cultura (1985 a). *I plano nacional de desenvolvimento (1986-1989): objectivos e estratégias de desenvolvimento e projectos, sector Ensino*. Praia:MEC.

Ministério das Finanças de Cabo Verde (MF-CV) (2009). *Relatório de progresso de execução dos objectivos de desenvolvimento do milénio*. Praia:Direcção Nacional do Planeamento, 50 p.

Ministério das Finanças e do Planeamento (MFP) (2004). *Relatório dos objectivos do milénio para o desenvolvimento* de Cabo Verde.Praia:MFP.

Ministério das Finanças e do planeamento (MFP) (2004).*Documento de estratégia de crescimento e de redução da pobreza*. Praia:MFP.

Ministério das Finaças e do Planeamento (MFP) (1997). *IV Plano Nacional de Desenvolvimento de Cabo Verde (1997-2000).* .Praia: GCV.

Ministério das Finanças e do Planeamento (MFP) (1992). *III plano nacional de desenvolvimento (1992-1995)*. Praia: MFP.

Ministério da Qualificação e Emprego de Cabo Verde (MQE-CV) (2008). *Estudo/diagnóstico sobre o mercado de Emprego em Cabo Verde*. Praia:MQE, 21 p.

Moura, Alcides Fernandes da (2009). *Eficácia social (qualidade e equidade) do sistema educativo em Cabo Verde.* (Tese de Doutoramento).Universidade de Santiago de Compostela. Santiago de Compostela:Espanha.

Mourão E. S. (2010). *Gestão nas unidades de conservação federais do Amazonas*. (Tese de Mestrado).Universidade Federal do Amazonas. Manaus: Brasil.

Neves, Baltazar Soares (2001)**.** *Para a história do ensino em Cabo Verde: o caso do seminário-liceu de São Nicolau.*(Tese de Mestrado).Universidade do Porto: Porto: Portugal.

Newton, Kenneth (1999). Social capital and democracy in modern Europe. *In Deth*, Jan W. Van, Maraffi, Marco, Newton, Ken and Whiteley, Paul F (edited by). Social *Capital and European Democracy.* London and New York:Routledge.

Nóvoa, A. *et al.* (1996). *Para uma história da educação colonial. Porto/Lisboa* Editorial Sociedade Portuguesa de Ciências de Educação, Col. EDUCA.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) (2001). *The well being of nations: the role of human and social capital*. OCDE.

Organização das Nações Unidas (ONU) (2005). *Investimento no desenvolvimento: um plano prático para atingir os objectivos de desenvolvimento do milénio*.Nova York: MillenniumProject, 80 p.

Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV) (1983). *O novo ensino em Cabo Verde*. Documentos do II Congresso, Praia: PAICV.

Pastor, Oksana Tariche & Martins, Albertino (2011). Recomendações de gestão das pescarias de Cabo Verde: Biénio 2009-2010 (pp.136-142). *In Nascimento, Jorge, Martins, Albertino &Medina, Anibal (Coord.).* Mindelo, SIRPD &DIHA.

Pastor, Oksana Tariche *et. al.* (2011). O defeso da cavala preta:causas, impactos e alternativas (pp.158-175). *In Nascimento, Jorge, Martins, Albertino &Medina, Anibal (Coord.)*. Mindelo, SIRPD &DIHA.

Pereira, Alexandre & Poupa, Carlos (2012).*Como escrever uma tese: monografia ou livro científico usando Word*. 5ª ed. Lisboa: Edições Sílabo. ISBN 978-972-618-691-5.

Pereira, A.(2008). *SPSS guia prático de utilização: análise de dados para Ciências Sociais e Psicologia.* 7.ª ed.Lisboa: Edições Sílabo.

Pereira, J. M. (2010). *Concepção de uma Estratégia de Geoconservação para Cabo Verde e sua Aplicação à Ilha de Santiago*. (Tese de Doutoramento).Universidade do Minho. Braga:Portugal.

Pereira, J. M. (2005). *O património geológico da ilha de Santiago (Cabo Verde): Inventariação Caracterização e Propostas de Valorização.* (Tese de Mestrado). Universidade do Minho. Braga: Portugal.

Pestana, Maria Helena & Gageiro, João Nunes (2008). *Análise de dados para Ciências Sociais: a complementaridade do SPSS*. 5ª ed. Lisboa: Edições Sílabo. ISBN:978-972-618-498-0.

Pina, Margarita Bartolomé (coord.) (2002). *Identidad y ciudadanía: um reto de la educación intercultural*. s/ed. Madrd: Narcea, SA de Ediciones.ISBN:84-277-1388-6, 195 p.

Pinto, Fernando Cabral (2004). *Cidadania: sistema educativo e cidade educadora*. S/ed. Lisboa : Edições Instituto Piaget. ISBN:972-771-723-3, 163 p.

Porter, A. (2000). Capital social:origens e aplicações na sociologia contemporânea. *In Sociologia, Problemas e Práticas*, pp.133-158.

Proença, Carlos Sangreman (2009). A exclusão social em Cabo Verde:uma abordagem preliminar. *In Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa*, n.º 76.

Productivity Commission (2003). *Social Capital: Reviewing the concept and its policy implications*. Cambera: AusInfo.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2010). *Consolidação do sistema de áreas protegidas de Cabo Verde*. Praia: PNUD.

Putnam, Robert D. (2001).*Bowling alone*. Nova York: Touchstone.

Putnam, Robert D. (2000). *Bowling alone: the collapse and revival of american community*. New Yok:Touchstone.

Putnam, Robert D. (1996).*Comunidade e democracia.* Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Bargas.

Putnam, Robert D. (1996). Who killed civic America?: *in prospect*, March, 66-72.

Raichelis, R. (1998). Esfera pública e conselhos de assistência social:caminhos da construção democrática. São Paulo:Cortez Editora.

Reis, Elizabeth (2008). *Estatística descritiva.*7ª ed. Lisboa: Edições Sílabo.ISBN:978-972-618-476-8.

Reis, Elizabeht *et al.* (2008). *Estatística aplicada*. Vol. 2, 4ª Edição (revista). Lisboa:Edições Sílabo.

Ribeiro, M. e Brito, J. (1994). Ensino superior e reforma educativa. *In Fórum Internacional: Ensino Superior em Pequenos Estados Insulares*, 12-19 março, Praia.

Rocha, C. *et al* (2007). *Auto-avaliação das capacidades nacionais para a gestão global ambiental*. Praia: ONU.

Rocha C. & Neves A. (2007).*Auto-avaliação das capacidades nacionais para a gestão ambiental global*. Praia: ONU.

Rocha, M. & Fazendeiro, A. (1986). A valorização dos recursos humanos em Cabo Verde: algumas reflexões. *In Economia e Socialismo*, X (68): 57-76, Lisboa.

Santos Rego, M. A. e Lorenzo Moledo, M. M. (eds) (2012). *Estudios de pedagogía intercultural*.Barcelona:Ediciones Octaedro, S.L.ISBN:978-84-9921-254-8, 188 p.

Santos Rego, M. A. e Lorenzo Moledo, M. M. (2006). *Educación e construcción da sociedade civil* (doc. mimeografiado extraído de Santos Rego, M. A. e Lorenzo Moledo, M. M., Universidade e construcción da sociedade civil en Galícia, Vigo, Xerais).

Semedo, Helena (1999). Discurso de abertura do seminário sobre coordenação e definição das linhas estratégicas para o alargamento do projecto FOPESCA em Cabo Verde (pp.10-11). *In Shodjai, F.(ed.).*São Filipe:FOPESCA.

Secretaria de Estado de Cooperação e Planeamento (1982). *I Plano Nacional de Desenvolvimento (1982-185).* Praia: SECP.

Silva, A. C.(1991).Educação e inserção no sistema-mundo: o caso de Cabo Verde. *In Revista Internacional de Estudos Africanos,* 14715:219-240, Mindelo.

Silva, E. M. (1995). *Histórias de um sahel insular*. Mindelo:Edições Spleen.

Silva, Osvaldina Duarte (2011). Formação de operadores e técnicos do sector das pescas. (pp.83-88).*In Nascimento, Jorge, Martins, Albertino &Medina, Anibal (Coord.).* Mindelo, SIRPD &DIHA.

Sousa, Maria José &Baptista, Cristina Sales (2011). *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios segundo Bolonha*. 3ª ed. Lisboa: Edições de Ciências Sociais e Política Contemporânea. ISBN: 978-989-693-001-1.

Stella, Claudia (2009). O impacto do encarceramento materno no desenvolvimento psicossocial dos filhos. *In Educere et Educare* .Vol. 4, n.º 8 , 99-111.

United Nations Conefence on evironment&development (UNEP). *Agenda 21*. Rio de Janeiro:UNEP.

Vara Coomonte, Atónio (1999). Condições socioestruturais da escola. *In Carapeto Ferreira, Naura Syria (org.), supervisão educacional para uma escola de qualidade: da formação à acção (pp. 39-68)*.São Paulo, Brazil: Cortez Editora.

Varela, Alcides& Tavares, Victor & Baptista, António (2011). Capacidade de gestão dos armadores de pesca da ilha de Santiago (pp.195-200).*In Nascimento, Jorge, Martins, Albertino &Medina, Anibal (Coord.)*. Mindelo, SIRPD &DIHA.

Varela , Simão Paulo Rodrigues (2012). *A importância das medidas preventivas para uma adequada execução dos Planos Directores Municipais*. (Tese de Mestrado).Universidade do Minho. Braga: Portugal.

Varela, Simão Paulo Rodrigues (2008). *Educação e capital social para o desenvolvimento sustentável das comunidades piscatórias em Cabo Verde*. (Tese de Mestrado). Universidade de Santiago de Compostela. Santiago de Compostela:Espanha.

Uslaner, Eric M. (2000). Producing and consuming trust. *In Politica Science Quarterly*, vol. 115, number 4, 569-590.

Woolcock, M. (2001). The place of social capital in understanding social and economic outcomes. *In Canadian Journal of Policy Research*,. vol. 2., nº. 1, 11-17.

World Tourism Organization (WTO) (2004). *Marketing tourism work for small island developing states*.Madrid:WTO.

2. Documentos eletrónicos

Agência Europeia do Ambiente (2012).*Biodiversidade*.Retrieved from http://www.eea. europa. eu/pt/themes/biodiversity.

Baptista, António José *et al.* (julho, 2008). Capital social e desenvolvimento das comunidades piscatórias de cabo verde: estudo de caso da ilha de Santiago. *Artigo apresentado na XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia* Rural. Resumo consultado em http://www. http://ideas.repec.org/p/ags/sbrfsr/118710.html.

ES Research-Research Sectorial. O Sector da Pesca (2012):*Desenvolvimento e Sustentabilidade*. Retrieved from http://www.bes.pt/sitebes/cms.aspx?plg=4185647a-df47-4ea3-a84c-3b5d363c652d

Governo de Cabo Verde (2012). *Cabo Verde no contexto do desenvolvimento sustentável*: relatório a conferência Rio+20. Retrieved from. http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/1035capeverde.pdf.

Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (2010).*Recenseamento geral da população e habitação.* Retrieved from http://www.ine.cv/.

Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (2000). *Recenseamento geral da população e habitação*.Retrieved from http://www.ine.cv/.

International Union for Conservation of Nature (IUCN) (2012).*Defining protected area management categories.* Retrieved from http://www.unep-wcmc.org/protected_areas/ categories/index.html.

Lima, L. & Martins, F. (2009). *Os desafios da gestão costeira em Cabo Verde*. Consultado em http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sess%C3%A3o%201/260A.pdf.

Lux-Development (2013). *Estudo/relatório do sector da família do sector profissional marítimo pesqueiro em Cabo Verde*. Retrieved from ://www.cve077.elearningcv.net/.../Estudos%20Sectoriais/Enquadramento%20Pe..

McMillan, J. H. & Schumacher S. (2001).*Reserach in education: a conceptual introduction*. New York: Harper Collins.

Ministério de Ambiente e Agricultura (MAA) (2012). *Áreas protegidas, objectivos e princípios.*Retrieved from http://www.areasprotegidas.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=51&Itemid=55&lang=en.

Ministério de Ambiente e Agricultura (MAA) (2012).*Área protegida na legislação cabo-verdiana*.Retrievefromhttp://www.areasprotegidas.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=52&Itemid=57&lang=en.

Ministério de Ambiente e Agricultura (MAA) (2012). *Categorias das áreas protegidas*.Retrieved fromhttp://www.Áreasprote.gidas.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=48&Itemid=56&lang=en.

Ministério de Ambiente e Agricultura (MAA) (1999).*Estratégia nacional e plano de acção sobre a Biodiversidade (ENPADB)*.Retrieved from http://www. sia.cv.

Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas (MAAP) (2004). *Plano de acção nacional para o ambiente II (2004-2014)*. Retrieved from http://www.governo.cv/documents/PANAII-sintese-final.pdf.

Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas (MAAP) (2004). *Livro branco sobre o estado do ambiente em Cabo Verde*. Retrievedfromhttp://www.governo.cv/search?q=%E2%80%A2+Livro+branco+sobre+o+ambiente&aq=f&oq=%E2%80%A2+Livro+branco+sobre+o+ambiente&sugexp=chrome,mod=0&sourceid=chrome&ie=UTF-8.

Ministério da Educação e Ciência (2012). *O que é conservação?*. Retrieved from.http://www. portaleducacao.com.br/biologia/artigos/7087/.

Ministério das Finanças e do Planeamento (2004). *Documento estratégico de crescimento económica e redução da pobreza*.Retrieved from http://www.governo.cv/index.php/dossiersprojectos/doc_download/37-documento-de-estrategia-de-crescimento-e-de-reducao-da-pobreza-decrp.

Narayan, Deepa, Pritchett, Lant (1997). *Cents and sociability: household income and social capital in rural Tanzania.*World Bank. Retrieved from http://pt.www.oecd.com.

Portela, M. &Neira, I.(2003).*Capital social: las relaciones sociales afectan al desarrollo*. Consultado em http://pt. www.iadb.org/Etica/ Documentos /por_capit.pdf.

Programa das Nações Unidas Para o Ambiente (PNUA) (2012). Rio +20. Retrieved from Http://www.unep.org/wed/RIO20/.

PUC-RIO (2012). *Panorama histórico, político e sócio-econômico de Cabo Verde*. Retrieved from http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0510666_07_cap_02.pdf.

Sociedade Turística e Imobiliária de Cabo Verde (2013). *Mapa de Cabo Verde*. [Fotografia]. Turim S.A, Praia. Consultado em http://www.turim.cv/.

Schuller, Tom (2002). *Integrating human/knowledge capital and social capital, notes for seminar on knowlwdge management in education and learning.Consultado em* http://www.oecd.com.

UNESCO (2011). *Relatório do estado do sistema educativo nacional (RESEN).*Retrieved from http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002171/217149por.pdf.

ONU (1992). Agenda 21. Retrieved from http://www. un.org/esa/sustdev/documents/agenda21/english/ Agenda21.pd.

Valadares, J. H. (2012). A Moderna Administração em Cooperativas. Consultado em http://*www.*www.administracaovirtual.com/administracao/.../Administr_Co...-Brasil.

Vallaeys. François (s/d).*Orientaciones para la ensenañza de la ética, el capital social y desarrollo en las Universidades latino/Americanas.* Consultado em http://www.iadb.org/etica.

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

ÍNDICE DOS QUADROS

Quadro 1: Os escalões e as categorias do convés de pesca 63
Quadro 2: Número de botes e pescadores e taxa motorização na pesca artesanal..... 66
Quadro 3: Número de embarcações e de pescadores na pesca semi-industrial e industrial..... 66
Quadro 4: Número e extensão de áreas protegidas de acordo com o IUCN..... 75
Quadro 5: Estrutura da rede de áreas protegidas (AP) /áreas marinhas protegidas (AMP) de Cabo Verde por bioma e categoria..... 79
Quadro 6: Evolução das capturas na pesca artesanal por ilha (1999- 2008) 106
Quadro 7: Evolução de esforços na pesca artesanal por ilha (1999-2008) 107
Quadro 8:Evolução dos desembarques da pesca industrial por Região de Barlavento e Sotavento (2000-2008)..... 112
Quadro 9: Evolução dos esforços da pesca industrial, em dias de mar, por Região de Barlavento e Sotavento (2000-2008) 113
Quadro 10: Evolução dos esforços da pesca industrial, em número de barcos, por Região de Barlavento e Sotavento (2000-2008) 113
Quadro 11: Formações por área temática realizadas em Cabo Verde no setor da pesca em 2007 e 2008..... 162
Quadro 12: Síntese dos fatores que influenciam o capital social dos indivíduos 178
Quadro 13: Variáveis utilizadas no estudo 220
Quadro 14: Estatísticas descritivas das idades dos inquiridos 232
Quadro 15: Estatísticas descritivas das idades dos inquiridos 234
Quadro 16: Cruzamento da variável género e idade dos inquiridos 236
Quadro 17: Cruzamento da variável género com as variáveis educação e formação 246
Quadro 18: Cruzamento da variável género dos inquiridos com as variaveis tempo de residência na comunidade, habitação e meio familiar 248
Quadro 19: Capital social dos inquiridos em função das variáveis género, grupo etário, habilitação literária e frequência nos estudos 265

Quadro 20: Capital social dos inquiridos em função das variáveis concelhos, habitação, meio familiar e tempo de residência nas comunidades 267
Quadro 21: Teste de *One-Sample Kolmogorov-Smirnov* da idade dos inquiridos 314
Quadro 22: Testes de Qui-Quadrado de pearson da variável género dos inquiridos em função das variáveis educação e formação 315
Quadro 23: Testes de Qui-Quadrado de pearson da variável género em função das outras variáveis do estudo 316

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

ÍNDICE DAS TABELAS

Tabela 1: Evolução dos desembarques da pesca artesanal por grupo de espécies (1999-2008) 108
Tabela 2: Evolução das capturas nas pescas artesanal e industrial por grupo de espécies (1999-2008) 109
Tabela 3: Evolução anual dos desembarques da pesca industrial por grupo de espécies (1999-2008) 111
Tabela 4:Sintese dos custos estimados do plano de formação em 2007 e 2008 161
Tabela 5: Formação dos técnicos do INDP em 2007 e 2008 163
Tabela 6: Caraterização dos inquiridos em função das variáveis género, grupo etário e habilitação literária 229
Tabela 7: Caraterização dos inquiridos em função das variáveis habitação e tempo de residência na comunidade 231
Tabela 8: Caraterização dos inquiridos sobre a educação, formação e fonte de rendimento . 237
Tabela 9: Estatísticas descritivas da idade dos inquiridos por género, grupo etário e habilitação literária 239
Tabela 10: Estatísticas descritivas da idade dos inquiridos em função da formação profissional e participação em ações de formação 241
Tabela 11: Estatísticas descritivas da idade dos inquiridos em função do concelho e de habitação 242
Tabela 12: Estatísticas descritivas da idade dos inquiridos em função de residência e meio familiar dos inquiridos 243
Tabela 13: Estatísticas descritivas da idade dos inquiridos por rendimentos 244
Tabela 14:Ìndice de capital social das comunidades piscatórias da ilha de Santiago 251
Tabela 15: Cruzamento entre as dimensões do capital social e os respetivos concelhos dos inquirido 260

Tabela 16: Cruzamento entre as dimensões do capital social e as variáveis educação, habitação, meio familiar e tempo de residência dos inquiridos 262
Tabela 17: Estatísticas descritivas sobre capital social dos inquiridos das comunidades piscatórias da ilha de Santiago 268
Tabela 18: Dimensão do capital social sociabilidade e inclusão social 270
Tabela 19:Dimensão do capital social confiança e recetividade 275
Tabela 20: Dimensão do capital social solidariedade e entreajuda 277
Tabela 21: Dimensão do capital social participação em ações voluntárias e cooperação comunitária 279
Tabela 22: Capital social dos inquiridos em função do género a nível da ilha de Santiago ... 282
Tabela 23:Estatísticas descritivas sobre capital social dos inquiridos em função do género e por concelho 283
Tabela 24:Estatísticas descritivas sobre capital social dos inquiridos em função do género e por concelho 285
Tabela 25: Capital social dos dados gerais dos inquiridos em função do grupo etário 287
Tabela 26: Estatísticas descritivas do capital social dos inquiridos em função do grupo etário e por concelho 289
Tabela 27: Estatísticas descritivas do capital social dos inquiridos em função do grupo etário e por concelho 291
Tabela 28: Estatísticas descritivas do capital social dos inquiridos em função das habilitações literárias a nível da ilha de Santiago 294
Tabela 29: Estatísticas descritivas do capital social dos inquiridos em função das habilitações e por concelho (Santiago Sul) 296
Tabela 30: Capital social dos inquiridos em função das habilitações literárias e por concelho (Santiago Norte) 298
Tabela 31: Estatísticas descritivas do capital social dos inquiridos em função do tempo de residência a nível da ilha de Santiago 302
Tabela 32: Capital social dos inquiridos em função do tempo de residência e por concelho (Santiago Sul) 303
Tabela 33: Capital social dos inquiridos em função do tempo de residência e por concelho (Santiago Norte) 305
Tabela 34: Teste de *Kruskal-Wallis* sobre capital social dos inquiridos em função das habilitações literárias 309
Tabela 35: Testes de normalidade da capital social dos inquiridos 312

Tabela 36: Testes de Mann-Whitney do capital social em função do género dos inquiridos. 313

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

ÍNDICE DOS GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução da população de Cabo Verde no periodo de 1940 à 2010 28
Gráfico 2:Evolução do número de pescadores 60
Gráfico 3: Distribuição de espécies endémicas por ilhas 86
Gráfico 4: Relação educação-desenvolvimento 200
Gráfico 5: Tarefas para um bom desenvolvimento comunitário-local 201
Gráfico 6: Frequência das idades dos inquiridos 235

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

ÍNDICE DOS MAPAS

Mapa 1: Localização do Arquipélago de Cabo Verde 26
Mapa 2: Ilha de Santiago 27

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

ÍNDICE DAS FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: Potencialidades turísticas da Baia do Inferno 36
Fotografia 2: Condições ideais para o o turismo rural em Achada Leite 37
Fotografia 3: Quotidiano nas comunidades piscatórias de Moia-Moia 67
Fotografia 4: Pesca desportiva 110
Fotografia 5: Transporte de pescado do Cais da Praia 114
Fotografia 6: Chegada de pescadores em Porto Mosquito 118
Fotografia 7: Escola do Ensino Básico em Achada Ponta 157

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

LISTA DAS SIGLAS UTILIZADAS

AGOA: *African Growth And Opportunity Act*

AMP: Áreas Marinhas Protegidas

ANMCV: Associação Nacional dos Municípios Cabo-verdianos

AP: Área Protegida

APD:Ajudas Públicas ao Desenvolvimento

CC: Curso Complementar

CDB:Convenção sobre a Diversidade Biológica

CG:Curso Geral

CT: Curso Técnico

DECRP:Documentos Estartégicos de Crescimento Económico e Redução da Pobreza

DGA: Direção Geral do Ambiente

DGASP:Direção Geral da Agricultura, Pecuária e Pescas

DGP-CV:Direção Geral de Planeamento de Cabo Verde

EB: Ensino Básico

EBC: Ensino Básico Complementar

EBE: Ensino Básico Elementar

ECRP:Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza

ECV: Escudo Cabo-verdiano

EGL: Ensino Geral Liceal

ES:Ensino Secundário

ESL:Ensino Secundário Liceal

EST:Ensino Secundário Técnico

EU:*European Union*

FAIMO:Frente de Alta Intensidade de Mão-de-Obra

FIDA:Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

GEF:Fundo Global para o Ambiente

ICS: Índice de Capital Social

INDP:Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas

INE: Instituto Nacional de Estatística

INIDA: Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrícola

INPS:Instituto Nacional de Previdência Social

IUR:Imposto Único sobre o Rendimento

LUX-DEVELOPMENT: Agência Luxemburguesa de Cooperação ao Desenvolvimento

MAA:Ministério de Ambiente e Agricultura

MAAP:Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas

MEA:*Millennium Ecosystem Assessmen*

MED:Ministério de Educação e Desporto

MF:Ministério das Finanças

ODM:Objetivos do Desenvolvimento do Milénio

OGE:Orçamento Geral do Estado

OIT:Organização Internacional do Trabalho

ONG:Organização Não Governamental

ONGD:Organizações não Governamentais de Desenvolvimento

ONU:Organização das Nações Unidas

OSC:Organizações da Sociedade Civil

PAICV:Partido Africano da Independência de Cabo Verde

PANA:Plano de Ação Nacional para o Ambiente

PDM:País de Desenvolvimento Médio

PEDA:Plano Estratégico de Desenvolvimento Agrícola

PGRP:Plano de Gestão dos Recursos da Pesca

PIB:Produto Interno Bruto

PMA:Países Menos Avançados

PND:Plano Nacional de Desenvolvimento

PNLP:Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza

PNUD:Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRCM:Programa Regional de Conservação Costeira e Marinha para a África Ocidental

SDTIBM:Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas da Boa Vista e Maio

SEPA-CV:Secretariado Executivo para o Ambiente de Cabo Verde

TURIM:Sociedade Turística e Imobiliária

UICN:União Internacional para a Conservação da Natureza

UNEP:*United Nations Conference on Environment & Development*

UNESCO:Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

WTO:*World Tourism Organization*

WWF:*World Wildlife Fund*

ZDTI:Zonas de Desenvolvimento Turístico Integral

ZEE:Zona Económica Exclusiva

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

ANEXOS

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

Anexo 1: Questionário integrado sobre educação, capital social e desenvolvimento local e comunitário

Questionário integrado utilizado para a recolha de dados

Este guião de questionário é parte integrante da tese de doutoramento intitulada "**Educação e Capital Social para o Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Piscatórias da Ilha de Santiago (Cabo Verde)** ", inserida no Programa de Doutoramento em Educação e Desenvolvimento Humano realizada entre a Universidade de Santiago de Compostela.

O objetivo é recolher a opinião dos inquiridos sobre o nível do capital social nas comunidades piscatórias da ilha de Santiago e relacionar a educação e o capital social com o desenvolvimento sustentável das mesmas.

A sua colaboração é indispensável para a realização deste trabalho. Sendo assim, agradecemos que responda com sinceridade a todas as questões formuladas, tendo em consideração que as respostas serão utilizadas apenas para fins académicos, salvaguardando a confidencialidade das mesmas.

Em cada uma das perguntas que segue, marque com uma cruz [×] a resposta que considere mais apropriada, correspondendo à **0 (não respondeu)**, **1 (não)**, **2 (às vezes)** e **3 (sempre)**.

Questionário nº ___ Pesquisador _____
Comunidade de aplicação do questionário_____
Dia da semana _____ Horário_____

Q1. Sente-se valorizado(a) pela sua comunidade?

[ ] Não respondeu [ ]Não [Ás vezes [ ] Sempre

Q2. Sente-se realizado(a) na sua comunidade?

[ ] Não respondeu [ ] Não [ ] Ás vezes [ ] Sempre

Q3. Contribui, para o saneamento do meio, na sua comunidade?

[ ] Não respondeu [ ] Não [ ] Às vezes [ ] Sempre

Q4. Alguns dizem que, ajudando os outros, está a ajudar a si próprio. Concorda?

[ ] Não respondeu [ ] Não [ ] Às vezes [ ] Sempre

Q5. Ajuda o (s) grupo (s) da sua comunidade, voluntariamente?

[ ] Não respondeu [ ]Não [ ] Às vezes [ ] Sempre

Q6. As pessoas da sua comunidade participam em ações voluntárias (campanhas de limpeza, de sensibilização, ou outras)?

[ ] Não respondeu [ ]Não [ ] Às vezes [ ] Sempre

Q7. Concorda que se pode confiar nas pessoas da sua comunidade, no que diz respeito aos projetos de desenvolvimento comunitário?

[ ] Não respondeu [ ]Não [ ] Às vezes [ ] Sempre

Q8. Em casos de necessidades, as pessoas da sua comunidade unem-se e ajudam entre si? [ ] Não respondeu [ ] Não [ ] Às vezes [ ] Sempre

Q9. A sua comunidade pode ser considerada um lugar seguro?

[ ] Não respondeu [ ] Não [ ] Às vezes [ ] Sempre

Q10. Assistiu algum evento realizado na sua comunidade, nos últimos 6 (seis) meses, (palestras, intercâmbios desportivos, culturais, recreativos, ou outros)?

[ ] Não respondeu [ ] Não [ ] Às vezes [ ] Sempre

Q11. As pessoas da sua comunidade têm participado em eventos (palestras, intercâmbios desportivos, culturais, recreativos ou outros)?

[ ] Não respondeu [ ] Não [ ] Às vezes [ ] Sempre

Q12. É membro de alguma organização da sua comunidade, participando ativamente na realização das atividades?

[ ] Não respondeu [ ] Não [ ] Às vezes [ ] Sempre

Q13. Fala com as pessoas da sua comunidade que não sejam seus parentes ou amigos?

[ ] Não respondeu [ ] Não [ ] Às vezes [ ] Sempre

Q14. Visita os seus vizinhos?

[ ] Não respondeu [ ] Não [ ] Às vezes [ ] Sempre

Q15. Se precisar de informação para tomar uma decisão, você sabe onde encontrá-la?

[ ] Não respondeu [ ] Não [ ] Às vezes [ ] Sempre

Q16. Nos últimos seis meses, tem ajudado algum vizinho que esteve doente ou com problema?

[ ] Não respondeu [ ] Não [ ] Às vezes [ ] Sempre

Q17. Toma parte nos projetos da sua comunidade?

[ ] Não respondeu [ ] Não [ ] Às vezes [ ] Sempre

Q18. Se discordar com o que todas as outras pessoas concordam, sentir-se-ia a vontade para falar?

[ ] Não respondeu [ ] Não [ ] Às vezes [ ] Sempre

Q19. Se tiver desavenças com os seus vizinhos, procura uma forma de fazer as pazes com eles?

[ ] Não respondeu [ ] Não [ ] Às vezes [ ] Sempre

Q20. Gostaria de viver entre pessoas com a forma de pensar e de viver diferente da sua?

[ ] Não respondeu [ ] Não [ ] Às vezes [ ] Sempre

Q21. As pessoas de outras comunidades são bem aceites na sua comunidade?

[ ] Não respondeu [ ] Não [ ] Às vezes [ ] Sempre

Dados Pessoais das pessoas inquiridas

Em cada uma das perguntas que se segue, marque com uma cruz [×] a resposta mais apropriada ou escreva no espaço vazio.

Q22. Qual é o seu género? [ ] 1. masculino

[ ] 2. feminino

Q23. Qual é a sua idade?..... anos

Q24. Habitação: [ ] 1.casa própria

[ ] 2.casa dos familiares

[ ] 3. casa arrendada

Q25. À quanto tempo vive nesta comunidade?..... anos

Q26. Com quem você vive?

[ ] 1. só

[ ] 2. colegas

[ ] 3. família

Q27. Qual a sua habilitação literária?.....

Q28. Está a estudar? [ ] se sim, em que nível …….…….

[ ] não

Q29. Tem alguma formação? [ ]Se sim, indique o nível e a área de formação……..

…….

[ ] Não

Q30. Está a fazer alguma formação?

[ ]se sim, indique o nível e a área de formação…….....

…….

[ ] Não

Q31. Qual a principal fonte do rendimento da sua família?

[ ] 1. salário

[ ] 2. pensão

[ ] 3. outra, indique…….....

Q32. Qual o rendimento mensal da sua família?

[ ] 1. menos que 28.833 cve

[ ] 2. igual à 28.833 cve

[ ] 3. entre 28.833 cve e 43.250 cve

[ ] 4. igual à 43.250 cve

[ ] 5. superior à 43.250 cve

Muito obrigado pela sua colaboração!

Simão Paulo Rodrigues Varela

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

Anexo 2: Importação e exportação de Cabo Verde em 2012

Quadro 1: Importação de Cabo Verde em 2012

Nº	Designação dos produtos	Valor (ECV)	Peso (kg)
1	Aviões	5.016.166.500	120.142
2	Gasóleo	4.950.341.735	59.862.316
3	Ferro, aço	2.458.453.939	26.814.237
4	Fuel-oil	2.432.322.027	49.992.533
5	Cimento	2.058.885.968	252.278.755
6	Arroz	1.942.527.363	31.088.875
7	Plástico e suas obras	1.697.238.802	5.993.356
8	Óleos alimentares	1.552.270.914	9.890.096
9	Artefactos diversos para usos elétricos	1.466.500.190	2.021.203
10	Automóveis para transporte de pessoas	1.330.011.646	1.529.764
11	Leite em pó	1.254.971.401	2.915.959
12	Artefactos de escritório	1.151.914.089	569.139
13	Móveis	1.080.937.977	3.448.960
14	Gás propano, butano e natural	1.065.590.107	11.867.474
15	Carne e miudezas de aves (exceto em conservas)	1.047.093.998	6.498.774
16	Tratores e veículos para transporte de carga	1.043.846.964	1.911.969
17	Instrumentos de telecomunicações	969.637.351	83.501
18	Açúcar	968.997.556	14.915.517
19	Artigos cerâmicos e higiénicos de ferro ou aço	848.498.182	18.726.712
20	Meios de transporte não especificados	834.384.546	869.326
21	Medicamentos	826.867.052	406.517
22	Papel e suas obras (exceto material de imprensa)	765.154.204	2.954.591
23	Cerveja	683.703.200	6.858.390

Fonte: DGA (2013)

Quadro 2: Importação de Cabo Verde em 2012

Nº	Designação dos produtos	Valor (ECV)	Peso (kg)
24	Preparados alimentares não especificados	661.267.269	3.466.823
25	Leite não concentrado	637.265.470	9.323.266
26	Frutas	636.437.169	5.542.475
27	Milho	622.736.382	20.282.990
28	Preparados e conservas, de carne	578.065.386	2.346.636
29	Bombas e geradores	577.192.762	413.863
30	Gasolina super	551.780.093	6.032.102
31	Madeira e seus derivados	549.253.421	9.659.087
32	Trigo em grão	544.286.203	18.465.219
33	Máquinas e aparelhos elétricos	542.097.309	517.230
34	Vinho	492.677.228	4.771.565
35	Carne bovina e suína (exceto em conservas)	483.018.373	1.116.904
36	Sumos de frutas	466.959.044	5.016.811
37	Artefactos não especificados de tecidos	462.813.478	2.420.691
38	Máquinas para construção	458.264.845	1.312.352
39	Máquinas não especificadas	456.069.623	403.528
40	Massas alimentícias e outros preparativos de cereais	455.971.215	3.136.746
41	Máquinas industriais	455.000.826	273.422
42	Bebidas não especificadas	448.129.795	9.101.419
43	Preparados não especificados de legumes	407.102.476	3.345.468
44	Aparelhos terapêuticos	401.570.310	108.421
45	Perfumaria e outros cosméticos	397.651.116	1.488.520
46	Alumínio	369.179.111	1.329.561
47	Queijo	343.757.967	644.145
48	Motores para meios de transporte	342.263.816	251.946
49	Óleos lubrificantes	339.877.943	1.510.028

Fonte: DGA (2013)

Quadro 3: Importação de Cabo Verde em 2012

Nº	Designação dos produtos	Valor (ECV)	Peso (kg)
50	Aparelhos de som e de imagem	322.135.866	222.891
51	Máquinas de transporte	318.585.232	576.341
52	Yogurtes e outros lacticínios	305.435.036	2.184.613
53	Peixe, crustáceos e moluscos	289.136.389	660.624
54	Resíduos e preparados p/alimentação de animais	285.860.678	6.007.335
55	Autocarros	280.689.874	266.374
56	Preparados para sopas e caldos	262.729.569	541.710
57	Partes e acessórios para veículos automóveis	261.380.970	362.669
58	Produtos de moagem	254.776.862	4.309.921
59	Televisores	239.500.705	270.967
60	Legumes secos	237.780.695	1.847.164
61	Cigarros	234.391.748	79.743
62	Livros, jornais e revistas	228.127.837	342.390
63	Detergentes	216.049.523	2.168.002
64	Alimentos para crianças	214.136.421	709.821
65	Congeladores (exc. para usos domésticos)	212.749.892	370.378
66	Batata comum	212.535.520	6.985.507
67	Artefactos de malha confecionados	208.544.806	438.085
68	Obras de madeira (excetos móveis)	193.338.619	851.597
69	Produtos químicos inorgânicos	188.080.605	4.003.535
70	Café em grão	183.711.303	606.330
71	Asfalto, betume	177.346.414	2.676.627

Fonte: DGA (2013)

Quadro 4: Importação de Cabo Verde em 2012

Nº	Designação dos produtos	Valor (ECV)	Peso (kg)
72	Ferragens, guarnições	174.049.704	379.437
73	Artigos não especificados para imprensa	168.618.199	591.404
74	Aparelhos electromecânicos de uso doméstico	166.522.478	490.996
75	Candeeiros e lustres elétricos	165.290.244	156.193
76	Material para construção	162.579.039	37.602.213
77	Leite condensado	160.663.880	979.475
78	Sabão	160.243.551	1.022.280
79	Vestuários e acessórios (excetos de malha)	157.026.948	532.951
80	Aparelhos de uso doméstico, não elétricos	153.842.350	426.843
81	Tintas, vernizes	149.120.537	632.153
82	Calçado	140.325.267	985.418
83	Ferramentas não especificadas	117.967.802	253.321
84	Cebola, alho e outros produtos hortícolas aliáceos	117.598.814	2.600.652
85	Ferramentas manuais	113.674.729	205.222
86	Pneus para automóveis	113.030.526	308.654
87	Confeitarias	107.498.802	626.756
88	Barcos	106.765.917	116.112
89	Peças e acessórios para aviões	103.701.417	7.555
90	Pregos, parafusos	102.385.270	267.618
91	Chocolates	101.799.258	261.534
92	Pneus para camiões	90.889.782	227.814
93	Tecidos não especificados	82.749.079	245.180

Fonte: DGA (2013)

Quadro 5: Importação de Cabo Verde em 2012

Nº	Designação dos produtos	Valor (ECV)	Peso (kg)
94	Artefactos de recreio	80.905.767	137.928
95	Manteiga	69.526.903	121.722
96	Whisky	66.867.306	141.458
97	Concentrados de tomates	63.733.634	773.736
98	Papel de imprensa	63.368.554	446.203
99	Artigos de vidro para serviço de mesa	62.427.816	271.287
100	Leveduras	62.047.561	209.240
Nº	**Designação dos produtos**	**Valor (ECV)**	**Peso (kg)**
101	Máquinas de lavar roupa	61.671.209	185.122
102	Louça sanitária	54.465.870	240.967
103	Couve, alface, cenoura e nabo	51.221.954	796.209
104	Produtos químicos orgânicos	50.937.398	118.125
105	Telhas, tijolos	47.782.309	2.607.452
106	Brinquedos	47.185.272	189.297
107	Preparados e conservas de peixe	37.418.527	204.115
108	Tecidos sintéticos	35.645.737	49.846
109	Batata semente	34.447.464	548.718
110	Café transformado	33.821.531	75.868
111	Material de escrever	32.997.033	92.068
112	Adubos	32.681.650	442.091
113	Doces e geleias	29.345.224	201.761
114	Tomates	27.839.269	303.554
115	Aparelhos eletrotérmicos de uso doméstico	21.240.826	33.827

Fonte: DGA (2013)

Quadro 6: Importação de Cabo Verde em 2012

Nº	Designação dos produtos	Valor (ECV)	Peso (kg)
116	Para-brisas e retrovisores	20.509.106	98.622
117	Sementes e frutos para sementeira	20.481.998	13.155
118	Tapetes e outros revestimentos, de materiais têxteis	19.410.718	49.011
119	Máquinas agrícolas	15.340.299	28.005
120	Pilhas elétricas	14.125.235	79.478
121	Aparelhos de fotografia e cinematografia	13.305.489	3.212
122	Tecidos de algodão	11.584.801	50.723
123	Rádios	8.335.956	14.004
124	Relógios	6.671.678	12.290
125	Joalharia	6.642.461	15.341
126	Peças para motociclos	6.109.962	42.306
127	Fósforos	6.008.903	36.777
128	Vidros	5.213.993	50.341
129	Máquinas de lavar loiça	4.818.694	11.848
130	Câmaras-de-ar	4.287.859	14.447
131	Forragens	2.769.601	77.356
132	Tecidos de malha	1.557.491	2.702
133	Cereais não especificados (excetos milho e arroz)	1.366.432	18.015
134	Seda e lã	663.089	2.510
135	Artigos não incluídos nas rubricas anteriores	5.994.055.125	38.153.294
	Total geral (Somatório dos resultados de Quadro 1 à Quadro 6)	**65.601.210.202**	**756.265.760**

Fonte: DGA (2013)

Quadro 7: Exportação de Cabo Verde por país de destino em 2012

Destino	Valor (ECV)	Peso (Kg)
Abastecimento	664.362	991
Angola	4.341.578	108.000
Bélgica	519	3
El Salvador	221.566.978	1.260.493
Espanha	3.483.735.573	12.826.752
Estados-Unidos de América	58.687.778	142.294
Franca	2.291.397	2.878
Gâmbia	402.118	15.570
Ghana	1.956.500	104.000
Guiné Equatorial	944.696	52.200
Guiné Bissau	4.663.684	58.627
Indeterminado	471.600	416
Índia	560	3
Itália	2.474.928	3.212
Libyenne, Jamahiriya Arabe	21.427.004	39.401
Paises Baixos	7.535.401	36.480
Portugal	728.963.531	342.647
São Tomé e Príncipe	23.793.188	7.685
Suécia	178.480	135
Vietname	1.586.711	77.628
Valor total das exportações	**4.565.686.586**	**15.079.415**

Fonte: DGA (2013)

Quadro 8: Exportação de Cabo Verde por produto em 2012

Designação dos produtos	Valor (ECV)	Peso (Kg)
Conservas de peixe	1.978.777.980	3.630.642
Peixes frescos e refrigerados	1.786.725.334	10.566.731
Calçado e partes de calçado	377.813.319	62.333
Confeções	221.905.390	97.526
Lagostas frescas e congeladas	72.139.777	16.185
Aguardentes e licores	60.253.465	155.767
Medicamentos	23.739.048	7.930
Preparados alimentares não especificados	18.398.138	97.178
Vinhos	10.636.642	23.019
Refrigerantes	4.700.500	109.104
Farinhas de peixes	4.341.578	108.000
Melaços de cana	1.790.001	7.532
Conchas de búzios	1.586.711	77.628
Águas minerais	1.359.386	67.956
Café	843.527	1.700
Preparados de frutas e de legumes	126.171	1.865
Couros	313.000	48.000
Tabaco não especificado	80.000	50
Produtos de confeitaria não especificado	68.886	20
Produtos de beleza	60.143	19
Especiarias não especificadas	21.500	86
Areias	4.411	134
Sementes oleaginosas	1.079	6
Feijão	600	4
Valor total das exportações	**4.565.686.586**	**15.079.415**

Fonte: DGA (2013).

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

Anexo 3: Rede Nacional Inicial de Áreas Protegidas de Cabo Verde

Quadro 9: Rede Nacional Inicial de Áreas Protegidas referente as ilhas de Barlavento

Ilha	Espaço Natural	Categoria
Santo Antão	Moroços	Parque Natural
	Cova/Ribeira Paúl/Torre	Parque Natural
	Cruzinha	Reserva Natural
	Pombas	Paisagem Protegida
	Tope de Coroa	Parque Natural
S. Vicente	Monte Verde	Parque Natural
Santa Luzia	Santa Luzia	Reserva Natural
Ilhéus Branco e Raso	Ilhéus Branco e Raso	Reserva Integral
S. Nicolau	Monte Gordo	Reserva Integral
	Monte do Alto das Cabeças	Reserva Natural
Sal	Salinas de Pedra Lume e Cagarral	Paisagem Protegida
	Monte Grande	Paisagem Protegida
	Rabo de Junco	Reserva Natural
	Baía da Murdeira	Reserva Natural (Marinha)
	Costa da Fragata	Reserva Natural
	Serra Negra	Reserva Natural
	Buracona-Ragona	Paisagem Protegida
	Salinas de Santa Maria	Paisagem Protegida
	Morrinho do Filho	Monumento Natural
	Ponta de Sino	Reserva Natural
	Morrinho do Açúcar	Monumento Natural

Fonte: Ministério de Ambiente e da Agricultura de Cabo Verde (2003)

Quadro 10: Rede Nacional Inicial de Áreas Protegidas das ilhas de do Maio, Santiago, Fogo e dos ilhéus Rombo

Ilha	Espaço Natural	Categoria
Maio	Terras Salgadas	Reserva Natural
	Casas Velhas	Reserva Natural
	Barareiro e Figueira	Parque Natural
	Lagoa Cimidor	Reserva Natural
	Praia do Morro	Reserva Natural
	Salinas de Porto Inglês	Paisagem Protegida
	Monte Penoso e Monte Branco	Paisagem Protegida
	Monte Santo António	Paisagem Protegida
Santiago	Serra da Malagueta	Parque Natural
	Serra do Pico de Antónia	Parque Natural
Fogo	Bordeira, Chã das Caldeiras e Pico Novo	Parque Natural
Ilhéus do Rombo	Ilhéus do Rombo	Reserva Integral

Fonte: Ministério de Ambiente e da Agricultura de Cabo Verde (2003)

Quadros 11: Rede Nacional Inicial de Áreas Protegidas referente às ilhas de Sotavento

Ilha	Espaço Natural	Categoria
Boa Vista	Boa Esperança	Reserva Natural
	Ilhéu de Baluarte	Reserva Natural Integral
	Ilhéu dos Pássaros	Reserva Natural Integral
	Ilhéu de Curral Velho	Reserva Natural Integral
	Ponta do Sol	Reserva Natural
	Tartaruga	Reserva Natural
	Parque Natural do Norte	Parque Natural
	Monte Caçador e Pico Forçado	Paisagem Protegida
	Morro de Areia	Reserva Natural
	Curral Velho	Paisagem Protegida
	Monte Santo António	Monumento Natural
	Ilhéu de Sal-Rei	Monumento Natural
	Monte Estância	Monumento Natural
	Rocha Estância	Monumento Natural

Fonte: Ministério de Ambiente e da Agricultura de Cabo Verde (2003)

Quadro 12: Pacote legislativo em matéria de ambiente e conservação da natureza

Lei n.º 79/III/90, de 26 de maio	Declara como reservas naturais a ilha de Santa Luzia e todas os ilhéus do arquipélago.
Lei n.º 102/III/90, de 29 de dezembro	Estabelece as Bases do património cultural e natural.
Lei nº 86/IV/93, de 26 de Julho	Define as Bases da Política do Ambiente.
Decreto-Legislativo n.º 14/97, de 1 de julho	Desenvolve as Bases da Política Ambiente.
Resolução n.º3/2000, de 31 de janeiro	Aprova a Estratégia Nacional e o Plano de Ação à Biodiversidade.
Resolução n.º4/2000, de 31 de janeiro	Aprova o Programa Nacional de Luta Contra a Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca
Decreto-Lei n.º 2/2002, de 21 de janeiro	Proíbe a Extração e Exploração de Areias nas Dunas, nas Praias e nas Águas Interiores, na Faixa Costeira e no Mar Territorial.
Decreto-Lei n.º7/2002, de 30 de dezembro	Estabelece as Medidas de Conservação e Proteção das Espécies Vegetais e Animais Ameaçadas de Extinção.
Decreto-Lei n.º 3/2003, de 24 de fevereiro	Estabelece o Regime Jurídico das áreas protegidas.
Decreto-Lei n.º 5/2003, de 31 de março	Define o Sistema nacional de proteção do ar.
Decreto-Lei n.º 6/2003, de 31 de março	Estabelece o Regime Jurídico de Licenciamento e Exploração de Pedreiras.
Decreto n.º 31/ 2003 de 1 de setembro	Estabelece os Requisitos Essenciais a Considerar na Eliminação de Resíduos Sólidos Urbanos, Industriais e Outros e Respectiva Fiscalização, Tendo em Vista a Proteção do Meio Ambiente e a Saúde Humana.
Decreto-Lei n.º 40/2003, de 27 de setembro	Estabelece o Regime Jurídico da Reserva Natural de Santa Luzia.
Resolução n.º14/2005, de 25 de abril	Aprova o Segundo Plano de Ação par o Ambiente, PANA II, no Horizonte 2004-2014.
Resolução 16/2005, de 9 de maio	Aprova o Plano Estratégico de Desenvolvimento Agrícola, Horizonte 2015 e o Plano de Acção 2005/2008
Decreto-Lei n.º53/2005, de 8 de agosto	Define os Princípios Gerais da Política de Aproveitamento Sustentável dos Recursos Haliêuticos
Decreto-Lei n.º 29/2006, de 6 de março	Estabelece o Regime jurídico da Avaliação do Impacto Ambiental dos Projectos Públicos ou Privados Susceptíveis de Produzirem Efeitos no Ambiente.
Decreto-Legislativo n.º6/2010, de 21 de junho	Altera o Decreto-Legislativo n.º1/2006, de 13 de fevereiro, que Estabelece as Bases do Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico, bem como os Artigos 81.º e 82.º do Estatuto dos Municípios, aprovados pela Lei n.º134/IV/95, de 3 de julho.

Fonte: Ministério do Ambiente (2012)

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

Anexo 4: Organograma do Sistema Educativo Cabo-verdiano e dados sobre a educação

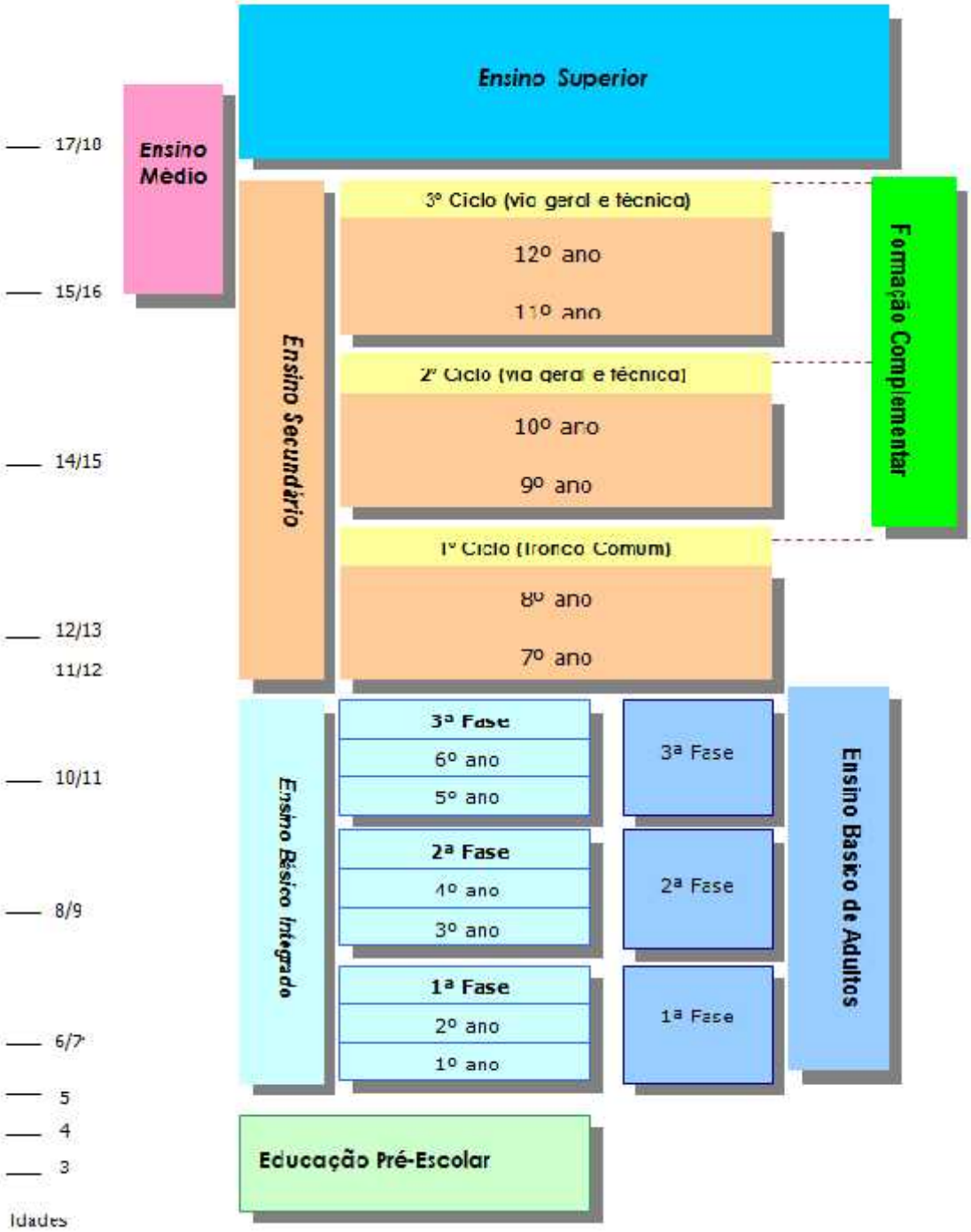


Gráfico 1: Organograma do Sistema Educativo Cabo-verdiano

Fonte: Ministério da Educação de Cabo Verde (2002)

Tabela 1: Evolução do números de alunos, por nível de ensino

Anos	Total	Básico						Secundário
		Total	EBE	EBC	Total	C. Geral	C. Compl,	C. Técn
1973/74	51146	49424	46454	2970	1722	1095	277	350
1974/75	54742	52555	49004	3551	2187	1430	337	420
1975/76	67408	64794	60195	4599	2614	1648	337	629
1976/77	62971	60386	56042	4344	2585	1581	291	713
1977/78	62279	59498	55406	4092	2781	1759	292	730
1978/79	61665	58825	54492	4333	2840	1717	404	720
1979/80	61288	58108	52208	5900	3180	2085	415	680
1980/81	61008	57584	50824	6760	3424	2296	446	682
1981/82	60155	56372	48682	7690	3783	2449	626	708
1982/83	59150	54948	46947	8001	4202	2756	736	710
1983/84	60353	55757	47250	8507	4596	3055	830	711
1984/85	61550	56692	47750	8942	4858	3285	843	730
1985/86	63565	57911	48409	9502	5654	4088	851	715
1986/87	65825	60007	49703	10304	5818	4203	823	792
1987/88	69264	62727	51452	11275	6537	4894	846	797
1988/89	73124	65779	53265	12514	7345		6439	906
1989/90	75636	67761	54413	13512	7875		7057	818
1990/91	79409	69823	54413	14460	9586		8687	899
1991/92	83762	72301	56349	15952	11461		10309	1149
1992/93	86036	73525	56910	16615	12511		11335	1176
1993/94	91050	78173	59195	18978	12877		11923	954
1994/95	97148	81988			15160			

Fonte: Maria Manuela Afonso (2001)

Tabela 2: Pessoal docente, por nível de ensino

Anos		EBE		EBC		ESL		EST
	Total	% Qualif	Total	% Qualif	Total	% Qualif.	Total	%Qualif
1979/80	1225	9,8	203	5,0	117	___	__	___
1980/81	1378	10,8	208	13,6	122	___	35	___
1981/82	1402	11,9	238	9,6	160	___	29	___
1982/83	1473	13,8	245	7,3	167	___	30	___
1983/84	1588	14,9	257	7,8	164	63,2	30	___
1984/85	1427	16,6	280	17,5	162	62,0	33	___
1985/86	1493	16,3	295	___	167	45,5	33	___
1986/87	1464	17,4	327	___	170	___	34	___
1987/88	1523	17,2	369	___	191	___	52	___
1988/89	1577	18,8	378	26,0	238	___	56	___
1989/90	1595	19,8	425	19,3	238	63,8	56	___
1990/91	1715	21,6	471	16,3	307	55,3	60	40,0
1991/92	1839	22,6	549	15,6	335	45,4	73	40,0
1992/93	1907	25,4	569	14,4	390	54,1	91	___
1993/94	2043	84,4	615	14,3	438	58,2	94	___
1994/95	3018	___	*	___	623	___	**	___

*** Contabilizados no EBE;**
**** Contabilizados no ES; – Sem dados**
Fonte: Maria Manuela Afonso (2001)

Tabela 3: Estabelecimentos de ensino e número de salas, por nível de ensino

Anos	Estabelcimento de Ensino				Sala de aulas		
	EBE	EBC	ESEL	EST	EBE	EBC	ES
1980/81	436	15	3	1	717	128	51**
1981/82	436	15	3	1	727	__	__
1982/83	436	15	3	1	___	__	__
1983/84	436	15	3	1	759	140	80
1984/85	436	15	3	1	750	146	94
1985/86	436	15	4	1	___	163	__
1986/87	347*	16	4	1	___	__	__
1987/88	347	18	5	1	___	__	__
1988/89	347	18	5	1	___	__	__
1989/90	___	__	6	1	625	206	__
1990/91	345	__	7	1	925	230	138
1991/92	346	24	7	1	992	253	157
1992/93	___	__	7	1	1006	272	173
1993/94	364	25	7	1	1047	320	187
1994/95	364	25	7	1	1388	192	__

*** Alteração na definição institucional de estabelecimento do EBE.**

**** apenas ESL; – sem dados**

Fonte: Maria Manuela Afonso (2001)

Tabela 4: Percentagem de professores qualificados, por nível de ensino, por Município (1990/91)

Município	EBE	EBC	ES*
Boa Vista	10,0	0,0	___
Brava	11,1	0,0	___
Fogo	3,6	0,0	10,5
Maio	6,2	14,3	___
Sal	7,1	0,0	5,0
Praia	25,2	22,5	59,5
Santa Catarina	22,6	9,2	22,6
Santa Cruz	8,4	14,7	___
Tarrafal	13,3	19,3	___
Paul	15,2	0,0	___
Porto Novo	12,8	0,0	___
Ribeira Grande	13,7	25,0	28,6
S. Nicolau	17,9	23,5	___
S. Vicente	59,2	25,0	65,0
Total	**21,6**	**16,4**	**45,4**

Fonte: Maria Manuela Afonso (2001)
*** 1991/92; – sem dados**
Fonte: Maria Manuela Afonso (2001)

Tabela 5: Distribuição dos docentes do Ensino Secundário, por município e por qualificação

Ano lectivo /Municípios	Total	1989/90 % Qualif.	Total	1993/94 % Qualif.
Praia	76	64,5	199	63,3
S. Filipe	__	__	28	42,9
S. Vicente	70	71,4	99	59,6
Ribeira Grande	9	55,5	35	57,1
Sal	15	20,0	21	42,9
Santa Catarina	48	52,1	66	43,9
Total	**218**	**60,6**	**448**	**56,9**

- sem dados.
Fonte: Maria Manuela Afonso (2001)

Quadro 13: Nível de ensino da população em Cabo Verde em 2010

Meio de Residência e concelho / Nível de Ensino	Nível de ensino da população (3 anos ou mais) em 2010							
	Sem nível / Nunca frequentaram	Pré-escolar	Alfabetização	Ensino básico	Secundário	Curso médio	Bacharel ou superior	ND*
Cabo Verde	12,5	4,6	1,7	43,0	31,2	1,0	5,1	1,0
Urbano	9,9	4,5	1,3	39,9	34,8	1,3	7,5	0,9
Rural	16,8	4,7	2,3	47,8	25,5	0,6	1,2	1,1
Tarrafal	14,9	5,0	2,3	42,9	30,7	0,4	1,9	2,0
Santa Catarina	17,1	4,6	0,9	42,0	30,3	0,9	3,8	0,4
Santa Cruz	15,4	5,9	1,1	46,0	27,9	0,8	2,3	0,7
Praia	9,6	4,4	1,0	38,2	35,3	1,3	9,6	0,7
S. Domingos	13,4	5,4	1,9	46,6	30,0	0,9	1,6	0,2
Calheta de S. Miguel	18,2	5,0	2,9	43,1	27,0	1,0	2,2	0,4
S. Salvador do Mundo	18,2	4,0	0,8	44,1	30,2	0,6	1,2	0,9
S. Lourenço dos Órgãos	14,8	4,3	1,4	42,6	32,9	0,7	3,0	0,2
Ribeira Grande de Santiago	21,6	3,4	0,6	48,0	23,8	0,6	1,4	0,6
Ilha de Santiago	15,9	4,7	1,4	43,7	29,9	0,8	3,0	0,7

*** ND – Não Definido**
Fonte: INE (2010)

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA